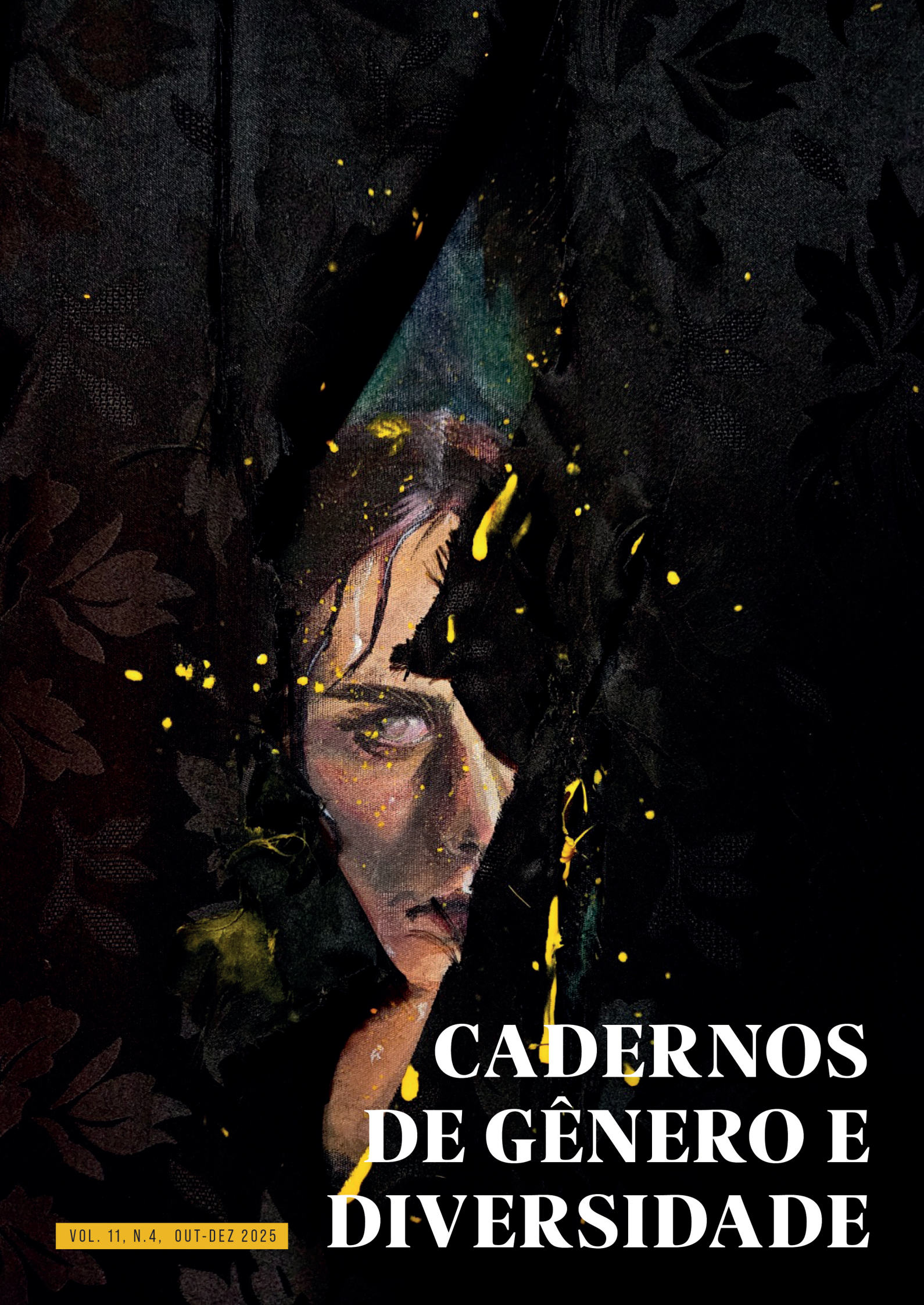


CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

VOL. 11, N.4, OUT-DEZ 2025

O estranho infamiliar.

Recorte da obra Tríade: o estranho infamiliar desconforto

Bianca Petry Bortoluzzi, graduanda em Artes Visuais na *Universidade Federal de Santa Maria*, possui ênfase na pesquisa em Arte e Subjetividades e Arte Educação em Museus. A artista visual desenvolve estudos sobre a afetação pela arte, ligada ao fenômeno extremo da Síndrome de Stendhal e alinhada a complexos inconscientes aflorados por uma obra de arte. A partir de experiências próprias e pesquisa sobre as vítimas, propõe uma busca em padrões e desenvolve novas relações com a arte.

Resumo. Obra como síntese da pesquisa sobre o desconforto extremo relacionado à arte em Museus, buscando os casos de ataques e vítimas da Síndrome de Stendhal.

PALAVRAS-CHAVE: Experiência Estética. Síndrome de Stendhal. Museus. Inconsciente.

Sobre a obra:
Pintura em acrílica sob tela envelopada.
80 x 160 cm.

Esse trabalho pictórico é fruto de uma investigação acerca da experiência estética do desconforto e reações involuntárias violentas à arte, com início em 2024. No estudo sobre a Síndrome de Stendhal, sendo a experiência mais extrema de arrebatamento, busquei se há um padrão dos indivíduos enfermos e fatores nas obras de arte capazes de provocar o desconforto. Nesse viés, a Síndrome foi o objeto de estudo, partindo da elucidação da arte e do inconsciente psicanalítico, e usufruindo de pesquisa em plataformas virtuais e relato informal dos indivíduos e obras atacadas no Museu de Arte de São Paulo (MASP, Brasil) e no Museu do Louvre (França). Pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico, realizou-se a partir da relação entre o espectador e a arte, investigando os caminhos possíveis até a criação da obra completa “Tríade: Estranho Infamiliar Desconforto”.

A obra que vemos na capa é um recorte de uma das três figuras representadas em uma tela maior, cada rosto simboliza a mistura de uma obra e sua vítima “da arte” em algum dos museus mencionados. Nessa dinâmica de profundo sofrimento entre a obra grandiosa e o espectador, algo na composição faz o indivíduo - sempre turista - ter alguns sintomas psicossomáticos, na iminência do descontrole emocional e até corporal, podendo reagir violentamente contra aquilo que o fere, e está presente na capa o caso de uma possível vítima que jogou uma tinta guache amarela na pintura “A banhista enxugando a perna direita” (1910), de Auguste Renoir, exposta no MASP (FIORAVANTE, 1996). Quando o observador vê emergir uma realidade estranha, o conceito de “Estranho” de Sigmund Freud se faz presente, e uma “mancha” torna-se visível apenas para o sujeito, que passa a ser olhado simbolicamente pela obra (WEISSE, 2003). Na tríade, a mancha se materializa pelo tecido luminoso preto, com os rasgos violentos fazendo emergir a figura infamiliar, causadora do arrebatamento. Que aspectos devemos buscar e entender para a causa desse mal-estar? Que memórias ou traumas emergem para a superfície do espectador, ocasionando o desconforto extremo?

Referências

FIORAVANTE, Celso. **Mostras no país têm casos semelhantes:** telas de renoir e miró já foram danificadas. Telas de Renoir e Miró já foram danificadas. 1996. Folha de São Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/12/09/ilustrada/12.html. Acesso em: 27 ago. 2025.

WEISSE, Carlos Federico. **La falta de la falta.** El síndrome de Stendhal. 2003. Revista E El Sigma. Disponível em: https://www.elsigma.com/arte-y-psa/la-falta-de-la-falta-el-sindrome-de-stendhal/3290. Acesso em: 27 ago. 2025.

The unfamiliar strange. Excerpt from the work Triad: the unfamiliar strange discomfort

RESUMO: Work of art as a synthesis of research on extreme discomfort related to art in Museums, seeking cases of attacks and victims of Stendhal Syndrome.

PALAVRAS-CHAVE: Aesthetic Experience. Stendhal Syndrome. Museums. Unconscious.

***Bianca PETRY BORTOLUZZI*,**

Graduanda em Artes Visuais na Universidade Federal de Santa Maria, possui ênfase na pesquisa em Arte e Subjetividades e Arte Educação em Museus. A artista visual desenvolve estudos sobre a afetação pela arte, ligada ao fenômeno extremo da Síndrome de Stendhal e alinhada a complexos inconscientes aflorados por uma obra de arte. A partir de experiências próprias e pesquisa sobre as vítimas, propõe uma busca em padrões e desenvolve novas relações com a arte.

Recebido em: 27/08/2025

Aprovado em: 30/11/2025

Editorial

Atualidade das questões de gênero, sexualidades e violência na política brasileira

É com imensa satisfação que publicamos o último número de 2025 dos **Cadernos de Gênero e Diversidade.** Sob a gestão da Rede Internacional de Pesquisadoras Associadas ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (REDE NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fechamos com este número 4 do Volume 11 o ano de **aniversário de dez anos** dos Cadernos hospedados na plataforma SEER da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Desde março de 2024, quando a submissão de trabalhos foi suspensa e um intenso trabalho de avaliação de textos e reestruturação da equipe editorial se iniciou, a REDE NIGS trabalhou para a reabertura de submissões - o que se efetivou (com muita alegria) em setembro deste ano.

A partir desta nova fase, consolidamos o propósito de publicar **artigos originais** dos campos de estudos de gênero, sexualidades e diversidades com maior rapidez no processo editorial. E inovamos, nesta segunda década dos Cadernos, abrindo novas categorias de submissão. Além de **Artigo, Entrevista, Tradução, Ensaio, Diário de Campo e Resenha**, nesta nova fase editorial, incentivamos com ainda maior vigor trabalhos de **Iniciação Científica** escritos em co-autoria com professoras/es orientadoras/es e novas formas de expressão textual na seção **Escritas Criativas,** que inclui relatos de experiências didáticas, etnografias visuais, ensaios artísticos, verbetes etc.

Iniciamos também neste último trimestre de 2025, a divulgação dos artigos publicados nos Cadernos na rede social Instagram e convidamos autoras/es e leitoras/es a apoiarem esta difusão científica compartilhando nossas postagens.

Reabriremos em 2026 a submissão de propostas de **Dossiês Temáticos** que serão organizados em parceria, de núcleos e equipes consolidadas de pesquisa no campo dos estudos de gênero, sexualidades e diversidades, com a coordenação editorial dos Cadernos.

Neste último número de 2025, iniciamos a publicação com artigos que refletem mais claramente esta nova política editorial dos Cadernos,

com destaque à articulação entre pesquisa acadêmica e engajamento feminista em lutas por equidade e respeito às multiplas identidades de gênero, contra violências e pelo respeito às diversidades.

A partir do marco político do julgamento no Supremo Tribunal Federal e prisão de Jair Bolsonaro e generais que planejaram golpe contra a democracia brasileira em novembro de 2025, continuamos refletindo sobre como política e gênero se entrelaçam e têm impacto direto na vida cotidiana de mulheres, populações LBTQIA+, negras, indígenas, de pessoas com deficiência e de comunidades tradicionais no Brasil.

Nesta perspectiva, este número aborda alguns grandes temas da política atual. Iniciamos com artigos que analisam discursos políticos conservadores na Câmara Federal, continuamos com uma série de artigos sobre sexualidades e questões trans, gays e lésbicas; trazemos um novo tema que emerge no campo de estudos de gênero, que é a análise dos espaços urbanos como espaços engendrados; continuamos refletindo sobre a violência - tema que percorre 50 anos de feminismos no Brasil e finalizamos com um estudo sobre ativismo entre mulheres rurais. Buscamos, com a publicação dos artigos que seguem, instrumentalizar teoricamente nosso campo de estudos para os enfrentamentos que não páram de acontecer.

No artigo que abre este número, Laura Gomes Barbosa e Giulia Gouveia Siqueira P. Homem lançam mão de uma lente interseccional de análise para entender como o controle de natalidade foi abordado por Jair Messias Bolsonaro ao longo dos sete mandatos como deputado na Câmara Federal com o artigo *Os direitos sexuais e reprodutivos em perspectiva interseccional: uma análise dos discursos proferidos pelo deputado federal Jair Messias Bolsonaro*. Nele, as autoras demonstram como este tema - tradicionalmente proposto e discutido na pauta feminista - foi apropriado por setores reacionários e conservadores pela defesa dos chamados pilares Pátria, Família Tradicional e Acumulação de Capital.

Na continuidade dos artigos sobre o campo legislativo, o artigo *Hierarquias de gênero e raça na elite parlamentar brasileira: o caso da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2015-2019),* de Luiza Aikawa, traça um retrato da divisão sexual do trabalho político, buscando compreender como a desigualdade entre homens e mulheres se manifesta também no dia a dia parlamentar, revelando dinâmicas de exclusão e desproporção na distribuição de capital político. Um dos resultados desta desigualdade é a baixa presença feminina em cargos prestigiados, como Mesa Diretora e presidências de comissões.

Na sequência de reflexões sobre a prevalência das masculinidades hegemônicas nos espaços de poder, o artigo *Análise linguístico-discursiva da "masculinidade tóxica" em meios digitais,* de Francisco Arkires Silva do Nascimento e Rafael Lima Vieira, analisa os frequentes discursos em plataforma de vídeos curtos e rede social, que amplificam normas patriarcais e violências de gênero, no que eles chamam de "arenas ideológicas". Todavia, apesar da prevalência destas posições no espaço digital, os autores são otimistas ao perceberem que há também perspectivas de transformação nas representações de gênero nestes espaços e apontam para possibilidades de desconstruir tais narrativas.

Em *O corpo gay que vive com HIV: discursos, intersecções e resistência,* José Augusto Simões de Miranda busca compreender como as identidades de *ser gay* e *(con)viver com hiv* são representadas em mídias digitais. Analisando discursos da 'Campanha Indetectável' (2018) transmitida no *YouTube* pelo Ministério da Saúde, o autor reflete não somente sobre as mortes literais vividas na história entre a epidemia do hiv/aids e a população LGBTQIAPN+, como também sobre as mortes simbólicas desencadeadas por efeitos do estigma que estas campanhas buscam desconstruir.

Em *Papéis de Gênero e o Sexo Desprotegido entre Mulheres e Homens: uma Revisão Integrativa da Literatura,* Isabella Zuardi Marques, Rodrigo Falcão Chaise e Kátia Bones Rocha investigam publicações que associam papéis de gênero e o uso de preservativo em relações heterossexuais. Entre as descobertas desta revisão integrativa, está a vulnerabilidade das mulheres ao sexo desprotegido. A partir dos dados teóricos, as autoras dialogam diretamente com áreas como desigualdades estruturais, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e saúde sexual e reprodutiva - escopo relevante no campo da saúde pública, da psicologia social e dos estudos de gênero.

Élvis Herrmann Bonini, Isadora Cechin Filipiack e Cláudia Mara Bosetto Cenci investigam as subjetividades de pessoas transgêneros e a relação com suas famílias no artigo *Vivências de pessoas transgênero com suas famílias de origem*. A pesquisa desenvolvida no campo da saúde foi feita com jovens trans no Rio Grande do Sul e constatou a urgência de ações afirmativas que possam contemplar esta população, em particular no que denominam de fase de rearranjo familiar.

O artigo *Violências experimentadas por mulheres transgêneras migrantes venezuelanas no Brasil* representa outra importante contribuição para a temática trans neste número 4 dos **Cadernos de Gênero e Diversidade.** O estudo foi conduzido em Manaus e Boa

Vista a partir de entrevistas e grupos focais, apresentando dados alarmantes sobre a transfobia na região Norte e indicando o alto grau de vulnerabilidade e falta de segurança destas mulheres. Assinam esta pesquisa, Rodrigo Natan do Nascimento Almeida, Sara Fiterman Lima, Helena Moraes Cortes, Liliana Janeth Gómez Aristizábal e Zeni Carvalho Lamy.

O artigo *Velhice e homossexualidade: trajetórias de mulheres lésbicas idosas,* de Fannya Talilia Batista de Souza, Ianara Cristóvão de Holanda, Michelle de Jesus Dias e Rodrigo Jorge Salles, aborda uma temática de grande atualidade, que foi o tema da Parada da Diversidade de 2025 em São Paulo: a pluralidade do envelhecer ao dar visibilidade às experiências de mulheres lésbicas que enfrentaram, ao longo da vida, dificuldades na autoaceitação de sua orientação sexual, assim como desafiaram viver suas relações afetivo-sexuais em uma sociedade marcada pela heteronormatividade. As narrativas reunidas no estudo revelam trajetórias permeadas por preconceitos e silenciamentos, mas também por resistência, autonomia e reconstrução identitária para as quais redes e ONGs tiveram e têm um papel fundamental como o apoio na promoção do acolhimento e da visibilidade LGBTQIA+ nas últimas décadas. Os autores concluem que, na velhice, muitas das violências sofridas ao longo da vida são superadas e que as conquistas sociais dadas por lutas coletivas e a estabilidade financeira alcançada permitem maior liberdade para expressar afetos e viver a sexualidade dissidente de modo mais pleno.

Na continuidade dos artigos sobre temáticas de homossexualidade, mas ampliando para análises sobre questões de gênero no espaço urbano, Valdir José Morigi, Ana Maria Giovanoni Fornos e Luis Fernando Massoni contribuem com uma interessante análise sobre como questões de gênero ocupam o espaço público das cidades, com o artigo *Imaginários urbanos e grupos transgêneros e homossexuais: As representações sobre o bairro Cidade Baixa (Porto Alegre/RS/Brasil).* Eles trazem resultados de uma pesquisa quali-quantitativa que compara informações oficiais sobre o tradicional bairro da Cidade Baixa em Porto Alegre com as respostas de um questionário aplicado a 160 moradores da cidade em 2022. Os autores constatam o quanto as representações sociais contemporâneas deste território urbano o associam à presença de grupos transgêneros e homossexuais, diferentemente das representações oficiais da cidade.

No mesmo sentido, de pensar o espaço urbano em suas relações com gênero e sexualidade, Marcos Sardá-Vieira, Ivone Maria Mendes Silva e Reginaldo José de Souza, em *Cidade Solidária e Não*

Monogamia: reavaliando a finitude e os vínculos afetivos, definem como determinadas práticas heterossexistas configuram as áreas urbanas. Tendo uma cidade de médio porte no interior do Rio Grande do Sul como campo de pesquisa, os autores e a autora pleiteiam por novos modelos de vivências no espaço urbano. Propõem modelos mais solidários, que levem em conta a existência de vínculos sociais e afetos não monogâmicos.

Na sequência, temos dois artigos que abordam a temática das violências baseadas em gênero, tópico relembrado anualmente no dia 25 de novembro - Dia Internacional pela Eliminação das Violências contra as Mulheres - que, infelizmente, é um tema que está presente em todos os números dos Cadernos, devido à gravidade deste problema social no Brasil. Não por acaso, fechamos este número sob o impacto de dois terríveis feminicídios ocorridos nos últimos dias de novembro de 2025 nos espaços acadêmicos, onde produzimos teoria feminista: o da estudante de pós-graduação em Inglês da UFSC, Catarina Kasten, na praia do Matadeiro, em Florianópolis; e o da professora Allana de Souza Pedrotti e da psicológa Layse Costa Pinheiro, no CEFET Maracanã, onde trabalhavam no Rio de Janeiro.

Em *Public policies aimed at combating violence against women in Brazil: a case study,* Palloma Rosa Ferreira e Diego Neves de Sousa lançam um olhar atento sobre as ações públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, a partir do exemplo da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Escrito em inglês, o texto apresenta para um público maior a extensão das políticas públicas brasileiras de enfrentamento às violências de gênero, assim como as realidades das mulheres e os desafios teóricos e políticos deste campo social que envolve os campos do judiciário, da assistência social e o universo acadêmico.

Também neste tema, Auricelia de Aguiar Silva e Dimas dos Reis Ribeiro examinam as percepções da violência de gênero e sexualidade no meio escolar. No artigo *A representação da violência de Gênero e Sexualidade: percepção de estudantes e professoras/es de uma escola pública de Imperatriz, Maranhão,* eles observam que o meio social tem forte influência sobre os/as estudantes e que a violência é reproduzida de forma naturalizada no espaço escolar. Concluem que falta discussão e ações para combater as violências de gênero na escola e que são necessárias ações imediatas para reverter o grave quadro atual da problemática.

Por fim, o último artigo publicado neste número é *Um estudo sobre a Associação de mulheres AMAFPA, no município de Terra Nova*

do Norte/MT, no qual Ana Claudia Taube Matiello investiga o papel de uma organização de mulheres que atua no campo, com questões de trabalho e educação. Sua análise da Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia (AMAFPA) evidencia tanto a organização coletiva das mulheres em contexto rural, quanto o impacto do modelo na autonomia econômica dessas interlocutoras. Destaca a relação entre gênero, educação e desigualdades estruturais (como políticas públicas insuficientes e violência familiar), mostrando que os desafios enfrentados pelas mulheres do campo são similares a outros debates no campo dos estudos feministas e rurais.

Na seção **Entrevista,** a socióloga catarinense Anita Moser conversa com a pesquisadora Bárbara Amorim sobre sua contribuição na consolidação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina em entrevista do projeto "Outros Olhares" do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC). Sua experiência como docente acompanha a história dos 50 anos do curso de Ciências Sociais da UFSC, onde contribuiu com um estudo pioneiro de gênero e trabalho com o livro resultante de sua dissertação de mestrado - *A nova submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial (1985)* - e para a consolidação do campo da Sociologia do Trabalho, ministrando disciplinas e levando estudantes em visitas exploratórias ou pesquisas de campo à indústria catarinense.

Por último, temos duas resenhas de livros. A primeira é de Gabriela Cavalcanti Maciel, que faz uma leitura atenta e rigorosa da obra de Mariléa de Almeida, *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas,* para a escrita de sua **Resenha** *Corpo, memória e território: práticas de resistência no Devir Quilomba*. Nela, a resenhista valoriza a originalidade dos conceitos propostos no livro, como "governamentalidade racista" e "dispositivo da ancestralidade", e mostra como estes contribuem para um reposicionamento epistemológico no campo dos feminismos negros e dos estudos sobre quilombos. Outro mérito da resenha é a forma como articula a dimensão acadêmica e política do livro, evidenciando sua potência como referência para debates sobre gênero, raça e território.

E a segunda resenha traz a contribuição do livro *Políticas e culturas alternativas da menstruação: resistências contra-hegemônicas a partir dos corpos que sangram* da autora feminista basca Miren Guilló Arakistain ao campo da antropologia e estudos de gênero / reprodutivos. O texto localiza os/as/es leitores/as no debate, lançando questões a serem pensadas também nos contextos brasileiros. Escrita em linguagem não binária, esta resenha assinada por Marina Dutra Soncini e Miriam

Pillar Grossi situa o conteúdo do livro a partir de teorias e conceitos do campo, trazendo uma visão atualizada das relações entre corpo e política.

Para finalizar, agradecemos mais uma vez a colaboração do curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que contribuiu com a capa desta edição **(O estranho infamiliar)** através da estudante Bianca Petry Bortoluzzi sob a supervisão da professora Rosa Blanca Cedillo e todas/es pareceristas que gentilmente doaram tempo e conhecimento para avaliar e contribuir ao fortalecimento dos estudos feministas no Brasil.

Desejamos a todos/as/es uma ótima leitura deste número nestes últimos dias do ano de 2025.

Boa leitura!

Miriam Grossi - Coordenação Editorial

Carolina Bergmann

Izabela Liz Schlindwein

Juliana Cavilha

Priscilla Gusmão

Equipe editorial dos Cadernos de Gênero e Diversidade

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Os direitos sexuais e reprodutivos em perspectiva interseccional:
uma análise dos discursos sobre controle de natalidade proferidos pelo deputado federal Jair Messias Bolsonaro

Laura Gomes Barbosa, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*
Giulia Gouveia Siqueira P. Homem, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*

Resumo. O presente trabalho buscou compreender, em perspectiva analítica interseccional, como o controle de natalidade foi abordado por Jair Messias Bolsonaro, ao longo dos sete mandatos em que ocupou assento na Câmara dos Deputados. A partir de abordagem qualiquantitativa, foram analisados todos os discursos proferidos em plenário pelo parlamentar. Através da técnica de análise do discurso, foi possível evidenciar que a abordagem do então deputado federal ao tema em questão buscou associar o crescimento populacional ao aumento da pobreza, da marginalidade e da violência, e está, portanto, fortemente atrelada a dois campos semânticos que, nas eleições de 2018, foram fundamentais para a ampliação de sua base eleitoral e consequente vitória: o conservadorismo moral e o combate à criminalidade através do punitivismo.

Palavras-Chave: Jair Bolsonaro. Direitos sexuais e reprodutivos. Controle de natalidade. Interseccionalidade. Discurso parlamentar.

Introdução

Este artigo busca compreender, em perspectiva analítica interseccional, como o tema do controle de natalidade foi abordado pelo então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, mediante análise qualiquantitativa dos discursos proferidos em plenário ao longo dos sete mandatos em que ocupou assento na Câmara dos Deputados, entre os anos de 1991 e 2018. O trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla que buscou lançar luz à trajetória legislativa de Bolsonaro, a fim de identificar os principais fatores que o levaram a expandir e consolidar sua base de apoio entre segmentos sociais distintos e, com isso, viabilizar e alcançar êxito em sua candidatura à Presidência da República no processo eleitoral de 2018 (Goulart, 2024).

Historicamente, a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos se constituiu como uma das principais demandas dos movimentos de mulheres, tornando-se um importante ponto de convergência entre as diferentes correntes do feminismo, sobretudo a partir dos anos 1970 (Scavone, 2010; Del Re, 2009). Deve-se destacar, porém, que tal debate não está isento de ambiguidades e disputas, constituindo um poderoso instrumento catalisador para o surgimento e a consolidação de visões de mundo conservadoras, reacionárias e autoritárias, a exemplo do que se sucedeu no Peru de Alberto Fujimori, na década de 1990 e, na atualidade, na Hungria de Viktor Orbán, nos Estados Unidos de Donald Trump, na Itália de Giorgia Meloni e no próprio Brasil, com Jair Bolsonaro (Vaggione; Machado; Biroli, 2020; Lacerda, 2019; Afshar, 2022).

A disputa presidencial da qual Bolsonaro saiu vitorioso teve como marco a intensa difusão de informações – distorcidas e até mesmo falseadas – sobre temas ligados aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da população LGBTQIAPN+. O foco em tal agenda visava à instauração do pânico moral como prática de campanha (Lacerda, 2019), além de se constituir como um importante ponto nodal, cujo potencial para mobilizar afetos e emoções permitiu a criação de vínculos de pertencimento entre diferentes grupos sociais visando o combate a um inimigo comum (Goulart, 2024; Dietze; Roth, 2020; Laclau, 2013).

Não por acaso, a temática foi preocupação frequente de Bolsonaro durante sua atuação parlamentar, sendo mencionada principalmente a partir da ideia de controle de natalidade como ferramenta de controle populacional e como forma de mitigação da violência, da marginalidade

e da pobreza. Partilhando de uma visão neomalthusiana[1] e reacionária dos direitos sexuais e reprodutivos, o ex-capitão antecipou, naquele momento, o que viria a ser regra no seu governo: o descaso com a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e a ausência de políticas públicas capazes de evitar gestações imprevistas, abortos inseguros e mortes maternas (Brandão; Cabral, 2021; Silva, 2022; Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023).

O controle de natalidade, na visão defendida pelo então deputado federal, estaria atrelado a dois campos semânticos que, na campanha presidencial de 2018, foram fundamentais para a ampliação de sua base eleitoral e consequente vitória. O primeiro deles se refere à dimensão da segurança pública e do combate à criminalidade através do punitivismo, com a defesa de penas mais duras e a redução da maioridade penal, além da facilitação do acesso às armas de fogo pelos cidadãos comuns e a rejeição aos direitos humanos (Parzianello, 2020; Silva; Rodrigues, 2021; Goulart, 2024). O segundo ponto está relacionado ao conservadorismo moral, cujos pilares são a defesa da família tradicional, a oposição ao aborto, o combate à ideologia de gênero e o antifeminismo (Messenberg, 2017; Vaggione; Machado; Biroli, 2020).

A primeira seção deste trabalho enfatiza o caráter histórico e ambíguo das políticas de controle de natalidade. Estas, num primeiro momento, surgem como possibilidade de emancipação das mulheres e de politização da esfera privada e familiar – demandas históricas do movimento feminista – para, logo em seguida, serem cooptadas pelo Estado e pelas elites, transformando-se em um mecanismo eugênico de controle populacional e de controle do corpo e da sexualidade feminina. Em seguida, destacam-se as contribuições que o debate interseccional oferece aos estudos sobre direitos sexuais e reprodutivos e, mais propriamente, as possibilidades conferidas pela interseccionalidade como ferramenta analítica nos estudos sobre controle de natalidade. Por fim, a terceira seção lança luz à trajetória legislativa de Jair Messias Bolsonaro. Mediante análise qualiquantitativa de seus pronunciamentos em plenário, o tema do controle de natalidade foi escrutinado a partir da

[1] A teoria neomalthusiana é herdeira do malthusianismo, abordagem proposta pelo economista inglês Thomas Malthus no final do século XVIII. Preocupado com o crescimento populacional e o esgotamento dos recursos naturais, Malthus propôs a adoção de mecanismos de controle populacional a fim de evitar problemas supostamente decorrentes de um mundo superpopuloso. Os neomalthusianos, por sua vez, argumentam pelo controle demográfico como solução para a pobreza, a miséria, a violência e a crise climática. No entanto, ao propor o controle de natalidade de forma seletiva, ou seja, somente para populações específicas, a corrente neomalthusiana é acusada de adotar métodos eugênicos e racistas de controle populacional (Afshar, 2022).

técnica de análise do discurso e das contribuições da teoria interseccional.

O controle de natalidade como emancipação e como sujeição: ambiguidades em perspectiva histórica

A luta pelos direitos sexuais e reprodutivos se apresenta como basilar para o movimento feminista desde o século XIX, momento em que, nos Estados Unidos da América, as feministas começaram a atuar como movimento organizado em torno da reivindicação pelo sufrágio universal. É neste contexto de busca por direitos políticos pelas sufragistas estadunidenses que a concepção de maternidade voluntária surge como embrionária de uma perspectiva progressista de controle de natalidade (Ribeiro, 2012; Davis, 2016).

Naquele momento, a visão ainda incipiente dos direitos sexuais e reprodutivos estava vinculada – assim como o movimento sufragista também estava – às aspirações e interesses das mulheres brancas burguesas e de classe média. Pouco ou nada refletiam, então, as preocupações das mulheres racializadas e das classes trabalhadoras. Diante deste cenário, Davis (2016) argumenta que o momento inaugural dos debates feministas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos era excludente, já que estava associado a objetivos que só poderiam ser atingidos, naquele contexto, por mulheres detentoras de riqueza material, tais como o acesso a direitos políticos e a busca por maior escolaridade e espaço no mercado de trabalho, além de maior autonomia frente às obrigações domésticas e familiares (Ribeiro, 2012).

De maneira concomitante ao surgimento do movimento pelo controle de natalidade, surgiram também ambiguidades que, posteriormente, denunciariam a cooptação do movimento por setores ligados às teorias eugênicas e racistas que dominavam o ideário científico e político da época. Assim, a ausência de uma perspectiva interseccional sensível aos vieses de raça e classe, aliada à influência da eugenia, solapou todo o potencial progressista e emancipatório do movimento e cedeu lugar a uma lógica racista que negava o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos às mulheres pobres e racializadas. Sob a ótica da interseccionalidade, o controle de natalidade se tornou um mecanismo de controle populacional, na medida em que transformou em "dever" das mulheres racializadas e pobres aquilo que, para as mulheres

brancas, era reivindicado como um direito: o direito de não ter filhos (Davis, 2016; Ribeiro, 2012; Federici, 2019).

No Brasil, o debate inaugural acerca do controle de natalidade, na primeira metade do século XX, estava muito distante do potencial progressista adquirido, até certo ponto, pelo movimento em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos nos Estados Unidos do século XIX. Aqui, em vez de um direito reivindicado por movimentos da sociedade civil organizada, o controle de natalidade foi concebido, desde o início, como uma política de controle populacional baseada em preceitos eugênicos e racistas, a ser implementada de cima para baixo pelo Estado, com o aval da ciência, da Igreja Católica e de entidades internacionais (Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023). A partir da chamada "eugenia positiva", buscava-se o embranquecimento da população mediante o estímulo à reprodução da população branca e à condenação da miscigenação, entendida como caminho para a degeneração do país (Ribeiro, 2012; Werneck, 2004; Schwarcz, 1994).

Quando avançamos nosso olhar para a década de 1980, o ano de 1982 representou um marco nas denúncias sobre políticas que buscavam a redução da natalidade na região Nordeste do país, onde há maior incidência de esterilização e maior concentração de pessoas negras e de baixa renda (Roland, 1995; Ribeiro, 2012). Como reação a tais denúncias, e na esteira do movimento de redemocratização, foi criado no ano de 1983 o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e, alguns anos depois, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023).

Em 20 de novembro de 1991, Dia Nacional da Consciência Negra, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) foi instaurada no Congresso Nacional a fim de apurar aquilo que as feministas negras brasileiras já vinham denunciando desde os anos 1980: planos e práticas de controle de natalidade sobre a população preta e parda do país. O relatório final do documento concluiu que não havia, no Brasil, uma política voltada para a saúde da mulher; que existia interesse internacional na implementação do controle demográfico; que as agências controlistas internacionais forneciam recursos financeiros às nacionais; que o Estado não definiu critérios para a prática da esterilização no país; e que não era possível confirmar que a esterilização cirúrgica foi direcionada às mulheres negras a fim de garantir o controle de natalidade desse grupo, embora essa última questão denotasse a necessidade de desagregar por raça os dados ligados à saúde da

população do país (Damasco; Maio; Monteiro, 2012; Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023).

Ainda, as discussões desencadearam a criação, em 1996 – durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) –, da Lei do Planejamento Familiar, que estabeleceu que a esterilização cirúrgica só poderia ser realizada em mulheres com idade mínima de 25 anos ou que tiverem pelo menos dois filhos, além de denominar punições a quem realizasse o procedimento de forma irregular (Damasco; Maio; Monteiro, 2012).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 mostraram que, embora as regiões Norte e Nordeste do país apresentem as maiores taxas de fecundidade, em ambas também foram registrados os maiores declínios nesses números. Além disso, os dados sugerem que a redução da taxa de fecundidade varia de acordo com cada segmento populacional, sendo maior entre as mulheres negras, pobres, com menor escolaridade e das regiões Norte e Nordeste (Berquó; Cavenaghi, 2006; Ribeiro, 2012). A partir de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2011, também é possível constatar que a esterilização feminina é o método contraceptivo mais utilizado por mulheres na faixa etária de 30 a 34 anos no Brasil (26,7%), ultrapassando inclusive a pílula anticoncepcional (22,8%) (Ribeiro, 2012).

Roland (1995) argumenta que a esterilização abusiva pode se dar tanto na forma de coerção aberta como também através de mecanismos sutis que impactam, direta ou indiretamente, as decisões das mulheres acerca da utilização deste método contraceptivo. Ou seja, embora as mulheres façam suas próprias escolhas, estas escolhas não se dão de maneira autônoma, mas sim mediante condições estruturais que elas, enquanto indivíduos, não são capazes de transformar.

Assim, frente ao caráter ambíguo e potencialmente reacionário que este debate pode adquirir, a retomada, pelos movimentos feministas, de uma visão progressista e interseccional do controle de natalidade deve ocorrer focando menos na escolha individual e mais nas condições sociais de escolha, trabalho e reprodução. Isto implica, por parte desses movimentos, a adoção de uma perspectiva analítica interseccional que compreenda os direitos sexuais e reprodutivos como uma dimensão fundamental e inegociável dos direitos humanos (Roland, 1995;

Brandão; Cabral, 2021; Collins; Bilge, 2020; Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023).

A interseccionalidade como ferramenta de análise

Não se pretende, neste estudo, promover uma discussão aprofundada acerca do conceito de interseccionalidade e seus desdobramentos teóricos. Cientes da complexidade deste debate, nosso objetivo consiste em dar ênfase às possibilidades analíticas conferidas pelo olhar interseccional, na medida em que este contribui para o desenvolvimento de pesquisas, no campo feminista, mais sensíveis às experiências e demandas das mulheres racializadas. Busca-se, assim, superar alguns dos entraves presentes no feminismo hegemônico, onde, como destaca Ribeiro (2012), o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos vem sendo sistematicamente reduzido à demanda pelo direito ao aborto, colocando em segundo plano pautas que são especialmente relevantes para as mulheres negras, tais como a esterilização compulsória e o controle de natalidade como política de Estado.

Formulado no início da década de 1990 pela professora e ativista estadunidense Kimberlé Crenshaw[2], o conceito de interseccionalidade se tornou um marco do feminismo negro. Sua difusão nos meios acadêmico e militante significou um importante ponto de ruptura com o feminismo hegemônico, branco e eurocêntrico, ao lançar luz para o fato de que as mulheres estão posicionadas de maneiras diferentes no campo social, a depender da articulação de categorias como gênero, raça, classe e sexualidade (Piscitelli, 2008; Henning, 2015).

Crenshaw (2002) define a interseccionalidade como um conceito que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes eixos de subordinação. Trata-se, portanto,

[2] Embora a formulação do conceito de interseccionalidade seja atribuída a Kimberlé Crenshaw nos anos 1990, destaca-se que a prática interseccional já estava fortemente presente nos meios militantes dos anos 1960 e 1970. Além disso, muitos autores entendem o emblemático discurso "E não sou uma mulher?", de Sojourner Truth, proferido no século XIX no contexto do movimento feminista abolicionista dos Estados Unidos da América, como um dos momentos inaugurais da perspectiva interseccional (Henning, 2015; Collins; Bilge, 2020).

> especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A perspectiva interseccional evita a apreensão da realidade como um acontecimento uniforme, composto por uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos que estariam igualmente posicionados no campo social. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade amplia horizontes e fornece estruturas conceituais e de análise que permitem compreender de que maneira as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras, são capazes de posicionar diferentes indivíduos em lugares sociais distintos (Collins; Bilge, 2020; Akotirene, 2020).

Do ponto de vista da formulação de políticas, Crenshaw (2002) afirma que um conjunto de violações de direitos humanos fica obscurecido ao não se levar em conta as vulnerabilidades interseccionais de mulheres racializadas e marginalizadas. Ao direcionarmos um olhar interseccional para a formulação de políticas reprodutivas e de bem-estar social, é possível constatar a situação de vulnerabilidade a que estão sujeitas. É precisamente neste ponto que a interseccionalidade contribui para pensar a relação entre exercício pleno dos direitos sexuais e reprodutivos, esterilização em massa de mulheres não-brancas e uma visão neomalthusiana, racista e eugênica do controle de natalidade. As mulheres que estão posicionadas na interseção entre os marcadores de raça, de classe e de gênero são mais vulneráveis às medidas impositivas de controle de natalidade e têm, constantemente, o seu acesso aos direitos sexuais e reprodutivos dificultado ou negado.

Esta visão nos permite conceber com maior clareza as discrepâncias e ambiguidades apontadas por Davis (2016) ao argumentar que todo o potencial progressista do controle de natalidade deixou de existir quando, para determinados grupos de pessoas, ele se tornou uma obrigação e um mecanismo de controle populacional implementado a partir do Estado.

Autoras como Piscitelli (2008) e a própria Crenshaw (2002) concebem a interseccionalidade como uma ferramenta de análise contextualmente definida, que permite conferir atenção localizada e

contingente às desigualdades socialmente percebidas como relevantes no contexto analisado. Tal perspectiva rejeita, portanto, uma visão ampla, generalizante e transcultural da interseccionalidade (Henning, 2015) e é a partir deste ponto de vista que buscamos compreender nosso objeto de estudo.

Parte-se do pressuposto de que as falas sobre controle de natalidade proferidas pelo deputado federal Jair Messias Bolsonaro não se dão em um lugar neutro ou desinteressado. Pelo contrário. Como veremos a seguir, Bolsonaro reproduz em seus discursos, ainda que nas entrelinhas, uma visão de mundo propagada pelas elites nacionais e fortemente presente no imaginário do senso comum da população: a falsa ideia de que a pobreza, a violência e a marginalidade estão diretamente ligadas ao número de filhos e ao crescimento populacional (Roland, 1995).

O controle de natalidade nos discursos do deputado federal Jair Messias Bolsonaro

Neste trabalho, nosso objetivo é compreender como os direitos sexuais e reprodutivos foram abordados por Jair Messias Bolsonaro durante sua trajetória parlamentar. O objeto da pesquisa são os discursos sobre controle de natalidade proferidos pelo ex-capitão em plenário, durante seus sete mandatos como deputado federal, entre 1991 e 2018.

É importante salientar que os parlamentares ocupam posições estratégicas na estrutura social, exercendo influência direta sobre o aparelho estatal e tomando decisões capazes de impactar toda a nação (Mills, 1956 apud Codato; Perissinotto, 2015). Suas funções incluem a busca pelo consenso político, a formulação de políticas públicas, a representação e a negociação de interesses – atividades que, em grande parte, se baseiam na comunicação. Os discursos parlamentares representam um subgênero específico da linguagem política, caracterizando-se pela sua natureza formal e institucional, moldada pelo caráter ritual e pelas normas regimentais do processo legislativo (Bayley, 2004). Além disso, esses discursos são também produtos de variáveis institucionais, políticas e históricas distintas. Este estudo concentra-se nos discursos realizados em plenário e transcritos na página oficial da Câmara dos Deputados, embora reconheça que este recorte aborda

apenas uma das diversas dimensões que compõem a linguagem política institucional no parlamento.

O esforço de compreensão da trajetória pregressa de atores políticos contextualmente relevantes encontra respaldo na matriz teórica formulada por Ernesto Laclau, para quem os sujeitos políticos são formados a partir de articulações discursivas contextuais e precárias entre sujeitos sociais distintos (Goulart, 2024; Laclau; Mouffe, 1987). A abordagem laclauniana nos permite visualizar os principais pontos nodais que levaram Bolsonaro a expandir sua base eleitoral, viabilizando sua candidatura à Presidência da República. Em outras palavras, lança luz sobre os fatores que contribuíram para transformá-lo, de um parlamentar que representa um grupo de interesse específico – a categoria de militares –, a um representante majoritário e, atualmente, a principal liderança da direita brasileira, sendo capaz de unir diferentes forças políticas, da mais moderada à mais radical, em torno de seu nome (Goulart, 2024; Starling, 2022).

Dessa forma, a análise dos discursos de Jair Bolsonaro enquanto legislador é útil para entender a articulação em torno de uma série de tópicos que ganharam força no tecido social brasileiro, permitindo identificar os diversos grupos sociais que o bolsonarismo mobilizou ao longo de sua trajetória parlamentar (Goulart, 2024). Isso porque esses grupos sociais não constituem um bloco homogêneo (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018); ao contrário, são o resultado de uma identificação entre setores que se sentem excluídos das pautas promovidas pelo poder dominante. Estas chamadas “cadeias de equivalência” (Laclau; Mouffe, 1987) expressam-se na ascensão de um novo ator político capaz de alterar a correlação de forças estabelecida.

Metodologia e resultados encontrados

Esse trabalho integrou a agenda de pesquisa do Laboratório de Eleições, Partidos e Política Comparada (LAPPCOM), que teve como objetivo identificar a dispersão temática e temporal da atuação legislativa de Jair Messias Bolsonaro. A pesquisa no âmbito do LAPPCOM combinou abordagens quantitativas e qualitativas, divididas em três etapas: as duas primeiras, de natureza quantitativa; a terceira, qualitativa. Primeiramente, foram mapeados todos os projetos de lei de

autoria de Bolsonaro (Goulart, 2024). Em seguida, organizou-se um banco de dados contendo todos os discursos proferidos em plenário durante seus sete mandatos como deputado federal, entre 1991 e 2018, totalizando 1.542 pronunciamentos. Na última etapa, esses discursos foram analisados qualitativamente, utilizando dois sistemas de categorização: 1) a divisão temática disponibilizada pelo site da Câmara dos Deputados, que organiza a produção legislativa desde 2003 em 31 categorias, conforme o setor de Dados Abertos da Câmara; e 2) as 56 categorias do *Comparative Manifesto Project* (CMP), detalhadas em um manual (Lacewell; Wolkes; Werner, 2014) que orienta os codificadores quanto aos domínios e códigos, incluindo descrições breves para cada categoria. O objetivo foi estabelecer uma métrica comum que padronizasse a categorização dos conteúdos discursivos, reduzindo a subjetividade e permitindo maior comparabilidade entre análises (Goulart, 2024). No entanto, a codificação dos discursos não foi considerada no presente trabalho.

A partir da leitura inicial dos discursos de Bolsonaro durante a pesquisa do LAPPCOM, constatou-se uma presença significativa de pronunciamentos cujo foco principal era o controle de natalidade. Levando em conta a natureza desses discursos e a posterior ascensão desse ator político à Presidência da República, consideramos fundamental compreender a dimensão de sua atuação em relação a essa temática. Assim, retomamos nosso banco de dados e, em uma nova leitura dos discursos, identificamos palavras-chave frequentemente usadas pelo ex-deputado ao abordar o controle de natalidade. As principais foram: natalidade (42 discursos), laqueadura (23 discursos), vasectomia (23 discursos) e esterilização (10 discursos). Utilizando essas palavras-chave, selecionamos os pronunciamentos para análise neste estudo. No total, encontramos 53 discursos que tratam diretamente do controle de natalidade, representando 3,4% do universo de pronunciamentos. Com esses dados em mãos, foi possível investigar a frequência desses discursos ao longo de cada mandato do ex-deputado.

A distribuição encontrada foi a seguinte: de 1991 a 1995 (primeiro mandato) – seis discursos (11,32%); de 1995 a 1999 (segundo mandato) – cinco discursos (9,43%); de 1999 a 2003 (terceiro mandato) – quatro discursos (7,55%); de 2003 a 2007 (quarto mandato) – vinte discursos (37,74%); de 2007 a 2011 (quinto mandato) – onze discursos (20,75%); de 2011 a 2015 (sexto mandato) – sete discursos (13,21%), tendo o último pronunciamento sido realizado em seis de novembro de 2013; de 2015 a

2019 (sétimo mandato), momento em que teve início sua campanha presidencial, nenhum discurso acerca do tema foi realizado.

O primeiro pronunciamento ocorreu em 1991, mesmo ano em que a CPMI destinada a investigar a esterilização em massa de mulheres no país foi instaurada. Jair Bolsonaro chega a comentar o objeto de investigação desta CPMI em seu discurso, afirmando que "se tais procedimentos médicos não tivessem sido realizados, certamente teríamos, hoje, mais 10 ou 12 milhões de menores em situação irregular, engrossando a multidão de crianças que se acham em completo estado de miséria" (Brasil, 1991). Já em 1993, ano em que o relatório final da CPMI foi elaborado, o então deputado propôs o Projeto de Lei 4322/1993, que dispõe sobre a realização de laqueadura tubária e vasectomia para fins de planejamento familiar e controle de natalidade, visando a ampliação do acesso a laqueaduras de trompas a partir de uma justificativa que associa a pobreza e a criminalidade à suposta lacuna de controle de natalidade no Brasil (Goulart, 2024).

Durante o seu quarto mandato como deputado federal, o tema do controle de natalidade destacou-se como uma pauta recorrente na atuação parlamentar de Bolsonaro. Nesse período, ele proferiu 20 dos 53 discursos que abordaram o tema. Essa frequência pode ser associada a dois principais fatores. Em primeiro lugar, às políticas de bem-estar social e inclusão das camadas mais pobres da população promovidas durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como Presidente da República (Silva, 2022), como será discutido mais adiante. Em segundo lugar, à Proposta de Emenda à Constituição de sua autoria, a PEC 584/2002, apresentada em 5 de dezembro de 2002. Nessa PEC, Bolsonaro propunha que o Estado oferecesse recursos educacionais, materiais e científicos necessários ao planejamento familiar, incluindo a possibilidade de realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização para maiores de 21 anos. Mais tarde, o então deputado federal também elogiou seu filho Flávio Bolsonaro, deputado estadual no Rio de Janeiro à época, pela criação da Lei 4916/2006, que autorizava a laqueadura e a vasectomia para maiores de 18 anos que tivessem pelo menos um filho. Esse tema, portanto, tornou-se uma bandeira familiar, não se restringindo apenas a Jair Bolsonaro.

Na etapa qualitativa desta pesquisa, foi utilizada a técnica de análise de discurso baseada na Análise Crítica do Discurso, que considera a linguagem uma prática social repleta de significados e ideologias, mediando a relação entre o indivíduo e a realidade social

(Bayley, 2004; Orlandi, 2000). Os resultados indicam que as menções aos projetos acima citados ocorreram repetidamente nos discursos, apresentando-os como uma solução para "salvar" o Brasil da violência, a qual seria atribuída principalmente às camadas mais pobres da população. Os termos "pobre", "pobreza", "miséria", "miserável", "miseravelmente" e "miseráveis" aparecem, respectivamente, 28, três, 28, quatro, uma e onze vezes nos discursos analisados em nosso banco de dados. Em seus primeiros mandatos, antes da vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) na eleição presidencial, Bolsonaro frequentemente caracterizava essa parcela da população como principal responsável pelo crescimento demográfico e, por extensão, pelo uso excessivo dos recursos financeiros e energéticos do país e pelos problemas sociais. Assim, em sua visão, o aumento populacional desses grupos representaria uma ameaça ao futuro do Brasil, conforme fica evidente na seguinte declaração: "um efetivo controle da natalidade é que poderá, de vez, afastar confrontos diversos, os fantasmas de uma miséria e violência cada vez mais constantes no Brasil" (Brasil, 1997).

Roland (1995), no entanto, aponta que a ideia de que a queda de fecundidade é capaz de reduzir a pobreza no país é falaciosa e já se mostrou empiricamente equivocada, haja vista que, com o passar dos anos, as mulheres vêm tendo cada vez menos filhos e, no entanto, as mulheres pobres continuam pobres: "A fecundidade foi reduzida no Brasil a um custo altíssimo pago pelas mulheres, a quem foi vendido um sonho impossível de se realizar sem que se altere a cruel concentração de renda no país" (Roland, 1995, p. 510).

Bolsonaro também afirma que a falta do controle de natalidade estaria "gerando cada vez mais e mais habitantes da Febem e de Carandiru", tornando urgente "acabar com esta situação, cortar efetivamente o mal pela raiz, e o controle da natalidade é a única política possível para salvar este país a longo prazo" (Brasil, 1992). Em outro momento, ele alega que "por outro lado, defendo a pena de morte e o rígido controle de natalidade, porque vejo a violência e a miséria cada vez mais se espalhando neste País. Quem não tem condições de ter filhos, não deve tê-los" (Brasil, 1993). O ex-capitão sugere haver uma relação direta entre violência e miséria e o aumento da população, deixando de lado as causas estruturais para o problema da pobreza e da violência, como desigualdade social, políticas econômicas ou acesso desigual a direitos. Ao tratar o controle de natalidade como um método de prevenção contra a criminalidade e a pobreza, o discurso de Jair

Bolsonaro reforça estereótipos de que a marginalização e a violência são causadas pela "excessiva" reprodução de pessoas de baixa renda, criando uma narrativa de que certos grupos são mais "perigosos" ou "problemáticos" para a sociedade e, portanto, devem ser controlados.

Embora não seja explicitado no discurso, a defesa do controle de natalidade para quem "não tem condições" sugere uma proposta direcionada a mulheres pobres, especialmente negras e indígenas. A perspectiva interseccional nos ajuda a entender que essa narrativa penaliza duplamente esses grupos, não apenas pela vulnerabilidade econômica, mas também pelas suas condições raciais e de gênero. Ao focar no controle reprodutivo dessas mulheres, o discurso reforça desigualdades de poder que afetam historicamente grupos racializados.

Além disso, como esses trechos sugerem, o tema do controle de natalidade foi constantemente vinculado às pautas da pena de morte e da redução da maioridade penal, sendo apresentado como uma solução para a segurança pública brasileira. Os termos "pena de morte" e "maioridade penal" foram mencionados, respectivamente, 8 e 27 vezes nos pronunciamentos analisados, reforçando a ênfase punitiva do discurso de Bolsonaro. Esses temas integram o campo semântico do punitivismo, que se tornou um dos pilares de sua campanha presidencial em 2018. Nesse contexto, o controle de natalidade, associado a uma retórica de "ordem" e de "punição", endossou a ideia de um Estado que deveria regular a população pobre, vista como potencial geradora de violência.

No recorte abaixo, tanto o controle de natalidade quanto a redução da maioridade penal surgem como medidas para lidar com a violência e a criminalidade, mas por meios distintos: o controle de natalidade visa reduzir o número de "futuros delinquentes", enquanto a redução da maioridade penal serve para punir aqueles que, segundo Jair Bolsonaro, já não têm como ser recuperados.

> Para terminar este assunto [redução da maioridade penal] e ouvir o aparte dos colegas, digo que a própria Deputada Rita Camata, ontem, entregou um discurso como lido. Ela é contra, e uma frase sua é bastante importante: "[Devemos dar] proteção integral à infância, desde a gestação, no pré-natal, atendimento em creche, pré-escola, ensino fundamental, médio e profissionalizante". Ou seja, faça filho que o Governo garante. (...) Temos que enfrentar essa questão. Quem não tem recursos continua parindo, fazendo cada vez mais filhos, de forma inconsequente, o que gera violência. Não temos como educar essa molecada. A grande verdade é esta: da maneira como se faz filho no País, não temos como educar a maioria da nossa juventude ou,

> se a educarmos, será de forma tão precária que ela não terá futuro nenhum (Brasil, 2007).

Para o ex-deputado, que comenta até mesmo sobre a China utilizar pílulas de aborto na tentativa de conter a natalidade, a única forma efetiva de estabelecer políticas de planejamento familiar para a população de baixa renda é através dos procedimentos cirúrgicos, uma vez que este grupo era tido por ele como ignorante, como afirma no seguinte trecho: "É preciso dar meios para controlar a sua prole a quem, lamentavelmente, é ignorante. Nós controlamos a nossa, mas o pessoal pobre não controla a dele. E há o interesse atrás do voto fácil dessa gente para outros se perpetuarem no poder." (Brasil, 2011). Assim, qualquer possibilidade de decisão individual, autônoma e informada acerca dos direitos sexuais e reprodutivos para a população de baixa renda é descartada (Afshar, 2022; Scavone, 2010). Ainda, segundo Bolsonaro, o pensamento machista impedia que a maioria dos homens realizasse a vasectomia (Brasil, 2007). Logo, é possível inferir que sua defesa do controle de natalidade estava direcionada às mulheres, sobretudo às pobres, negras e indígenas, tendo em vista que este grupo caracteriza a maioria das pessoas em situação de pobreza no país (Cabral, 2022).

No trecho abaixo, é possível observar que, para Jair Bolsonaro, a legalização da laqueadura e da vasectomia é considerada uma solução ampla para uma série de problemas sociais. Em sua visão, a implementação dessas práticas traria impactos positivos a curto, médio e longo prazo, tanto para o sistema de saúde quanto para a educação e o mercado de trabalho. Mais uma vez, ele aponta o controle populacional como medida capaz de resolver problemas estruturais. Ao falar sobre "filhos de mães que não têm a mínima condição de fornecer uma retaguarda aos educandos" (Brasil, 1997), Bolsonaro sugere que as famílias de baixa renda são incapazes de oferecer um ambiente adequado para o desenvolvimento educacional de seus filhos. Esse discurso carrega um estigma em relação às classes mais baixas, associando a pobreza à irresponsabilidade reprodutiva e ao fracasso educacional.

> Os primeiros efeitos positivos da legalização da laqueadura e vasectomia [serão sentidos] já nos próximos anos, já que muitas mulheres deixarão de ocupar os leitos hospitalares para ter filhos indesejáveis ou não programados. Nos próximos dez anos serão bancos escolares que deixarão de estar preenchidos por filhos de mães que não têm a mínima condição de fornecer uma retaguarda aos educandos que nada aprenderão nos bancos escolares. Daqui a 13 anos sentiremos a redução de menores de ruas; e, a 20, menos

> desempregados por falta de qualificação. Enfim todos ganharão (Brasil, 1997).

O uso de discursos que associam pobreza, criminalidade e o aumento da violência à fecundidade de mulheres pobres e racializadas revela uma visão que vai além da simples política populacional. Bolsonaro, ao afirmar que o controle de natalidade é a solução para os "fantasmas da miséria e violência", não apenas adota uma visão racista e classista, mas também faz uma correlação errônea entre o aumento da população empobrecida e o agravamento de problemas sociais. Ao longo de suas falas, ele não apresenta uma análise crítica da concentração de renda e das desigualdades estruturais que geram pobreza, mas coloca a culpa do empobrecimento nas próprias pessoas que, para ele, são incapazes de controlar sua reprodução.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assume a Presidência da República, no ano de 2003, o debate parece tomar posições ainda mais radicais, uma vez que Jair Bolsonaro passa a discursar explicitamente sobre uma suposta relação entre as políticas de transferência direta de renda para pessoas em extrema pobreza, como o Bolsa Família, e as vitórias eleitorais do PT. Segundo ele, o partido não propunha políticas públicas de controle de natalidade porque almejava o crescimento populacional dos mais pobres, que recebiam um aumento da renda proveniente do Bolsa Família a cada filho que nascesse. Logo, com a ampliação desta camada social marginalizada economicamente, também se ampliariam os votos a serem recebidos pela legenda petista, haja vista que, para ele, "só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar" (Brasil, 2013).

Bolsonaro chegou a afirmar que haveria uma "favelização do Brasil em cima do Bolsa Família" (Brasil, 2011). No entanto, na realidade, esse programa foi um instrumento essencial no combate à fome, contribuindo significativamente para a redução da pobreza e da miséria no país nas últimas décadas (Silva, 2022). É importante destacar que, ao assumir a Presidência, o ex-capitão rompeu com as políticas de assistência social, buscando deslegitimar os programas de transferência de renda implementados pelos governos petistas (Silva, 2022). Isso é ilustrado em declarações como: "Não podemos falar em combate à fome, à miséria e à violência no País sem controle da natalidade. (...) Esses [beneficiários] vão ser apenas mão-de-obra não especializada e, no futuro, clientes de bolsas, como o Bolsa Família" (Brasil, 2007). Além do Bolsa Família,

outros programas, como o Cheque-Cidadão e o Restaurante Popular, também foram alvo de críticas, por, segundo ele, atenderem a uma "massa que infelizmente nada produz" (Brasil, 2006).

> Não podemos conviver com essa taxa de natalidade, mas, logicamente, isso é bom para governos corruptos e populistas, porque mais cidadãos e mais títulos de eleitor ajudam a perpetuá-los. Estão aí os projetos sociais permanentes, como o Bolsa Família, a cesta básica, o cheque-cidadão, o restaurante popular etc. O Governo Lula gosta muito de pobre, sim. Afirmou isso. Só faltou um complemento: com título de eleitor (Brasil, 2006).

Em direção similar, Bolsonaro alega que a ausência de políticas de incentivo aos procedimentos cirúrgicos de esterilização representaria uma estratégia para instaurar a "ditadura do proletariado": "Ou seja, quanto mais pobre, miserável e sem cultura, mais gente com título de eleitor na mão para manter no governo, que o escraviza. Onde nós vamos parar? É a ditadura do proletariado" (Brasil, 2011). Um exame de nosso banco de dados demonstra a recorrência de palavras-chave que remetem à legenda petista: o termo "PT" foi mencionado setenta vezes, seguido por "Lula" – 41 vezes, "Bolsa Família" – vinte vezes, e "Dilma" – cinco vezes.

Dessa forma, revela-se o caráter fortemente antipetista e excludente da atuação parlamentar de Jair Bolsonaro, frequentemente permeada por atitudes de hostilidade racial e de classe, especialmente direcionadas a mulheres de grupos socialmente marginalizados. Sua retórica legislativa sobre o controle de natalidade pode ser interpretada como um discurso de ódio contra essas populações, na medida em que o ex-deputado recorre a termos que insultam, intimidam e assediam pessoas com base em sua raça, classe e gênero. Esse discurso legitima atitudes discriminatórias e incentiva a hostilidade da maioria social contra esses grupos (Brugger, 2007; Diaz, 2011).

É importante observar que o uso de discursos de controle populacional na política pode ser entendido como parte de uma estratégia eugênica, que historicamente procura regular o crescimento de populações racializadas e economicamente vulneráveis, com o pretexto de "proteção" da ordem social e econômica. Essa retórica ignora as condições estruturais que perpetuam desigualdades, colocando a responsabilidade da exclusão sobre as próprias vítimas. Tal postura não apenas desumaniza esses grupos, mas também serve para consolidar um

modelo de política pública que deslegitima as políticas de inclusão social e transfere o foco da ação pública para o controle dos mais vulneráveis, ao invés de combater as causas reais da pobreza e da exclusão.

Isto é, o controle de natalidade proposto por Bolsonaro, como vemos, está diretamente ligado a uma visão eugenista, em que a população negra e pobre é vista como um "problema" a ser controlado, regulado e, em última instância, "desprezado" através de políticas que buscam eliminar ou restringir sua capacidade de reprodução. Sua visão de "pobreza" e "ignorância" torna evidente a forma como ele percebe esses grupos: como uma massa passiva, submissa e incapaz de tomar decisões informadas sobre sua própria reprodução. Ao falar sobre a esterilização de mulheres e homens pobres como uma "solução", Bolsonaro não só desrespeita o direito ao planejamento familiar, mas também reforça o estigma de que a pobreza é um problema que deve ser extinto, e não o resultado de profundas desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Sua visão de controle de natalidade e esterilização revela também um desprezo pela autonomia desses grupos, sobretudo das mulheres, ao passo que são estas que engravidam. Ele sugere que, devido à sua condição de "ignorância", essas mulheres não são capazes de tomar decisões sobre seus próprios corpos. Tal abordagem desconsidera não só a autonomia reprodutiva das mulheres, mas também o direito à informação, ao acesso à saúde e ao respeito pelas escolhas individuais e coletivas. As falas de Bolsonaro deixam claro que a ideia de "controle de natalidade" não se traduz em um esforço para promover o acesso a métodos contraceptivos de forma inclusiva e democrática, mas em um programa coercitivo que visa reduzir a população de determinados grupos sociais.

Além da presença de valores eugênicos e racistas, bem como o forte vínculo com o ideário punitivista, percebe-se, nas falas de Bolsonaro, uma compreensão do controle de natalidade como política de Estado a ser implementada de cima para baixo. Esta visão de política *top-down* deixa de lado um preceito basilar dos movimentos feministas contemporâneos: a ideia de que "nosso corpo nos pertence" (Scavone, 2010). Ao ignorar qualquer possibilidade de agência autônoma e informada por parte das mulheres, o controle de natalidade defendido pelo ex-capitão normaliza o assujeitamento e o controle do corpo, que estaria, portanto, "à mercê de políticas morais, religiosas ou demográficas de Estado" (Scavone, 2010, p. 49). É precisamente neste

ponto que o campo semântico do conservadorismo moral, considerado fundamental para a vitória de Bolsonaro em 2018 e sua consolidação como liderança da direita brasileira, entra em cena.

Embora Jair Bolsonaro não mencione diretamente, uma análise interseccional de seus discursos revela que seu alvo específico tem gênero, raça e classe definidos, evidenciando uma retórica que visa, na prática, controlar os corpos de mulheres pobres e racializadas. Ao propor políticas de controle de natalidade sob o pretexto de combater a violência e a pobreza, Bolsonaro esvazia o potencial emancipador desse direito, concebido como uma conquista histórica das mulheres para decidir sobre seus próprios corpos. Nesse contexto, ele transforma o controle de natalidade em um mecanismo de regulação social voltado a reduzir a presença e a reprodução de determinados grupos. Essa perspectiva é sintetizada nas palavras de Lélia Gonzalez: “Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é” (González, 1984, p. 225-226).

Considerações finais

Este trabalho buscou compreender como os direitos sexuais e reprodutivos foram abordados pelo ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro em seus discursos parlamentares sobre controle de natalidade. Embora historicamente esses direitos sejam pautas dos movimentos feministas, a apropriação do tema por setores reacionários e conservadores revela seu potencial estratégico. O debate tem sido eficaz na mobilização de diferentes grupos sociais em torno de objetivos comuns, como a defesa da pátria, da família tradicional e da lógica de acumulação capitalista, colocando em oposição qualquer elemento – indivíduos, movimentos sociais ou instituições – que possa ameaçar a estabilidade dessas estruturas.

Uma análise interseccional permite evidenciar como os discursos de Bolsonaro em defesa do controle de natalidade se distanciam de uma perspectiva progressista dos direitos sexuais e reprodutivos, que busca conferir autonomia, informação e poder de decisão às mulheres, especialmente às das camadas mais vulneráveis. Ao associar o aumento da pobreza, da marginalidade e da violência ao crescimento populacional, e propor o controle de natalidade como solução, o

ex-deputado desconsidera as verdadeiras causas históricas e estruturais do empobrecimento e da escalada da violência – em particular, a crescente concentração de riqueza gerada pelas relações capitalistas de produção.

Embora nos últimos mandatos de Bolsonaro como deputado federal o tema do controle de natalidade tenha sido progressivamente preterido em seus discursos em plenário, é possível observar que a visão de mundo expressa nesses pronunciamentos permaneceu fortemente presente durante sua campanha presidencial e seu governo. A estrutura e atuação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, liderado pela controversa Damares Alves, e o apoio do Brasil à Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família[3] – ao lado de países como os Estados Unidos de Trump, Arábia Saudita, Sudão e Hungria – evidenciam o alinhamento entre as falas de Bolsonaro no parlamento e suas ações como chefe do Executivo. Esse posicionamento representa não apenas uma ameaça aos direitos das mulheres, mas também uma violência contra pessoas pobres e racializadas, revelando o caráter misógino, racista e aporofóbico presente tanto em sua performance parlamentar quanto em sua gestão no Executivo.

Observa-se que a ausência de referências ao controle de natalidade no último mandato de Bolsonaro (2015-2019), às vésperas da campanha eleitoral, pode estar ligada à predominância de outros temas discursivos, especialmente ataques à diversidade de gênero e sexualidade, que se tornaram pautas centrais no debate político da época. O foco intenso nas questões de "ideologia de gênero" e na educação para a diversidade em escolas e universidades parece ter sido uma estratégia deliberada para desviar a atenção de temas mais delicados e potencialmente polarizadores, como o controle de natalidade. Assim, é possível que a questão do controle populacional tenha sido relegada a segundo plano, dadas suas implicações eugênicas e discriminatórias, que poderiam tornar o discurso impopular entre as classes mais pobres. Esse direcionamento discursivo pode refletir uma tentativa de evitar reações

[3] Assinada pelo Brasil em outubro de 2020, a Declaração do Consenso de Genebra restringe os direitos reprodutivos e o que se entende por família, além de consolidar, entre os países signatários, uma aliança em defesa da vida desde a sua concepção e contrária ao aborto em qualquer hipótese - inclusive nos casos previstos em lei. Em janeiro de 2023 – início do terceiro mandato presidencial de Lula (PT) –, porém, o governo brasileiro atualizou seu posicionamento com relação à pauta das mulheres e comunicou o desligamento do país do referido documento (Fernandes, 2020; Brasil, 2023).

negativas da opinião pública, priorizando pautas mais ideológicas que permitissem um alvo político mais facilmente identificável. Uma agenda de pesquisa focada nessa questão poderia aprofundar a análise das estratégias discursivas adotadas nesse período e de como elas foram moldadas pelas tensões políticas e sociais em curso.

Por fim, os resultados deste estudo revelam a complexidade do discurso de Jair Bolsonaro sobre o controle de natalidade, evidenciando como suas proposições legislativas e declarações públicas articulam-se nas interseções de classe, raça e gênero. Embora tenhamos mapeado e analisado um recorte específico de seus pronunciamentos, permanecem questões a serem exploradas: em que medida esses discursos influenciaram suas campanhas eleitorais? Até que ponto essa retórica se refletiu na formulação de políticas públicas voltadas para populações vulneráveis, especialmente mulheres? Essas lacunas abrem espaço para novas investigações, que poderiam examinar as consequências práticas dessas ideias ou compará-las a outros contextos políticos. Esperamos que este trabalho sirva como ponto de partida para reflexões futuras sobre o papel do discurso político na perpetuação das desigualdades estruturais no Brasil.

Referências

AFSHAR, Yasmin. O neomalthusianismo de Jair Bolsonaro. **Jacobin Brasil**, 2022. Disponível em: https://jacobin.com.br/2022/03/o-neomalthusianismo-de-jair-bolsonaro/. Acesso em: 11 dez. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

BAYLEY, Paul. Introduction: the whys and wherefores of analysing parliamentary discourse. In: BAYLEY, P. (ed.). **Cross-cultural perspectives on parliamentary discourse**. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no brasil. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], n. 74, p. 11-15, mar. 2006. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002006000100001.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de covid-19 no brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-16, jul. 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/interface.200762.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO XLVI, n 105, 27 de agosto de 1991, p. 48. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27AGO1991.pdf#page=48. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO XLVII, n 178, 24 de outubro de 1992, p. 49. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24OUT1992.pdf#page=48. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. D**iário da Câmara dos Deputados**, Brasília, 08 de fevereiro de 1993. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09FEV1993.pdf#page=78. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro,

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO LXI, n 124 , 14 de julho de 2006, p. 36. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD14JUL2006.pdf#page=36. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO LXII, n 30, 15 de fevereiro de 2007. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=013.1.53.O&nuQuarto=30&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:27&sgFaseSessao=GE&Data=15/02/2007&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:27

&txEtapa=. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO LXVI, n 36, 3 de março de 2011, p. 278. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03MAR2011.pdf#page=278. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ANO LXVIII, n 197, 7 de novembro de 2013, p. 106. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD00201311070019700 0.PDF#page=106. Acesso em: 20 out. 2023. Discurso do deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

BRASIL. Desligamento do Brasil do Consenso de Genebra: nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Governo Federal. Ministério das Relações Exteriores**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/desligamento-do-brasil-do-consenso-de-genebra. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRUGGER, Winfried. Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. **Direito Público**, [S. l.], v. 4, n. 15, 2010.

CABRAL, Umberlândia. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. **Agência de notícias IBGE**, [*S. l.*], p. 1-1, 11 nov. 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento. Acesso em: 3 jun. 2023.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015.

COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 133-151, abr. 2012. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2012000100008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL RE, Alisa. Aborto e contracepção. In: HIRATA, H. *et al* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DÍAZ, Álvaro Paúl. LA PENALIZACIÓN DE LA INCITACIÓN AL ODIO A LA LUZ DE LA JURISPRUDENCIA COMPARADA. **Revista Chilena de Derecho**, [S.L.], v. 38, n. 3, p. 573-609, dez. 2011. SciELO Agencia Nacional de Investigacion y Desarrollo (ANID). http://dx.doi.org/10.4067/s0718-34372011000300007.

DIETZE, Gabriele; ROTH, Julia. Right-wing populism and gender: a preliminary cartography of an emergent field of research. In: DIETZE, G.; ROTH, Julia (eds.). **Right-wing populism and gender:** european perspectives and beyond. : Transcript Publishing, p. 7-21, 2020.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Marcella. O que é a declaração antiaborto que Brasil e EUA articulam e qual seu impacto. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2020. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/603997-o-que-e-a-declaracao-antiaborto-que-brasil-e-eua-articulam-e-qual-seu-impacto. Acesso em: 13 dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GOULART, Mayra. Da Diferença à Equivalência: Hipóteses Laclaunianas sobre a Trajetória Legislativa de Jair Bolsonaro. **Dados**, v. 67, n. 1, p. e20210153, 2024.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos

acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 97, 25 dez. 2015. Universidade Estadual de Londrina. http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MESSENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 621-648, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Pontes Editores: Campinas, 2000.

PARZIANELLO, Geder Luis. O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, [S.L.], v. 12, n. 36, p. 49-64, 8 mar. 2020. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). http://dx.doi.org/10.23925/v12n36_dossie3.

PEIXOTO, Valdenizia Bento; SALVADOR, Evilasio; BIANCHETTI, Ana Luiza. Direitos Sexuais e Reprodutivos: políticas e orçamentos nos governos temer e bolsonaro. **Argumentum**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 23-37, 24 abr. 2023. Universidade Federal do Espírito Santo. http://dx.doi.org/10.47456/argumentum.v15i1.39017.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da Esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. **Cadernos IHU ideias**, v. 16, n. 278, p. 3-15, 2018.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247.

RIBEIRO, Jullyane Carvalho. “Só corpo, sem mente”: direitos reprodutivos, imaginário social e controle sobre os corpos das mulheres

negras. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [S. l.], v. 11, 2013.

SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 86, 25 abr. 2021. Universidade Estadual de Londrina. http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n1p86.

ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 506-514, 1995.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. **Gênero**. Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 8, n. 20, p. 137-152, abr. 1994. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000100017.

SILVA, Marina de Macedo. O desmonte da assistência social no governo Bolsonaro. In: ZIMMERMANN, C. R.; CRUZ, D. U. (orgs.). **Políticas sociais no governo Bolsonaro:** entre descasos, retrocessos e desmontes. Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, p. 253-278, 2022.

STARLING, Heloisa Murgel. Brasil, país do passado. In: STARLING, H. M.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. **Linguagem da destruição:** a democracia brasileira em crise. São Paulo: Companhia das Letras, p. 70-119, 2022.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia:** disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, p. 13-40, 2020.

WERNECK, Jurema. O belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. In: ROTANIA, A.; WERNECK, J. (eds.). **Sob o Signo das Bios:** vozes críticas da sociedade civil. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, p. 49-62, 2004.

Sexual and reproductive rights from an intersectional perspective: an analysis of federal deputy Jair Messias Bolsonaro's speeches on birth control

ABSTRACT: This study employs an intersectional analytical perspective to delve into the manner in which Jair Messias Bolsonaro addressed sexual and reproductive rights throughout his seven terms in the Chamber of Deputies. Employing both qualitative and quantitative methods, the research scrutinized all the plenary speeches delivered by the congressman. The findings revealed that Bolsonaro consistently expressed concerns about birth control. Utilizing discourse analysis, it became evident that the former federal deputy's approach to the issue aimed to correlate population growth with an escalation of poverty, marginalization, and violence. Consequently, this perspective was closely tied to two pivotal semantic fields - moral conservatism and the combat against crime through a punitive approach - that played a crucial role in expanding his electoral base and securing victory in the 2018 elections.

KEYWORDS: Jair Bolsonaro. Sexual and reproductive rights. Birth control. Intersectionality. Parliamentary speech.

Laura GOMES BARBOSA,
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Graduada e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM – UFRJ/UFRRJ).

https://orcid.org/0000-0002-8484-8839

Giulia GOUVEIA SIQUEIRA P. HOMEM, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*

Doutoranda e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora adjunta do Laboratório de Partidos, Eleições e

Política Comparada (LAPPCOM-UFRJ/UFRRJ) e do Projeto Mulheres Eleitas.

https://orcid.org/0000-0001-6773-4373

Recebido em: 19/12/2023

Aprovado em: 05/10/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Hierarquias de gênero e raça na elite parlamentar brasileira.

O caso da 55ª legislatura da Câmara dos Deputados

Luiza Aikawa, *Universidade Federal de Minas Gerais*

Resumo. O artigo se debruça sobre as expressões da divisão sexual do trabalho político no primeiro ano legislativo da 55ª legislatura na Câmara dos Deputados. Buscou-se analisar como a divisão sexual influencia a atuação política de deputadas/os, em termos de posições de coordenação política e de temáticas nas quais atuam, assim como sua trajetória em termos de carreira política. O conjunto de parlamentares que têm seus projetos pautados e que participam ativamente dos trabalhos legislativos é fundamentalmente política, refletindo disputas partidárias, estratégias de sobrevivência e hierarquias da organização do trabalho. Discutir os resultados de tais disputas oferece um melhor entendimento das relações de poder dentro e fora do parlamento, assim como do impacto dos papéis de gênero no processo. Não se pretende explicar as causas da desigualdade entre os gêneros na política, mas analisar sua manifestação no trabalho parlamentar e, consequentemente, nas hierarquias do campo político brasileiro.

Palavras-Chave: Carreiras políticas. Desigualdades. Gênero. Divisão sexual do trabalho.

Introdução

O artigo se debruça sobre as expressões da divisão sexual do trabalho político no primeiro ano legislativo da 55ª legislatura na Câmara dos Deputados brasileira (doravante, CD), que teve duração de 2015 a 2019. Busquei analisar como a divisão sexual do trabalho influencia a atuação política de deputadas/os, em termos de posições de coordenação política e de temáticas nas quais atuam, assim como sua trajetória em termos de carreira política. O objetivo foi observar as dinâmicas de hierarquização da atuação parlamentar, centrais para a própria reprodução das normas e rotinas do processo decisório. Mesmo que se possa considerar o conjunto de representantes uma elite em si, compreendo que não há igual acesso a recursos e influência política dentro dos espaços institucionais. O conjunto de parlamentares que têm seus projetos pautados e participam ativamente dos trabalhos legislativos reflete disputas partidárias, estratégias de sobrevivência e hierarquias da organização do trabalho. Busco aqui um melhor entendimento das relações de poder dentro e fora do parlamento, assim como do impacto dos papéis de gênero no processo.

Entendo que, em uma democracia liberal, indivíduos estão inseridos em uma lógica competitiva por recursos escassos. Consequentemente, a estrutura da carreira neste regime tem formato piramidal, no qual a Presidência da República ocupa o topo e as Câmaras de Vereadores ocupam a base (Miguel, 2003). Neste debate, o conceito de Bourdieu (2007) de capital simbólico faz-se importante, enquanto crédito e reconhecimento. O capital político é uma forma de capital simbólico que atribui aos indivíduos a credibilidade de atuação política perante seus pares. Devido à estrutura da carreira política, capitais simbólicos tendem a ser distribuídos desigualmente entre profissionais da política em diferentes níveis da carreira (Miguel, 2003). As oportunidades de acúmulo deste recurso estão limitadas pelas desigualdades de gênero, raça e classe e influenciam diretamente a entrada e ascensão no campo político. O caráter de elite das instituições políticas (Perissinoto e Miríade, 2009) aprofunda desigualdades nestes espaços. Sendo competitiva, a carreira política pode ser analisada pela perspectiva da divisão sexual do trabalho, observando as distintas barreiras que os papéis sociais e políticos de gênero criam e reproduzem.

Para esta pesquisa, mapeei: a ocupação de funções legislativas dos/as parlamentares, na forma de autoria e relatoria de projetos; as posições de organização e definição de agenda do trabalho legislativo, na forma de cargos na Mesa Diretora e as presidências de Comissões Permanentes; e posições de liderança partidária (coordenação política). O primeiro ano legislativo foi selecionado para a análise por ser o período em que o maior número de projetos de lei tende a ser apresentado por parlamentares[1]. Esta legislatura foi escolhida por ser a a representação "do começo do fim" da Nova República, com a conflagração do golpe de 2016 (Miguel, 2016), ou um período de aceleração da tendência de regressão democrática (Avritzer, 2019). Nossas fontes são: (1) o repertório bibliográfico da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; (2) o Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro - CPDOC-FGV; (3) outras fontes de acompanhamento parlamentar, como jornais, observatórios e sites particulares de parlamentares; (4) informações sobre ocupação de cargos legislativos da Câmara dos Deputados; e (5) o sistema de acompanhamento de proposições legislativas da Câmara dos Deputados. Trabalhei com análise de estatísticas descritivas, controlando pelo sexo e raça do/a parlamentar, o que permite compreender a divisão das posições de influência e o impacto do gênero[2] e da raça neste quadro.

1. Discussão da literatura

Há uma significativa literatura sobre representação política que defende algum nível de similaridade entre eleitos e eleitores, a "política de presença". Na clássica tipologia de Pitkin (1967), esta forma de representação, chamada "descritiva", é criticada por enfatizar demasiadamente *quem* representa em detrimento das ideias deliberadas. Este modelo, no entanto, retornou centralmente ao horizonte normativo com a literatura feminista que aborda criticamente a exclusão de mulheres de espaços de poder. Como argumenta Anne Philips (2001), valorizar apenas ideias permite que se justifique que demandas de

[1] O ano de 2015 teve o maior registro de projetos apresentados até então, desde a Constituinte de 1988, com 4.729 proposições. O ano com uma produção legislativa mais próxima a esse até então foi 2011, o primeiro ano da Legislatura anterior, em que foram apresentados 3.466 projetos. Posteriormente, o recorde foi superado pelo primeiro ano da 56a Legislatura (2019), em que foram apresentadas 5.680 proposições.

[2] Infelizmente, dada a escassíssima presença de representantes declaradamente LGBTI+s na Câmara dos Deputados, não trabalharei o impacto do gênero considerando o controle pelas sexualidades dissidentes. Não entendo que uma análise de gênero se esgote em um enquadramento cisheteronormativo, ainda que a análise controle somente pelo sexo das/os parlamentares.

inclusão política por grupos subjugados sejam respondidas sem que membros desses grupos sejam efetivamente incluídos. Nesse contexto, ferramentas que promovam a inclusão de mulheres e, consequentemente, de superação da dicotomia entre representação substantiva e descritiva, voltaram a ser valorizadas e tidas como necessárias. Esta demanda é valorizada em todas as situações em que vozes específicas são silenciadas ou suprimidas e membros de grupos sociais foram intencionalmente dificultados de representar a si mesmos por grupos dominantes na sociedade (Mansbridge, 1999). Ainda que dispositivos legais e formais tenham sido ampliados, processos sociais, políticos e econômicos historicamente construídos ainda operam estruturalmente.

Considerando especificamente a organização do campo político em uma perspectiva bourdiesiana, o conceito de capital delegado e convertido se faz relevante. O capital delegado, intrínseco ao campo político, aumenta conforme o nível do cargo ou instituição ocupada. Simultaneamente, seu acúmulo fortalece as chances de que esta pessoa seja eleita e/ou ocupe um cargo elevado. Dessa forma, o capital político é uma ferramenta de manutenção da elite governante e age como barreira a membros de grupos historicamente excluídos de espaços de poder, que têm baixo acesso a formas de alcançar o campo político. O capital familiar é uma forma de capital delegado que, apesar de relevante para carreiras políticas brasileiras em geral, é especialmente importante para carreiras femininas (Miguel, Marques e Machado, 2015). Ter parentes em posições de liderança facilita a familiaridade com o campo e introduz à pessoa uma rede de conexões e conhecimentos importantes. A marcada presença dos capitais familiar e econômico (este, convertido do campo econômico) na política brasileira contribuem com o distanciamento entre representantes e o eleitorado, além de indicarem um evidente déficit democrático. As fronteiras do campo político, de forma geral, são pouco permeáveis a perfis populares.

O acúmulo de capital político e a ascensão na carreira política estão relacionados ainda ao tempo livre e ao capital cultural de indivíduos e grupos, explicando parcialmente a sobre-representação de profissionais liberais na maioria dos regimes representativos. Este fenômeno se relaciona com a divisão sexual do trabalho, uma vez que a desproporcionalidade do trabalho doméstico realizado por mulheres impacta seu acesso a ambos os recursos, bem como a distribuição

generificada nas profissões mais representadas. A ordem social contemporânea é estruturada de forma patriarcal, racista e capitalista, resultando em uma esfera pública excludente, mas oferece direitos formalmente igualitários, mascarando a influência das relações desiguais, inclusive as que ocorrem na esfera privada. Neste arranjo, o trabalho doméstico e vinculado ao cuidado é entendido como "naturalmente" designado a mulheres, enquanto o trabalho "público" e remunerado é associado aos homens. A política, enquanto epítome da esfera pública, é considerada atividade marcadamente masculina (Miguel e Biroli, 2010). O conceito de patriarcado público de Sylvia Walby (1990) diferencia-se do patriarcado privado, em que a exclusão da esfera pública é utilizada como estratégia de dominação. Em sua forma pública, o patriarcado utiliza-se da estratégia de segregação, admitindo as mulheres em termos desiguais e marginalizando-as a atividades hierarquicamente inferiores.

O campo político se organiza a partir de barreiras à ascensão de certos perfis – hierarquia definida pela desigual distribuição de capital político – e em uma reprodução da divisão sexual do trabalho na organização do trabalho político. Quando mulheres acessam a política profissional, carregam marcas de gênero que as submetem a provas de competência no exercício de seus mandatos somadas às forças simbólicas já presentes no campo (Barreira, 2020). A análise da divisão sexual do trabalho político não supõe uma perfeita reprodução da divisão sexual do trabalho de outros espaços, mas reflete sobre como relações simbólicas se apresentam na estrutura organizacional deste campo para compreender como experiências prévias de desigualdade impactam a representação parlamentar. Uma forma de abordar este fenômeno é utilizando-se de categorias temáticas, como fizeram Miguel e Feitosa (2009), que, analisaram a atuação parlamentar partindo das categorias de *hard*, *middle* e *soft politics*. *Hard politics* inclui temas relacionados ao núcleo do processo político, particularmente questões de poder do Estado e gestão da economia. *Soft politics*, por sua vez, trata de temas sociais e relacionados ao cuidado e reprodução da vida. Neste trabalho, concluíram que deputadas federais tendem a atuar com mais frequência em temas *soft,* como assuntos sociais, direitos humanos e reprodutivos, infância e adolescência. Deputados, enquanto isso, tendem a atuar mais em política econômica e tributária, classificada como *hard politics*.

Um estudo comparado no Cone Sul também observou que deputadas possuem menos chances de serem alocadas a comissões de

peso, como a de Constituição, mesmo quando possuem experiência legislativa prévia (Rezende, 2015). A dedicação a temas *hard* tende a aumentar acompanhando o capital político de parlamentares, e o insulamento de mulheres em temas considerados *soft* e a dificuldade de se envolver nos temas *hard* refletem uma relação de prestígio da atuação com perfil tido como "masculino" (Marques e Teixeira, 2018). A divisão sexual do trabalho político afasta mulheres de temáticas consideradas centralmente políticas até mesmo quando elas já se encontram em posições de poder. Parte desse efeito se dá pela sua atuação profissional anterior ao cargo de representação em áreas relacionadas ao cuidado, uma vez que especializações se reproduzem no campo político (Barreira, 2020). Como apontam Marques e Teixeira (2018), é preciso ter atenção ao utilizar essa classificação, para que não se reforcem estereótipos de gênero ou que sejam apresentados de forma acrítica. A percepção de que temas *hard* agregam mais prestígio e, consequentemente, capital político, é baseada em análises empíricas da atuação de parlamentares influentes em suas legislaturas[3] (Miguel e Feitosa, 2009; Kauppi, 1999).

A superação de múltiplas barreiras institucionais por eleitas não garante que elas estejam em plena relação de igualdade em comparação com eleitos de trajetória similar. A desigual distribuição de recursos políticos escassos frequentemente reforça a marginalização de grupos sociais excluídos. Assim, carreiras políticas tendem a refletir padrões gerais de profissionalização de mulheres na sociedade, cuja dinâmica é fortemente marcada por questões de raça e classe (Hirata e Kergoat, 2007).

2. Apresentação e discussão dos dados

O primeiro aspecto analisado neste trabalho é a distribuição de posições de liderança na CD e as trajetórias típicas de parlamentares que as ocupam. Os partidos políticos regem a distribuição de poder no Legislativo, devido ao fato de que o princípio de proporcionalidade partidária determina a composição de espaços dirigentes, como a Mesa Diretora e as Mesas de Comissões Temáticas. A Presidência da Mesa é

[3] A classificação não se relaciona com o volume de recursos financeiros ou com a influência de temáticas *soft*, particularmente nos casos da saúde e de educação. As hierarquias do campo político sofrem influências diversas e, por vezes, contraditórias. Apesar disso, a diferenciação do prestígio conferido pelos diferentes temas é relevante o suficiente para guiar uma análise sobre a posição de mulheres no Legislativo brasileiro.

distribuída ao partido com a maior bancada e quem a ocupa dirige os trabalhos em Plenário, decidindo sobre a agenda da Casa em conjunto com o Colégio de Líderes. O processo de distribuição das cadeiras em Comissões também cabe às lideranças partidárias, indicando um aspecto relevante para o poder de agendamento da Câmara Baixa. Parlamentares que ocupam estes espaços determinam, inclusive, as possibilidades de atuação parlamentar de todas/os as/os outras/os representantes. Para observar a expressão da divisão sexual do trabalho político sobre carreiras políticas individuais, a unidade de análise deste trabalho é cada parlamentar. Parte-se do entendimento de que em uma organização partidária do trabalho legislativo, líderes distribuem parlamentares em cargos com poder de agenda levando em consideração o potencial estratégico individual de cada pessoa.

A 55ª Legislatura segue o padrão histórico brasileiro em seu perfil marcadamente branco e masculino. Do total de cadeiras, 10% foram ocupadas por 51 deputadas, enquanto as 90% restantes foram ocupadas por 462 deputados. Mesmo que nitidamente desigual em sua representação, a Legislatura teve a maior presença de mulheres da história brasileira[4] até então. No eixo racial, de acordo com a autodeclaração registrada pela candidatura junto ao TSE, a Legislatura teve 80% de parlamentares brancas/os (411 cadeiras) e 20% de parlamentares não-brancas/os, sendo 16% pessoas pardas (81 cadeiras) e 4% pretas (21 cadeiras). A proporção de homens e mulheres é similar entre os grupos branco e não-branco[5]. O modelo de autodeclaração racial possui algumas limitações metodológicas acarretadas por variações regionais da concepção de raça no Brasil. Como destacam Campos e Machado (2020), não há critérios objetivos ou naturais na distinção racial e a autoclassificação utilizada pelo TSE frequentemente possui caráter fluido, polissêmico e até mesmo contraditório entre si.

O reconhecimento e a inclusão simbólica de mulheres em espaços de poder são frequentemente insuficientes e equivocadamente motivados, sendo historicamente pautados na raridade e no reforço da singularidade (Barreira, 2020). Sua entrada na política é ritualizada pela comemoração do "rompimento de barreiras" e pela exaltação de suas

[4] Percentual superado pela 56ª Legislatura, eleita em 2018, que contou com 15% de eleitas. Nestas eleições, a reserva de 30% do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC) e do horário de propaganda eleitoral gratuita (HPEG) dos partidos para as candidaturas de mulheres entrou em vigor pela primeira vez, por uma interpretação do TSE, influenciado o crescimento no número de mulheres eleitas que se observou (Sacchet, 2020).

[5] Assim como ocorreu com as mulheres, a presença de negras/os subiu cerca de 5p.p. nas eleições subsequentes de 2018, apesar de serem fenômenos distintos.

capacidades profissionais, apesar da associação negativa entre mulheres e desempenho político. Ao colocar o sexo e a raça como categorias centrais na análise da atuação parlamentar, busca-se evidenciar a influência de sistemas de dominação sobre a representação política. A trajetória e o posicionamento no campo político de mulheres, homens, brancas/os e não-brancas/os são construídos de formas distintas, uma vez que são marcados permanentemente por questões de gênero e raça. A literatura sugere que conforme o número de membros de grupos subordinados na política aumenta, se intensifica a pressão de convenções sociais que regulam o acesso a posições de poder e diminui a probabilidade de que ocupem esses espaços (Kauppi, 1999). A Mesa Diretora da Câmara é, portanto, o primeiro e mais central espaço a ser analisado.

A primeira Mesa Diretora da 55a Legislatura, eleita para o biênio 2015-2016, teve somente uma deputada em sua composição titular, Mara Gabrilli (PSDB-SP), que ocupou a posição de 3ª Secretária. Luiza Erundina (PSOL-SP) esteve presente enquanto 3ª suplente, cargo que não compõe regimentalmente a Mesa Diretora, mas que tem a responsabilidade de substituir seus membros em sua ausência. Entre 1989 e 2014, apenas uma deputada foi membro da Mesa, durante o biênio 2011-2012, como Vice-Presidente[6]. O biênio em análise foi, portanto, o segundo a ter a presença de mulheres na Mesa, ocupando cargos relativamente inferiores. Vale notar também que, dentre os membros da Mesa, somente o dep. Waldir Maranhão (PP-MA) é pardo, enquanto todas as demais pessoas são brancas. Observar a construção das carreiras dos membros da Mesa Diretora pode auxiliar na compreensão dos filtros que atuam sobre a sua ocupação.

[6] Na Mesa Diretora eleita para o biênio subsequente (2017-2018), a deputada Mariana Carvalho (PSDB- RO) foi eleita 2ª Secretária. Já na 56ª legislatura, a deputada Soraya Santos (MDB-RJ) foi eleita 1ª Secretária da Mesa e a deputada Geovania de Sá (PSDB-SC), 2ª Suplente para o biênio 2019-20. Para o biênio 2021-2022, as deputadas Marília Arraes (PT-PE), Rose Modesto (PSDB-MS) e Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ) foram eleitas 2ª, 3ª e 4ª Secretárias, respectivamente.

Quadro 1. Profissões de membros da Mesa Diretora de acordo com o sexo*

Profissão	Masculino	Feminino	Total
Político Profissional	7 (46,7%)	2 (66,7%)	9 (50%)
Empresário	7 (46,7%)	0	7 (38,9%)
Colunista social	0	1 (33,3%)	1 (5,55%)
Radialista	1 (6,6%)	0	1 (5,55%)
TOTAL	**15**	**3**	**18**

*N = 11.

A Mesa, incluindo suplentes, possui 11 membros. Cada parlamentar pode ter mais de uma entrada devido ao acúmulo de profissões, por isso o N maior do que o número de pessoas.

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

A profissão de política/o profissional, aqui caracterizada pela ocupação de cargos eletivos por pelo menos 8 anos, foi a mais frequentemente citada para a Mesa do biênio 2015-2016. As duas deputadas da Mesa foram assim consideradas, apesar da dep. Mara Gabrilli também ser colunista social. Este acesso a uma plataforma midiática contribuiu para a construção de sua carreira e pode ser considerado uma fonte de capital simbólico que se converte em capital político (Miguel, 2003). Dos parlamentares, apenas Mandetta (DEM/MS) e Ricardo Izar Jr. (PSD/SP) não foram considerados políticos profissionais, por ocuparem cargos eletivos há menos de 8 anos em 2015. Apesar disso, Mandetta havia sido Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande (MS) e Ricardo Izar Jr é filho do político Ricardo Izar, ex-vereador, ex-deputado estadual por quatro mandatos e ex-deputado federal por cinco mandatos. Ambos eram empresários na época de eleição, assim como 7 dos 11 parlamentares da Mesa.

Para as duas deputadas da Mesa eleitas para este biênio, nota-se a ausência de dois tipos de capital comumente mobilizados na política brasileira: o empresarial e o familiar. O último se refere à presença de parentes próximos na política e está presente em parte significativa da elite política brasileira (Miguel, Marques e Machado, 2015). Entre os deputados, três de nove (33,3%) eram detentores de capital familiar, cujos pais apresentam experiência política. O capital familiar é especialmente relevante por proporcionar familiaridade com o campo e

socialização com suas regras, oferecer um nome (ou sobrenome) conhecido, maior visibilidade e uma rede de contatos. É um capital intrínseco ao campo político, expressando socialização política na família. Miguel, Marques e Machado (ibidem) observaram que ele é relevante para deputados e deputadas, mas que para elas os vínculos familiares são de especial importância por ser uma das principais formas de acesso de mulheres a cargos eletivos no Brasil, enquanto homens possuem uma variedade de formas de entrada alternativas. Estes dados não indicam que os dois tipos de capitais simbólicos não são relevantes para a trajetória das deputadas em geral. Para as duas parlamentares em questão, a principal fonte de capital político foi sua experiência prévia em cargos eletivos já dentro do campo. A observação da trajetória eleitoral da Mesa permite que se aprofunde a questão.

Quadro 2. Média de mandatos em cargos eletivos anteriormente ocupados pela Mesa Diretora*

Cargo	Masculino	Feminino	TOTAL
Prefeita	0,3	0,5	0,33
Deputada federal	2,3	2,5	2,33
Deputada estadual	0,3	0,5	0,33
Vereadora	0,6	1	0,67

(N=44)

*Os valores são resultado do cálculo da média aritmética do número de vezes que as/os parlamentares foram eleitos para cada cargo. Resultados acima de 1 indicam uma tendência de que o grupo tenha ocupado determinada função anteriormente à Legislatura em análise.

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

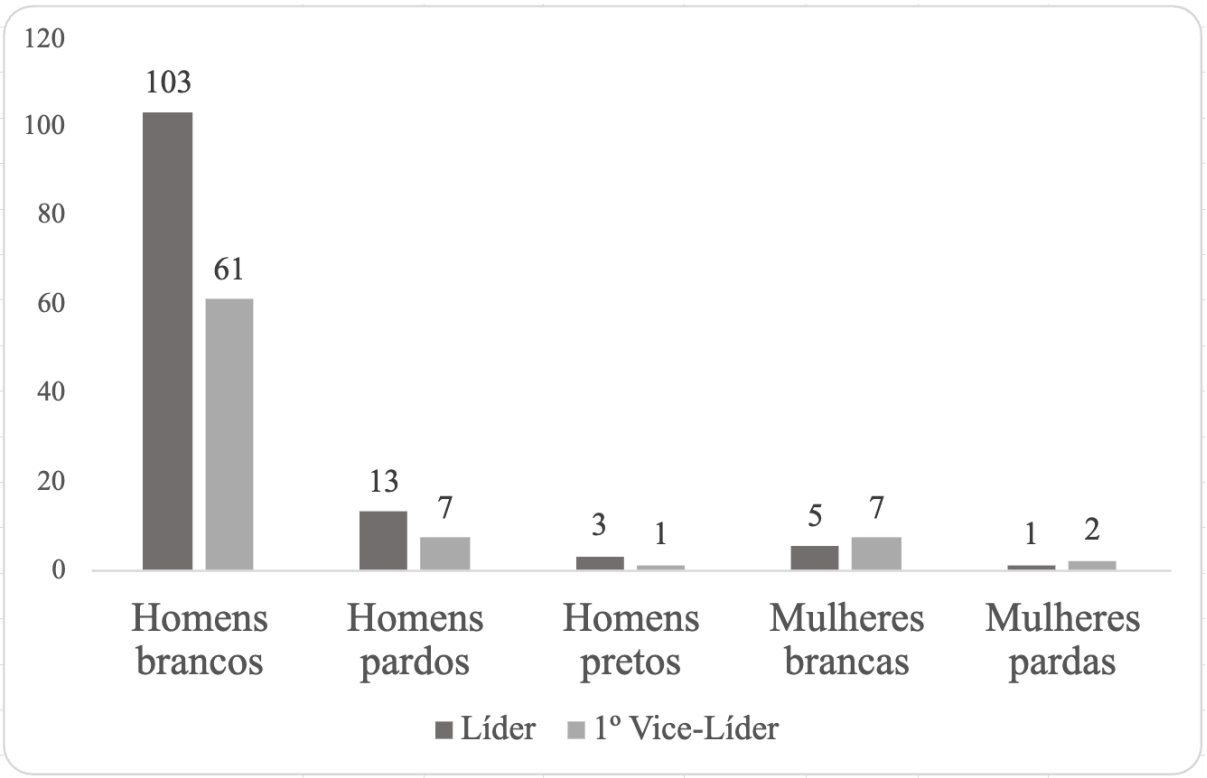
A direção da Câmara dos Deputados, como a tabela acima indica, exige experiência política. No biênio analisado, tanto deputados quanto deputadas ocuparam cargos eletivos diversos anteriores à sua eleição, tendo média superior a dois mandatos como Deputada/o Federal. Apesar disso, as médias das deputadas foram consistentemente mais altas do que seus pares do sexo masculino. A dep. Luiza Erundina elevou

as médias por ter 4 mandatos anteriores, enquanto a dep. Mara Gabrilli tinha apenas um. Apesar disso, ambas ocuparam o cargo de vereadoras por um mandato e Mara Gabrilli foi duas vezes Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo. Mesmo reproduzindo o padrão da Mesa de experiências acima da média da Legislatura, as deputadas podem precisar acumular um maior capital político para alcançarem posições compatíveis. Estudos anteriores sugerem que mulheres tendem a ser hiperqualificadas quando comparadas a colegas homens em carreiras competitivas, precisando provar a sua competência em espaços marcados pela divisão sexual do trabalho (Fox e Lawless, 2012; Kauppi, 1999). O caminho percorrido por elas é mais longo e não possui atalhos disponíveis para os homens.

A análise de lideranças partidárias também é relevante, dada a sua centralidade na organização dos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados (Figueiredo e Limongi, 1999). A representação de partidos e blocos se dá por meio de um grupo seleto de parlamentares que compõem o Colégio de Líderes, responsável por definir a pauta de votações do Plenário, indicar membros de Comissões e até mesmo participar dos colegiados em que não são membros, utilizando-se dos requerimentos de verificação de votação[7]. A centralidade da posição significa que seu capital político é simultaneamente conferido e pré-requisito para quem a ocupa. As lideranças são estruturadas em torno de três funções: Líder, 1º Vice-Líder e Vice-Líder. A primeira possui a atribuição efetiva da atuação parlamentar, enquanto a segunda atua em sua ausência.

[7] As/os Líderes também detêm a prerrogativa de se pronunciar a qualquer momento da Sessão e orientar a votação de sua bancada, relevante em um contexto de alta disciplina partidária (Figueiredo e Limongi, 1999).

Gráfico 1. Classificação de Líderes e 1º Vice-Líderes da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados, de acordo com sexo e raça*



(N=203)

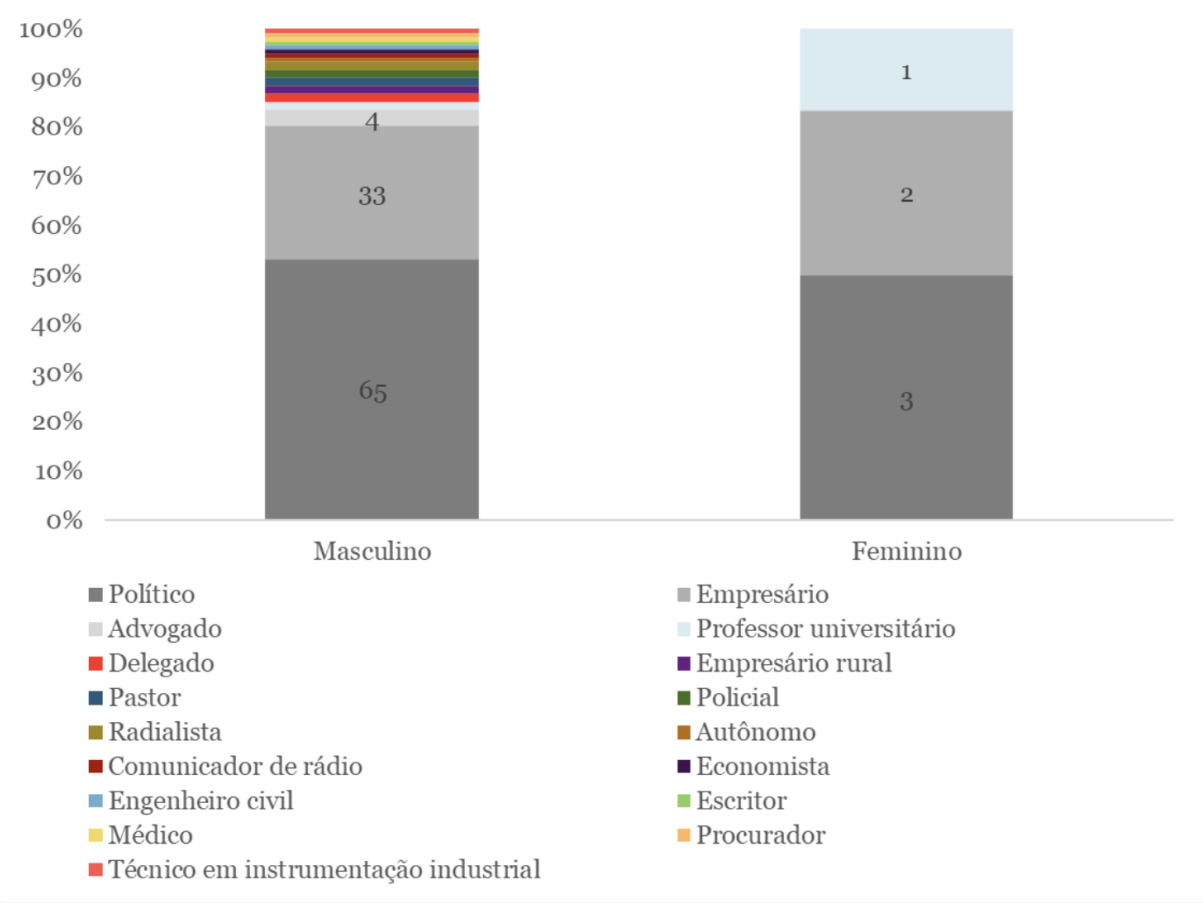
*Ao longo da Legislatura, algumas pessoas ocuparam a posição de Líder e de 1º Vice-Líder e até mesmo a mesma posição mais de uma vez, para partidos ou blocos distintos. Os dados foram contabilizados com base em cada ocupação de liderança e não em cada indivíduo, resultando em um N (203) maior do que o número de parlamentares que ocuparam estes cargos (126). Esta forma de análise foi preferida pois a escolha repetida de uma pessoa para este cargo reforça a existência de um perfil privilegiado para o cargo. Foram excluídas as entradas de deputadas/os que ocuparam a mesma exata função em momentos distintos.

(Fonte: A autora, a partir de dados da Câmara dos Deputados)

Reproduzindo o padrão de outros âmbitos, a liderança é predominantemente ocupada por homens brancos enquanto mulheres pretas estão totalmente ausentes. Mesmo representando 10% da Casa, as deputadas foram apenas 7,4% das lideranças. No eixo racial, a desproporção é ainda mais evidente, pois pessoas não-brancas são 20% da Legislatura e 13,3% das lideranças. Observando apenas Líderes, no entanto, não-brancas/os continuam representando 13,6% deste grupo, mas as mulheres passam a uma proporção de 4,8%, reduzindo à metade a presença proporcional em comparação ao Plenário.

Independentemente da raça, entre os homens o número de Líderes supera o de Vice-Líderes, enquanto o quadro se inverte para as deputas brancas e não-brancas. Isto sugere que para elas, o acesso a espaços restritos se dá mais facilmente em posições secundárias, de menor destaque e prestígio. A dep. Alice Portugal (PCdoB-BA) foi a única Líder parda, atuando também enquanto 1ª Vice-Líder do PCdoB durante a Legislatura. Além de já ter sido previamente dep. federal por duas vezes, também havia sido duas vezes dep. estadual. Presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA e UFRB e foi membro do Sindicato dos Trabalhadores de Educação do 3º Grau do Estado da Bahia e da executiva regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Salvador. A dep. Luciana Santos (PCdoB-PE), também parda, ocupou a posição de 1ª Vice-Líder do partido no período em análise – já havia sido prefeita duas vezes, uma vez dep. federal e duas vezes dep. estadual, além de secretária estadual e municipal. Possivelmente, a questão da hiperqualificação é ainda mais relevante para deputadas não-brancas do que para brancas, especialmente em espaços mais restritos.

Gráfico 2. Profissão de Líderes da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados, de acordo com o sexo de parlamentares



(Sexo masculino (n=122); sexo feminino (n=6); total (N=128))

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil.)

Ao longo da 55ª Legislatura, 92 pessoas ocuparam a posição de Líder e várias delas foram classificadas como tendo mais de uma profissão. Destas, 68 foram classificadas/os como políticas/os profissionais, representando 73,9% do total, em comparação com 65,9% do total de parlamentares. A profissão de empresária/o, por sua vez, foi citada para 38% de Líderes e 38,2% da Legislatura, não apresentando diferenciação. Apesar disso, 21,7% de Líderes (20 pessoas), eram simultaneamente políticas/os profissionais e empresárias/os. O acúmulo de capital político por meio de experiência prévia em cargos eletivos parece ser um requisito importante para a ocupação de posições marcadamente centrais ao campo político. Ao mesmo tempo, a

proporção significativa do capital empresarial pode estar mais relacionada com a capacidade de candidaturas serem bem-sucedidas. Este tipo de capital oferece maior acesso a financiamento de campanha e rede de contatos, mas não necessariamente maior credibilidade na ocupação de determinadas posições. Independentemente, ambos os tipos de capital se destacam nas trajetórias de Líderes homens e mulheres. Vale notar, no entanto, que apenas para elas há uma limitação nos outros caminhos possíveis para tais espaços.

Quadro 3. Presença de capital familiar entre Líderes da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados, de acordo com o sexo de parlamentares

Capital Familiar	Masculino	Feminino	TOTAL
Sim	39 (44,8%)	2 (40%)	41 (44,6%)
Não	48 (55,2%)	3 (60%)	51 (55,4%)
TOTAL	87 (100%)	5 (100%)	92 (100%)

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

Com a ampliação no número de Líderes em relação à Mesa, é possível observar que o capital familiar está presente em proporção relevante para deputados e deputadas. Aqui, a proporção entre as deputadas é ligeiramente menor do que entre os deputados, mas a dimensão dos dados não permite que se conclua que ele é menos significativo para elas. Observei então de forma mais atenta as suas trajetórias individuais. Entre as cinco mulheres que ocuparam o cargo de Líder, todas se autodeclaram brancas, exceto Alice Portugal, que também foi 2ª Vice-Presidente da Comissão de Educação, de temática *soft,* e já teve sua trajetória comentada. Leandre (PV-PR) foi Líder do PV, havia sido anteriormente Secretária Municipal de Saúde de Saudade do Iguaçu (PR) e não tinha experiência prévia em cargos eletivos ou capital familiar. Jandira Feghali (PCdoB-RJ) foi tanto Líder do PCdoB quanto Líder da Minoria na Câmara e havia sido cinco vezes dep. federal e uma vez secretária estadual anteriormente. A deputada atuou em movimentos sociais de médicos residentes e fundou a União Brasileira de Mulheres. Renata Abreu (PTN-SP), Líder do PTN (e presidenta do partido), havia sido deputada federal uma vez e estava naquele momento em seu segundo mandato. É filha de José Masci de Abreu, duas vezes deputado federal, e sobrinha do ex-deputado Dorival de Abreu, um dos fundadores

do seu partido[8]. Por fim, Tereza Cristina (DEM-MS) foi Líder do DEM, é empresária e dirigiu associações agrícolas no Mato Grosso do Sul. Apesar de estar em seu primeiro mandato na Legislatura em análise, havia sido Secretária de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo do Mato Grosso do Sul por 7 anos. Além disso, vem de um clã político ativo desde o período pré-republicano. Seu bisavô, Pedro Celestino Corrêa da Costa, foi duas vezes governador do Mato Grosso e era neto de Antônio Correia da Costa, três vezes governador do estado (durante a Regência em 1831, depois em 1840, e em 1842 a 1843). O irmão de seu bisavô, também chamado Antônio Correia da Costa, também governou o estado por um mandato, enquanto o seu tio-avô, Mario Correia da Costa, filho de Antônio, o fez por dois mandatos já no século XX. O avô da deputada, Fernando Corrêa da Costa, também foi governador por dois mandatos. Neste caso bastante específico, as oportunidades oferecidas pelos vínculos familiares de Tereza Cristina certamente compensam qualquer desvantagem que sua experiência eleitoral relativamente pequena pudesse apresentar.

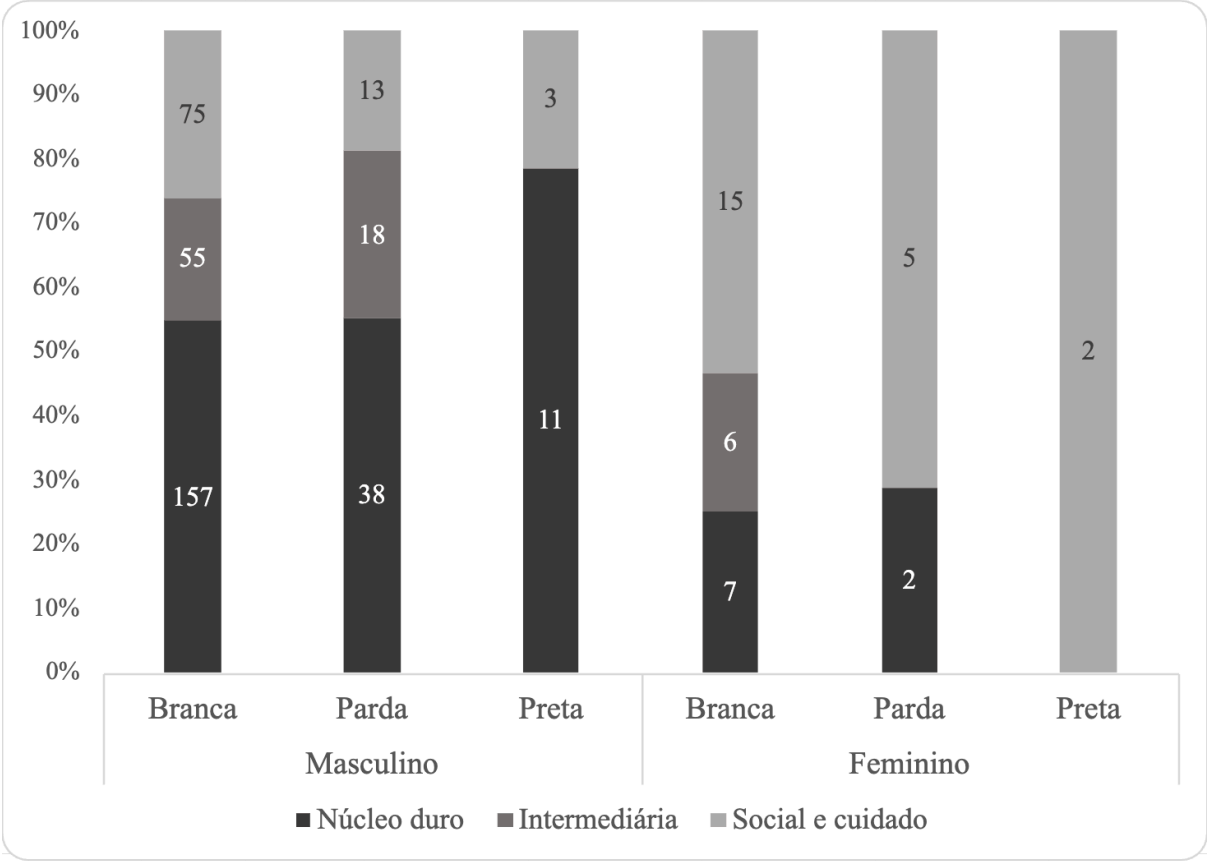
A análise sobre Comissões Permanentes, ainda que um espaço considerado menos central ao campo político do que a Mesa ou o Colégio de Líderes, é relevante para a identificação de atores com poder decisório e das dinâmicas de seu recrutamento. O Poder Executivo e as lideranças frequentemente se utilizam de instrumentos como o regime de urgência para esvaziar o poder dos colegiados e levar projetos a serem deliberados em Plenário. Apesar disso, a lógica partidária que estrutura as Comissões leva em consideração a trajetória de parlamentares e o valor estratégico de cada posição. Além disso, a composição das Comissões aponta certo grau de especialização política de parlamentares e reflete a desigualdade do processo de distribuição de membros (Marques e Teixeira, 2018). Ao analisar a presença de deputadas em colegiados, categorizados a partir da classificação de Marques e Teixeira (ibidem)[9], foi possível observar que as deputadas ocuparam 4,5% das cadeiras de Comissões *hard*, 8,3% das de Comissões *middle* e 20,7% das de Comissões *soft*. Estes dados

[8] Desde 2017, o PTN foi renomeado como Podemos (PODE).

[9] Foram classificadas como Comissões de temática *hard*: CAPR/CAPADR, CCJC/CCJR, CDEIC/CEIC/CEICT, CREDN/CDN, CFFC, CFT, CME, CSPCCO/CSPCCOVN e CVT/CVDUI; Temática *middle*: CINDRA/CADR, CCTCI, CESPO, CTASP e CTUR/CTD; Temática *soft*: CCULT, CDC/CDCMAM, CDHM/CDH, CPD, CDU/CDUI, CE/CEC/CEID, CLP, CMADS e CSSF. Vale notar que em 2015, foram criadas a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), a Comissão dos Direitos da Mulher (CMulher) e a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), como parte de uma manobra política de esvaziamento da CDHM.

confirmam a tendência de ocupação de colegiados seguindo a divisão sexual do trabalho político. Para a 55ª Legislatura, o efeito do sexo sobre a distribuição nas Comissões foi positivo apenas para as de temática *soft*, atingindo o patamar de +100%, considerando-se que elas representam 10% do total de parlamentares. Nos interessa, no entanto, observar o fenômeno também a partir da clivagem de raça.

Gráfico 3. Composição de Comissões Permanentes da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados no ano de 2015, de acordo com o sexo e a raça de parlamentares e de temática de Comissão

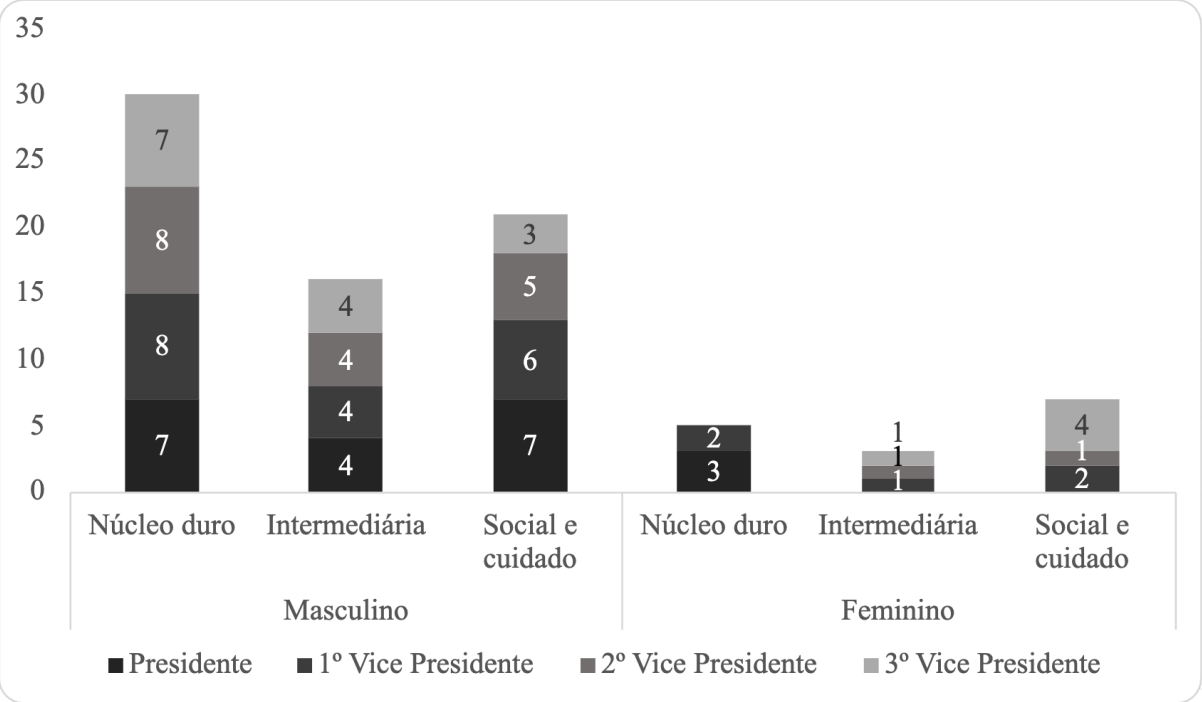


(N=376)

Para o período analisado, a presença de mulheres em Comissões de temática *soft* é desproporcionalmente maior independentemente da raça. Inversamente, deputados brancos e não-brancos são majoritariamente alocados em Comissões *hard* e *middle*. Vale notar a predominância de mulheres brancas entre as deputadas que ocuparam as Comissões de temáticas tidas como mais centralmente políticas, com apenas duas mulheres pardas compondo Comissões *hard*. Mulheres pretas participaram exclusivamente de colegiados de temática *soft*. A

baixa presença de representantes não-brancas dificulta análises mais complexas do fenômeno. Para compreender as dinâmicas de hierarquia no trabalho legislativo, observei mais especificamente as Mesas Diretoras de Comissões Permanentes no gráfico abaixo.

Gráfico 4. Distribuição de cargos em Mesas de Comissões Permanentes da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados no ano de 2015, de acordo com o sexo de parlamentares e de temática de Comissão



(N=82)

(Fonte: A autora, a partir de dados da Câmara dos Deputados)

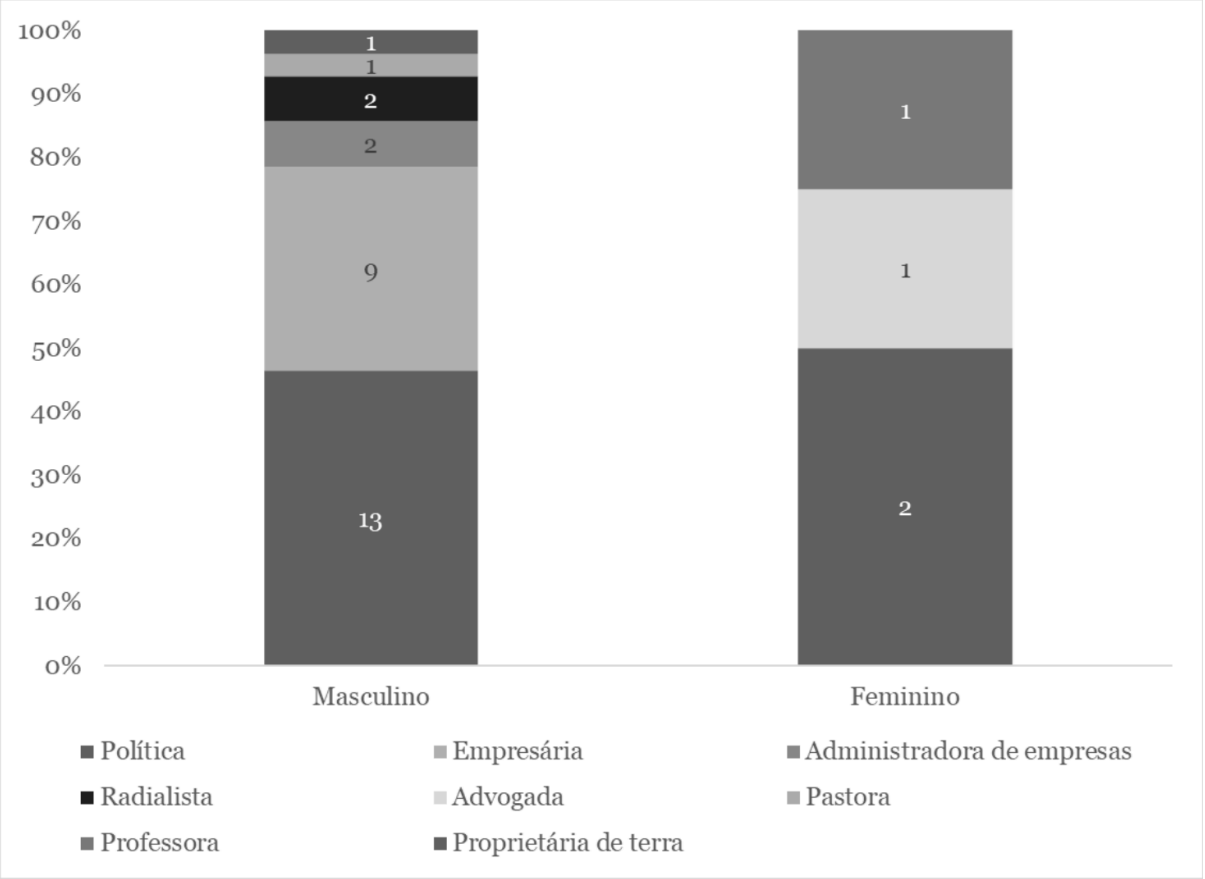
Entre as Mesas de Comissões Permanentes, apenas uma mulher preta esteve presente: a deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), 1ª Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CHD – *soft*). Além das operações específicas da divisão sexual do trabalho sobre o trabalho político, isto reflete um fenômeno social mais amplo em que trajetórias profissionais prévias influenciam a especialização de parlamentares dentro do campo político. Ao reproduzir a desigualdades de chances de atuação em posições de maior prestígio e poder no funcionamento da Câmara dos Deputados, a divisão sexual do trabalho é também *produtora de gênero* na política institucional (Biroli, 2018).

Mesmo com a maior proporção de deputadas alocadas em colegiados e Mesas de temática *soft*, elas não ocuparam os cargos com maior poder de agendamento dentro desses espaços. Das 4 Presidentes de Comissões, três foram de temáticas *hard* e uma de temática *middle*[10]. Este fenômeno não está necessariamente isolado da sub-representação de mulheres em espaços de poder e pode indicar que as deputadas que acumulam capital político o suficiente para ocupar tais posições possuam trajetórias mais próximas de seus pares do sexo masculino. A ocupação dessas Presidências específicas sugere perfis de carreiras organizadas de formas mais "compatíveis" com estruturas sociais e institucionais dominadas por homens. É preciso considerar, no entanto, que há uma dupla moral utilizada para julgar o comportamento de homens e mulheres em posições de alto escalão. Exige-se dessas pessoas comportamentos agressivos e decisivos e, ao mesmo tempo, julga-se negativamente a ruptura dessas mulheres com as normas de gênero (Burstyn, 1983). O "modo de vida masculino" é um parâmetro com o qual se mede o sucesso de mulheres que não é verdadeiramente alcançável por elas.

Entre as deputadas que alcançaram o cargo de maior prestígio nas Comissões durante o ano de 2015, é possível observar uma trajetória efetivamente distinta das que não o fizeram. Duas das quatro Presidentes também foram autoras de projetos pautados em Plenário no mesmo ano, e uma foi relatora em Plenário. Do total de 15, nove (60%) estavam em seu segundo mandato como deputadas, fortalecendo a percepção de que a experiência é uma fonte relevante de capital político para as representantes. Já o capital familiar esteve presente em apenas uma (25%) das deputadas e em sete (38,9%) dos deputados que ocuparam essa posição. Aqui, mais uma vez, há desafios metodológicos em fazer deduções sobre o impacto específico deste tipo de capital sobre a carreira política de mulheres na Legislatura em análise.

[10] A categorização em temáticas possui uma natureza contraditória, por atribuir a Comissões de alto impacto orçamentário e midiático um papel menos central no campo político devido ao seu vínculo com o cuidado e o trabalho reprodutivo. A Comissão de Educação e a Comissão de Seguridade Social e Família são exemplos respectivos a cada caso. Ignora-se, assim, o potencial valor estratégico destas posições para os partidos.

Gráfico 5. Profissão de Presidentes de Comissões Permanentes da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados no ano de 2015, por sexo de parlamentares



(Sexo masculino (n=28); sexo feminino (n=4); total (N=32))

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

Assim como em outros espaços restritos de poder na CD, nota-se uma predominância de deputadas cujas ocupações eram política e advogada. Dentre quatro mulheres que ocuparam cargos nas Mesas e eram professoras, apenas Julia Marinho (PSC-PA) alcançou o cargo da Presidência da CINDRA. Seu marido, Zequinha Marinho (PSC-PA) havia sido titular e Vice-Presidente da mesma Comissão na Legislatura anterior e em 2015 ocupava o cargo de Vice-Governador do Pará. A sucessão de membros de um clã político em cargos com poder decisório reforça a influência do capital político na dinâmica interna ao campo (Miguel, Marques e Machado, 2015). Neste caso, é possível que o capital familiar tenha tido maior impacto do que a sua trajetória profissional.

Vale destacar que a dep. Soraya Santos (PMDB-RJ) ocupou a Presidência da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), costumeiramente agrupada com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) como as de maior importância e prestígio[11]. Por serem priorizadas pelos partidos na alocação de suas bancadas, há uma forte incidência da divisão sexual do trabalho sobre esses espaços (Marques e Teixeira, 2018).

A dep. Soraya Santos é advogada e casada com o ex-deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ), cinco vezes consecutivas eleito para dep. federal. Apesar de sua primeira eleição em 2014 coincidir com o afastamento de seu cônjuge da política eleitoral, a deputada já havia se candidatado anteriormente, sem sucesso. Como afirma Fabiano Santos (2003), que categoriza a CFT como uma comissão de *controle*, o recrutamento neste contexto se dá por critérios de lealdade política, *expertise* temática, formação profissional/acadêmica e atividade econômica. O caso indica que o capital familiar pode ser mobilizado como crédito no processo de recrutamento, inclusive sobrepondo-se à experiência prévia em cargos eletivos.

A observação da atuação parlamentar em Plenário é particularmente relevante para o propósito deste trabalho. Como mencionado na introdução, esta análise engloba apenas projetos deliberados durante o primeiro ano da Legislatura. Com o alto fluxo de propostas, há uma priorização na seleção de matérias discutidas que força representantes a mobilizarem seu capital político para influenciar a inclusão de projetos de sua autoria e interesse na agenda da Casa. Um dos elementos fundamentais do que chamo de poder de agendamento dos cargos é a possibilidade de determinação do que será incluído na pauta do dia. O Colégio de Líderes, enquanto grupo com maior centralidade no campo, escolhe os projetos a partir da sua relevância para a pauta política do primeiro ano da Legislatura (o que, é claro, tem impacto da agenda política do Poder Executivo, também em primeiro ano de mandato). É no Colégio de Líderes que a Presidência da Casa determina também a designação de relatorias, responsabilizando parlamentares pela produção de um parecer contendo a recomendação de voto aos seus pares. Este processo é justificado em parte pela redução de custos informacionais e decisórios do processo legislativo, sendo ainda produzido pela, e simultaneamente produtora da, estrutura

[11] As duas Comissões possuem atribuições de parecer terminativo sobre a adequação financeira ou orçamentária e de constitucionalidade, respectivamente.

competitiva do campo em uma democracia liberal. Em um contexto em que nem todas/os eleitas/os terão a mesma oportunidade de opinar sobre as pautas em deliberação, a relatoria é privilegiada por guiar a discussão e agendar a forma como as questões são apresentadas. Por isso, é relevante observar a expressão da divisão sexual do trabalho político sobre as funções de autoria e relatoria das proposições pautadas.

Todos os projetos analisados nesta seção foram aprovados e enviados à sanção (ou ao Senado) ou rejeitados e arquivados permanentemente, sendo alguns deles de autoria de ex-deputados/as ou de senadores/as. Foram excluídos os 19 projetos deliberados cuja autoria era do Executivo, que possui exclusividade de iniciativa sobre determinadas matérias. Do total, apenas dois foram de autoria de mulheres, enquanto seis relatorias foram distribuídas a deputadas. Apenas uma delas não era autodeclarada branca.

Há uma predominância quantitativa de pautas de temática *hard* nos projetos deliberados em 2015, com 51% do total (41 projetos). As temáticas *middle* e *soft* representaram, respectivamente, 25% (20 projetos) e 24% (19 projetos). Combinando a observação desses dados com a tendência de deputadas a se especializarem em temáticas *soft*, é possível afirmar que a guetificação das deputadas em espaços vinculados ao cuidado é uma expressão do patriarcado público (Walby, 1990) que reproduz desigualdades. Quando elas concentram sua atuação nestes temas, devido à sua *expertise* ou à falta de acesso a outros espaços, a legitimidade de atuação das deputadas fica restrita a menos de um quarto das matérias deliberadas. Isso não significa que mulheres só alcançam a centralidade no campo por meio da atuação voltada para o social, mas que esta é a forma mais acessível à maioria delas. Este padrão não descreve o contexto das duas autoras de projetos deliberados em 2015, podendo indicar precisamente o que as destaca ao ponto de alcançarem essa posição incomum entre as representantes eleitas para a Legislatura em análise.

Uma das autoras foi Rosângela Gomes (Republicanos-RJ), autora do PLP 13/2015, que destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional para implantação de berçário e creche nos estabelecimentos penais. A outra foi Keiko Ota (PSB-SP), autora do PL 5568/2013, que dispõe sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores e criminaliza a embriaguez no trânsito. Elas representam 5,4% do total de

parlamentares da Legislatura que pautaram projetos em Plenário, mas apenas 4% do total quando se inclui senadores e ex-deputados cujos projetos foram deliberados. Rosângela Gomes, autodeclarada preta, é membro da denominação neopentecostal frequentemente associada ao seu partido, a Igreja Universal do Reino de Deus. Já Keiko Ota é autodeclarada branca apesar de sua ascendência japonesa[12], e construiu sua carreira política a partir de uma agenda punitivista após o sequestro e assassinato de seu filho. Entre os deputados autores de projetos, 73% são brancos, 25% são pardos e 2% são pretos. Apenas sete deputados tiveram mais de um projeto de sua autoria deliberados, sendo todos brancos exceto Pauderney Avelino (DEM-AM), autodeclarado pardo.

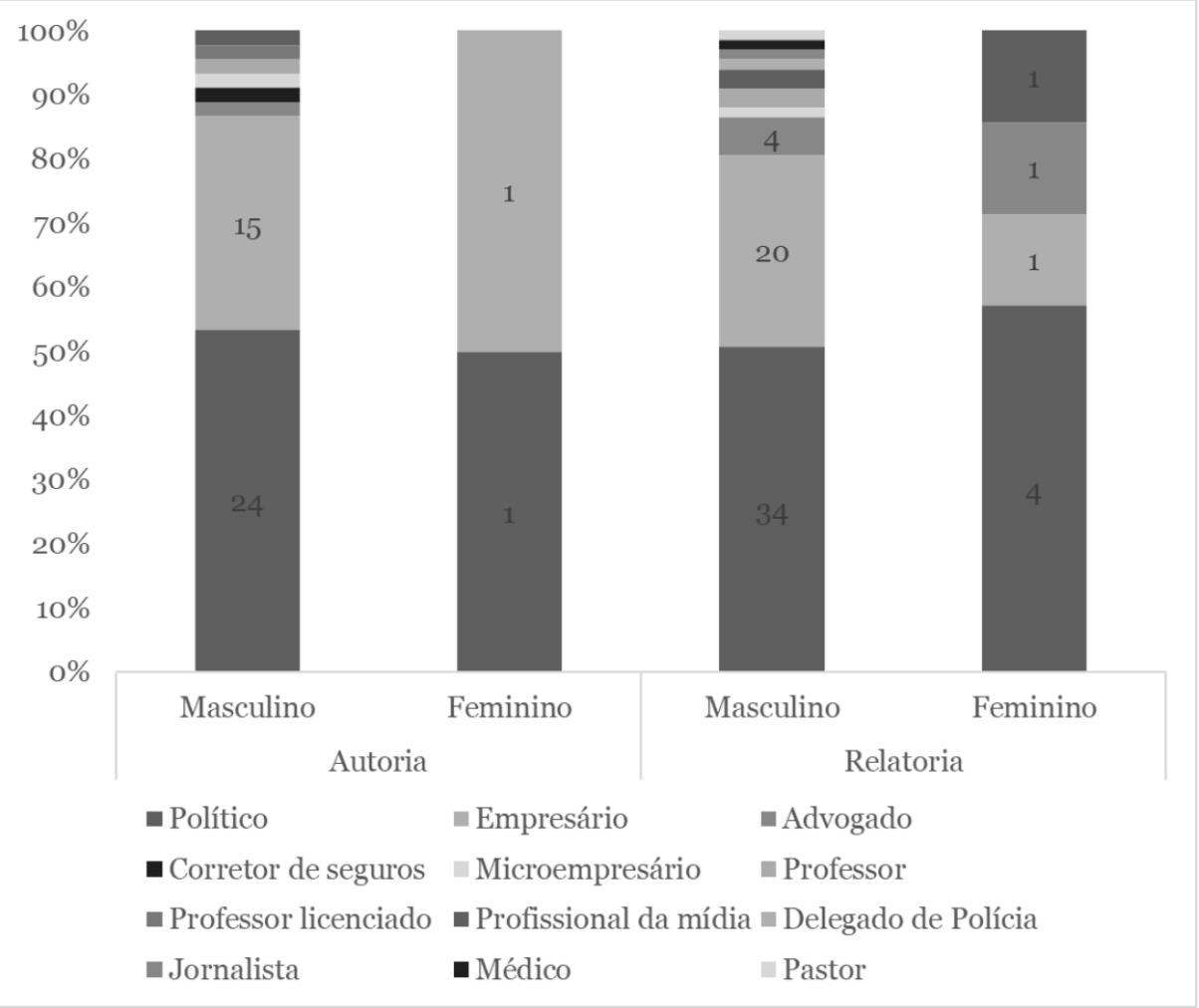
No que tange a relatoria, apenas seis pessoas pardas ocuparam esta função, todas homens. Eles representaram 7,5% do total de relatores, pouco menos da metade da sua proporção na Legislatura. Com uma total ausência de pessoas pretas nesta posição, pessoas brancas foram 92,5% das relatorias, apesar de comporem 80% do Plenário. Os dados relativos a esta posição são mais numerosos devido à inclusão de projetos de autoria do Executivo e a designações de múltiplas relatorias a alguns projetos. Um total de 6 deputadas foram relatoras de 8 projetos, elevando ligeiramente a sua representação proporcional a 6,4% do total. Delas, apenas Soraya Santos (PP-RJ) e Maria do Rosário (PT-RS) relataram dois projetos. A atuação da primeira na Presidência da CFT (*hard*) já foi anteriormente mencionada. A deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) relatou uma matéria e também esteve na Mesa Diretora em 2015. Como se pode notar, o acúmulo de capital necessário para alcançar uma centralidade no campo pode ser mobilizado a partir de diversas posições de destaque com distintas possibilidades de atuação. Entre os deputados do sexo masculino, 48 representantes relataram 83 projetos de lei.

É interessante notar que a proporção de deputadas que relataram projetos em temáticas sociais indica uma nítida segregação da atuação parlamentar de homens e mulheres. Elas relataram 21,1% dos projetos de temas *soft*, mas apenas 6% de temas *hard* e 4,2% de temas *middle*. A proporção em relatorias de temática vinculada ao cuidado se assemelha à de ocupação das Comissões (21,1% e 25%, respectivamente), sendo os únicos espaços em que mulheres foram sobrerrepresentadas. O efeito do

[12] No Brasil, classificações raciais são frequentemente fluidas e complexas e nem sempre representam efetivamente a percepção de representantes sobre si mesmas/os. Distorções são causadas por estratégias eleitorais e partidárias, e também pelo fato de que muitos cadastros oficiais são feitos por assessorias sem nunca chegar às mãos de candidatas/os (CAMPOS e MACHADO, 2020).

sexo nestes espaços é positivo em +100% enquanto para a relatoria de projetos *middle* e *hard*, o efeito foi negativo em cerca de -50%. É importante notar que a expressão da divisão sexual do trabalho político não se dá apenas na exclusão de mulheres de espaços de poder, mas também na desvalorização do trabalho relacionado aos espaços a que têm acesso. Essa desigualdade é reafirmada cada vez que cargos com poder decisório sobre o processo legislativo são designados a parlamentares com um perfil de carreira historicamente construído como masculino. Posicionados de forma mais vantajosa no campo, adquirem ferramentas para lutar pela conservação da relação de forças que os legitima.

Gráfico 6. Profissão de parlamentares que tiveram projetos de sua autoria deliberados e relataram projetos no Plenário da Câmara dos Deputados no ano de 2015, de acordo com o sexo*



(Autores do sexo masculino (n=45); autoras do sexo feminino (n=2); total (N=37); relatores do sexo masculino (n=67); relatoras do sexo feminino (n=7)

*Neste gráfico, foram excluídos 8 ex-deputados e 7 senadores cujos projetos foram deliberados em Plenário no ano de 2015, todos homens.

(Fonte: A autora, a partir de dados da pesquisa Carreiras Políticas e Representação no Brasil)

Tanto para a autoria quanto a relatoria, no ano de 2015, a experiência prévia em cargos eletivos e o capital econômico mostraram-se relevantes para o protagonismo político de parlamentares de ambos os sexos. A dep. Rosângela Gomes (PRB-RJ) havia sido três vezes eleita para o cargo de vereadora de Nova Iguaçu (RJ), interrompendo seu terceiro mandato após ser eleita para a Assembleia Estadual do Rio de Janeiro em 2010. Keiko Ota (PSB-SP), a única outra

autora, havia sido eleita apenas uma vez anteriormente para a Câmara dos Deputados. É interessante notar que para a relatoria, o capital econômico está mais presente nos homens do que nas mulheres. As profissões de empresária, advogada e colunista social possuem uma citação cada entre as relatoras. Além de favorecerem carreiras políticas por concederem acesso direto ou indireto a recursos materiais, são caracterizadas por uma maior disponibilidade de tempo livre e visibilidade social, recursos simbólicos de alta relevância na política (Miguel e Biroli, 201).

No que tange ao capital familiar, nenhuma das autoras apresentavam este capital político delegado. Apesar de tecnicamente ter um familiar próximo na política eleitoral durante a Legislatura em análise, a deputada Keiko Ota assumiu um cargo eletivo pela primeira vez em 2010, enquanto seu marido, Masataka Ota (PSB-SP) se elegeu vereador de São Paulo (SP) pela primeira vez em 2012. Se houve alguma relação de apoio político familiar, provavelmente partiu da deputada para seu marido, ao contrário da vasta maioria dos casos aqui observados. É importante notar, ainda, que ambas as autoras foram membros de Mesas de Comissões, mas nenhuma chegou à Presidência. Ao ocupar posições de protagonismo, parlamentares mobilizaram diferentes formas de capital, sobrepondo-as quando possível. Para os deputados cujos projetos foram deliberados em 2015, o capital familiar esteve presente em 54,3% (19 deputados) do total, confirmando a tendência da literatura (Miguel, Marques e Machado, 2015).

A relatoria, possivelmente por ser um espaço mais numeroso, mostrou mais nitidamente a relevância desta forma de capital para ambos os sexos, presente em 56,3% (27 deputados) dos relatores e 66,7% (4 deputadas) das relatoras. Delas, a dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ) é filha de político e as deputadas Soraya Santos (PP-RJ) e Raquel Muniz (PSC-MG) são esposas de políticos. A deputada Sandra Rosado (PSB-RN), por sua vez, é um exemplo de deputada que pertence a um clã político. É filha de Jerônimo Vingt Rosado Maia, ex-vereador e ex-prefeito da cidade de Mossoró (RN) e sete vezes dep. federal; e sobrinha de Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, ex-prefeito de Mossoró e dep. federal na mesma Legislatura que sua sobrinha. Seu outro tio é Jerônimo Dix-Sept Rosado, ex-prefeito mossoroense e governador do Rio Grande do Norte. Entre seus primos estão os ex-deputados federais Carlos Augusto Rosado e Betinho Rosado e seu marido é Laire Rosado

Filho, ex-deputado federal e ex- secretário de agricultura do Rio Grande do Norte. Sua filha, Larissa Rosado, e seu filho, Lahyre Rosado Neto, também ingressaram na política. Entre as relatoras, o capital delegado por cargos anteriores parece predominar conjuntamente com o capital familiar, como observado nas posições de Liderança e nas Mesas de Comissões.

Conclusão

Duas tendências distintas puderam ser observadas em posições mais restritas (Mesa Diretora, Presidências de Comissões e autoria de projetos deliberados em plenário) e as de mais amplo acesso (Mesas de Comissões, Lideranças e relatorias em Plenário). Entre as primeiras, confirmou-se a baixa presença de mulheres e um efeito mais intenso de sexo do que de raça. A trajetória das poucas mulheres presentes se aproximou mais da de seus pares do sexo masculino, em termos de experiência prévia em cargos eletivos e de presença de capital econômico. Para mulheres não-brancas nestas posições, a profissionalização política foi particularmente significativa. Estes dados indicam que conforme limita-se o acesso a determinados cargos, aumentam as exigências de acúmulo de formas de capital pouco compatíveis com o perfil de trajetória feminina. A ocupação desses espaços parece ser acompanhada pela sua capacidade de percorrer caminhos semelhantes aos de políticos homens, o que é ainda mais difícil para as mulheres negras.

Nas últimas, menos restritas, verificou-se um ligeiro aumento na proporção de mulheres em relação às posições citadas acima. Nota-se de forma mais nítida a segregação de parlamentares do sexo masculino e feminino de acordo com as temáticas *soft* e não-*soft* (*middle* e *hard*). As relatorias e a ocupação de Comissões de temática *soft* foram as únicas entre as analisadas em que a proporção de mulheres foi maior do que a da Legislatura como um todo (10%), chegando a 21,2% nas relatorias e 25% nas Comissões. Esse fenômeno não se traduziu na ocupação das Mesas dos colegiados, indicando que a sua legitimidade nesses espaços tende a se limitar a posições hierarquicamente inferiores. Além disso, há efeito da raça sobre esses espaços, uma vez que mulheres não-brancas se concentraram ainda mais em temas *soft* do que suas colegas brancas. Para a 55ª Legislatura, a divisão sexual do trabalho político é também racializada.

No Plenário, *lócus* central de poder, predominaram pautas relacionadas à administração pública, economia e segurança pública (temáticas *hard*). Isso contribui para a marginalização das deputadas, considerando que são majoritariamente alocadas a posições relacionadas a temas *soft*. Mesmo que se destaquem em seu microcosmo, as trajetórias típicas femininas não convergem com as posições de centralidade. Considera-se que a divisão sexual do trabalho político é simultaneamente força estruturada e estruturante do campo político, incorporando-se ao seu *habitus*, em uma perspectiva analítica bourdiesiana. Mesmo com filtros sociais que dificultam a entrada de mulheres na política, ela se expressa também na insulação de deputadas em posições de baixo prestígio e na menor valorização das formas de capital simbólico a elas acessível. Esta análise sugere a necessidade de se observar a expressão deste fenômeno em carreiras políticas de líderes partidários dentro e fora de cargos eletivos. Partidos políticos são instituições generificadas e racializadas e o princípio partidário de distribuição de recursos políticos pode reforçar desigualdades (Rezende, 2017). Mecanismos de deslegitimação da atuação de mulheres e de pessoas negras no campo político não operam de forma idêntica, fazendo-se necessário considerar suas convergências e interações nas trajetórias de mulheres não-brancas. Estudos sobre *quem* pode atuar politicamente e *como* tal atuação se faz possível a grupos historicamente sub-representados observam, efetivamente, o funcionamento do próprio regime político.

Referências:

AVRITZER, Leonardo. (2019), *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia.

BARREIRA, Irlys Alencar F. (2020), “Mulheres Representantes no Congresso Nacional: trabalho político, apresentação de si e rituais de reconhecimento”. *Repocs*, v.17, n.34, pp. 149-170.

BIROLI, Flávia. (2018), *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

BOURDIEU, Pierre. (2007 [1989]), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BURSTYN, Varda. (1983), *'Masculine Dominance and the State', The Socialist Register*. London: The Merl in Press.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. (2015), "A cor dos eleitos: determinantes da sub- representação política dos não brancos no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16, pp. 121-151.

HIRATA, Helena; KERGOAT (2007). "Novas configurações da divisão sexual do trabalho". *Cadernos de Pesquisa*. vol.37, n.132, pp.595-609.

KAUPPI, Niilo. (1999), "Power or Subjection?: French Women Politicians in the European Parliament". *European Journal of Women's Studies*, 6(3), pp. 329–340.

FIGUEIREDO, Argelina M. C.; LIMONGI Fernando. (1999), *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora FGV; FAPESP.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. (2012), "Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo". Revista Brasileira de Ciência Política, nº 8, p. 129-163.

MANSBRIDGE, Jane. (1999), "Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes"". *The Journal of Politics,* 61.3, pp. 628-657.

MARQUES, Danusa; TEIXEIRA, Bruno L. (2018), "Estranhas no ninho: uma análise da atuação parlamentar de homens e mulheres na Câmara Dos Deputados". *Teoria & Sociedade (UFMG)*, v. 26, p. 93-125.

MIGUEL, Luis Felipe. (2003) "Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro". *Rev. Sociol. Polit.,* n. 20, p. 115 – 134.

_____. (2016), "Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro". *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, núm. 15, pp. 590-621.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2010), "Práticas de Gênero e Carreiras Políticas: Vertentes Explicativas". *Revista Estudos Feministas*, vol. 18, no 3, pp. 653-679.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. (2009), "O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados". *Dados*, v. 52, n. 1, p. 201-221.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. (2015), "Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados". *Dados*, vol. 58, nº 3, pp. 721-747.

PERISSINOTTO, Renato M.; MIRÍADE, Angel. (2009), "Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006". *Dados*, v. 52, n. 2, p. 301-333.

PINTO, Céli Regina; SILVEIRA, Augusta. (2018), "Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)". *Opinião Pública*, vol.24, nº 1, pp.178-208.

PITKIN, Hanna. (1967), *The concept of representation*. Los Angeles: University of California Press.

PHILLIPS, Anne. (2001); "De uma política de ideias a uma política de presença?". *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1.

REZENDE, Daniela. (2015), "Gênero e poder Legislativo na América Latina: comissões legislativas na Argentina, no Brasil, no Peru e no Uruguai". Trabalho apresentado no *VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política* (ALACIP), Lima, 22 al 24 de julho de 2015.

_____. (2017), "Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados". *Revista Estudos Feministas*, 25(3): 530.

SACCHET, Teresa. (2020), "A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais". In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs.). *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 71-108.

WALBY, Sylvia. (1990), *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.

Gender and racial hierarchies in the Brazilian parliamentary elite.
The case of the 55th legislature of the Chamber of Deputies

Abstract
This article examines the expressions of the sexual division of political labor during the first legislative year of the 55th legislature in the Brazilian chamber of deputies. It aims to analyze how the sexual division influences the political actions of male and female deputies in terms of positions of political coordination, the themes they engage with, and their career trajectories in politics. The group of parliamentarians whose projects are prioritized and who actively participate in legislative work is fundamentally political, reflecting party disputes, survival strategies, and hierarchies in the organization of work. Discussing the outcomes of these disputes provides a better understanding of power relations both inside and outside the parliament, as well as the impact of gender roles in the process. the goal is not to explain the causes of gender inequality in politics, but to analyze its manifestation in parliamentary work and, consequently, in the hierarchies of the Brazilian political field.)
Keywords: Political Careers; Inequalities; Gender; Sexual Division of Labor.

Luiza AIKAWA

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFMG, Mestra e Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Pesquisadora vinculada ao Nepem – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e ao Pex Network – Executives, Presidents and Cabinet Politics. Interesses de pesquisa incluem instituições, representação, democracia e desigualdades.

Email: luiza.asr@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8625-5287

Recebido em: 01/04/2025
Aprovado em: 23/06/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Análise linguístico-discursiva da “masculinidade tóxica” em meios digitais

Francisco Arkires Silva do Nascimento, *Instituto De Educação E Cultura De Capanema* (EDUCAMINAS)
Rafael Lima Vieira, *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)*

Resumo. Este artigo analisa, sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica (ADC), os processos linguístico-discursivos que sustentam a masculinidade tóxica em interações digitais. O *corpus* inclui postagens e comentários de plataformas como X (Ex-*Twitter*) e *TikTok*, adotando uma abordagem qualitativa fundamentada em teóricos como Fairclough (2001), Connell (2005) e Orlandi (2015). Os resultados indicam que as redes sociais operam como arenas ideológicas onde normas patriarcais são amplificadas, reforçando hierarquias de gênero. Comentários que deslegitimam a expressão de emoções ou que promovem estereótipos masculinos hegemônicos ilustram como essas práticas discursivas limitam identidades masculinas alternativas. Conclui-se que a masculinidade tóxica é sustentada por mecanismos discursivos que naturalizam desigualdades e inibem mudanças sociais. O estudo destaca a necessidade de práticas discursivas que incentivem formas mais inclusivas de masculinidade e a importância de pesquisas futuras que explorem estratégias para desconstruir narrativas hegemônicas nos ambientes digitais.

Palavras-Chave: Masculinidade Tóxica. Discurso. Gênero. Ideologia.

Introdução

Nos cenários contemporâneos de interação social, o conceito de “masculinidade tóxica[1]” configura-se como um fenômeno que perpetua comportamentos prejudiciais, moldados por normas hegemônicas de gênero e sexualidade. Esse fenômeno é perpetuado por discursos que associam masculinidade à invulnerabilidade, força e desprezo por características ligadas ao feminino. As interações digitais têm amplificado essas construções, uma vez que as plataformas online se tornam espaços privilegiados para disseminar narrativas que legitimam padrões de poder e reforçam estereótipos de gênero. Nesse contexto, é essencial compreender como o discurso, enquanto prática social, contribui para a perpetuação da masculinidade tóxica e a manutenção de desigualdades estruturais.

Conforme Fairclough (2001) destaca, o discurso opera como uma prática social, desempenhando papel central na construção de relações de poder e na legitimação de ideologias. No contexto digital, essas práticas são intensificadas, dado que os discursos circulam em ambientes que favorecem a reprodução de normas sociais hegemônicas e reforçam estruturas de dominação. Os discursos veiculados nas plataformas digitais frequentemente reiteram padrões de gênero que sustentam desigualdades e preconceitos, naturalizando comportamentos e atitudes prejudiciais.

Nessa perspectiva, o problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser assim delineado: de que forma os discursos presentes em plataformas digitais participam da construção e perpetuação de práticas associadas à masculinidade tóxica? Este questionamento ganha relevância na medida em que as interações digitais desempenham um papel central na formação de identidades e na reprodução de ideologias que afetam as relações sociais e de gênero. A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de aprofundar o entendimento das dinâmicas discursivas que sustentam desigualdades de gênero,

[1] Do ponto de vista linguístico, o termo “tóxico” origina-se do grego toxikon, que se refere a substâncias venenosas utilizadas em flechas. No português contemporâneo, o termo é comumente associado a algo nocivo, prejudicial ou capaz de causar danos, seja em contextos literais ou figurativos (Ferreira, 2021). Assim, quando empregado na expressão “masculinidade tóxica”, o termo transcende seu sentido denotativo para funcionar metaforicamente, descrevendo um conjunto de comportamentos e atitudes masculinas que, ao invés de serem saudáveis, tornam-se destrutivos tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

especialmente em espaços digitais, os quais têm se tornado arenas fundamentais para a interação social contemporânea. A análise de tais discursos é crucial para a construção de estratégias que promovam mudanças culturais e sociais. O principal objetivo deste trabalho é analisar os processos linguístico-discursivos que sustentam a masculinidade tóxica nas interações mediadas por plataformas digitais.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, ancorada na Análise do Discurso Crítica (ADC), conforme proposta por Fairclough (2001). O *corpus* é composto por postagens e comentários coletados de plataformas digitais como X (Ex-*Twitter*) e *TikTok*. Esses dados serão analisados para revelar como as práticas discursivas nas redes sociais contribuem para a manutenção de padrões hegemônicos de masculinidade.

Discurso, Ideologia e Prática Social

No âmbito da Análise do Discurso Crítica (doravante ADC), reconhece-se que a relação entre linguagem e sociedade é constitutiva, de forma que a linguagem molda a sociedade enquanto é transformada por ela (Fairclough, 2001). Isso significa que, ao utilizar a linguagem, os sujeitos participam de práticas sociais que constroem autorrepresentações, simbologias de outros indivíduos e definem papéis sociais para si mesmos e para seus interlocutores. Tais práticas podem, muitas vezes, basear-se em ideias pré-concebidas e estereótipos, o que torna a linguagem um dos principais instrumentos de disseminação de preconceitos, inclusão ou exclusão de pessoas.

Desse modo, pode-se afirmar que o discurso, enquanto um ponto de análise, não se limita ao texto, fala ou linguagem, embora dependa de componentes linguísticos para sua realização. Nesse sentido, o discurso transpõe os limites das estruturas da língua, existindo dentro de um reino externo que inclui dimensões sociais e aborda questões que se estendem além de meras preocupações linguísticas. De acordo com Orlandi (2015) “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história” (Orlandi, 2015, p.13). Consequentemente, ele representa uma manifestação infundida com elementos sociais e ideológicos que se tornam evidentes nas palavras à medida que são articuladas.

Nessa perspectiva, Fairclough (2001) define a "linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual" (Fairclough, 2001, p. 94), desse modo, a linguagem reflete as variáveis situacionais que configuram o discurso. No contexto da ADC, o discurso é compreendido como uma prática social que articula linguagem, poder e ideologia. Assim, ele desempenha um papel fundamental na validação de estruturas sociais, naturalizando hierarquias e relações de poder que orientam as práticas humanas. Sob tal perspectiva, Orlandi (2015) afirma que:

> Assim, a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja como membros de uma determinada forma de sociedade (Orlandi, 2015, p. 13 e 14).

A análise discursiva demanda a interpretação dos sujeitos em seus enunciados, compreendendo a construção de sentidos como um componente essencial de suas práticas sociais. A ideologia é expressa no discurso, que se realiza por intermédio da linguagem, quer seja na configuração textual ou mediante formas não verbais, a exemplo de representações imagéticas. A análise tem como meta explorar os sentidos produzidos no discurso, analisando as condições sociais, históricas e ideológicas que fundamentam sua elaboração. Tais condições englobam os sujeitos participantes e o contexto sociocultural em que se encontram. O significado das palavras resulta das matrizes ideológicas que sustentam as posições discursivas dos interlocutores.

> O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (Pêcheux, 1997, p. 190).

Em contextos de interação, as práticas discursivas reproduzem ou questionam as normas dominantes, evidenciando o caráter ideológico da linguagem. Como explica Foucault (1986), os discursos operam como dispositivos de poder que delimitam os modos de pensar, agir e existir

dos sujeitos, perpetuando os valores e expectativas sociais hegemônicas. Nesse contexto, o discurso se apresenta como um espaço onde coexistem diferenças sociais e ideológicas, expondo os conflitos e tensões derivados das disputas entre grupos e indivíduos em posições divergentes no tecido social. Essas disputas são marcadas pela inscrição ideológica dos sujeitos, que, ao ocuparem diferentes posições, produzem discursos alinhados às suas realidades sócio-ideológicas.

Assim, a relação entre discurso, ideologia e história é inseparável. O discurso carrega as marcas da história e atua como agente no processo de moldar e ser moldado pelas ideologias que estruturam as relações sociais e os eventos históricos. Como destaca Fairclough (2001), as representações discursivas do mundo são ideológicas, refletindo os interesses de grupos dominantes. Essas representações influenciam como os sujeitos percebem a realidade e constroem sua própria identidade.

A ideologia como elemento estruturante das relações sociais

No contexto da análise discursiva, a ideologia ocupa um papel central na compreensão das interações mediadas por linguagem. Assim como mencionado anteriormente, o discurso carrega em sua estrutura a inscrição ideológica de sujeitos que, ao enunciar, revelam suas posições dentro de dinâmicas de poder e desigualdade social. Althusser (1974) define ideologia como um conjunto de representações que, embora aparente naturalidade, são construções sociais destinadas a manter as relações de poder. Por meio dela, valores e normas hegemônicas são internalizados pelos sujeitos, consolidando sistemas de dominação que muitas vezes passam despercebidos.

Porém, Sob a perspectiva apresentada por Larrain (1979), o conceito de ideologia pode ser compreendido tanto em uma acepção crítica quanto em uma abordagem mais neutra e descritiva. Em seu sentido crítico, a ideologia é percebida como um mecanismo que distorce a compreensão dos sujeitos sobre a realidade social, o que contribui para a manutenção de estruturas de poder e desigualdade. Essa interpretação reforça o caráter manipulador da ideologia, na medida em que encobre as verdadeiras condições sociais, promovendo uma visão fragmentada e ilusória da realidade.

No entanto, a autora também propõe uma concepção positiva de ideologia, considerando-a como a expressão de uma visão de mundo articulada a partir de interesses de classe. Sob esse viés, as ideologias não são compreendidas como únicas ou universais, mas como múltiplas e diversas, refletindo opiniões, teorias e atitudes que se consolidam em determinados grupos sociais com o intuito de legitimar suas posições e assegurar a preservação de seus interesses. Segundo Larrain (1979):

> As conotações críticas e negativas do conceito de ideologia são sempre usadas para um tipo específico de erro que está vinculado, de uma ou de outra forma, com a ocultação ou a distorção de uma realidade contraditória e invertida. Nesse sentido é tanto um conceito restrito como histórico; restrito porque não abrange todos os tipos de erro e porque nem todas as ideias dominantes são afetadas por ele; histórico, porque depende da evolução das contradições (1979, p. 42).

Purvis e Hunt (1993) aprofundam a distinção estabelecida por Larrain (1979) entre os significados negativo e positivo da ideologia, destacando que a compreensão de que todo pensamento é moldado socialmente, embora correta, é insuficiente. Para esses autores, é imprescindível reconhecer que a ideologia possui uma orientação específica, atuando sempre em favor de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Essa abordagem ressalta que a ideologia, ao apresentar certas relações sociais como naturais e inquestionáveis, oculta os interesses particulares das classes que detêm o poder.

No ambiente digital, a atuação da ideologia torna-se ainda mais evidente, dado que as plataformas não são espaços neutros, mas arenas onde interesses sociais, econômicos e políticos se entrecruzam. Conforme Zizek (1994), a ideologia não se limita ao plano das ideias, mas está internamente ligada às práticas cotidianas. Nas redes sociais, por exemplo, a curadoria algorítmica direciona conteúdos que reforçam crenças preexistentes, criando bolhas ideológicas que dificultam o diálogo entre perspectivas distintas. Essa dinâmica contribui para a polarização e a naturalização de preconceitos, incluindo aqueles associados às normas de gênero e masculinidade.

Nesse sentido, a análise de Gramsci (1971) sobre a naturalização ideológica é particularmente relevante, ao destacar que valores de grupos

dominantes são disseminados como universais e, consequentemente, aceitos sem questionamento. Nas interações digitais memes, comentários e postagens aparentemente inofensivos desempenham papéis relevantes na perpetuação dessas estruturas ideológicas, demonstrando como as redes sociais se tornam espaços privilegiados para a reprodução de ideologias hegemônicas.

Análise discursiva da masculinidade tóxica: performances e representações digitais

A identidade masculina desempenha um papel fundamental na definição do que significa ser homem; a masculinidade não é simplesmente a interpretação cultural de uma realidade biológica, mas um processo social em constante desenvolvimento (Welzer-Lang, 2001). Trata-se de uma concepção ampla, mas não universal, uma vez que ela varia conforme a sociedade em que se encontra. Assim, é possível encontrar diferentes formas de masculinidade coexistindo dentro de uma mesma cultura, com distintos entendimentos sobre o que constitui a masculinidade. No entanto, essa construção social segue uma estrutura hierárquica, na qual se estabelecem masculinidades predominantes e outras subordinadas.

Desse modo, a masculinidade pode ser compreendida como o conjunto de traços, atitudes e papéis culturalmente atribuídos aos meninos e homens, variando conforme o período histórico e a sociedade em questão. Esse conceito define uma identidade construída com base na percepção de pertencimento ao sexo masculino, em oposição ao feminino. Além disso, está ligada a comportamentos padronizados pela sociedade, que muitas vezes promovem benefícios em diferentes dimensões da vida, influenciando práticas, valores e relações no âmbito familiar e social.

A repercussão cultural dessa organização hierárquica seria a imposição de um ideal normativo e predominante de ser "homem", sendo esta forma reconhecida, como já supracitado, uma masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2005) ou uma ideologia tradicional da masculinidade (Levant, 1996). Trata-se de um modelo patriarcal de masculinidade, que se constroi por meio de dois âmbitos interconectados de relações de poder: nas interações entre homens e

mulheres, marcadas pelas disparidades de gênero, e nas interações entre homens, imersas em desigualdades de raça, etnia, sexualidade, entre outras dimensões. De acordo com Wang, Jablonski e Magalhães (2006) as características do homem ideal seriam:

> Forte, confiante, ativo, destemido, determinado, realizador, independente, objetivo, pragmático, racional, emocionalmente equilibrado, profissionalmente competente, financeiramente bem-sucedido e sexualmente impositivo são algumas das descrições pertinentes ao modelo ideal de masculinidade.

A influência desses estereótipos se inicia ainda na socialização do menino, sendo transmitida de geração em geração através das relações familiares, especialmente com os pais. À medida que o menino cresce e se insere em diferentes contextos sociais, novas representações podem ser agregadas ao modelo de masculinidade, enquanto outras são reforçadas ou descartadas, ajustando-se às mudanças culturais e sociais. A masculinidade, portanto, é um conceito que não se limita a uma única forma de ser, mas é algo construído ao longo do tempo, a partir de influências externas e internas. Assim como em qualquer construção social, ela varia conforme o contexto histórico e cultural, sendo um conjunto de atributos, atitudes e costumes culturalmente atribuídos aos meninos e homens.

Esse modelo de masculinidade, por sua vez, está diretamente ligado a comportamentos que, muitas vezes, são considerados essenciais para que um homem seja visto como tal, como a expectativa de não demonstrar fragilidade, emoções ou comportamentos tidos como femininos. Essas normas acabam por definir e limitar as identidades masculinas, impondo um modelo hegemônico e dificultando a expressão de formas alternativas de ser homem. Esse processo de imposição do ideal masculino, como a ideia de que o homem deve ser emocionalmente equilibrado, racional e bem-sucedido, torna-se ainda mais evidente quando observamos que, na maioria das vezes, comportamentos como a demonstração de vulnerabilidade ou sensibilidade são desvalorizados ou até estigmatizados.

Essa construção ideológica do masculino é ilustrada pela figura a seguir (figura 1), retirada de comentário feito em um vídeo publicado no

perfil do TikTok do site de notícias R7.com. No vídeo, um pai leva sua filha, ainda bebê, para tomar uma injeção e, ao vê-la chorar, não contém sua emoção e vai às lágrimas. Embora alguns comentários tenham elogiado o gesto, valorizando o lado mais sensível e "humano" do pai, outros indivíduos criticaram sua atitude, classificando-o como "fraco" — um adjetivo que contrasta com o ideal de masculinidade hegemônica. Esse episódio evidencia como o discurso social perpetua uma visão limitada e opressora da masculinidade, ao mesmo tempo em que reprime expressões alternativas que desafiam os padrões tradicionais de gênero.

Figura 1 - Pai chora ao ver filha tomando vacina

Fonte: https://vm.tiktok.com/ZMk5PEAUF/

Sob a perspectiva crítica de Larraín (1979), tal discurso pode ser compreendido como parte de uma ideologia que distorce a percepção dos sujeitos sobre o que significa ser homem em sociedade. Ao considerar que a ideologia, em seu caráter manipulador, atua mascarando as verdadeiras relações de poder, é possível observar que a crítica ao pai que chora reflete um mecanismo que reforça a manutenção de padrões masculinos tradicionais. Essa visão fragmentada e ilusória da masculinidade oculta os processos de opressão que determinam quais comportamentos são aceitos e quais são reprimidos, garantindo a continuidade de um modelo que beneficia certos grupos e marginaliza aqueles que desafiam tais normas.

Larraín (1979) argumenta que a ideologia, ao apresentar uma realidade distorcida, induz os sujeitos a internalizarem concepções que

servem para preservar as estruturas sociais existentes. No caso apresentado, a crítica à expressão de emoções pelo homem está inserida em um discurso ideológico que naturaliza a suposta superioridade de uma masculinidade rígida, controlada e avessa à vulnerabilidade. Esse processo esconde as verdadeiras condições sociais que impõem uma série de restrições comportamentais aos homens, ao mesmo tempo em que reforça desigualdades de gênero ao desqualificar formas alternativas de masculinidade.

No comentário exposto na Figura 1, o sujeito A[2] afirma: "Essa geração de homem é decepcionante demais! Geração Nutella." A escolha do termo "Nutella", discursivamente utilizado na linguagem popular brasileira e potencializado nas interações digitais, carrega um significado pejorativo que remete a uma divisão simbólica entre modelos de masculinidade. De um lado, está o "homem raiz", associado a valores tradicionais como força, resistência emocional e rigidez moral; de outro, está o "homem Nutella", relacionado a comportamentos sensíveis, empáticos e considerados desviantes em relação ao padrão hegemônico.

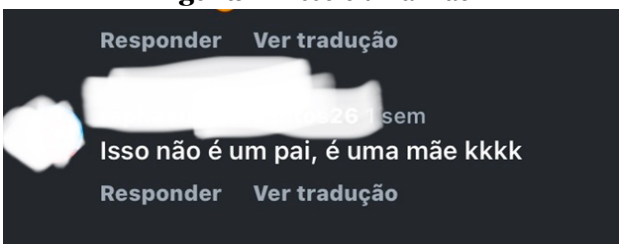
No caso analisado, (figura 1), o choro do pai é tomado como uma ruptura com as expectativas culturais de que os homens devem manter controle emocional em situações públicas. Ao expressar vulnerabilidade, o sujeito é classificado como fraco e desviado do padrão tradicional de masculinidade. Esse julgamento não é neutro ou desinteressado, mas carrega uma função ideológica que busca ocultar as transformações sociais em curso, reafirmando um modelo de comportamento que privilegia determinadas características em detrimento de outras.

Esse discurso, portanto, ilustra a perpetuação de normas que rejeitam qualquer forma de masculinidade que se afaste da figura tradicional do homem forte, invulnerável e insensível. Como destaca Eagleton (1991), as ideologias atuam impondo ideias e naturalizando práticas sociais, apresentando-as como universais e imutáveis. Nesse sentido, a crítica à "Geração Nutella" serve como mecanismo ideológico que busca reforçar a masculinidade tradicional, ocultando as transformações sociais em curso e marginalizando alternativas que

[2] Todas as figuras apresentadas neste artigo terão a identificação dos sujeitos ocultada, em conformidade com os princípios éticos de anonimato estabelecidos para proteger a privacidade dos participantes. É fundamental destacar que o foco central deste estudo reside nos aspectos linguísticos e discursivos presentes nas figuras. Dessa forma, para garantir a confidencialidade e anonimato dos participantes, os indivíduos nas imagens serão referidos como Sujeitos A, B, C, etc.

visem humanizar a experiência masculina por meio da aceitação de emoções e vulnerabilidades.

Figura 2 - Isso é uma mãe

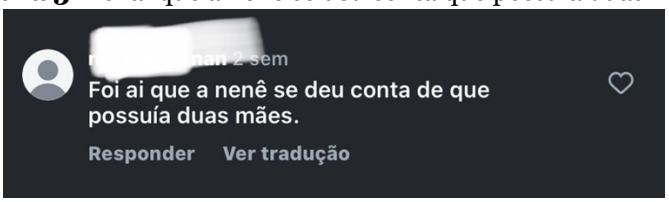


Fonte: https://vm.tiktok.com/ZMk5PEAUF/

Ainda no mesmo vídeo, outro indivíduo, identificado como "sujeito B", comenta (figura 2): "Isso não é um pai, é uma mãe kkkk". Esse comentário reflete uma visão sexista enraizada em valores patriarcais, nos quais o feminino é associado à vulnerabilidade e à expressão emocional, enquanto o masculino é identificado com rigidez e autocontrole. Ao deslegitimar a demonstração de sentimentos por parte de um homem no contexto familiar, o discurso do sujeito B reproduz uma lógica binária que opõe masculinidade e feminilidade, atribuindo às mulheres o monopólio das emoções e relegando os homens ao papel de figuras invulneráveis e impenetráveis. A risada contida no comentário – simbolizada pela sequência "kkk" – reforça o tom de desprezo e zombaria, sinalizando que a quebra dessas expectativas rígidas de gênero é vista como motivo de chacota e desqualificação.

Discursivamente, o sujeito B reforça a ideia de que expressar sentimentos, especialmente em público, compromete a identidade masculina, pois a aproxima de características culturalmente atribuídas às mulheres. Essa percepção deriva de uma construção histórica na qual o feminino foi tradicionalmente relegado ao âmbito privado e associado ao cuidado, à fragilidade e à emoção, enquanto o masculino se apropriou do espaço público, identificado com força, liderança e racionalidade. Nesse sentido, como aponta Silva (2006), a identidade masculina é construída a partir da rejeição de tudo aquilo que é associado ao feminino ou a qualquer traço que remeta à homossexualidade, estabelecendo fronteiras resistentes entre os papéis sociais de homens e mulheres. Conforme Silva (2006), os homens são historicamente socializados para desempenhar papéis que enfatizam a força, a coragem, a racionalidade e a competitividade, enquanto às mulheres são atribuídas características como docilidade, afetividade e submissão.

Figura 3 - foi aí que a nenê se deu conta que possuía duas mães

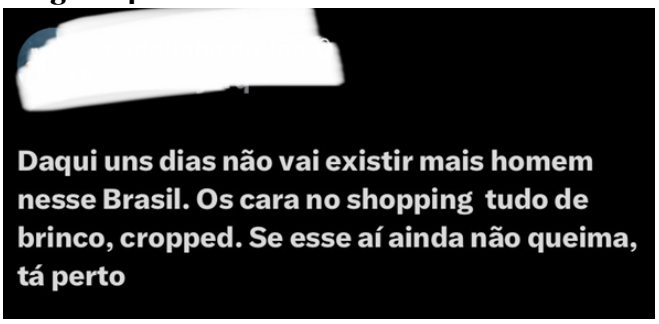


Fonte: https://vm.tiktok.com/ZMk5PEAUF/

Na sequência da interação analisada, conforme exposto na Figura 3, o sujeito C complementa o comentário do sujeito B, afirmando: “Foi aí que a nenê se deu conta de que possuía duas mães!” — ilustra um processo discursivo que desqualifica o papel paterno por meio da associação com o feminino e reitera uma lógica binária que define a masculinidade em oposição direta à feminilidade. Tal discurso parte da premissa de que as expressões de cuidado, empatia e vulnerabilidade emocional são atributos inerentes ao “ser mulher” e, portanto, incompatíveis com o que se espera de um homem. Esse tipo de construção discursiva, por meio do uso do humor irônico e do deboche, torna-se uma ferramenta de reforço das fronteiras simbólicas que sustentam os papéis sociais de gênero, preservando uma hierarquia cultural que subordina o feminino ao masculino.

Segundo Orlandi (2015), o discurso é um espaço em que a ideologia se materializa, influenciando a maneira como os sujeitos percebem o mundo e suas posições dentro dele. No caso em análise, a rejeição à expressão de emoções por parte de homens ocorre de forma intencional e é resultado de processos históricos e culturais que, por meio da linguagem, instituíram padrões normativos de comportamento. Orlandi (2015) salienta que o discurso não é apenas uma prática de comunicação, mas também um mecanismo de controle social, que estabelece os limites do que pode ser dito e, consequentemente, do que é considerado legítimo ou ilegítimo em determinado contexto.

Figura 4- Não vai existir mais Homem nesse Brasil



Fonte: X- Ex *Twitter*

A ideologia da masculinidade tóxica manifesta-se como um dispositivo de controle que regula as expressões masculinas e delimita os limites do que pode ser aceito como comportamento legítimo de um "homem de verdade". O comentário presente na figura 4 — "Daqui uns dias não vai existir mais homem nesse Brasil. Os cara no shopping tudo de brinco, cropped. Se esse aí ainda não queima, tá perto" — evidencia um discurso de resistência às mudanças culturais que desafiam as normas tradicionais de gênero. Ao mesmo tempo, denota o funcionamento de um sistema simbólico que busca reafirmar uma forma mais honrada de ser homem.

Para Connell (1995), a masculinidade hegemônica não se sustenta isoladamente; ela depende da marginalização de outras formas de masculinidade, classificadas como subordinadas ou estigmatizadas. Nesse sentido, a zombaria dirigida a homens que utilizam brincos ou cropped, como expressa no comentário analisado, serve como uma ferramenta de reforço da norma masculina, ao mesmo tempo em que desqualifica alternativas que não se alinham à expectativa hegemônica.

Outro ponto relevante levantado por Connell (1995) é a ideia de que a masculinidade dominante não opera exclusivamente na relação de superioridade em relação às mulheres, mas também na hierarquização interna entre os próprios homens. Nesse contexto, o sujeito que faz o comentário no Twitter atua como um agente discursivo que reafirma sua posição no topo dessa hierarquia imaginada, utilizando mecanismos de exclusão simbólica. O uso da expressão "não vai existir mais homem nesse Brasil" sugere um temor de extinção da masculinidade tradicional, que ele associa à força, à virilidade e à heterossexualidade compulsória. Trata-se de um esforço de defesa diante daquilo que Connell descreve como "crise de masculinidade", que surge quando os pilares tradicionais

que sustentam a masculinidade são desafiados por novas configurações culturais.

Ademais, a análise da linguagem utilizada no comentário evidencia uma tentativa de ridicularizar e patologizar expressões que desestabilizam a masculinidade normativa. O verbo “queimar” é utilizado de forma pejorativa para sugerir a homossexualidade, uma das formas de masculinidade subordinada identificadas por Connell (1995). Essa escolha não é aleatória, ela reforça a heteronormatividade como requisito essencial da masculinidade legítima e marginaliza aqueles que não cumprem este critério. Nesse cenário, a adoção de elementos estéticos historicamente associados ao feminino — como brincos e cropped — é vista como uma ameaça à fronteira entre os gêneros. Para o comentarista, tais escolhas representam uma ruptura com os códigos visuais que sustentam a distinção entre masculinidade e feminilidade, e por isso são alvo de rejeição.

A masculinidade tóxica, nesse contexto, opera como um regime simbólico que reprime a pluralidade de expressões masculinas, ao mesmo tempo em que perpetua as desigualdades de gênero e a hierarquização entre os próprios homens. O desafio de desconstruir esse sistema exige não apenas a crítica a manifestações individuais como essa, mas também uma reflexão coletiva sobre as bases culturais e sociais que sustentam tais discursos.

Conclusão

A análise das práticas discursivas relacionadas à masculinidade tóxica nas plataformas digitais revelou como essas interações reforçam normas hegemônicas de gênero e contribuem para a naturalização de estereótipos prejudiciais. Por meio de discursos que exaltam características como força, invulnerabilidade e rejeição ao feminino, essas plataformas tornam-se arenas de reprodução e legitimação de desigualdades estruturais, impactando a construção das identidades masculinas e das relações sociais.

As imagens analisadas demonstraram que as redes sociais operam como espaços de amplificação ideológica, onde valores patriarcais são frequentemente apresentados como universais e inquestionáveis. Diante disso, este estudo reforça a necessidade de abordagens críticas que

desvelam os mecanismos ideológicos por trás desses discursos. A partir da análise realizada, é possível concluir que os meios digitais, embora frequentemente percebidos como espaços democráticos, ainda estão profundamente enraizados em estruturas de poder que favorecem a manutenção de padrões tradicionais de masculinidade.

Como limitação, este estudo focou-se em um recorte específico de interações e discursos em plataformas digitais, o que aponta para a necessidade de pesquisas futuras que explorem outras dimensões, como a relação entre masculinidade tóxica e diferentes contextos socioculturais, ou mesmo o impacto de iniciativas que desafiem essas normativas. Portanto, espera-se que este trabalho contribua para o debate acadêmico e inspire novas investigações sobre os desafios e as possibilidades de transformação nas representações de gênero nos espaços digitais.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. *Gender & Society*, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0891243205278639. Acesso em: 10 jan. 2025.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*: uma introdução. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Olga Baghino. São Paulo: Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LARRAIN, Jorge. *Marxism and Ideology*. London: Macmillan, 1983.
LARRAIN, Jorge. *The Concept of Ideology*. London: Hutchinson, 1979.

LEVANT, R. F., Good, G. E., Cook, S. W., O’Neil, J. M., Smalley, K. B., Owen, K., & Richmond, K. (2006). The normative Male Alexithymia Scale: Measurement of a gender-linked syndrome. *Psychology of Men & Masculinity*, 7(4), 212–224. https://doi.org/10.1037/1524-9220.7.4.212

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso:* princípios e procedimentos. 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas, SP. 2015.

PÊCHEUX, Michel. Discurso e Memória: Movimentos na Bruma da História. In: *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*. Marília: UNESP, 1997.

PURVIS, Trevor; HUNT, Alan. Discourse, ideology, discourse, ideology, discourse, ideology... *The British Journal of Sociology*, v. 44, n. 3, p. 473-499, Sept. 1993.

WANG, Mey Ling; JABLONSKI, Bernardo; MAGALHÃES, Andréa Seixas. Identidadesmasculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 54-65, 2006. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/243/252. Acesso em: 10 jan. 2025.

Welzer-Lang D, (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas* 2001; 2:460-82. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008

ZIZEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

Linguistic-discursive analysis of “toxic masculinity” in digital media

Abstract. This article analyzes, from the perspective of Critical Discourse Analysis (CDA), the linguistic-discursive processes that sustain toxic masculinity in digital interactions. The corpus comprises posts and comments from platforms such as X (formerly Twitter) and TikTok, adopting a qualitative approach based on theorists such as Fairclough (2001), Connell (2005), and Orlandi (2015). The findings reveal that social networks function as ideological arenas where patriarchal norms are amplified, reinforcing gender hierarchies. Comments that delegitimize emotional expression or promote hegemonic masculine stereotypes illustrate how these discursive practices restrict alternative male identities. The study concludes that toxic masculinity is upheld by discursive mechanisms that naturalize inequalities and inhibit social change. It emphasizes the need for discursive practices that encourage more inclusive forms of masculinity and highlights the importance of future research exploring strategies to deconstruct hegemonic narratives in digital environments.
Keywords: Toxic Masculinity. Discourse. Gender. Ideology.

Francisco ARKIRES SILVA DO NASCIMENTO,
Licenciado em Letras (Português/Inglês) pelo IFCE – Campus Tianguá. Pós-graduando em Linguística Aplicada, Educação 4.0, Docência no Ensino Superior e PNL. Pesquisador nas áreas de Linguística Aplicada, Estudos de Gênero e Afro-Brasileiros. Desenvolve pesquisas independentes sobre discurso, negritude e questões raciais. E-mail: arkiressilva52@gmail.com

https://orcid.org/0009-0006-6252-1911

Rafael LIMA VIEIRA,
Professor do IFCE. Mestre em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste. Atualmente desenvolve estudos Teorias de Gênero e Sexualidade

(Sexualidade, Gênero, Feminismos, Sexismo, Violências de Gênero, LGBTfobia, Direitos Humanos).

https://orcid.org/0000-0002-8680-9104

Recebido em: 17/01/2025

Aprovado em: 30/07/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

O corpo gay que vive com HIV: discursos, intersecções e resistências

José Augusto Simões de Miranda, *Universidade Federal de Santa Catarina* (UFSC)

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar discursos de uma campanha sobre HIV, produzida pelo Ministério da Saúde, que envolvem participantes homens gays e que (con)vivem com HIV; compreender como essas identidades, ser gay e (con)viver com HIV, são representadas — isoladamente ou sobrepostas — nos discursos dos participantes; assim como discutir como os participantes reagem a essas identidades. Para que isso fosse possível, o estudo foi realizado seguindo uma metodologia de pesquisa qualitativa e os dados foram discutidos à luz da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, dos estudos *queer*, e da interseccionalidade. Os resultados demonstram que as identidades dos participantes são representadas sobrepostas, ou seja, há uma inter-relação — social e histórica — entre ser gay e viver com HIV. Vê-se também que os participantes reagem a essas identidades com resistência, ressignificando os discursos estigmatizantes que foram (re)produzidos ao longo dos mais de 40 anos de epidemia do HIV/Aids e que tentam associar e marginalizar as duas identidades sociais aqui analisadas.

Palavras-Chave: Análise Crítica do Discurso. Estudos queer. Gay. HIV. Interseccionalidade.

Palavras iniciais[1]

No início da epidemia do hiv/aids[2], nos anos 1980, histórias violentas entre homens e a aids se disseminaram e borraram a barreira entre a identidade homossexual e a identidade de paciente com aids (Defert, 2021). Numa perspectiva simbólica, a epidemia foi uma grande 'mancha' na masculinidade hegemônica nos últimos 40 anos, pois estava ligada a práticas relacionadas à identidade homossexual (Caetano; Nascimento; Rodrigues; 2018). Os autores afirmam que, para ter seus direitos civis reconhecidos, a comunidade LGBTQIAPN+ teve que buscar visibilidade no espaço público e lutar por suas identidades, assim como negar discursos que identificavam seus membros como doentes, pecadores ou criminosos. Diferentemente dos dias atuais, essas vítimas, que em um primeiro momento viviam com hiv e mais tarde desenvolviam a aids, tinham seus corpos afetados e, como eram rapidamente associadas a práticas homossexuais, a expressão 'peste gay' foi observada em capas de jornais e em noticiários, que contribuiram para a reprodução de diferentes discursos discriminatórios, como os discursos homofóbico e sorofóbico (Brito; Rosa, 2021).

No que concerne à reprodução desses discursos, Sontag (2001) argumenta que diferentes metáforas foram relacionadas à epidemia do hiv/aids, associando pacientes a poluentes perigosos e invasores (como soldados em uma guerra que vêm para matar). Aqui se vê a criação de um estigma. Goffman (1982) argumenta que o estigma é um traço diferente — visto como negativo, tanto no aspecto físico do corpo, como na forma de pensar — atribuído a certas pessoas em relação a quem compõem os grupos dominantes, e há uma contaminação nas identidades sociais das pessoas estigmatizadas, tornando-as não dignas de respeito. O autor argumenta que grupos sociais podem ser afetados pelo estigma, e que as pessoas estigmatizadas são vistas como menos humanas, assim como os 'normais' constroem todo um repertório discursivo (às vezes com o escudo de pseudociências) para 'explicar' a 'inferioridade' de grupos estigmatizados e alertar sobre o perigo que eles

[1] Este artigo foi financiado pela agência brasileira de fomento "Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq" - Processo número 173444/2023-7.

[2] Ao longo do artigo usarei as siglas hiv (*human immunodeficiency virus*) e aids (*acquired immunodeficiency syndrome*) em letras minúsculas a fim de reestruturar um discurso hegemônico associado ao estigma que ele produz, assim como apoiar o ativismo que luta contra a sorofobia, que é o preconceito contra as pessoas que vivem com hiv.

representam para a sociedade, como deficientes, prisioneiros, alcoólatras, desempregados, depressivos, pessoas com comportamento político radical, entre outros.

Neste artigo, ressalto duas identidades sociais estigmatizadas: ser gay e (com)viver com hiv, que são investigadas de forma interseccional. O objetivo da pesquisa é analisar discursos de uma campanha sobre o hiv, produzida pelo Ministério da Saúde, que envolvem participantes homens gays[3] e que (con)vivem com hiv[4]; compreender como essas identidades, ser gay e (con)viver com hiv, são representadas — isoladamente ou sobrepostas — nos discursos dos participantes; assim como discutir como os participantes reagem a essas identidades.

O estudo é realizado seguindo uma metodologia de pesquisa qualitativa e os dados são discutidos à luz da abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2010, 2019; van Dijk, 2020), dos estudos *queer* (Butler, 2004; Moita Lopes; Gonzales; Melo; Guimarães, 2022), e da interseccionalidade (Crenshaw, 1991, 2004; Collins, 2022).

O artigo está dividido em três grandes partes: o arcabouço teórico; a metodologia; e as análises e discussões. Após ter apresentado as palavras iniciais, a seguir, discuto o arcabouço teórico que a pesquisa se ancora.

Revisão de literatura

A análise do discurso é um termo guarda-chuva que apresenta diferentes abordagens téorico-metodológicas. Dentre essas abordagens, temos a Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2010, 2019; van Dijk, 2020), um campo de estudos transdisciplinar que serve como arcabouço téorico para este estudo. Segundo Fairclough (2010), a transdiplinaridade é uma forma de interdisciplinaridade, em que há a implicação de 'diálogos' entre disciplinas, teorias e estruturas para a análise de textos e discursos e, a partir desses diálogos, há a possibilidade de expandir a dimensão teórico-metodológica de diferentes campos do saber. O autor também argumenta que a Análise Crítica do

[3] Na presente pesquisa uso o termo gay em vez de bissexual, pois nas passagens analisadas não há pistas textuais de que os participantes tenham se relacionado com mulheres.

[4] Um dos participantes não vive com o vírus, mas convive, pois está numa relação sorodiferente com outro participante, motivo pelo qual eu recorro ao termo (con)viver.

Discurso (ACD) não é somente descritiva, mas também normativa, ou seja, a ACD tem como objetivo apontar problemas sociais em seus aspectos discursivos, assim como possíveis formas de mitigá-los ou corrigí-los. Desse modo, a relevância da pesquisa está em apontar, por meio das análises, problemas sociais decorrentes de pelo menos duas identidades sociais estigmatizadas — ser gay e (con)viver com hiv —, expandir a literatura da área, assim como contribuir com recursos (simbólicos) na busca por mudança social.

De acordo com Fairclough (2019), o conceito de discurso está relacionado ao uso da linguagem como prática social, não é uma mera atividade individual, mas reflete, representa e constrói relações sociais e por isso gera implicações — por exemplo, sujeitos sociais podem afetar vidas ao agir discursivamente no mundo. Por meio do discurso surgem possibilidades que variam desde a tentativa de 'normalização' de discursos discriminatórios por grupos sociais dominantes, em que relações assimétricas de poder entram em cena e afetam grupos marginalizados — no contexto desta pesquisa ser gay e (con)viver com hiv —, até as resistências a essa(s) tentativa(s) e à capacidade de mudança e transformação social. Desse modo, Fairclough apresenta duas possibilidades da constituição de práticas discursivas: convencional e criativa. Para o autor, ao constituir práticas discursivas de forma convencional, grupos sociais contribuem para a 'reprodução (desigual) da sociedade' (mantendo o *status quo*) e a manutenção de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos, crenças e valores — que afetam grupos marginalizados, como pretos, pobres, mulheres, a comunidade LGBTQIAPN+ e pessoas que vivem com hiv, por exemplo. No que concerne à constituição de práticas discursivas de forma criativa, o autor discute a possibilidade de sujeitos contribuírem para mudança e transformação social, por meio de diferentes formas de transgressão, em que há desarticulações e rearticulações discursivas a partir de convenções existentes.

Para as análises das práticas discursivas e sociais, recorri às categorias analíticas de Contexto desenvolvidas por van Dijk (2020). O autor propõe um esquema de modelo de contexto que é dividido em: Ambiente: Tempo/Período, Espaço/Lugar/Entorno; Participantes; O Eu-mesmo: papéis comunicativos (estrutura de participação), tipos de papéis sociais, ser membro de um grupo ou identidades; relações entre os participantes (por exemplo, poder, amizade); crença e conhecimentos

compartilhados e sociais; intenções e objetivos; e atitudes sociais aplicadas e ideologias.

É importante ressaltar que a ACD está interessada na investigação de identidades sociais, que são 'modos de ser' de atores sociais. A posição epistemológica da ACD é convergente com as discussões contemporâneas de interseccionalidade, já que ambas pertencem às teorias críticas. Ao pensarmos em teorias sociais críticas, há algumas questões que são centrais nas discussões que permeiam essas teorias, como desigualdade social, problemas sociais, ordem social, justiça social e mudança social (Collins, 2022). Para a autora, a interseccionalidade é uma teoria social crítica em construção e um projeto, tanto intelectual como político, em que diversos agentes sociais participam de forma colaborativa. Nesse sentido, Collins argumenta que a interseccionalidade é capaz de abordar problemas sociais contemporâneos, assim como sua reparação, e tem a heterogeneidade como uma grande aliada.

Quando falamos em uma proposta heterogênea e plural, também podemos pensar em categorias de identidade social, como gênero, raça, classe, sexualidade, etnia, idade, marcadores de saúde, entre outros, que se articulam como fenômenos globais em sociedades capitalistas avançadas. Desse modo, vemos projetos globais e neoliberais que estão interessados em acentuar cada vez mais desigualdades sociais, assim como dificultar a justiça e mudança social. Nesses projetos, relações assimétricas de poder também são acentuadas e categorias de identidades sociais são mais ou menos valorizadas. Por exemplo, dentro de grupos sociais marginalizados, como a comunidade LGBTQIAPN+, se olharmos a partir de uma perspectiva interseccional, veremos que há diferenças entre categorias de identidade social que são mais ou menos estigmatizadas.

Para Crenshaw (2004), nem sempre devemos lidar com grupos distintos de pessoas, mas com grupos sobrepostos, de modo que diferentes categorias de discriminação não sejam vistas isoladamente — no contexto da presente pesquisa, ser gay e viver com hiv. Assim, a autora argumenta: "[...] Precisamos, portanto, identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas. [...] Esses são os sulcos profundos que podem ser observados em qualquer sociedade pelos quais o poder flui" (p.11). Desse modo, "a interseccionalidade pode ser mais amplamente útil como forma de mediar a tensão entre as afirmações de identidades múltiplas e a necessidade contínua de políticas de grupo" (Crenshaw, 1991, p. 1296, minha tradução).

Com relação ao movimento *queer* que surgiu nos Estados Unidos na década de 1980, Lima (2021) argumenta que houve uma aposta política organizada de pelo menos duas formas: primeiro, a multidão *queer* denunciou a sociedade cis-heteronormativa, que — com a ascensão da epidemia do hiv/aids — considerava dispensáveis aqueles corpos que não se enquadravam nos padrões hegemônicos sexuais; em segundo lugar, a multidão *queer* também criticou uma parte da comunidade gay que seguia os ideais do capitalismo estadunidense, deixando de lado questões de gênero e sexualidade para pertencer a grupos sociais heteronormativos — compostos por pessoas brancas e de uma classe social privilegiada, por exemplo. O autor também afirma que cada vez mais homens gays brancos e de classe média alta com empregos respeitáveis acreditavam pertencer à sociedade cis-heternormativa, que inicialmente criticaram, porém, a epidemia do hiv/aids os lembrou que se tratava de uma inclusão social ilusória e ainda eram considerados aberrações; além disso, essa pseudo inclusão deixou de lado um conjunto de corpos que não se enquadravam nesse novo padrão, como pessoas transsexuais, travestis, lésbicas, homens pretos gays, entre outros.

Se recorrermos aos estudos *queer*, também veremos um realce com relação às perfomances identitárias em detrimento da manutenção de poder que grupos dominantes detêm. Por exemplo, o uso do termo 'negatividade *queer*', proposto por estudiosos da área, problematiza a idealização e a normalização de discussões e lutas LGBTQIAPN+ interessadas em atender aos interesses da ordem política e econômica neoliberal contemporânea (Moita Lopes, 2022).

Desse modo, a política e os estudos *queer* se mostram fazer parte de um viés crítico que problematiza desde a configuração heterossexual normativa e dominante, que exclui corpos dissidentes tornando-os 'menos/não humanos' e os lançam a um lugar de abjeção (Butler, 2004) até diferentes ideais da comunidade LGBTQIAPN+, que estão relacionadas a essa configuração e atravessam o campo estético, psicológico (de felicidade), da saúde, de comportamentos, de relacionamentos e que se estendem ao vestuário e outras materialidades produzidas por sociedades capitalistas avançadas. Configuração e ideais que excluem corpos que não se encaixam nesses padrões, como ser gay e (con)viver com hiv, que é analisado na presente pesquisa.

Após apresentar o arcabouço teórico, na próxima seção apresento a proposta metodológica.

Acordos metodológicos

Ao visitarmos o site do Ministério da Saúde, no 'Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais', é possível observar uma linha de tempo com campanhas, que começaram em 1998 e foram produzidas até o ano de 2022, totalizando 102 campanhas com diferentes propósitos e temas, a maioria delas focada em prevenção. Há apenas onze campanhas que envolvem pessoas que (con)vivem com hiv, trazendo seus desafios e realidades. Uma dessas campanhas, chamada 'Campanha Indetectável', foi produzida em 2018, há participantes que dão seus depoimentos, por meio de vídeos transmitidos no *YouTube*[5], e tem como foco enfatizar a indetectabilidade do vírus em pessoas que vivem com hiv e recebem tratamento. Na presente pesquisa, analiso os discursos de quatro participantes — que são homens gays — dessa campanha.

Os critérios de seleção dos dados estão relacionados com o grupo social que propus analisar — participantes homens gays e que (con)vivem com hiv. Como explicado anteriormente, o objetivo da pesquisa é analisar discursos de uma campanha sobre hiv, produzida pelo Ministério da Saúde, que envolvem participantes homens gays e que (con)vivem com hiv; compreender como essas identidades, ser gay e (con)viver com hiv, são representadas — isoladamente ou sobrepostas — nos discursos dos participantes; assim como discutir como os participantes reagem a essas identidades.

Para as análises, que foram transcritas, selecionei as passagens em que os participantes deixaram claro serem gays e que pudessem atingir meu objetivo. Como afirmado anteriormente, recorri a uma metodologia de pesquisa qualitativa e os dados foram discutidos à luz da perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2010, 2019; van Dijk, 2020), dos estudos *queer* (Butler, 2004; Moita Lopes; Gonzales; Melo; Guimarães, 2022), e da interseccionalidade (Crenshaw, 1991, 2004; Collins, 2022). Para a análise textual, sempre que possível, recorri a elementos léxico-gramaticais; para a análise das práticas discursivas e sociais, usei a categoria analítica de Contexto, assim como os estudos *queer* e a interseccionalidade. Devido às escolhas teórico-analíticas previamente delimitadas, no presente estudo, que é

[5] Os vídeos estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.youtube.com/@dstaidshv.

provindo de um projeto de pós-doutoramento, levei em consideração apenas textos verbais.

Após descrever a metodologia, na próxima seção, apresento as análises e discussões.

Análises e discussões

Como explicado anteriormente, nesta seção analiso os discursos de quatro participantes — Participantes 1 a 4 — que (con)vivem com hiv e são apresentados a seguir.

Participante 1: Geovanni

> Isso foi legal porque até nos meus aplicativos de relacionamento, eu tinha liberdade de falar que eu era soropositivo. Só que eu senti que, mesmo assim, as pessoas começaram a vir falar comigo pelos aplicativos, mas não por quererem se relacionar comigo. Elas queriam tirar informação, porque na verdade muita gente que convive com hiv, infelizmente, também, muita gente se esconde, porque tem medo do preconceito. E eu pensava: agora não vou mais arrumar ninguém, né? Mas foi bem pelo contrário, assim. Foi quando eu conheci o Jeandro, que quebrou essa barreira dentro de mim. Eu tinha um preconceito. A gente mesmo tem um preconceito: "ah, porque eu tô assim, ninguém vai me querer mais, né?"

Na passagem acima, o participante mostra sua experiência com aplicativos de relacionamento. Com relação à categoria *tipos de papéis sociais, ser membro de um grupo ou identidades*, o participante mostra ser gay por procurar uma pessoa do mesmo sexo para se relacionar. De acordo com a categoria *lugar*, vê-se que ele está em um lugar específico — aplicativos de relacionamento. Ainda, a partir dessas categorias, há outras pessoas com quem o participante interagia que têm os mesmos tipos de papéis sociais — buscam relações com pessoas do mesmo sexo — e que estão no mesmo lugar — aplicativos de relacionamento. No contexto desta passagem também temos a categoria *intenções*. Embora as intenções possam divergir entre os participantes dos aplicativos, como 'apenas sexo', possíveis relacionamentos amorosos, amizade, encontros casuais etc., vê-se que as intenções estão associadas às outras duas categorias: a busca por um tipo de papel social específico (no caso do participante, outros homens) em um lugar específico (aplicativos de relacionamento).

Quando o participante afirma “Só que eu senti que, mesmo assim, as pessoas começaram a vir falar comigo pelos aplicativos, mas não por quererem se relacionar comigo. Elas queriam tirar informação, porque na verdade muita gente que convive com hiv”, vemos a presença da conjunção adversativa ‘mas’ e nos mostra que, embora pessoas o procuravam sabendo que ele vive com hiv, esse ‘interesse’ se dava meramente por uma intenção de caráter informativo, o que foge das possibilidades elencadas acima da categoria intenção comumente vistas em aplicativos de relacionamentos.

Aqui também vemos atitudes sociais aplicadas e ideologias, uma vez que, enquanto as categorias lugar (aplicativos de relacionamento), papéis sociais (ser gay) e intenção são relativamente comuns em aplicativos de relacionamento, vê-se que a interação de outras pessoas com o participante desta campanha diverge de forma significativa na categoria intenção — que é de caráter meramente informativo. Neste sentido, outro papel social identificado entra em cena e se torna protagonista — que é o viver com hiv. Ser membro desta identidade gera atitudes sociais aplicadas e ideologias provindas do início da epidemia do hiv/aids. Como demonstra o participante da campanha, apesar dessas pessoas se interessarem pelo tema hiv/aids, descartam quaisquer tipos de relação/relacionamento (sexual, romântico etc.) com ele.

Com relação às atitudes sociais aplicadas e ideologias acerca de um grupo social específico, em nosso contexto, pessoas que vivem com hiv (PVHIV), vemos que há a ‘contaminação’ de identidades sociais, quando o estigma entra em cena. Dito de outro modo, PVHIV devem ter uma contrapartida a oferecer, a fim de compensar sua ‘inferioridade’ social, como sua ‘utilidade’, aqui demonstrado pelo caráter informativo, ou em outros contextos, poder de compra, por exemplo. Quem deixa de atender a estes padrões socialmente estabelecidos, logo são vistos como menos humanos e colocados em um lugar de abjeção, quando o estigma é intensificado. Por mais que essas pessoas soubessem que quem vive com hiv e está indetectável por pelo menos seis meses não transmite mais o vírus (Brasil, 2019), há outras questões que vão além dos aspectos biomédicos, como a questão social e discursiva. Neste sentido, grupos e estruturas sociais diversas entram em cena — família, educação, crenças, valores, trabalho, amigos/as etc. — fazendo com que a manutenção de determinados discursos sejam atendidas. Em outros termos, o estigma é uma ‘mancha’ social (Goffman, 1982) que se prolifera com o intuito de fechar os canais de contestação e desarticulação discursivas, como foram

demonstrados por essas pessoas que interagiam com o participante da campanha.

Quando o participante afirma “mas foi bem pelo contrário, assim. Foi quando eu conheci o Jeandro, que quebrou essa barreira dentro de mim. Eu tinha um preconceito [...] ‘ah, porque eu tô assim, ninguém vai me querer mais, né?’”, vê-se que ele conseguiu se libertar de uma identidade essencializante — que o estigmatizava — e escapar de padrões — aqui relacionados à saúde, por exemplo — de uma parte da comunidade gay que a política *queer* tanto criticou quando a epidemia do hiv/aids teve seu início (Lima, 2021). Aqui também podemos pensar na força da interseccionalidade. Por exemplo, embora outras pessoas procuravam o participante meramente com o intuito de se informar, como ele mesmo afirma, ele não se sentia desconfortável em falar abertamente sobre viver com hiv. Como discutido anteriormente, a comunidade LGBTQIAPN+ (naquela época o hiv/aids era mais especificamente atribuído a homens gays) foi fortemente afetada pela epidemia, não apenas no aspecto biomédico com a infecção do vírus, mas no aspecto social. Assim, como afirma Defert (2021), a identidade homossexual e a identidade do paciente com aids — ou de PVHIV— foram e ainda estão inter-relacionadas. Portanto, é essencial que esses grupos sociais unam forças, de forma interseccional, para lutar contra estigmas, e resistam a qualquer tentativa de ‘inferioridade’ social, assim como assumam posturas éticas na luta contra o preconceito e a discriminação da comunidade LGBTQIAPN+ e de PVHIV.

Participante 2: Jeandro[6]:

> E o fato do Geovanni estar com a carga viral indetectável, além dele tá cuidando da saúde dele, ele tá cuidando da saúde do nosso relacionamento. É por ele, por mim e por nós.

Nesta passagem, recorro à categoria de contexto *tempo/período* em que o participante apresenta a indetectabilidade do vírus hiv como uma condição *sine qua non* para o cuidado. Dito de outro modo, a passagem indica que o tempo para tornar-se indetectável e o período de

[6] Este é o único participante que não vive com hiv. Mas como ele mantém um relacionamento (estável) com uma pessoa que vive com o vírus e é participante da campanha, achei relevante apresentar seu depoimento. Ademais, ele convive com hiv e enxerga os desafios que uma pessoa próxima que vive com hiv enfrenta.

indetectabilidade são cruciais para a saúde de seu companheiro e do relacionamento de ambos. Outra categoria de contexto recorrida para a passagem é *O Eu-mesmo*. Dentro desta categoria vemos o *papel comunicativo* do participante, que, neste contexto, é alguém que está em um relacionamento sorodiferente apresentando os benefícios da indetectabilidade do vírus hiv; o *tipo de papel social*, que aqui, além do participante não viver com hiv, há uma identidade dissidente em termos de orientação sexual; com relação às *relações entre os participantes*, vê-se que o participante está em um relacionamento romântico com alguém do mesmo sexo e que vive com hiv; e sobre as *crenças e conhecimentos compartilhados e sociais*, é possível perceber que, em função do participante ser gay, estar em um relacionamento com alguém que vive com hiv, e dar um depoimento público que o torna próximo de pelo menos duas identidades sociais estigmatizadas — ser gay e conviver com hiv —, suas crenças e conhecimentos compartilhados e sociais se mostram no campo progressista-libertário.

A possibilidade de PVHIV tornarem-se indetectáveis é um enorme avanço na ciência. No entanto, isto não deve ser defendido como uma forma de 'compensação' para a 'inferioridade' social a que esse grupo foi/é atribuído ao longo da história da epidemia do hiv/aids, tampouco PVHIV não devem ser colocadas em uma posição de agentes responsáveis, de forma isolada, por uma questão social, coletiva e política. Por exemplo, quando o participante afirma "além dele tá cuidando da saúde dele, ele tá cuidando da saúde do nosso relacionamento", vemos uma responsabilização em cima de PVHIV e uma isenção de responsabilidade de quem não vive com o vírus. A responsabilidade da saúde de um relacionamento é de todas as pessoas que fazem parte dele. Apesar de o participante se mostrar pertencer ao campo progressista-libertário, vemos que ele reproduz um discurso sedimentado em nossa sociedade, mesmo que de forma não consciente, que responsabiliza — e culpa — PVHIV pela saúde de outras pessoas. Isso remete ao que Sontag (2001) desenvolve como metáforas, relacionando a epidemia do hiv/aids a uma guerra, onde PVHIV são invasores (como soldados em uma guerra) que vêm — ou podem, como no presente contexto — 'destruir' pessoas. Essa metáfora está ligada à produção e ao desenvolvimento de um enraizado estigma que surgiu no início da epidemia e se mantém até os dias atuais, quando PVHIV têm suas identidades sociais 'contaminadas' e são protagonistas e agentes isolados na responsabilização e culpabilização de binarismos como

saúde/doença, felicidade/infelicidade, vida/morte de outras pessoas, por exemplo.

Desse modo, pelo fato do hiv ser frequentemente relacionado à comunidade LGBTQIAPN+ ao longo de mais de quatro décadas de epidemia, intensificando a produção de estigma de duas identidades sociais marginalizadas — em nosso contexto, ser gay e viver com hiv —, é necessário resistirmos à reprodução de 'armadilhas discursivas'. Ainda, como discutido anteriormente, os estudos *queer*, que problematizam identidades sociais essencializantes, oferecem ferramentas para que construamos uma força política, intelectual e estratégica na luta pela defesa de grupos dissidentes que tiveram suas identidades marginalizadas ao longo da história. Também vemos a interseccionalidade como uma aliada e possível solução para fortalecer essas identidades marginalizadas, sem isolá-las, quando esses grupos têm a oportunidade de se unir e atravessar categorias de identidade social (Collins, 2022) que as reduz e as coloca em um lugar de abjeção.

Participante 3: Leonardo

> Eu vim de uma cidade pequena do Rio Grande do Sul, interior, na fronteira oeste, chamada Uruguaiana e sofrendo bullying pela minha sexualidade todo tempo. E depois dos 30 anos, eu me descobri soropositivo. Consegui sair do armário lá pelos 27 anos e de repente nos 30 me vi dentro de um outro armário. E eu achei que eu não ia conseguir suportar isso mais. Então eu decidi que eu tinha que abrir essa porta.

Esta passagem é caracterizada por um participante que apresenta outro *lugar* e *tempo* que viveu e experimentou. O lugar e o tempo estão relacionados ao *tipo de papel social* do participante — ser gay. Por exemplo, o participante foi vítima de *bullying* por ser gay e morar em uma cidade pequena no Brasil décadas atrás. Portanto, o lugar (uma cidade pequena), o tempo (décadas atrás) e o tipo de papel social (ser gay) se relacionam com a produção de violências da qual o participante foi vítima — seja física ou no nível do discurso.

É importante ressaltar que isso não significa que no tempo presente crianças não sofram lgbtfobia em escolas, uma vez que ainda vemos muitas violências, por exemplo, o Brasil é o país que mais mata a população LGBTQIAPN+ no mundo (Grupo Gay da Bahia, 2022). No entanto, tivemos avanços significativos na contemporaneidade, em que

redes de resistência foram protagonistas — por exemplo, em 28/09/1969 houve a Rebelião de Stonewall, servindo de base para o movimento LGBTQIAPN+ no mundo inteiro, quando foi criado, o que chamamos hoje de o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+. Anos mais tarde, como mostrado anteriormente, com o início da epidemia do hiv/aids, a multidão *queer* 'renovou' essas lutas, quando fizeram críticas a esses movimentos por estarem associados ao capitalismo neoliberal e, desse modo, deixarem de lado outros grupos que não tinham o mesmo poder de compra (o *pink money*), como pessoas transsexuais, pretas e periféricas, por exemplo. Mais tarde, no início dos anos 1990, a interseccionalidade foi cunhada pela primeira vez e, posteriormente, aprimorada e desenvolvida como uma teoria social crítica em construção (Collins, 2022) e um enorme projeto intelectual, político e ético que busca a justiça e mudança social. Assim, tivemos lutas e avanços que incluem diferentes esferas da sociedade, como a jurídica e a política. Portanto, diferentemente de décadas atrás quando redes de resistência políticas e intelectuais estavam sendo articuladas ou acontecendo, hoje já vemos alguns resultados — de forma mais consolidada — dessas lutas.

Na sequência, quando o participante afirma que descobriu que vive com hiv depois dos 30 anos de idade, ele mostra outro tipo de papel social — ser membro de um (novo) grupo e de uma (nova) identidade, que é viver com hiv. Como discutido anteriormente, ambas as identidades — ser gay e (con)viver com hiv — são socialmente estigmatizadas em nossas sociedades, motivo pelo qual o participante fala em 'dois armários'. Neste contexto, vê-se que não se trata da defesa de 'identidades essencializantes'. A própria sociedade, composta por grupos sociais hegemônicos e conservadores, que essencializou e estigmatizou essas identidades. O participante apenas se viu vítima de um repertório discursivo cristalizado, que o 'obrigou' a se enclausurar em um armário e, posteriormente, ressignificou essas identidades quando afirma: "então eu decidi que eu tinha que abrir essa porta". A partir disso, o participante também se mostra no campo progressista-libertário com relação às *crenças e conhecimentos compartilhados e sociais*.

Com relação às suas *intenções*, vê-se que o participante dá seu depoimento publicamente em uma campanha produzida pelo Ministério da Saúde, em que duas identidades sociais estigmatizadas são reveladas, havendo uma resistência a uma ordem social que tenta ditar o que deve ou não ser dito e mostrado, e associar a abjeção com corpos que tiveram suas identidades sociais estigmatizadas.

Participante 4: Américo

> Descobri minha sorologia, em 1988 e de uma maneira muito inesperada. Estava a caminho do trabalho – na época eu trabalhava com decoração de interiores e vitrinista também – e resolvi passar numa unidade de saúde pra fazer o exame. Porque até então eu tinha um companheiro e alguns amigos dele estavam falecendo de aids na época. E quando eu recebi o resultado, foi sentença de morte. A morte social, porque falar do diagnóstico, obviamente, eu teria que falar sobre a minha orientação sexual também.

Nesta passagem, o participante — que se mostra gay e viver com hiv — fala sobre *relações* — neste contexto, romântica/amorosa — que experimentava na década em que a epidemia do hiv/aids teve seu início no mundo. Aqui temos um *tempo/período* definido (ano de 1988, primeira década da epidemia) e um *lugar* (o mundo). A passagem "porque até então eu tinha um companheiro e alguns amigos dele estavam falecendo de aids na época" pressupõe que ele e seu companheiro não ficaram mais juntos após a descoberta de seu diagnóstico, uma vez que a locução 'até então' é uma expressão temporal que se inicia com um advérbio de tempo (até), indicando que o relacionamento não durou após aquele momento. Desse modo, como o próprio participante afirma — "e quando eu recebi o resultado, foi sentença de morte" —, vê-se que o diagnóstico do vírus hiv era uma notícia tão alarmante que resultou no término de um relacionamento.

Quando o participante fala sobre "a morte social, porque falar do diagnóstico, obviamente, eu teria que falar sobre a minha orientação sexual também", vemos dois *tipos de papéis sociais* que estão inter-relacionados — ser gay e viver com hiv. O termo 'morte social' recorrido pelo participante remete a discursos conservadores, homofóbicos e sorofóbicos provindos de uma ordem social sedimentada e preconceituosa. No entanto, o participante resistiu a essa ordem social e, como afirma Fairclough (2019), desarticulou esses discursos e rearticulou novos discursos com seu depoimento, ressignificando estigmas de identidades sociais atribuídas a ele, mostrando-se socialmente vivo, assim como demonstrando suas *crenças e conhecimentos compartilhados e sociais* pertencentes ao campo progressista-libertário.

A morte social é uma potente barreira no processo de mudança e transformação social. Nesse término de vida, podemos elencar várias

identidades sociais que foram 'contaminadas' (Goffman,1982) ao longo da história em sociedades capitalistas avançadas, como deficientes, prisioneiros, alcoólatras, desempregados, depressivos, população LGBTQIAPN+, pessoas que vivem com hiv etc. Ainda, diversos grupos sociais — que tiveram identidades sociais estigmatizadas — foram exterminados, como vimos na Segunda Guerra Mundial e em diferentes regimes ditatoriais, por exemplo. No entanto, em função de diversos fatores que incluem os direitos humanos, a esfera jurídica, redes de resistências e ativismos, a volta da democracia (ainda que frágil) em muitas nações, mudanças sociais foram observadas, como a criminalização de diferentes tipos de preconceitos e discriminação.

Argumento que essas mudanças protegem grupos sociais marginalizados até certo ponto, como casos explícitos de violência física e/ou verbal, por exemplo. Entretanto, outras formas de violência ainda são constantemente produzidas, quando o discurso opera habilmente como protagonista. Por exemplo, como afirma Fairclough (2019), as ideologias funcionam de forma mais eficiente quando passam despercebidas pelo senso comum. A naturalização de ideologias que produzem diferentes tipos de violências ainda é frequentemente recorrida no nível do discurso. Dito de outro modo, a morte social da comunidade LGBTQIAPN+ e de pessoas que vivem com hiv ainda acontece, mas pode ser de forma mais sutil e podem escapar aqueles que se alinham as práticas discursivas e ideologias de sociedades capitalistas avançadas, por exemplo.

No entanto, como afirma Foucault (2020, p. 104), "onde há poder, há resistências". Na presente pesquisa tivemos algumas aliadas: a Análise Crítica do Discurso, abordagem teórico-metodológica transdisciplinar que nasceu com o compromisso de lutar por injustiças sociais; a interseccionalidade como uma teoria social crítica em construção e um projeto político, intelectual e ético; e a política/estudos *queer* como movimentos primordiais de resistências de grupos sociais marginalizados que não se alinham às exigências de grupos sociais hegemônicos que tentam condicionar 'estar vivo socialmente' ao seu poder socioeconômico e/ou outras demandas de sociedades neoliberais. Aliadas essas que podem — e devem — cada vez mais sair dos muros da academia e se estender a outras esferas da sociedade.

Ainda, no presente estudo, vimos regularidades que predominam entre os participantes nas categorias analíticas de Contexto, como: i) *tipos de papéis sociais, ser membro de um grupo ou identidades*, que demonstraram a representação dessas identidades de forma sobrepostas,

ou seja, há uma inter-relação, direta ou indiretamente, entre ser gay e (con)viver com hiv. Por exemplo, o primeiro participante relatou uma 'condescendência' de outras pessoas com o seu diagnóstico em aplicativos de relacionamento, deixando o participante confortável para falar sobre o tema hiv/aids, assim como também conheceu uma pessoa do mesmo sexo, que é o segundo participante, com quem mantém um relacionamento (estável) e sorodiferente. O terceiro participante falou sobre a dificuldade de sair de dois armários — que se inter-relacionam ao longo da história da epidemia do hiv/aids. E o quarto participante afirmou, de forma direta, que falar sobre viver com hiv era falar sobre sua orientação sexual; ii) *crenças e conhecimentos compartilhados e sociais*: vimos que, de modo geral, os participantes se inserem no campo progressista-libertário. Defert (2021) argumenta que [no início da epidemia] pessoas apoiavam pacientes com aids principalmente quando compartilhavam os mesmos sistemas de crenças e valores. Na presente pesquisa estamos falando em ser gay e (con)viver com hiv, mas que coincidem com sistemas de crenças e valores semelhantes. Portanto, percebemos que os quatro participantes demonstram resistir a uma ordem social que tenta ditar o que deve ou não falar, o que deve ou não saber, o que deve ou não sentir.

Palavras (nunca) finais

O que primeiro motivou-me a escrever este artigo foi a longa e conturbada história entre a epidemia do hiv/aids e a população LGBTQIAPN+. Histórias essas que tiveram mortes literais — especialmente no início da epidemia devido à falta de medicação — e mortes simbólicas — como a produção do estigma que desencadeou diferentes tipos de preconceito e discriminação. Apesar de diversos avanços e conquistas que os dois grupos sociais marginalizados — ser gay e (con)viver com hiv — ressaltados ao longo do artigo tiveram, observados na área jurídica — com o protecionismo legal, como criminalização da homofobia e sorofobia — e política — parlamentares defendendo o interesse e direitos desses grupos sociais; ainda vemos outras formas de violência que estão no nível do discurso. Em outras palavras, a naturalização de 'verdades' como inquestionáveis e toda uma sofisticada produção discursiva que inferioriza esses grupos sociais ainda é vista nos dias atuais, motivos pelos quais há tantas pessoas que continuam nos dois 'armários'.

Este artigo teve como objetivo analisar discursos de uma campanha sobre hiv, produzida pelo Ministério da Saúde, que envolvem participantes homens gays e que (con)vivem com hiv; compreender como essas identidades, ser gay e (con)viver com hiv, são representadas — isoladamente ou sobrepostas — nos discursos dos participantes; assim como discutir como os participantes reagem a essas identidades. Os resultados demonstram que as identidades dos participantes são representadas sobrepostas, ou seja, como discutido anteriormente, há uma inter-relação — social e histórica — entre ser gay e (con)viver com hiv. Também vimos que os participantes reagem a essas identidades com resistência, ressignificando os discursos estigmatizantes que foram (re)produzidos ao longo dos mais de 40 anos de epidemia do hiv/aids e que tentam associar e marginalizar as duas identidades sociais aqui analisadas.

Com relação à limitação do estudo é que foi identificado apenas duas categorias de identidade social. Para pesquisas futuras, sugiro questionar esses participantes a fim de investigar se há outras categorias de identidade social disponíveis para que haja a possibilidade de ampliação de análises interseccionais, contribuição com a literatura da área e com avanços na mitigação de injustiças sociais, como este estudo almejou fazer.

Referências

BRITO, F. L. C. B.; ROSA, J. M. *OS LEPROSOS DOS ANOS 80, CÂNCER GAY, CASTIGO DE DEUS*: homossexualidade, AIDS e capturas sociais no Brasil dos anos 1980 e 1990. Revista Observatório, Palmas, v. 4, n.1, p. 751-778, jan-mar. 2018.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. Nova York-London: Routledge, 2004.

CAETANO, M.; NASCIMENTO, C.; RODRIGUES, A. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT, in J. A. Green e t al. (orgs.), *História do movimento LGBT no Brasil*, São Paulo, Alameda, 2018.

COLLINS, P. H. *Bem mais que ideias*: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução: Bruna Barros, Jess Oliveira; orelha: Elaini Cristina Gonzaga da Silva. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. *Cruzamento*: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, K. *Mapping the margins*: intersectionality, identity politics and violence against women of color". *Stanford Law Review*, vol. 43, pp. 1241-1299, 1991.

DEFERT, D. *Uma vida política*: entrevistas com Philippe Artières e Eric Favereau com a colaboração de Josephine Gross. Traduzido por Ernani Chaves. São Paulo, SP: N-1 edições, 2021.

FAIRCLOUGH, N. 2019. *Discurso e mudança social.* 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis*: The Critical Study of Language. London and New York: Routlege, Taylor & Francis Group, 2010.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Relatório anual de mortes LGBT no Brasil.* Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2022.

LIMA, V. M. *A subversão pelos dejetos*: o movimento queer interrogou o ideal de normalização que permitira a incorporação de parte da comunidade gay aos padrões estadunidenses. Revista Cult. São Paulo: Editora Bregantini, ano 24, n. 270, jun. 2021, p. 19-23.

MOITA LOPES, L. P.; GONZALES, C. R.; MELO, G. C. V.; GUIMARÃES, T. F. *Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar*: gênero, sexualidade, raça e classe social. São Paulo: Parábola, 2022.

MOITA LOPES, L. P. Introdução: Linguística Aplicada Indisciplinar com base em uma ideologia linguística responsiva às teorizações queer, in: MOITA LOPES, L. P.; GONZALES, C. R.; MELO, G. C. V.; GUIMARÃES, T. F. *Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar*: gênero, sexualidade, raça e classe social. São Paulo: Parábola, 2022.

SONTAG, S. *Ilness as Metaphor and AIDS as Its Metaphors*. Picador. USA. First edition, 2001.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto*: uma abordagem sociocognitiva. Tradutor Rodolfo Ilari.— 1. Ed. 2ª reimpressão — São Paulo: Contexto, 2020.

The gay body living with HIV: discourses, intersections, and resistance

Abstract: This article aimed to analyze discourses from a campaign about HIV, produced by the Ministry of Health, involving gay male participants who live with HIV; understand how these identities, being gay and living with HIV, are represented — separately or overlapping — in the participants' discourses; as well as discussing how the participants react to these identities. To make this possible, the study was carried out following a qualitative research methodology and the data was discussed in light of the theoretical-methodological approach of Critical Discourse Analysis, queer studies, and intersectionality. The results demonstrate that the participants' identities are represented overlapping, that is, there is an interrelationship — social and historical — between being gay and living with HIV. It is also seen that the participants react to these identities with resistance, giving new meaning to the stigmatizing discourses that have been (re)produced over the more than 40 years of the HIV/AIDS epidemic and that attempt to associate and marginalize the two social identities analyzed here.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Queer studies. Gay. HIV. Interseccionality.

José Augusto Simões de Miranda,
Pesquisador de Pós-doutorado na área de Estudos de Gênero e Sexualidades (EGES) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH-UFSC). Doutor e Mestre em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (UFSC). Graduado em Letras - Português e Inglês (FURB). Desenvolve pesquisas na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Estudos do Discurso na abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso; Estudos de Gênero e Sexualidades, com foco nos estudos queer e na teoria social crítica da interseccionalidade.

Recebido em: 27/03/2025
Aprovado em: 16/09/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Papéis de gênero e o sexo desprotegido entre mulheres e homens: uma Revisão Integrativa da Literatura

Isabella Zuardi Marques, *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

Rodrigo Falcão Chaise, *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

Kátia Bones Rocha, *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

Resumo: Este estudo objetivou analisar os dados encontrados na literatura científica internacional acerca da associação entre os papéis de gênero e o uso de preservativo em mulheres que se relacionam sexualmente com homens. Foi conduzida uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Scopus, PubMed, Lilacs e PsycINFO contemplando estudos publicados entre janeiro de 2015 e junho de 2021. Após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, alcançou-se a amostra final de 33 artigos. Os resultados dos artigos apontam que os papéis de gênero tradicionais estão associados com a dificuldade enfrentada pelas mulheres para usar preservativo no sexo com homens. Os aspectos relacionados a essa dificuldade foram os seguintes: conformidade com o *script* sexual tradicional e internalização do sexismo; adesão a um papel submisso na conjugalidade; receio de questionar a autoridade masculina em contexto de exposição às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs); e a intersecção entre ser mulher e outros marcadores sociais, como menores níveis de escolaridade, dependência financeira e disparidade de idade com o parceiro. Os achados desta revisão de literatura integram resultados de pesquisas realizadas em diferentes países e fornecem contribuições sobre componentes que devem ser priorizados em estratégias interventivas desenvolvidas para promover sexo seguro entre mulheres e homens.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Papéis de Gênero. Sexualidade. Prevenção. Preservativo.

Introdução

As relações de gênero podem ser compreendidas como relações sociais sustentadas por estruturas de poder que vulnerabilizam socialmente as mulheres, contribuindo para torná-las suscetíveis a diferentes problemas de saúde (AYRES; PAIVA; BUCHALLA, 2013). Essa vulnerabilidade social pode se traduzir em desigualdades de gênero, de modo a prejudicar a capacidade que mulheres apresentam de exercer o seu direito de proteção por meio do uso do preservativo no sexo com homens (SOUZA; MUÑOZ; VISENTIN, 2020). O construcionismo social considera que o conhecimento sobre os fenômenos não deve transcender seus limites sócio-históricos e seus pressupostos envolvem o antiessencialismo, o questionamento de verdades tidas como absolutas e a determinação cultural e histórica do conhecimento (ÍÑIGUEZ, 2007). Conforme essa perspectiva, que será adotada neste estudo, os papéis de gênero contemplam comportamentos, atitudes e traços que uma sociedade ou cultura classifica como femininos e masculinos, definindo o que se espera para cada pessoa de acordo com o seu gênero e atribuindo um valor a essas características (RUBLE; MARTIN; BERENBAUM, 1998). As normas de gênero, conceito mais amplo que o de papéis de gênero, mas que o abrange, dizem respeito às expectativas definidas socialmente para mulheres e homens em termos de tarefas, profissões, responsabilidades e papéis (KAUFMAN; PULERWITZ, 2019).

A divisão desigual de poder em relacionamentos afetivos e sexuais está relacionada a papéis de gênero que instituem que homens devem manifestar sua masculinidade através da dominação e mulheres sua feminilidade através da passividade, contribuindo para conferir autoridade aos homens e exigir submissão das mulheres (HARRISON *et al.*, 2006). A manifestação desses papéis de gênero no contexto sexual pode ser identificada no conceito de *script* sexual tradicional, que se refere à sequência normativa de eventos que devem ser desempenhados durante o sexo conforme o gênero. Segundo esse conceito, mulheres e homens possuem um roteiro esperado, com homens ocupando o papel

ativo de controle das decisões sexuais e mulheres devendo aceitar o que lhes é imposto (SAKALUK *et al.*, 2014).

Os papéis de gênero estão estreitamente associados a maior vulnerabilidade das mulheres ao sexo desprotegido. A ausência de intenção de uso de preservativo para os homens costuma estar atrelada à construção social de uma masculinidade hegemônica que é impulsiva, tem desejos imediatos e precisa exercer dominação (CARVALHAES, 2010). Para as mulheres, enquanto isso, a ausência de intenção de uso costuma ter relação com um "mito do amor romântico" que favorece a confiança no homem e a suposição de fidelidade (VON MUHLEN; SALDANHA; STREY, 2014). A confiança no parceiro pode ser considerada uma vulnerabilidade enfrentada pelo gênero feminino, uma vez que, a despeito das informações que mulheres dispõem sobre cuidado em saúde, sua intenção de aderir a condutas protetivas pode ser limitada (MEYER *et al.*, 2006). Quando há confiança, mulheres com parceiros estáveis tendem a não se perceber como vulneráveis às infecções transmitidas pelo sexo (FIGUEIREDO *et al.*, 2013; SILVA; SZAPIRO, 2015).

Ainda conforme Von Muhlen, Saldanha e Saldanha (2014), mesmo quando há conhecimento sobre traições, a ausência de intenção de uso por parte das mulheres pode estar associada a ideia de que tolerar a infidelidade é aceitável para manter a conexão com o parceiro e garantir o status e o valor que tendem a ser atribuídos a mulheres em relações estáveis. Finkler, Oliveira e Gomes (2004) apontam que concepções tradicionais de gênero que sustentam que mulheres não devem ficar sozinhas e que a posição de esposa deve ser um valor inegociável contribuem para uma maior suscetibilidade do gênero feminino ao adoecimento.

Por outro lado, quando mulheres possuem intenção de uso, os papéis de gênero que sustentam a irrestrita submissão feminina aos desejos masculinos também parecem dificultar a negociação do preservativo com homens. De acordo com revisões sistemáticas recentes, os papéis de gênero interferem no uso consistente do preservativo ao diminuir a capacidade de agência sexual das mulheres, ou seja, limitando seu poder, sua assertividade e sua autoconfiança no sexo (RODRIGUE; FERNET, 2016) e estão associados a uma maior exposição das mulheres às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) (MEDINA-PERUCHA *et al.*, 2019). Ainda, no cenário mundial, cerca de 80 milhões de mulheres engravidam anualmente sem ter a intenção por não possuírem suas

necessidades contraceptivas atendidas (JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS [UNAIDS], 2017).

Nessa perspectiva, pesquisar os papéis de gênero e aspectos relacionados à assimetria de poder entre gêneros parece ser fundamental para compreender suas repercussões no sexo desprotegido entre mulheres e homens. Busca-se, assim, alcançar um maior esclarecimento sobre o uso de preservativo nesses relacionamentos que possa subsidiar intervenções que promovam proteção no sexo para as mulheres (HIGGINS; HOFFMAN; DWORKIN, 2010; MOURA *et al.*, 2021). Este estudo objetiva analisar os dados encontrados na literatura científica internacional acerca da associação entre os papéis de gênero e o uso de preservativo em mulheres que se relacionam sexualmente com homens. Especificamente, busca caracterizar as pesquisas encontradas sobre essa temática, discutir seus resultados e apontar direcionamentos para futuras intervenções.

Método

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura. Essa forma de revisão é apropriada para discutir o estado atual do conhecimento sobre um tema, possibilitando a articulação de saberes obtidos a partir de pesquisas com diferentes delineamentos. Envolvendo uma análise da literatura de forma sistemática e ordenada, permite uma síntese e análise crítica das evidências disponíveis para responder uma questão de pesquisa específica. É considerado pertinente que esse tipo de estudo inclua discussões sobre o método e os resultados das pesquisas incluídas na revisão, bem como reflexões sobre estudos futuros (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para garantir uma busca abrangente da literatura sobre o tema, foram utilizadas as bases de dados eletrônicas Scopus, PubMed, Lilacs e PsycINFO. Constatou-se que incluir nas buscas apenas o descritor *gender roles* (papéis de gênero em inglês) resultava em poucos artigos que contemplavam o objetivo da presente revisão. Dessa forma, foi incluído também o descritor *gender norms* (normas de gênero em inglês), visto que esse termo abrange os papéis de gênero e permite encontrar outros estudos relevantes para a análise. Foram empregados nas buscas os seguintes descritores *Medical Subject Headings* (MeSH): (*woman* OR *women*) AND *condom* AND (“*gender roles*” OR “*gender*

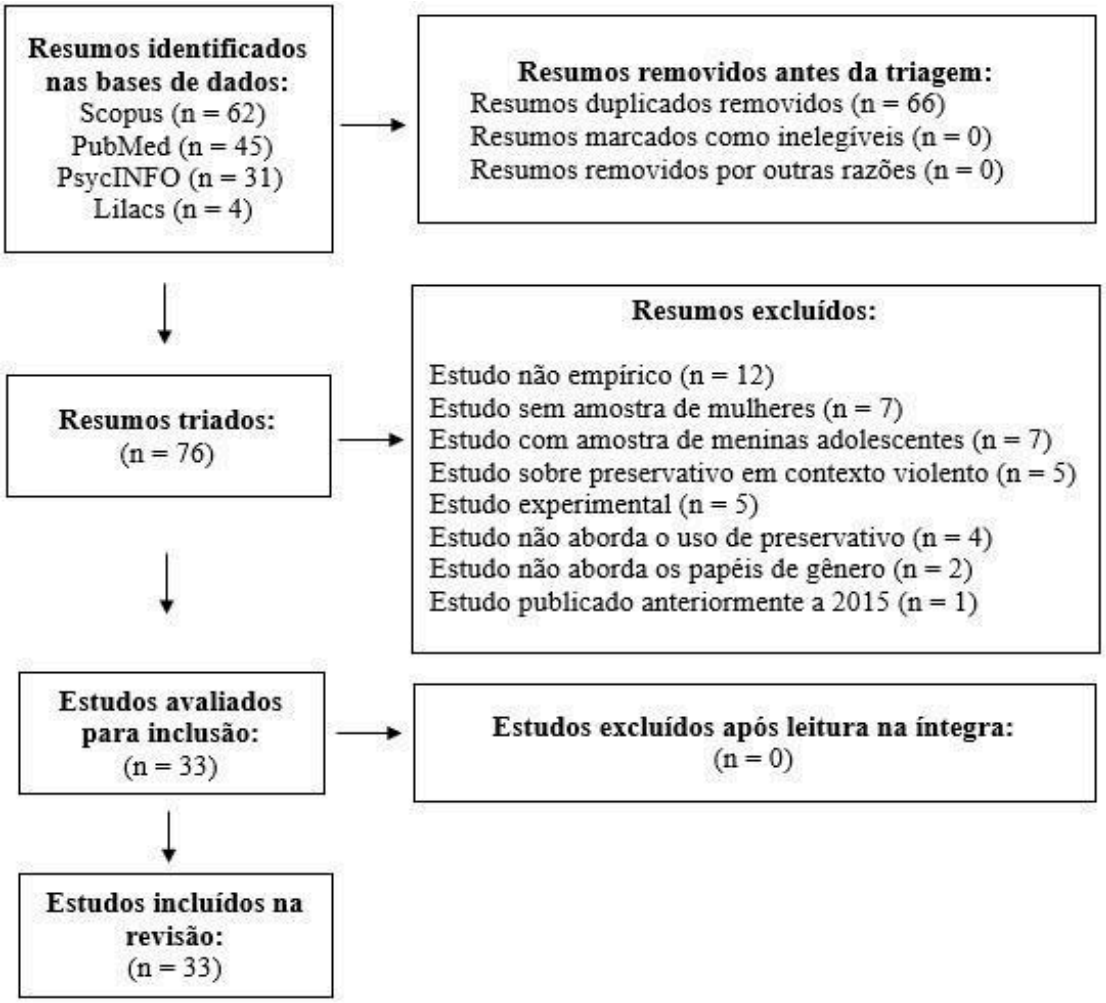
norms") e restringiu-se o período de busca entre janeiro de 2015 e junho de 2021. Os registros foram mapeados nas bases de dados no dia 27 de junho de 2021.

Os estudos incluídos na revisão atendem aos seguintes critérios de inclusão: 1) artigos científicos empíricos publicados em periódicos disponíveis para leitura na íntegra; 2) discussão sobre o uso de preservativo em mulheres com no mínimo 18 anos de idade que fazem sexo com homens; 3) presença do tema de papéis de gênero; e 4) escritos em inglês, espanhol ou português. Para delimitar o escopo temático, foram utilizados os seguintes critérios de exclusão: 1) artigos duplicados; 2) estudos de caso; 3) revisões de literatura; 4) estudos experimentais; 5) pesquisa sobre o uso de preservativo exclusivamente em meninas adolescentes; e 6) análise do uso de preservativo em contexto de violência.

Durante todas as etapas, os estudos foram analisados pela mesma dupla de juízes independentes. Em situações de discordâncias, foram realizadas análises em conjunto até que um consenso fosse alcançado. Aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão e contando com o auxílio do *software* Rayyan, foi feita uma triagem inicial dos estudos por meio da análise de títulos e resumos. Posteriormente, os artigos triados foram acessados na íntegra, aplicando-se novamente os critérios de inclusão e exclusão. Assim, chegou-se aos artigos que constituíram a amostra final. O processo de seleção dos artigos está ilustrado na Figura 1.

Foram extraídas dos estudos incluídos as seguintes informações: ano de publicação; país em que foi conduzida a pesquisa; concepção teórica de papéis de gênero; avaliação de papéis de gênero; delineamento; coleta de dados; amostra; principais resultados relacionados à associação entre o uso de preservativo e os papéis de gênero; e sugestões para intervenções. As informações extraídas foram organizadas no *software* Excel 2013. Por fim, os dados foram integrados e discutidos à luz de estudos anteriores relevantes para a área de pesquisa, buscando verificar possíveis convergências, divergências e atualizações na literatura.

Figura 1: Fluxograma da seleção de artigos para revisão



Fonte: Elaboração própria, 2023

Resultados e discussão

Serão apresentados, primeiramente, apontamentos sobre as características dos estudos incluídos na revisão. As informações referentes aos anos e locais de publicação dos artigos constam na Tabela 1. Considerando o recorte temporal adotado na inclusão de artigos nesta revisão, entre janeiro de 2015 e junho de 2021, a ausência de aumento no fluxo de publicações ao longo do tempo parece alarmante, visto que não são recentes as evidências da necessidade de investimento na temática (HARRISON *et al*., 2006; SCHICK; ZUCKER; BAY-CHENG, 2008).

Em relação à origem dos dados, a dispersão das pesquisas demonstra que a preocupação com a temática não é exclusiva de contextos culturais específicos, com normas de gênero mais ou menos desiguais. O sistema de poder simbólico que sustenta a superioridade masculina e a inferioridade feminina, assim, parece ultrapassar fronteiras geográficas e gerar prejuízos para a segurança no sexo de diferentes mulheres ao redor do mundo. Entretanto, a maior quantidade de estudos na África está em consonância com especificidades já documentadas referentes a desigualdades de gênero profundas nesse continente que vulnerabilizam significativamente as mulheres (UNAIDS, 2017). Ainda, é coerente com o número preocupante de casos de Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) verificados na população feminina na África. As mulheres jovens africanas apresentam probabilidade duas vezes maior de viver com o HIV em comparação aos homens (UNAIDS, 2021).

Tabela 1: Quantidade de artigos conforme o ano de publicação e a origem dos dados

Ano de publicação	Número de artigos
2015	8
2016	3
2017	4
2018	2
2019	6
2020	5
2021	5

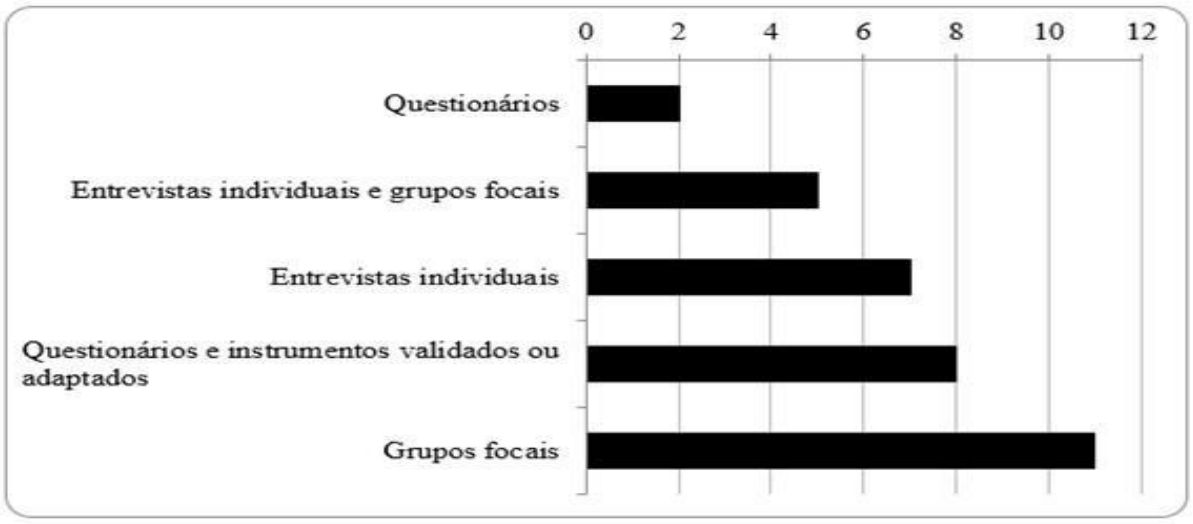
Origem dos dados	Número de artigos
África	12
Ásia	8
América do Norte	6
América do Sul	4
América Central	2
Europa	1

Fonte: Elaboração própria, 2023

Quanto ao delineamento, há 22 artigos (66,6%) qualitativos, 10 artigos (30,3%) quantitativos e um artigo (3,1%) de métodos mistos. A expressiva predominância de estudos qualitativos sugere que a abordagem interpretativa é, até o momento, a estratégia metodológica mais mobilizada na tentativa de compreender fenômenos tão complexos, subjetivos e culturalmente determinados quanto os papéis de gênero nas negociações de sexo seguro. Esse dado parece coerente, pois a investigação das dinâmicas de gênero demanda acessar narrativas, percepções e significados atribuídos pelas mulheres, algo que dificilmente seria apreendido de forma robusta apenas por métodos quantitativos.

No que se refere ao caráter temporal dos estudos, 32 artigos desenvolveram pesquisas de corte transversal. A primazia quase absoluta de estudos transversais levanta uma considerável preocupação, tendo em vista o potencial de estudos longitudinais para analisar as variáveis em diferentes recortes de tempo e, consequentemente, gerar evidências mais sólidas. A forma como os dados foram coletados nos estudos está apresentada no Gráfico 1. Os grupos focais foram a principal estratégia utilizada. Partindo de uma perspectiva crítica feminista, é uma maneira de coletar dados que facilita a comunicação das experiências cotidianas das mulheres ao validar seus relatos e colocar suas vivências no centro da discussão (RODRIGUEZ *et al.*, 2011).

Gráfico 1: Distribuição da forma de coleta de dados



Fonte: Elaboração própria, 2023

As concepções teóricas adotadas para conceitualizar os papéis de gênero variaram entre os artigos. Contudo, uma compreensão sobre os papéis de gênero que foi utilizada com certa frequência, em 11 estudos (33,3%), se refere ao entendimento de que mulheres exercem, em comparação aos homens, menores níveis de poder em tomadas de decisões referentes ao sexo ou à saúde sexual e reprodutiva (BLUNCH, 2019; CHE *et al.*, 2017; COUTINHO *et al.*, 2021; GARRISON-DESANY *et al.*, 2021; HUBER-KRUM; KARANDIKAR; GEZINSKI, 2020; KELLY *et al.*, 2015; KING *et al.*, 2016; LEONTSINI *et al.*, 2020; MEDEIROS *et al.*, 2016; MTENGA *et al.*, 2015; SHRADER *et al.*, 2021).

Outros 10 estudos (30,3%) conceitualizaram os papéis de gênero por meio de concepções das mulheres como fracas ou frágeis, submetidas ou subordinadas aos homens e com um lugar determinado para ocupar na sociedade restrito à família. Os homens nesses estudos foram tidos como superiores, dominantes, protetores e provedores das mulheres e/ou da família (ESTAVELA; SEIDL, 2015; FLADSETH *et al.*, 2015; GUERRA-REYES; IGUIÑIZ-ROMERO, 2019; GURMAN *et al.*, 2020; IBAÑEZ *et al.*, 2017; LEUNG; MACDONALD, 2018; MADIBA; NGWENYA, 2017; MBURU; LIMMER; HOLLAND, 2019; SASTRE *et al.*, 2015; SYCHAREUN *et al.*, 2021).

Em oito estudos (24,2%), a conceitualização de papéis de gênero ocorreu a partir da compreensão das mulheres como desejavelmente inexperientes e passivas sexualmente e dos homens como assertivos,

dominadores e com necessidades sexuais (ALVARADO *et al.*, 2019; FITZ; ZUCKER, 2015; JOHN; BABALOLA; CHIPETA, 2015; LOTFI *et al.*, 2016; MABASO *et al.*, 2021; MOU *et al.*, 2020; PATEL *et al.*, 2018; SEABROOK *et al.*, 2017). De acordo com três estudos (9,1%), os papéis de gênero estabelecem que os homens devem ter o controle sobre o relacionamento e o sexo e as mulheres devem ser dependentes (AYUTTACORN *et al.*, 2019; CHAPMAN; NASCIMENTO; MANDAL, 2019; KENDALL *et al.*, 2015). Conforme um estudo (3,1%), diferenças em papéis de gênero afetam o comportamento no sexo de modo a prejudicar as mulheres (RAMOS-ORTIZ *et al.*, 2020).

Os estudos supracitados incluídos na revisão convergem com a literatura anterior, que aponta que o papel de gênero feminino é demarcado pela fragilidade e subordinação, enquanto o papel de gênero masculino é exercido por meio da dominância e autoridade (CARVALHAES, 2010; HARRISON *et al.*, 2006). Ainda, estão em consonância com a concepção do construcionismo social, que sustenta que os papéis de gênero não são produtos de diferenças evolutivas e hormonais que distinguem mulheres e homens (KAUFMAN; PULERWITZ, 2019), mas sim constituídos em um contexto sócio-histórico específico (ÍÑIGUEZ, 2007).

Como forma de avaliar os papéis de gênero, cinco estudos quantitativos aplicaram perguntas elaboradas pelos próprios autores. Em duas dessas pesquisas, as perguntas foram específicas: “uma mulher pode pedir ao seu marido que use preservativo quando ela sabe que ele tem uma doença?” (MTENGA *et al.*, 2015); “quem deve prover o preservativo?”; e “as mulheres devem ter preservativo em casa?” (LEUNG; MACDONALD, 2018). Em outros casos, ocorreram questionamentos mais amplos, abordando as seguintes variáveis correlatas aos papéis de gênero: autonomia da mulher no cuidado em saúde; tomadas de decisões no casamento; acesso a recursos; disparidade de idade entre parceiros; e dependência financeira do parceiro (BLUNCH, 2019; GARRISON-DESANY *et al.*, 2021; MABASO *et al.*, 2021).

Os outros cinco estudos quantitativos utilizaram instrumentos com evidências psicométricas de validade ou versões adaptadas pelos pesquisadores para medir papéis de gênero. Foram aplicados os seguintes instrumentos: Questionário de Adesão aos Papéis de Gênero Tradicionais (LOTFI *et al.*, 2014); *Gender-Equitable Men Scale* (PULERWITZ; BARKER, 2008); *Hiperfemininity Scale* (MURNEN;

BYRNE, 1991); *Relational Motivation Subscale* da *Perceived Locus of Causality for Sex Scale* (JENKINS, 2003); *The Adolescent Masculinity Ideology in Relationships Scale* (CHU; PORCHE; TOLMAN, 2005); *The Attitudes Toward Women Scale for Adolescents* (GALAMBOS *et al.*, 1985); *The Adversarial Sexual Beliefs Scale* (BURT, 1980); e *The Heterosexual Script Scale* (SEABROOK *et al.*, 2016).

É preocupante que metade dos estudos quantitativos não tenha utilizado medidas para avaliar papéis de gênero que possuam evidências de validade, considerando que instrumentos com boas características psicométricas possibilitam analisar a plausabilidade de modelos teóricos explicativos (FILHO; ZANON, 2015). Ainda, não houve nenhum instrumento validado psicometricamente que tenha se repetido nos artigos. A ausência de convergência na forma de medida dos estudos lança desafios para o conhecimento produzido sobre o tema.

Observou-se variedade na forma de avaliar os papéis de gênero nos estudos qualitativos. Apenas três pesquisas abordaram a temática de forma específica. Nesses casos, as mulheres foram questionadas se acreditavam que o homem deve ser o responsável pela compra do preservativo (RAMOS-ORTIZ *et al.*, 2020), sobre campanhas de saúde pública que reforçam papéis de gênero heteronormativos e como questões de gênero afetam a prevenção no sexo (COUTINHO *et al.*, 2021) e diálogos foram fomentados acerca dos papéis de gênero (KING *et al.*, 2016).

Nos outros 19 estudos qualitativos, foram acessadas percepções das participantes sobre os papéis de gênero ao abordar assuntos associados à temática. O conteúdo emergiu a partir do questionamento sobre os seguintes aspectos: padrões de tomadas de decisões sexuais e reprodutivas com base em diferenças de gênero (CHE *et al.*, 2017; GUERRA-REYES; IGUIÑIZ-ROMERO, 2019; KELLY *et al.*, 2015; MEDEIROS *et al.*, 2016); necessidades relacionadas à saúde sexual e reprodutiva e ao acesso à saúde (MBURU; LIMMER; HOLLAND, 2019); manifestações da sexualidade (ALVARADO *et al.*, 2019); comportamentos de busca de ajuda (HUBER-KRUM; KARANDIKAR; GEZINSKI, 2020); preservativo em diferentes contextos (GURMAN *et al.*, 2020; KENDALL *et al.*, 2015; LEONTSINI *et al.*, 2020; PATEL *et al.*, 2018); percepções sobre preservativo e riscos para ISTs (IBAÑEZ *et al.*, 2017; SHRADER *et al.*, 2021; SYCHAREUN *et al.*, 2021); motivações e barreiras para proteção contra o HIV (ESTAVELA; SEIDL, 2015; SASTRE *et al.*, 2015); negociação em relações conjugais (MADIBA;

NGWENYA, 2017); autocuidado e comportamento sexual (AYUTTACORN *et al.*, 2019); e normas sociais e atitudes em relação à contracepção (JOHN; BABALOLA; CHIPETA, 2015). Ainda, o estudo de métodos mistos, que teve apenas sua etapa qualitativa incluída nesta revisão, avaliou os papéis de gênero ao questionar sobre o impacto do gênero nas dinâmicas relacionais (CHAPMAN; NASCIMENTO; MANDAL, 2019).

A caracterização das participantes está disposta na Tabela 2. Esperava-se que mulheres em relações conjugais tivessem sido alvo de atenção dos estudos com mais frequência, no entanto esse grupo foi acessado apenas em quatro estudos (12,1%). Desenvolver mais pesquisas que coletem dados com esse grupo é importante, uma vez que mulheres recorrentemente deixam de usar preservativo em relacionamentos estáveis (OSWALT; WYATT, 2014).

Tabela 2: Quantidade de artigos conforme a faixa etária e outras características amostrais

Faixa etária	**Número de artigos**
18-30	6
18-40	3
18-50	7
18-50+	12
40-60	1
Não mencionado	4
Características amostrais	**Número de artigos**
Mulheres em risco ou população-chave para HIV	6
Mulheres que vivem com HIV	4
Mulheres que usam gel preventivo para HIV	1
Mulheres em relacionamentos sorodiscordantes	1
Mulheres estudantes universitárias	5
Mulheres em relações conjugais	4
Mulheres em idade reprodutiva ou grávidas	5
Mulheres latino-americanas	1

Mulheres jovens	1
Mulheres jovens migrantes	1
Sem especificações	4

Fonte: Elaboração própria, 2023

Quanto aos resultados propriamente ditos dos artigos, constatou-se a existência de relações importantes entre os papéis de gênero e o uso de preservativo, com algumas associações sendo corroboradas em diferentes artigos revisados e outras apresentando maior singularidade. Esses resultados serão articulados a seguir em quatro eixos temáticos. Por fim, serão tecidas reflexões sobre as recomendações dos estudos revisados em termos de conteúdos que devem ser abordados em intervenções que tenham a intenção de promover sexo seguro entre mulheres e homens.

A conformidade com o *script* sexual tradicional e a internalização do sexismo

O estudo longitudinal de Leung e MacDonald (2018) incluído nesta revisão apontou que o receio que mulheres estudantes universitárias no Canadá possuem de carregar preservativo consigo está associado à avaliação negativa que imaginam que os homens teriam delas no sexo ao assumirem um papel que não lhes caberia. Tal achado apresenta sustentação na literatura, visto que a pesquisa de Francisco *et al.* (2016) indica que modelos hegemônicos de masculinidade e de feminilidade condenam mulheres que trazem consigo preservativos por estarem assumindo uma postura ativa que seria resguardada aos homens. Diante disso, percebe-se que, embora os discursos contemporâneos defendam a autonomia sexual das mulheres, persistem entraves simbólicos que reforçam a lógica patriarcal, mesmo em práticas aparentemente simples, como ter um preservativo na bolsa caso necessite.

O sexismo ambivalente internalizado pelas mulheres neste estudo de Leung e MacDonald (2018) esteve associado à expectativa que elas apresentavam de que apenas os homens deveriam prover o preservativo. O sexismo ambivalente é um modelo de compreensão da manifestação do preconceito contra as mulheres e perpassa pelo

entendimento de que há na contemporaneidade uma oscilação na forma de expressão do sexismo, dependendo do contexto e das características das mulheres com quem ocorre a interação. Assim, a conotação ambivalente do sexismo não diz respeito a um senso de confusão, conflito ou tensão, mas sim à divisão de atitudes em relação a dois grupos distintos de mulheres: atitudes positivas (benevolentes) em relação às mulheres em conformidade com papéis de gênero tradicionais e negativas (hostis) em relação às mulheres que desafiam e disputam o poder com os homens (GLICK; FISKE, 1996). Nesse sentido, é importante atentar para a necessidade de as estratégias de promoção da saúde considerarem não apenas os comportamentos, mas também os sistemas simbólicos que naturalizam a passividade feminina.

A pesquisa estadunidense de Fitz e Zucker (2015) incluída nesta revisão demonstrou que maiores níveis de internalização do sexismo benevolente, responsáveis por estimular a manifestação de um *script* sexual tradicional, estiveram associados com menores índices de uso de preservativo por parte de universitárias. Esse é um achado pertinente e novo na literatura sobre o tema, alertando para a importância de aprofundar o estudo sobre expressões atuais do sexismo e suas relações com a proteção no sexo. Conforme Glick e Fiske (1996), o sexismo benevolente reforça papéis de gênero tradicionais de maneira mais sutil, valorizando nas mulheres apenas aspectos socioemocionais que seriam femininos e, assim, fornecendo uma racionalização para confiná-las a satisfazer as supostas necessidades masculinas.

Estudos incluídos na presente revisão com amostras universitárias dos Estados Unidos (SEABROOK *et al.*, 2017), China (MOU *et al.*, 2020) e Colômbia (ALVARADO *et al.*, 2019) constataram que mulheres que endossam papéis de gênero femininos, apresentando maior passividade e submissão aos homens, tendem a manifestar menor autoeficácia ou assertividade na negociação do preservativo. Ainda, de acordo com outra pesquisa incluída, que foi conduzida no Irã (LOTFI *et al.*, 2016), a conformidade com os papéis de gênero aumenta a exposição das mulheres ao HIV.

Essa convergência de resultados em contextos tão diversos sugere que embora as manifestações culturais variem, o cerne das relações de gênero, permeado pela hierarquização entre o masculino e o feminino, segue operando como um obstáculo estrutural para práticas de

sexo seguro. Além disso, esses achados encontram respaldo em pesquisas anteriores. Souza, Muñoz e Visentin (2020) ressaltam que a assimetria de poder entre gêneros expõe as mulheres à suscetibilidade ao sexo desprotegido. Na mesma direção, Sakaluk *et al.* (2014) pontuam que a negociação do preservativo não faz parte da sequência normativa de comportamentos esperados para mulheres durante o sexo conforme o *script* sexual tradicional, visto que pressupõe passividade por parte delas.

No entanto, é fundamental destacar que, apesar de os dados revelarem tendências estruturais, também emergem nas pesquisas sinais de resistência e ruptura às normas. O estudo italiano de Ramos-Ortiz *et al.* (2020) incluído nesta revisão, embora tenha verificado que as mulheres utilizam menos as máquinas para comprar preservativo do que os homens, não apresentou consenso quanto às percepções que elas possuíam da compra. Uma parte das mulheres pensava que os homens deveriam comprar o preservativo, pois saberiam o que os agradaria, demonstrando uma preocupação em satisfazê-los já descrita na literatura (SOUZA; MUÑOZ; VISENTIN, 2020).

Outra parte da amostra do estudo de Ramos-Ortiz *et al.* (2020) queria dividir os gastos com o parceiro e realizar a compra do preservativo, apontando para uma mudança em direção a um maior poder das mulheres no sexo. A pesquisa de Higgins, Hoffman e Dworkin (2010) converge com esse achado, destacando que é necessário cuidado para que, ao considerar dinâmicas de poder que privilegiam os homens, não se reproduza a histórica desconsideração da agência das mulheres em relação à própria sexualidade. É pertinente trazer para a reflexão, portanto, que as mulheres não são agentes passivos dessas dinâmicas, visto que apesar das restrições impostas pelos scripts de gênero, constroem estratégias cotidianas de renegociação desses padrões.

Nesse sentido, foi constatado no estudo incluído nesta revisão de Sastre et al. (2015), com uma amostra latino-americana nos Estados Unidos, que mulheres têm conseguido questionar mais os papéis de gênero e exercer maior poder no sexo. Ainda, os estudos de Fladseth *et al.* (2015) com mulheres que vivem com HIV na África e de Garrison-Desany *et al.* (2021) na Tanzânia verificaram que mulheres que apresentavam maior adesão a normas equitativas de gênero eram mais propensas ao uso do preservativo. A distância de papéis de gênero tradicionais foi um fator que contribuiu para aumentar a autonomia e o

poder de tomada de decisão das mulheres. Esses achados estão de acordo com pesquisas que demonstram que há muitas mulheres que têm se afastado de padrões de conduta sexistas (VON MUHLEN; SALDANHA; STREY, 2014) e que uma maior perspectiva crítica feminista diante dos papéis de gênero está associada a maiores níveis de autoeficácia no uso do preservativo (HARRISON *et al.*, 2006; SCHICK; ZUCKER; BAY-CHENG, 2008).

A adesão ao papel submisso na conjugalidade

Estudos incluídos nesta revisão realizados no Brasil (MEDEIROS *et al.*, 2016), na China (CHE *et al.*, 2017) e em Bangladesh (BLUNCH, 2019) apontaram que o poder exercido pelos homens no casamento contribui para que as mulheres tenham baixa autonomia em tomadas de decisões contraceptivas. Foi constatado que os papéis de gênero limitam as mulheres e privilegiam as escolhas dos homens, que costumam ser contrários ao preservativo. Esses dados, além de alarmantes, evidenciam que, em muitos contextos, as políticas de saúde pública que enfatizam a responsabilidade individual na prevenção das ISTs e gravidezes não contemplam as limitações impostas por relações atravessadas por desigualdades estruturais de gênero. Ainda, a pesquisa brasileira (MEDEIROS *et al.*, 2016) alertou que as mulheres tendem a ficar expostas à possibilidade de engravidar sem planejamento ou a procedimentos como a laqueadura. Estudos anteriores já haviam indicado que o preservativo costuma deixar de ser usado em relações estáveis e ser substituído pela pílula anticoncepcional (FRANCISCO *et al.*, 2016; OSWALT; WYATT, 2014). Os achados desta revisão acrescentam que, não raramente, o preservativo deixa de ser usado no casamento e outro método não é adicionado.

Pesquisas que integram esta revisão conduzidas no Malawi (JOHN; BABALOLA; CHIPETA, 2015) e na África do Sul (SHRADER *et al.*, 2021) constataram que a escolha da forma de proteção no sexo no contexto conjugal está associada predominantemente com o impacto no prazer do homem e que o preservativo não costuma ser escolhido. Outros estudos revisados indicaram ainda que mulheres podem ceder ao sexo

desprotegido para manter a proximidade (SHRADER *et al.*, 2021) e a conexão emocional entre o casal (IBAÑEZ *et al.*, 2017). Assim, é identificado que mulheres podem manter relações desprotegidas não por desconhecimento dos riscos, mas pela necessidade de preservar vínculos afetivos ou evitar conflitos que possam ameaçar sua estabilidade conjugal ou econômica. Esse dado desloca o eixo de análise da esfera individual para a esfera relacional e estrutural, levando a repensar modelos de intervenção que elaboram propostas que não levam esses aspectos em consideração.

Ademais, pesquisas desta revisão desenvolvidas na África do Sul (KELLY *et al.*, 2015; MADIBA; NGWENYA, 2017) e em Laos (SYCHAREUN *et al.*, 2021) verificaram que mulheres em relações estáveis frequentemente sabem da infidelidade dos parceiros, mas têm dificuldade de negociar sexo seguro, visto que a solicitação do uso do preservativo é interpretada como questionamento da autoridade dos homens. Esses resultados somam evidências para constatações anteriores que destacam que a aceitação da infidelidade masculina está associada à dificuldade que mulheres possuem de enfrentar os parceiros devido ao controle exercido por eles (MOURA *et al.*, 2021; NASCIMENTO; KIND, 2018).

Outro aspecto pertinente observado é que os estudos revisados de Ibañez *et al.* (2017), Madiba e Ngwenya (2017) e Mtenga *et al.* (2015) concluíram que os papéis de gênero impactam as mulheres no contexto conjugal tornando-as mais vulneráveis ao HIV, uma vez que dificultam a negociação do preservativo. Assim, é reafirmada a relevância de pesquisar as ISTs em mulheres casadas (OSWALT; WYATT, 2014). Por fim, diante do exposto acima, cabe destacar que a dificuldade de negociar sexo seguro, especialmente no contexto de relações estáveis, não se trata de uma falha individual das mulheres em adotar comportamentos preventivos, mas sim de um reflexo direto das relações de poder de gênero que as colocam em posição de desvantagem, inclusive na gestão da própria saúde.

Um olhar crítico sobre a transmissão de ISTs

Os estudos revisados com mulheres que fazem parte de populações-chaves (trabalhadoras do sexo, privadas de liberdade ou que

injetam drogas) para prevenção ao HIV, vivem com HIV ou estão em relacionamentos sorodiscordantes concluíram que a submissão exigida pelos homens dificulta a negociação de sexo seguro. Ainda, impactam na exposição à infecção por HIV e, em alguns casos, na transmissão, na revelação do status sorológico e no acesso à saúde (AYUTTACORN *et al.*, 2019; ESTAVELA; SEIDL, 2015; HUBER-KRUM; KARANDIKAR; GEZINSKI, 2020; KELLY *et al.*, 2015; KENDALL *et al.*, 2015; KING *et al.*, 2016; MBURU; LIMMER; HOLLAND, 2019; PATEL *et al.*, 2018).

O Zika Vírus ocasiona uma infecção que pode ser transmitida não apenas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, mas também sexualmente e via materno-fetal. Esse vírus afeta mulheres grávidas gerando malformações congênitas fetais, que podem envolver lesões cerebrais irreversíveis (ARAÚJO *et al.*, 2018). Estudos incluídos na revisão desenvolvidos em contextos de surtos de casos de Zika Vírus no Brasil (COUTINHO *et al.*, 2021), no Peru (GUERRA-REYES; IGUIÑIZ-ROMERO, 2019), na República Dominicana (GURMAN *et al.*, 2020) e na Guatemala (LEONTSINI *et al.*, 2020) constataram que o uso de preservativo antes e durante a gravidez costuma ser negativamente influenciado pelos papéis de gênero. Embora as orientações técnicas internacionais recomendem o uso de preservativo durante períodos de aumento de casos dessa doença, fica evidenciado que essas recomendações partem de uma lógica biomédica que desconsidera completamente as assimetrias de gênero que dificultam, quando não inviabilizam, a negociação de sexo seguro por parte das mulheres que se relacionam com o gênero masculino. Homens demonstraram ser, de forma geral, contrários ao uso de preservativo e descomprometidos com a saúde de suas parceiras e seus filhos. Nesses estudos, possuir receio de ser acusada de infidelidade ou de demonstrar assertividade sexual por saber sobre prevenção foram fatores que inibiram mulheres de negociar segurança no sexo.

Recomenda-se mundialmente que mulheres em idade reprodutiva e grávidas sejam alvo de atenção para fornecer informações e materiais necessários para reduzir o risco de exposição ao Zika Vírus (WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO], 2016) e que mulheres grávidas ou com potencial para engravidar utilizem preservativo ou pratiquem abstinência sexual em contextos de surtos desse vírus (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION [CDC], 2019). No entanto, não são contempladas nas orientações técnicas o

impacto das desigualdades de gênero, que não raramente impossibilitam as mulheres de exercerem o recomendado. Os achados desta revisão, assim, reúnem evidências para sustentar a importância de uma reflexão crítica sobre o efetivo potencial das recomendações existentes para mulheres conseguirem evitar a infecção por Zika Vírus.

Complexificando as questões de gênero: a interseccionalidade entre marcadores sociais

Foi verificado nos estudos revisados que a exposição das mulheres ao sexo desprotegido deve ser analisada considerando a intersecção dos papéis de gênero com os seguintes marcadores sociais: disparidade de idade, com homens mais velhos se relacionando com mulheres mais jovens (CHAPMAN; NASCIMENTO; MANDAL, 2019; MADIBA; NGWENYA, 2017); dependência financeira do parceiro (AYUTTACORN *et al.*, 2019; COUTINHO *et al.*, 2021; ESTAVELA; SEIDL, 2015; HUBER-KRUM; KARANDIKAR; GEZINSKI, 2020; MABASO *et al.*, 2021); baixa escolaridade das mulheres (BLUNCH, 2019; CHAPMAN; NASCIMENTO; MANDAL, 2019; GUERRA-REYES; IGUIÑIZ-ROMERO, 2019); e pobreza, que contribui para que mulheres recorram ao trabalho sexual (ESTAVELA; SEIDL, 2015; MBURU; LIMMER; HOLLAND, 2019).

Os achados das pesquisas acerca de intersecções entre marcadores sociais convergem com discussões elaboradas na literatura anteriormente. Embora as mulheres enfrentem dificuldade para negociar sexo seguro independentemente de marcadores sociais que as diferenciam, os marcadores investigados por esta revisão e outros, como raça/etnia, interseccionam-se e impactam de forma diferente a saúde sexual e reprodutiva de mulheres que estão inseridas em realidades distintas, sendo necessário observá-los com atenção (UNAIDS, 2017).

É imprescindível reconhecer que os papéis de gênero não operam isoladamente, mas sim se articulando com outros marcadores, como classe, idade e escolaridade, potencializando vulnerabilidades

específicas. Essa constatação desafia visões universalizantes sobre a condição de ser mulher e reforça a urgência de intervenções em saúde serem pensadas e desenvolvidas de forma interseccional, sensíveis às

particularidades dos diferentes grupos de mulheres. Negligenciar essas intersecções significa, de forma prática, desenhar políticas públicas que atendem a uma mulher abstrata e genérica, que não existe na realidade. Portanto, pensar o marcado gênero de forma isolada é insuficiente e ineficaz.

Reflexões sobre estratégias interventivas

Ao partir da perspectiva do construcionismo social, se entende que os papéis de gênero são originados e perpetuados por aspectos históricos e culturais, então é coerente que se compreenda também que esses papéis não são imutáveis. É necessário transformá-los, ainda que envolva um grande desafio, visto que concepções binárias de gênero estão profundamente enraizadas no modo de ser e se relacionar em sociedade adotado na contemporaneidade (KAUFMAN; PULERWITZ, 2019).

As sugestões dos estudos incluídos na revisão para intervenções futuras que visem promover sexo seguro para mulheres que se relacionam com homens envolveram principalmente recomendar que papéis, normas e desigualdades de gênero sejam abordadas e questionados, buscando desenvolver maior reflexão crítica e superar estereótipos de feminilidade que vulnerabilizam as mulheres (AYUTTACORN *et al.*, 2019; CHE *et al.*, 2017; FITZ; ZUCKER, 2015; FLADSETH *et al.*, 2015; GARRISON-DESANY *et al.*, 2021; GUERRA-REYES; IGUIÑIZ-ROMERO, 2019; HUBER-KRUM; KARANDIKAR; GEZINSKI, 2020; IBAÑEZ *et al.*, 2017; KING *et al.*, 2016; LOTFI *et al.*, 2016; MEDEIROS *et al.*, 2016; MBURU; LIMMER; HOLLAND, 2019; MTENGA *et al.*, 2015; PATEL *et al.*, 2018; SASTRE *et al.*, 2015; SEABROOK *et al.*, 2017; SHRADER *et al.*, 2021). Envolver os homens nas intervenções, de forma conjunta ou separada das mulheres, foi frequentemente sugerido pelos estudos, aparecendo em 15 artigos (45,4%) como uma prática necessária para alcançar mudanças que estimulem a proteção no sexo (CHAPMAN; NASCIMENTO; MANDAL, 2019; CHE *et al.*, 2017; COUTINHO *et al.*, 2021; FLADSETH *et al.*, 2015; GARRISON-DESANY *et al.*, 2021; GUERRA-REYES;

IGUIÑIZ-ROMERO, 2019; GURMAN *et al.*, 2020; HUBER-KRUM; KARANDIKAR; GEZINSKI, 2020; KELLY *et al.*, 2015; KENDALL *et al.*, 2015; LEONTSINI *et al.*, 2020; LEUNG; MACDONALD, 2018; MABASO *et al.*, 2021; MADIBA; NGWENYA, 2017; MBURU; LIMMER; HOLLAND, 2019). Essa constatação reforça que é preciso problematizar a masculinidade hegemônica para desenvolver uma atenção integral à saúde, uma vez que o que a prevenção em saúde e o autocuidado não são valorizados como papéis masculinos (SCHRAIBER; FIGUEIREDO, 2011).

Foram também realizadas as seguintes recomendações para intervenções com mulheres: fortalecer a assertividade sexual e as habilidades para negociar o uso de preservativo (FITZ; ZUCKER, 2015; GUERRA-REYES; IGUIÑIZ-ROMERO, 2019; MADIBA; NGWENYA, 2017; MOU *et al.*, 2020); diminuir o constrangimento e o estigma em carregar preservativos (LEUNG; MACDONALD, 2018) e comprar preservativos (RAMOS-ORTIZ *et al.*, 2020); fomentar a ideia de que o sexo seguro pode significar compromisso, cuidado mútuo (KENDALL *et al.*, 2015) e conexão emocional (IBAÑEZ *et al.*, 2017); e estimular a rejeição a papéis tradicionais de gênero (FITZ; ZUCKER, 2015; JOHN; BABALOLA; CHIPETA, 2015). Em síntese, as práticas interventivas devem abordar com mulheres e homens conteúdos que busquem a superação de concepções tradicionais de gênero, permitindo que homens se distanciem de papéis autoritários, mulheres assumam postura ativa diante do cuidado com sua saúde e decisões sejam tomadas de forma colaborativa (KAUFMAN; PULERWITZ, 2019).

Considerações finais

Esta revisão integrativa da literatura evidenciou que os papéis de gênero estão relacionados com uma maior dificuldade de mulheres adquirirem, negociarem e efetivamente usarem preservativo no sexo com homens. Os principais aspectos que demonstraram contribuir para a exposição das mulheres ao sexo desprotegido foram os seguintes: conformidade com o *script* sexual tradicional e internalização do sexismo; adesão a um papel submisso na conjugalidade; receio de

questionar a autoridade masculina em contexto de exposição às ISTs; e a intersecção entre ser mulher e outros marcadores sociais, como possuir menores níveis de escolaridade, depender financeiramente do parceiro e apresentar disparidade de idade com o parceiro.

Conclui-se que intervenções que promovam sexo seguro entre mulheres e homens devem incluir ambos e ser desenvolvidas em uma perspectiva de transformação de relações desiguais de gênero. Algumas limitações do estudo devem ser consideradas. Uma dessas limitações envolve o fato de alguns elementos que garantem maior robustez da evidência científica não terem sido contemplados, como a análise de qualidade dos artigos incluídos na revisão. Ainda, os descritores utilizados nas buscas podem não ter identificado todos os estudos publicados envolvendo o objetivo deste artigo no recorte temporal adotado. Finalmente, a revisão não incluiu a análise de outros materiais além de artigos, como capítulos de livros, dissertações e teses.

A partir desta revisão integrativa, foi possível apresentar um panorama inédito sobre o estado da arte das relações documentadas na literatura entre os papéis de gênero e o uso de preservativo em mulheres que se relacionam com homens. Pesquisar em profundidade de que forma os papéis de gênero impactam na exposição das mulheres ao sexo desprotegido é fundamental e permite oferecer direcionamentos mais específicos sobre aspectos que devem ser observados em intervenções que resultem em menor risco à saúde sexual e reprodutiva feminina.

Sugere-se que futuras pesquisas apresentem maior explicitação nos artigos sobre a concepção teórica de papéis de gênero adotada e ocorra maior convergência na medida utilizada para avaliá-los. É também relevante que sejam conduzidos estudos em contextos de menor desigualdade de gênero, visando compará-los com resultados encontrados no continente africano, no qual existem disparidades de poder profundas entre mulheres e homens. Por fim, é importante que estudos sobre proteção no sexo procurem investigar os papéis de gênero de forma interseccionada com o marcador social raça/etnia, visto que achados relevantes foram alcançados em artigos incluídos nesta revisão que pesquisaram intersecções com outros marcadores sociais.

Referências

ALVARADO, J. Isac Uribe *et al*. Expresiones de la sexualidad y del uso del condón en las relaciones sexuales en jóvenes universitarios de Colombia. Aportes a la terapia. **Archivos Venezolanos de Farmacología y Terapéutica**, Caracas, v. 37, n. 5, p. 456-462, 2019. Disponível em: http://bonga.unisimon.edu.co/handle/20.500.12442/2468. Acesso em: 13 jul. 2021.

ARAÚJO, Thalia Velho Barreto *et al*. Association between microcephaly, Zika virus infection, and other risk factors in Brazil: final report of a case-control study. **The Lancet Infectious Diseases**, Londres, v. 18, n. 3, p. 328-336, mar. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S1473-3099(17)30727-2. Acesso em: 19 ago. 2021.

AYRES, José Ricardo; PAIVA, Vera; BUCHALLA, Cassia Maria. Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde: uma introdução. *In*: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (Orgs.). **Vulnerabilidade e direitos humanos**: prevenção e promoção da saúde - da doença à cidadania. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 9-22.

AYUTTACORN, Arratee *et al*. Disclosure of HIV status among Shan female migrant workers living with HIV in Northern Thailand: a qualitative study. **PLoS One**, São Francisco, v. 14, n. 5, p. e0216382, 02 maio. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0216382. Acesso em: 10 ago. 2021.

BLUNCH, Niels-Hugo. My choice: women's contraceptive-use autonomy in Bangladesh. **Feminist Economics**, Londres, v. 25, n. 4, p. 68-93, 17 jun. 2019. Disponível em: http://doi.org/10.1080/13545701.2019.1618479. Acesso em: 29 jun. 2021.

BURT, Martha R. Cultural myths and supports for rape. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 38, n. 2, p. 217-230, fev. 1980. Disponível em:

https://psycnet.apa.org/fulltext/1981-08163-001.pdf. Acesso em: 17 jul. 2021.

CARVALHAES, Flávia Fernandes. Subjetividade e AIDS: doença e militância na trajetória de mulheres HIV+. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 115-128, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v62n2/v62n2a11.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION [CDC]. **Clinical guidance for healthcare providers for prevention of sexual transmission of zika virus.** Georgia: CDC, 2019.

CHAPMAN, Jenifer; NASCIMENTO, Nena do; MANDAL, Mahua. Role of male sex partners in HIV risk of adolescent girls and young women in Mozambique. **Global Health: Science and Practice**, Baltimore, v. *7*, n. 3, p. 435-446, 23 set. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.9745/GHSP-D-19-00117. Acesso em: 09 jul. 2021.

CHE, Yan *et al*. A qualitative exploration of perceptions and experiences of contraceptive use, abortion and post-abortion family planning services (PAFP) in three provinces in China. **BMC Women's Health**, Berlim, v. 17, n. 113, p. 1-13, 21 nov. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12905-017-0458-z. Acesso em: 19 ago. 2021.

CHU, Judy Y.; PORCHE, Michelle V.; TOLMAN, Deborah L. The adolescent masculinity ideology in relationships scale: development and validation of a new measure for boys. **Men and Masculinities**, Thousand Oaks, v. 8, n. 1, p. 93-115, jul. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1097184X03257453. Acesso em: 12 ago. 2021.

COUTINHO, Raquel Zanatta *et al*. Zika virus public health crisis and the perpetuation of gender inequality in Brazil. **Reproductive Health**, Berlim, v. 18, n. 40, p. 1-21, 15 fev. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12978-021-01067-1. Acesso em: 17 jul. 2021.

ESTAVELA, Arune Joao; SEIDL, Eliane Maria Fleury. Vulnerabilidades de gênero, práticas culturais e infecção pelo HIV em Maputo. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 27 n. 3, p. 569-578, dez. 2015. Disponível em:

https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p569. Acesso em: 22 jul. 2021.

FIGUEIREDO, Leonardo Gomes *et al.* Percepção de mulheres casadas sobre o risco de infecção pelo HIV e o comportamento preventivo. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 805-811. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0325. Acesso em: 07 jun. 2025.

FILHO, Nelson Hauck; ZANON, Cristian. Questões básicas sobre mensuração. *In*: HUTZ, Claudio Simon; BANDEIRA, Denise Ruschel; TRENTINI, Clarissa Marceli (Orgs.). **Psicometria.** Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 23-44.

FINKLER, Lirene, OLIVEIRA, Manoela Ziebell; GOMES, William B. HIV/AIDS e práticas preventivas em uniões heterossexuais estáveis. **Aletheia**, Canoas, v. 20, p. 9- 25. 2004. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1150/115013471002.pdf. Acesso em: 18 jun.2025.

FITZ, Caroline C.; ZUCKER, Alyssa N. Everyday exposure to benevolent sexism and condom use among college women. **Women & Health**, Londres, v. 55, n. 3, p. 245-262, 27 mar. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1080/03630242.2014.996721. Acesso em 11 ago. 2021.

FLADSETH, Kristin *et al.* The impact of gender norms on condom use among HIV-positive adults in KwaZulu-Natal, South Africa. ***PLoS One***, São Francisco, v. 10, n. 4, p. e0122671, 08 abr. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0122671. Acesso em 19 set. 2021.

FRANCISCO, Márcio Tadeu Ribeiro *et al.* O uso do preservativo entre os participantes do Carnaval - perspectiva de gênero. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 106-113, jan./mar. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5935/1414-8145.20160015. Acesso em: 12 nov. 2021.

GALAMBOS, Nancy L. *et al.* The Attitudes Toward Women Scale for Adolescents (AWSA): a study of reliability and validity. **Sex Roles**, Berlim, v. 13, n. 5-6, p. 343-356, set. 1985. Disponível em: https://doi.org/10.1007/BF00288090. Acesso em 07 ago. 2021.

GARRISON-DESANY, Henri M. *et al*. The role of gender power relations on women's health outcomes: evidence from a maternal health coverage survey in Simiyu region, Tanzania. **BMC Public Health**, Berlim, v. 21, n. 909, p. 1-15, 13 maio. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12889-021-10972-w. Acesso em: 11 set. 2021.

GLICK, Peter; FISKE, Susan T. The Ambivalent Sexism Inventory: differentiating hostile and benevolent sexism. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 70, n. 3, p. 491-512, mar. 1996. Disponível em: https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491. Acesso em: 13 ago. 2021.

GUERRA-REYES, Lucia; IGUIÑIZ-ROMERO, Ruth A. Performing purity: reproductive decision-making and implications for a community under threat of zika in Iquitos, Peru. **Culture, Health & Sexuality**, Londres, v. 21, n. 3, p. 309-322, 11 jun. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13691058.2018.1469790. Acesso em: 29 jun. 2021.

GURMAN, Tilly *et al*. The role of gender in Zika prevention behaviors in the Dominican Republic: findings and programmatic implications from a qualitative study. **PLoS Neglected Tropical Diseases**, São Francisco, v. 14, n. 3, p. e0007994, 06 mar. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0007994. Acesso em: 22 jul. 2022.

HARRISON, Abigail *et al*. Gender role and relationship norms among young adults in South Africa: measuring the context of masculinity and HIV risk. **Journal of Urban Health**, Berlim, v. 83, n. 3, p. 709-722, 07 jun. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11524-006-9077-y. Acesso em: 10 ago. 2022.

HIGGINS, Jenny A.; HOFFMAN, Susie; DWORKIN, Shari L. Rethinking gender, heterosexual men, and women's vulnerability to HIV/AIDS. **American Journal of Public Health**, Washington, v. 100, n. 3, p. 435-445, mar. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.2105/AJPH.2009.159723. Acesso em: 13 ago. 2021.

HUBER-KRUM, Sarah; KARANDIKAR, Sharvari; GEZINSKI, Lindsay. "A condom is compulsory": a qualitative study of condom use and negotiation strategies among female sex workers in Nepal. **Women & Health**, Londres, v. 60, n. 8, p. 872-886, 03 ago. 2020. Disponível em:

https://doi.org/10.1080/03630242.2020.1766641. Acesso em: 12 jul. 2022.

IBAÑEZ, Gladys E. *et al*. "Love and trust, you can be blinded": HIV risk within relationships among Latina women in Miami, Florida. **Ethnicity & Health**, Londres, v. 22, n. 5, p. 510-527, out. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13557858.2016.1244737. Acesso em: 09 jul. 2021.

ÍÑIGUEZ, Lupicinio Rueda. Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era "post-construcionista". **Fermentum Revista Venezolana de Sociología y Antropología**, Mérida, v. 17, n. 50, p. 523-534, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/705/70505003.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

JENKINS, Stephen Sean. **Gender and self-determination in sexual motivation.** Dissertação (Mestrado) - Department of Clinical and Social Sciences in Psychology, University of Rochester, Rochester, New York, 2003.

JOHN, Neetu A.; BABALOLA, Stella; CHIPETA, Effie. Sexual pleasure, partner dynamics and contraceptive use in Malawi. **International Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, Nova York, v. 41, n. 2, p. 99-107, jun. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1363/4109915. Acesso em: 28 jul. 2022.

JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS [UNAIDS]. **When women lead, change happens**: women advancing the end of AIDS. Genebra: UNAIDS, 2017.

JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS [UNAIDS]. **Relatório informativo**: dia mundial da AIDS 2021. Brasília: UNAIDS, 2021.

KAUFMAN, Michelle R.; PULERWITZ, Julie. When sex is power: gender roles in sex and their consequences. *In*: AGNEW, Christopher R.; HARMAN Jennifer J. (Orgs.). ***Power in close relationships.*** *Cambridge:* Cambridge University Press, 2019. p. 173-191.

KELLY, Christine A. *et al*. To tell or not to tell: male partner engagement in a Phase 3 microbicide efficacy trial in South Africa. **Culture, Health**

&

Sexuality, Londres, v. 17, n. 8, p. 1004-1020, 27 abr. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13691058.2015.1030451. Acesso em: 07 ago. 2021.

KENDALL, Tamil *et al.* El uso inconsistente del condón en mujeres mexicanas que viven con VIH: un reto para los servicios de salud. **Salud Pública de México**, Cuernavaca, v. 57, n. 2, p. 183-189, 2015. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/spm/2015.v57suppl2/s183-s189/es. Acesso em: 30 jun. 2021.

KING, Elizabeth J. *et al.* "If she is a good woman..." and "to be a real man...": gender, risk and access to HIV services among key populations in Tajikistan. **Culture, Health & Sexuality**, Londres, v. 18, n. 4, p. 422-434, 07 out. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13691058.2015.1089603. Acesso em: 06 set. 2021.

LEONTSINI, Elli *et al.* Community perspectives on Zika Virus Disease prevention in Guatemala: a qualitative study. **The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, Arlington, v. 102, n. 5, p. 971-981, fev. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4269/ajtmh.19-0578. Acesso em: 01 ago. 2022.

LEUNG, Pauline C.; MACDONALD, Tara K. Attitudes toward condom carriers: the role of gender. **The Canadian Journal of Human Sexuality**, Toronto, v. 27, n. 3, p. 215-225, dez. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.3138/cjhs.2018-0003. Acesso em: 23 jul. 2021.

LOTFI, Razieh *et al.* Developing a valid and reliable instrument to predict the protective sexual behaviors in women at risk of human immunodeficiency virus. **Iranian Red Crescent Medical Journal**, Dubai, v. 16, n. 9, p. e14682, set. 2014. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25593717/. Acesso em: 04 ago. 2021.

LOTFI, Razieh et al. Predictors of condom use among Iranian women at risk of HIV. **Archives of Sexual Behavior**, Berlim, v. 45, n. 2, p. 429-437, fev. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10508-015-0603-4. Acesso em: 11 ago. 2021.

MABASO, Musawenkosi *et al.* Factors associated with age-disparate sexual partnerships among males and females in South Africa: a multinomial analysis of the 2012 national population-based household survey data. **Emerging Themes in Epidemiology**, Londres, v. 18, n. 3, p. 1-13, 12 mar. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12982-021-00093-5. Acesso em: 07 ago. 2021.

MADIBA, Sphiwe; NGWENYA, Nomsa. Cultural practices, gender inequality and inconsistent condom use increase vulnerability to HIV infection: narratives from married and cohabiting women in rural communities in Mpumalanga province, South Africa. **Global Health Action**, Londres, v. 10, n. 2, p. 1341597, 05 jul. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1080/16549716.2017.1341597. Acesso em: 12 jun. 2021.

MBURU, Gitau; LIMMER, Mark; HOLLAND, Paula. HIV risk behaviours among women who inject drugs in coastal Kenya: findings from secondary analysis of qualitative data. **Harm Reduction Journal**, Londres, v. 16, n. 10, p. 1-15, 06 fev. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12954-019-0281-y. Acesso em: 03 set. 2021.

MEDEIROS, Thalyta Francisca Rodrigues de *et al.* Vivência de mulheres sobre contracepção na perspectiva de gênero. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. e57350, jun. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.57350. Acesso em: 27 ago. 2021.

MEDINA-PERUCHA, L. *et al.* Factors associated with sexual risks and risk of STIs, HIV and other blood-borne viruses among women using heroin and other drugs: a systematic literature review. **AIDS and Behavior**, Londres, v. 23, n. 1, p. 222-251, 02 ago. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10461-018-2238-7. Acesso em: 17 jul. 2021.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018. Acesso em: 12 set. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann *et al.* "Você aprende. A gente ensina?": interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1335-1342. 2006. Disponível em: https://doi.org.10.1590/S0102-311X2006000600022. Acesso em: 13 jun. 2025.

MOU, Yi *et al.* Safer sex practice among female Chinese college students and its antecedents: a culture-centered approach. **International Journal of Sexual Health**, Londres, v. 32, n. 3, *p.* 282-292, 04 ago. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/19317611.2020.1796882. Acesso em: 18 set. 2021.

MOURA, Samy Loraynn Oliveira *et al.* Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. e20190325. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0325. Acesso em: 17 jun. 2022.

MTENGA, Sally M. *et al.* Prevalence and social drivers of HIV among married and cohabitating heterosexual adults in south-eastern Tanzania: analysis of adult health community cohort data. **Global Health Action**, Londres, v. 8, n. 1, p. 28941, 30 set. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.3402/gha.v8.28941. Acesso em: 23 ago. 2021.

MURNEN, Sarah K.; BYRNE, Donn. Hyperfemininity: measurement and initial validation of the construct. **The Journal of Sex Research**, Londres, v. 28, n. 3, p. 479-489, jan. 1991. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00224499109551620. Acesso em: 19 dez. 2022.

NASCIMENTO, Patrícia Chaves do; KIND, Luciana. Narrativas posithivas: vulnerabilidade de mulheres ao HIV/AIDS em relações heterossexuais de conjugalidade. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 85-105, nov. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.26512/lc.v24i0.18957. Acesso em: 17 set. 2021.

OSWALT, Sara B.; WYATT, Tammy J. But I'm married: understanding relationship status and college students' sexual behaviors. **American Journal of Sexuality Education**, Londres, v. 9, n. 1, p. 4-20, 13 mar.

2014. Disponível em: https://doi.org/10.1080/15546128.2013.854009. Acesso em: 25 set. 2021.

PATEL, Rena C. *et al*. What motivates serodiscordant couples to prevent HIV transmission within their relationships: findings from a PrEP implementation study in Kenya. **Culture, Health & Sexuality**, Londres, v. 20, n. 6, p. 625-639, 14 set. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13691058.2017.1367421. Acesso em: 13 jul. 2021.

PULERWITZ, Julie; BARKER, Gary. Measuring attitudes toward gender norms among young men in Brazil: development and psychometric evaluation of the GEM Scale. **Men and Masculinities**, Thousand Oaks, v. 10, n. 3, p. 322-338, abr. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1097184X06298778. Acesso em: 02 ago. 2021.

RAMOS-ORTIZ, Jaziel *et al*. Condom-vending machines in Italy: a qualitative exploration of gender differences to improve promotion and use. **The European Journal of Contraception & Reproductive Health Care**, Londres, v. 25, n. 6, p. 456-464, 04 set. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13625187.2020.1810226. Acesso em: 24 ago. 2021.

RODRIGUE, Carl; FERNET, Mylène. A metasynthesis of qualitative studies on casual sexual relationships and experiences. **The Canadian Journal of Human Sexuality**, Toronto, v. 25, n. 3, p. 225-242, dez. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.3138/cjhs.253-A6. Acesso em: 13 jul. 2021.

RODRIGUEZ, Katrina L. *et al*. Culturally responsive focus groups: reframing the research experience to focus on participants. **International Journal of Qualitative Methods**, Thousand Oaks, v. 10, n. 4, p. 400-417, 01 dez. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1177/160940691101000407. Acesso em: 30 jun. 2021.

RUBLE, Diane N.; MARTIN, Carol Lynn; BERENBAUM, Sheri A. Gender development. *In*: EISENBERG, Nancy (Org.). **Handbook of child psychology**: Social, emotional, and personality development. Nova York: Wiley, 1998. v. 3. p. 933-1016.

SAKALUK, John K. *et al.* Dominant heterosexual sexual scripts in emerging adulthood: conceptualization and measurement. **The Journal of Sex Research**, Londres, v. 51, n. 5, p. 516-531, 14 maio. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1080/00224499.2012.745473. Acesso em: 23 jul. 2021.

SASTRE, Francisco *et al.* Condom use preferences among Latinos in Miami-Dade: emerging themes concerning men's and women's culturally-ascribed attitudes and behaviours. **Culture, Health & Sexuality**, Londres, v. 17, n. 6, p. 667-681, 20 dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13691058.2014.989266. Acesso em: 30 ago. 2021.

SCHICK, Vanessa R.; ZUCKER, Alyssa N.; BAY-CHENG, Laina Y. Safer, better sex through feminism: the role of feminist ideology in women's sexual well-being. **Psychology of Women Quarterly**, Thousand Oaks, v. 32, n. 3, p. 225-232, 01 set. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2008.00431.x. Acesso em: 03 jul. 2021.

SCHRAIBER, Lilia Blima; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. Integralidade em saúde e os homens na perspectiva relacional de gênero. *In*: GOMES, Romeu (Org.). **Saúde do homem em debate.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 19-38.

SEABROOK, Rita C. *et al.* Our scripted sexuality: the development and validation of a measure of the heterosexual script and its relation to television consumption. **Emerging Adulthood**, Thousand Oaks, v. 4, n. 5, p. 338-355, 21 jun. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1177/2167696815623686. Acesso em: 17 set. 2021.

SEABROOK, Rita C. *et al.* Girl power or powerless girl? Television, sexual scripts, and sexual agency in sexually active young women. **Psychology of Women Quarterly**, Thousand Oaks, *v.* 41, n. 2, p. 240-253, 12 abr. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0361684316677028.Acesso em: 30 jul. 2021.

SHRADER, Cho-Hee *et al.* "I'd rather use a refuse bag": a qualitative exploration of a South African community's perceptions of government-provided condoms and participant-preferred

solutions. **Archives of Sexual Behavior**, Berlim, v. 50, n. 2, p. 615-627, fev. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10508-020-01701-2. Acesso em: 24 jun. 2021.

SILVA, Tamara Queiroz Costa; SZAPIRO, Ana Maria. Mulheres heterossexuais em relacionamento estável: limites do aconselhamento em DST/HIV/AIDS. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 350-361. 2015. https://doi.org/10.5020/23590777.15.3.350-361. Acesso em: 12 jun. 2025.

SOUZA, Flávia Moreno Alves de; MUÑOZ, Ivette Kafure; VISENTIN, Izabela Calegario. Contexto de vulnerabilidade de gênero no uso do preservativo masculino. **Humanidades e Tecnologia em Revista**, Paracatu, v. 20, n. 1, p. 243-267, jan./jul. 2020. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/287360732.pdf. Acesso em 12 set. 2021.

SYCHAREUN, Vanphanom *et al.* Lifestyles, sexuality and gender: vulnerability to STIs and unplanned pregnancy among female migrant beer promoters in Lao PDR. **Culture, Health & Sexuality**, Londres, v. 24, n. 8, p. 1-16, 10 maio. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13691058.2021.1913233. Acesso em: 13 ago. 2021.

VON MUHLEN, Bruna Krimberg; SALDANHA, Marília; STREY, Marlene Neves. Mulheres e o HIV/AIDS: intersecções entre gênero, feminismo, psicologia e saúde pública. **Revista Colombiana de Psicología**, Bogotá, v. 23, n. 2, p. 285-296, 01 jul. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.15446/rcp.v23n2.29790. Acesso em: 17 dez. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **Zika strategic response plan quarterly update.** Genebra: WHO, 2016.

Gender Roles and Unprotected Sex between Women and Men: An Integrative Literature Review

ABSTRACT: This study aimed to analyze the data found in the scientific literature about the association between gender roles and condom use in women who have sexual relations with men. An integrative literature review was conducted in Scopus, PubMed, Lilacs and PsycINFO databases, covering studies published between January 2015 and June 2021. After applying the inclusion and exclusion criteria, the final sample was composed by 33 articles. The results of the articles indicate that traditional gender roles are associated with the difficulty faced by women in using condoms in sex with men. The aspects related to this difficulty were the following: conformity with a traditional sexual script and internalization of sexism; adherence to a submissive role in conjugality; fear of questioning male authority in the context of exposure to Sexually Transmitted Infections (STIs); and the intersection between being a woman and other social markers, such as lower levels of education, financial dependence and age disparity with the partner. The findings of this literature review integrate research results carried out in different countries and provide contributions on components that should be prioritized in intervention strategies developed to promote safer sex between women and men.

KEYWORDS: Women. Gender Roles. Sexuality. Prevention. Condom.

Isabella ZUARDI MARQUES, *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestra em Psicologia Social pelo Grupo de Pesquisa Psicologia, Saúde e Comunidades do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.

https://orcid.org/0000-0001-9207-3474

Rodrigo FALCÃO CHAISE, *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Psicologia Social pelo Grupo de Pesquisa Psicologia, Saúde e Comunidades do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.

Kátia BONES ROCHA, *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

Psicóloga e Mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em Psicologia pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Psicologia, Saúde e Comunidades do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS.

Recebido em: 08/06/2023

Aprovado em: 27/08/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Vivências de pessoas transgênero com suas famílias de origem

Élvis Herrmann Bonini, *Atitus Educação (Passo Fundo/RS - Brasil)*

Isadora Cechin Filipiack, *Atitus Educação (Passo Fundo/RS - Brasil)*

Cláudia Mara Bosetto Cenci, *Atitus Educação (Passo Fundo/RS - Brasil)*

Resumo. Este estudo teve por objetivo investigar as percepções das pessoas transgênero sobre sua identidade transgênero e o seu processo de afirmação de gênero no âmbito familiar. É um estudo qualitativo, exploratório e transversal. Realizaram-se entrevistas com 14 participantes entre 20-30 anos de idade do Norte gaúcho. Utilizaram-se como instrumentos um roteiro de entrevista semiestruturado e uma ficha de dados sociodemográficos. A análise de dados foi realizada a partir da análise temática, da qual emergiram dois temas: processos iniciais de ajustamento familiar e ações afirmativas de gênero na família. Esses processos e essas situações vão ao encontro de um novo rearranjo familiar. Conclui-se que as percepções das vivências de pessoas transgênero com suas famílias são complexas e multifacetadas, envolvendo diferentes processos tanto positivos quanto negativos para a pessoa transgênero. Espera-se que, com este estudo, famílias, instituições e profissionais da área da saúde possam se beneficiar para realizar ações afirmativas de gênero com esta população.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Relações familiares. Pessoas transgênero.

O processo de afirmação de gênero[1] de pessoas trans, travestis e transexuais, é complexo e multifacetado, pois implica mudanças corporais, legais, psíquicas e socioafetivas (TURBAN; KEUROGHLIAN, 2018). Um importante aspecto para a vida das pessoas trans desde momentos de pré-afirmação de gênero é a família[2], objeto deste estudo, que investiga as percepções das pessoas trans, bem como seu processo de afirmação de gênero em relação a sua família.

Mesmo antes do comunicado oficial ou implícito à família, pessoas trans tentam performar o gênero desejado pelos familiares, monitorando se a expressão de seu gênero está de acordo com o que se espera delas (BRUMBAUGH-JOHNSON; HULL, 2018).

Com o conhecimento da real identidade das(os) filhas(os), geralmente há a experimentação de um estado de luto ambíguo dos pais, isto é, um luto sem morte física, mas com uma morte simbólica da filha ou filho imaginado (WAHLIG, 2015). Os pais experimentam sensações de choque e negação, medo e impotência, raiva e desesperança, culpa e preocupações (TESTONI; PINDUCCIU, 2019).

O processo de contar à família pode levar o indivíduo a situações de violência física e psicológica vivenciadas nas relações familiares (MAGNO; DOURADO; SILVA, 2018), que são promovidas pelo estigma social com as pessoas trans (HUGHTO; REISNER; PACHANKIS, 2015). Esse processo de violência culmina em um estado de maior vulnerabilidade social, que pode resultar em casos extremos de expulsão da casa da família (SOUZA; MALVASI; SIGNORELLI; PEREIRA, 2015).

Pessoas trans têm maior possibilidade de não se sentirem apoiadas pela família e quanto mais essa sensação é experimentada, maior será a frequência de abuso (WALTERS; PATERSON; BROWN; MCDONNELL, 2017). As expectativas irrealistas, negação de variação de gênero, falta de intimidade e retirada de apoio emocional faz com que as pessoas trans se distanciem de sua família de origem e demonstrem

[1] Por muito tempo, a ciência e a sociedade tentaram explicar o gênero como algo biológico e inato a determinar diferenças entre homens e mulheres. Sabe-se, atualmente, que a compreensão de gênero é, na verdade, um construto social, e que o gênero pode ser diferente em cada cultura e sociedade, variando de acordo com o momento histórico (GROSSI, 1998).

[2] Neste artigo, adota-se a definição de que a família é composta por indivíduos que possuem uma história e um futuro compartilhados e abrange o sistema emocional de três a cinco gerações, unidas por laços de sangue e/ou legais. É relevante, portanto, o contexto histórico no qual ela se insere, pois ele influenciará os movimentos adaptativos da família aos eventos estressores do ciclo de vida familiar (WALSH, 2016).

maior ressentimento e percepção de rejeição (CATALPA; MCGUIRE, 2018).

Entretanto, o processo de aceitação e aproximação da(o) filha(o) trans parece ser um processo gradual de entendimento, inclusive com a ajuda de informações e de movimentos sociais que possam auxiliar a compreensão do que se passa com a(o) filha(o) (BRAZ; REIS; HORTA; FERNANDES, 2020). O apoio familiar traz acolhimento e segurança para a pessoa trans, podendo representar inclusive, fator de proteção para quadros de ansiedade e depressão (PUCKETT; MATSUNO; DYAR; MUSTANSKI; NEWCOMB, 2019).

Nesse contexto, este artigo busca contribuir para os estudos sobre família e identidade de gênero, visando auxiliar familiares, profissionais da área da saúde e instituições a terem uma maior compreensão do processo de afirmação de gênero na família e condutas mais apropriadas a partir das especificidades das pessoas trans e suas famílias.

Método

Delineamento e participantes

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e transversal. Optou-se por trabalhar a partir da noção de uma pesquisa de aprofundamento, abrangência e diversidade na compreensão dos participantes. Dessa forma, o número de participantes está ligado à busca da qualidade e interações do determinado fenômeno (MINAYO, 2017). Participaram da pesquisa 14 sujeitos adultos e transgêneros com idades entre 20-30 anos. Os critérios de inclusão foram: sujeitos residentes no norte gaúcho que têm sua identidade de gênero diferente daquela designada no nascimento e que já tivessem tido algum tipo de intervenção nos últimos seis meses que antecedem a entrevista. Como critérios de exclusão: sujeitos que não comunicaram aos familiares sua identidade de gênero por, no mínimo, seis meses antes do momento da entrevista; sujeitos com diagnóstico psiquiátrico grave e/ou psicopatologias psicóticas; e sujeitos com situações de saúde que sejam preponderantes e impeditivas aos tratamentos.

Instrumentos

Questionário sociodemográfico

Com o objetivo de caracterizar os participantes da pesquisa, foi elaborada uma ficha de dados sociodemográficos, com questões referentes às informações pessoais, profissionais e socioeconômicas dos participantes – escolaridade, estado civil, identidade de gênero e idade do começo da transição social, entre outras.

Roteiro de entrevista semiestruturada

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada, tendo como parâmetro as diretrizes na formulação de roteiros de entrevista de Gil (2019). As perguntas foram sobre o processo de afirmação de gênero, relação familiar, amorosa, rede de amigos e trabalho. Para este artigo, foram consideradas as respostas dos participantes aos seguintes questionamentos do roteiro: "Como foi com a sua família em relação ao fato de você ser transgênero? E com o processo de afirmação de gênero?".

Procedimentos de coleta de dados

O projeto, para realização da pesquisa, foi enviado ao Comitê de Ética, que o aceitou. Os primeiros entrevistados foram contatados a partir da rede de conhecidos do próprio pesquisador, os quais indicaram os próximos participantes (técnica snowball). A partir da indicação de possíveis participantes, o pesquisador entrou em contato telefônico e apresentou o estudo. Após o aceite ou no dia da entrevista, o pesquisador leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e fez uma explicação de maneira pormenorizada do propósito da pesquisa. Esclareceu que, a qualquer sinal de desconforto psíquico significativo (irritação, chateação, ansiedade, frustração, angústia e outros sentimentos negativos), o processo poderia ser interrompido sem nenhum prejuízo aos participantes. O TCLE foi enviado via e-mail aos participantes que aceitaram participar do estudo. Eles enviaram de volta com sua assinatura, e o pesquisador imprimiu, assinou, digitalizou e encaminhou novamente para os participantes. Alguns deles assinaram presencialmente o TCLE. Posteriormente à assinatura do termo, foram marcados dias e horários para cada entrevista. Devido à pandemia COVID-19, o pesquisador realizou apenas duas entrevistas presenciais em seu consultório particular. Todas as demais foram realizadas e gravadas de forma online em chamada de áudio.

As entrevistas foram transcritas na íntegra. Os dados coletados foram analisados a partir da proposta de Análise Temática de Souza (2019). Após a análise, foi realizado um mapa conceitual de cada entrevista, o qual foi entregue e explicado em entrevistas devolutivas individuais com os participantes, cujo propósito foi o de mostrar aos participantes como o pesquisador entendeu os dados. Desse modo, há um critério de validação dos dados e da interpretação do pesquisador pelos próprios entrevistados.

Questões éticas

Os parâmetros trazidos pela Resolução 510/2016 e pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde foram levados em consideração por este estudo. Os dados coletados nas entrevistas foram utilizados de forma que o sigilo e o anonimato dos participantes fossem preservados em todas as fases da pesquisa. Do mesmo modo, a privacidade e a confidencialidade dos dados também foram adotadas de modo que a pesquisa não promovesse nenhum tipo de prejuízo ou perda biopsicossocial. Para tal, foi adotado o uso de codinomes como modo de preservar a identidade dos participantes, os quais foram escolhidos pelos próprios participantes antes do início da entrevista. O material coletado será armazenado pelo período de cinco anos sob responsabilidade do autor do estudo.

Análise dos dados

A análise temática desenvolve-se a partir da proposta de Souza (2019), que se desenvolve em seis etapas: a) transcrição e familiarização – processo de imersão de contato com os dados a partir de leitura e após processo de transcrição do material, que é igualmente importante, por ser uma maneira de familiarização com os dados; b) codificação – produção de códigos representantes de características específicas de todas as unidades de análise, ou seja, para cada trecho do material será atribuído um código que, posteriormente, poderá ser organizado em temas; c) identificação de temas – revisão dos dados e identificação dos possíveis temas e os códigos; d) análise dos temas – leitura crítica para verificação de padrões coerentes e, se necessário, realocação ou criação de outro tema; e) definição e nomeação dos temas e subtemas tendo como parâmetro o problema da pesquisa; e f) redação do relatório.

Resultados e Discussão

Os participantes da pesquisa foram 14 pessoas trans residentes no norte gaúcho, com faixa etária entre 20-30 anos, tendo como média 25,5 anos. Apenas um participante estava em união estável; todos os outros estavam solteiros. Oito participantes declararam-se da cor branca, quatro declararam-se pardos, e dois se declararam da cor preta. Em relação à escolaridade: um participante não tinha o ensino fundamental completo; dois tinham ensino médio incompleto; três, ensino médio completo; cinco, ensino superior incompleto; três, ensino superior completo; e um participante tinha pós-graduação lato sensu. Em relação à renda familiar, oito participantes declararam receber de 1-3 salários mínimos, quatro declararam de 3-6 salários mínimos, e dois declararam renda de 6-9 salários mínimos. Seis participantes declaram vínculo empregatício formal.

Em relação à identidade de gênero, cinco eram mulheres trans, sete homens trans e uma pessoa não binária. A média de idade do começo da transição social foi 19,2 anos. A idade média do começo da hormonização foi de 21 anos.

Os temas principais que emergiram da análise dos dados coletados são “processos iniciais de ajustamento familiar” e “ações afirmativas de gênero na família”. O primeiro tema refere-se a processos e situações que ocorrem no início da comunicação da pessoa trans sobre a sua identidade à família, os quais se caracterizam pelo incipiente processamento pelos membros familiares e que podem vir a se estabilizar positivamente ou não. Tem como subtemas a insegurança antes de contar, o luto dos pais pela(o) filha(o) imaginada(o) e a violência e exclusão da família. O segundo tema – ações afirmativas de gênero na família – caracteriza-se por processos e situações que se passam em um estágio de processamento maior dos familiares em relação ao fato de um de seus integrantes ser uma pessoa trans. Esses processos e situações, que têm como subtemas o processo gradual de aceitação e o apoio familiar, vão ao encontro de um novo rearranjo familiar.

Tema I: Processos iniciais de ajustamento familiar

Este tema é caracterizado pelos inícios das comunicações feitas às famílias e suas primeiras reações. Os participantes demonstraram insegurança antes de contar às famílias sobre sua identidade de gênero

pelo medo de uma possível represália. A partir do conhecimento das famílias, alguns processos se desdobraram, por exemplo, o luto pela(o) filha(o) imaginada(o). Os participantes também relataram um distanciamento emocional que a família demonstrou a partir da comunicação realizada por eles sobre a identidade trans. Também relataram diferentes tipos de violência perpetrados a eles pelos familiares ou outras pessoas/contextos.

Insegurança antes de contar

Neste subtema emergiram informações acerca do medo, do receio e da insegurança antes de contar aos pais sobre a sua identidade de gênero autopercebida diferente do gênero designado ao nascimento. A insegurança e o medo de se assumir como uma pessoa trans são significativos à medida que isso rompe com expectativas existentes no sistema familiar sobre a pessoa em questão. Os sujeitos têm de performar o gênero esperado deles, acompanhado de medo e de um monitoramento intenso das respostas sociais e da ameaça da violência (BRUMBAUGH-JOHNSON; HULL, 2018).

Esse aspecto ficou evidente no relato dos participantes. A participante Aurora declara que sentiu muita insegurança antes de contar a avó: *"A minha vó era quase uma pastora e eu pensava meu Deus o que vai ser né quando ela descobrir, quando ela souber porque praticamente foi ela quem me criou [...] e eu tinha muito essa insegurança com relação a ela né."* Aurora relata que ficou surpresa com a capacidade afetiva da avó que a acolheu e lhe surpreendeu ainda positivamente: *"até tem uma coisa marcante que ficou marcado assim na minha memória que foi um presente que ela me deu, que foi um par de brincos"*.

O participante Pedro também menciona o receio do não entendimento dos pais em relação ao assunto. Afirma estar se preparando para falar com eles, dando sinais paulatinamente sobre sua identidade e educando os pais. Ele relata: *"[...] meu único medo, não é medo, é receio da iniciação porque todo processo no início é muito difícil [...] ah, nos almoços de família, ter que estar corrigindo o pronome, de ter que explicar o que é sabe [...]"*.

Luto dos pais pelo/a filho/a imaginado

Nesta subcategoria, ficam evidentes as cinco áreas do processo de luto dos pais com filhas(os) trans (TESTONI; PINDUCCIU, 2019)

relacionadas com choque e negação, medo e impotência, raiva e desesperança, culpa e preocupações e ansiedade e culpa. No relato dos participantes, tais elementos ficam explícitos em algumas verbalizações, mas implícitos nas suas vivências diárias com familiares que estão passando pelo processo de luto do filho idealizado.

Fica evidente na entrevista de Aurora o quanto a mãe teve um impacto maior quando soube da orientação sexual do filho do que quando ela comunicaria, no futuro, que é trans. As informações que foram surgindo a partir desse momento já tiveram impacto menor, mas sabe que a mãe sofreu e se preocupou com ela. *"Mas eu digo que foi mais complicado pra ela foi a aceitação do fato de eu ser gay até então porque daí a transexualidade ela já tava mais "amaciada" digamos assim [...]."* Independente da condição de gênero verbalizada/comunicada aos pais/familiares, existe a necessidade de adaptação e aceitação da(o) filha(o) real e não idealizado: *"claro, foi estranho pra ela porque ela diz que ela vive uma espécie de um luto daí, ela perde o filho que ela tinha e passa a ter uma filha"*.

O participante Joe diz que os pais tinham uma menina idealizada como filha e com a notícia de que ele era na realidade uma pessoa trans os sonhos dos pais se desfizeram: *"Quando eu me assumi assim pro mundo – que daí eu publiquei coisa no Facebook – aí não tinha mais como esconder, né, dos outros que eu era eu, né! Que eu não era a menininha dos sonhos deles. Não tinha mais como esconder... Foi bem complicado."*

O participante Underwood também refere a surpresa: *"Foi só tipo a uma surpresa, 'mas espero que cê consiga fazer bem, que não te prejudique e faça do jeito que cê acha melhor', foi assim."*

O sofrimento e o luto pela(o) filha(o) imaginada(o) podem ser vividos em alguns casos. Quando nasce uma criança, nascem também inúmeras expectativas para a história dessa pessoa. Expectativas muitas vezes pautadas no gênero. Quando a pessoa não performa o gênero de acordo com as expectativas dos pais, costumam surgir sentimentos de perda e confusão sobre a identidade do/a filho/a, surgindo então o luto ambíguo, isto é, uma morte sem envolver morte física, processo em que precisam abandonar a imagem que conheciam, para conhecer a verdadeira identidade de seu familiar (WAHLIG, 2015).

O sofrimento e a negação dos pais estão presentes nos relatos dos participantes Beatriz e Calvin. A participante Beatriz afirma que o pai

nega seu gênero autopercebido quando escuta sua voz feminilizada a partir do tratamento hormonal e que ainda pensa que ela vai ser um menino: "*Ele ainda tem esperança de que um dia eu vou, meu Deus, vou me descobrir, que Deus vai me curar, que eu vou virar o macho alfa da casa. Tipo, eles tapavam o sol com a peneira, e depois que foi esfregado na cara deles, eles ainda continuaram tapando o sol com a peneira, o meu pai.*" Ela percebe que o pai está em um estado de negação e violência já que só a presenteia com roupas masculinas, negando sua identidade. *"Ele [pai] só me dá coisa masculina, sabe, é uma coisa que fica lá jogada, ele sabe que eu não uso, mas ainda assim ele me dá"*.

Calvin salienta a negação inicial da sua mãe sobre sua identidade: *"Eu andava que nem um guri, literalmente, mas ela tinha esperança que eu ia andar que nem uma menininha, usar batom, maquiagem, essas coisas"*. A participante Laura relata que os pais leram seu diário e viram como ela se enxerga e como simulam um estado das coisas anterior à descoberta: *"A questão é que minha mãe viu esse caderno e... mas isso é uma coisa que eu admiro bastante... eles, eles nunca foram violentos, né, eles sempre respiram e chamam, vem, conversa rapidinho alguma coisa pra depois tentar fingir que nada aconteceu e vamo tocar a vida, sabe?"*

A partir da percepção dos participantes, é notório que os familiares em algum momento tiveram dificuldade em reconhecer o gênero da(o) filha(o). Os participantes Beatriz e Joe referem como é difícil os familiares reconhecerem o nome escolhido por eles e a insistência de chamá-los pelo nome antigo ou por apelido depreciativo. *"A minha família, os que dizem aceitar, a maioria não faz questão nenhuma de tentar me chamar por Beatriz" (Beatriz). "Até hoje eles não me chamam pelo meu nome, eles me chamam por um apelido, por um apelido que no início meu pai criou pra ser algo pra zoar com a minha cara, pra depreciar" (Joe).* O participante Joe ainda relata que a mãe começou a tratar ele pelo nome que ele escolheu após uma tentativa de suicídio: "*Da última vez que eu tentei me matar, que até então ela não me tratava certo, não adianta, [...] aí tentei me matar, fui pro hospital, depois eu internei 3 meses no hospital psiquiátrico, aí ela começou a me tratar certo.*"

Violência e exclusão da família

A família é identificada como um dos primeiros e possíveis grupos de sociabilidade que promove um afastamento no momento em que as

pessoas trans começam o seu processo de afirmação de gênero. A impossibilidade de aceitação do grupo familiar faz com que os sujeitos fiquem em situação de vulnerabilidade social (MAGNO et al., 2018; SOUZA et al., 2015).

A partir da análise das entrevistas, a violência emergiu como subtema. A família tem ações deliberadamente atacantes e que prejudicam as pessoas trans de maneira física e psicológica. A participante Beatriz relata a expulsão de casa quando o pai descobriu sobre o seu perfil em uma rede social como mulher: *"Eu fiz o meu facebook, né, e eu não sei quem acabou vendo e mostrando pro meu pai, deu um "bafafá" em casa, meu pai encheu minha irmã e minha mãe de coisa, eu, principalmente, eu fui expulsa de casa... fiquei uns dois dias mais ou menos fora de casa, até que minha mãe disse pro meu pai que ou eu voltava ou quem ia sair era ela."*

A expulsão de casa é frequente na realidade de pessoas trans (SOUZA et al., 2015), entretanto, elas evitam falar sobre isso porque lhes causa grande sofrimento psíquico; assim, optam por calar para não relembrar a cena de violência.

O participante Joe revela a violência física e psicológica da família pela não aceitação da sua identidade, orientação sexual bem como da sua namorada. No momento de apresentar a namorada à família, a mãe reage com violência e o tranca, junto com a namorada, em um quarto, chama a polícia e a irmã mais velha, que é advogada, para tentar enquadrar a moça em algum tipo de contravenção: *"Minha mãe era, sempre foi uma pessoa que ela empunha medo batendo, tipo 'ah, se você tá fazendo algo que eu não quero, você vai parar comigo te batendo!', então ela tava me ameaçando, fazendo ameaças tipo, 'ó, se eu descobrir que você tá com uma menina você vai apanhar muito!' [...]E eu fui apresentar minha ex para ela como minha namorada e daí minha mãe surtou, trancou a gente dentro de casa e chamou a minha irmã mais velha, que é advogada."*

A violência com as pessoas trans no seio familiar envolve vários aspectos, desde a violência verbal e física até a violência sexual e expulsão de casa. É evidente a dificuldade de compreensão, respeito e aceitação das pessoas trans no sistema familiar, e quase metade das agressões sofridas por elas parte de pessoas da família (SILVA et al., 2016).

A exclusão da família é marcada também pelo distanciamento emocional entre os participantes e membros da família a partir do seu gênero autopercebido ser diferente do gênero designado ao nascimento. O participante Calvin relata que houve um distanciamento com os primos: *"Chegava nas férias, eu passava um mês na casa deles, [...] de jogar videogame, de ir na piscina [...] Depois que eu me assumi, literalmente sapatão, sumiram. [...] porque foi assim ó, foi aquela, literalmente, foi aquela peneira que aconteceu pra mim, no meu caso, na minha família."*

A participante Laura manifesta o quanto deseja estar mais próxima da família e espera em alguns anos poder contatar o entrevistador para poder contar da proximidade conquistada com a família: "*A realidade é que eu queria que fosse igual ao o que acontece com muitas que conseguem né, demora 5, 8, 10 anos, mas acaba, né [...] têm mulheres trans que falam tranquilamente, 'ó, agora eu vou ali na casa da minha mãe', 'tava lá na casa da minha mãe, a gente tava fazendo almoço'*."

As pessoas trans estão mais propensas a não receber apoio e suporte de suas famílias de origem por serem transgêneros. Essa não aceitação dos familiares mais próximos pode trazer experiências de violência, entretanto, as pessoas trans buscam ser tratadas em seus gêneros autopercebidos (WALTERS et al., 2017).

O participante Pedro falou sobre sua condição apenas para a irmã e não para os pais, embora eles tenham sido comunicados de que ele seja uma "lésbica bem masculina" nas palavras do participante. Para ele poderia haver um risco de negligência e distanciamento em relação a seus pais no momento de contar a eles: *"Eu acho que eles não estão preparados pra esse tipo de conversa, porque eu sei que eles vão se afastar até aceitar, aí vai ser aquela história, né, tipo, eu tentando me aproximar novamente e eles relutando"*. O participante Rodrigo tinha clareza, no momento da fala, de que, se não tivesse havido aceitação, haveria distanciamento e fala claramente para sua mãe: "*E eu falei para ela [mãe] 'independente se tu quer me apoiar ou se tu não vai me apoiar quanto a isso, se tu não me apoiar infelizmente a tendência é que a gente se afaste*".

As famílias de origem das pessoas trans, por vezes, têm expectativas irrealistas, negação da variação de gênero, falta de intimidade e retirada de apoio emocional. Nessa medida, há um distanciamento da família de origem, ressentimento crescente dos pais e

percepção de rejeição deles (CATALPA; MCGUIRE, 2018). Isso pode ser demonstrado a partir das entrevistas de Rodrigo e Sonic, nas quais os entrevistados destacaram como a falta de apoio pode estar presente e como isso influencia o seu próprio processo de afirmação de gênero. Rodrigo declara o sentimento de pressão sem o apoio familiar: *"O meu ponto fraco sempre foi a questão de não ter o apoio da família. Antes disso parece que tu tem uma tonelada nas tuas costas se tu não tem o apoio da família ou dos amigos."*

Sonic comenta sobre a impossibilidade da mãe vê-lo como homem e da tentativa dela de impor medo: "*Ela [mãe] falava que isso não era da natureza, 'isso aí é contra natureza', que Deus me fez assim, que era pra eu ser assim, que minha missão na terra era assim e era tudo isso, que não ia ter como eu ser menino, que isso era impossível [...] E foi isso, foi mais uma questão de, pra eu ficar com medo mesmo, pra eu não fazer.*" Sonic ainda declara a responsabilização que o pai atribuiu a ele pelo estado de saúde mental da mãe: *"Quando eu resolvi fazer tudo, eu liguei pra minha mãe e falei pra ela, daí expliquei tudo, né, como é que é o processo, o que iria acontecer com o meu corpo, com a minha voz, com tudo, e de início ela não aceitou, óbvio, e depois ela ficou meio que em depressão assim e meu pai meio que me culpou por isso."*

Tema II: Ações afirmativas de gênero na família

O segundo tema é caracterizado por processos e situações que se passam em um estágio de processamento maior e que necessitam de mudança na dinâmica familiar que envolva uma aceitação do gênero autopercebido dos entrevistados. Os participantes demonstraram que o processo de aceitação da sua identidade trans pelas suas famílias de origem foi realizado de maneira gradual e em etapas. Além disso, referiram ações dos integrantes da família de apoio no tocante a sua identidade e ao processo de afirmação de gênero que estavam passando.

Processo gradual de aceitação

A partir das entrevistas também emergiu a percepção dos participantes de que a comunicação e posterior aceitação da família sobre o seu gênero autopercebido é um processo gradual. Na visão do participante Calvin, é um processo lento e difícil para a família: *"Ainda é*

um processo lento pra ela [mãe] mesmo também se adequar, porque, agora depois de 3 anos fazendo a hormonização, agora que ela me chama pelo masculino [...], eu sei quanto é complicado isso pra elas [mãe e vó], que me criaram, mas, assim... ela tá se puxando!"

O processo de aceitação dos familiares é facilitado quando há busca por informações e ajuda para entender a situação que a(o) filha(o) está passando, bem como ser um processo gradual para a família (SILVA et al., 2018; BRAZ et al., 2020).

A transformação corporal também é um fator que ajuda os familiares a conceber a(o) filha(o) tendo um gênero diferente daquele designado ao nascimento (BRAZ et al., 2020). Para os participantes Isabele, Joe e Rodrigo, trata-se de um processo gradual tanto para a família quanto para eles. *"É, foi de pulinho em pulinho, sabe? Não foi num soco assim."* (Isabele). *"E aí tudo foi melhorando aos poucos assim, tudo é uma questão de degraus né"* (Joe). *"Então, foi um trabalho de formiga, um pouquinho a cada dia, vai acrescentando uma mudança, uma conversa ali, outra aqui. Aí veio a questão da terapia hormonal que ajudou bastante na aceitação.... É um trabalho de longo prazo, não é do dia para a noite que eles vão me chamar pelo nome que eu me identifico"* (Rodrigo).

Pessoas trans passam por um processo de estigma: são rotuladas e estereotipadas. Esse processo se passa de maneira estrutural nas normas sociais, nas interações interpessoais no dia a dia e em nível individual nas crenças e nos comportamentos (HUGHTO et al., 2015). O participante Rodrigo declara que a família, a princípio, se mostrou aversa sobre sua identidade e algo que ajudou muito a família foi perceber que a essência era a mesma: *"A partir do momento que eu falei para eles 'eu sou trans, me chamo Rodrigo' e eles viram que mudei o nome, mas nunca mudei a minha essência, minha personalidade... quando eles entenderam essa questão, foi um alívio para eles, né? Porque por mais que eu mudasse fisicamente, eu não ia mudar minha personalidade, minha essência do que eu sempre fui. Isso ajuda bastante."*

Apoio familiar

As pessoas entrevistadas destacaram o apoio para o processo de afirmação de gênero e o reconhecimento de seu gênero autopercebido. O

participante Calvin declara que, apesar de nunca ter dito oficialmente para a mãe que era uma pessoa trans, ele contou que iria iniciar a hormonização, mesmo com a percepção de a mãe estar reticente em relação a isso. Em um segundo momento, a mãe se prontificou para fazer as injeções e isso o deixou feliz: "*Minha primeira aplicação foi um dia maravilhoso na minha vida, minha mãe sempre fez minhas injeções, ela marcava o dia que eu tenho que tomar e tudo pra mim, se falta, uns dias antes ela me lembra até de comprar se precisa, ela sempre é meu reloginho, não tenho nada que reclamar dela.*"

Os participantes João e Lavínia relatam o apoio familiar recebido no processo de afirmação de gênero e a relevância desse apoio para lidar com as mudanças necessárias. A importância do apoio da família de origem impulsiona o desenvolvimento de ações afirmativas do gênero autopercebido, bem como promovem o acolhimento e a segurança familiar (PUCKETT et al., 2019).

A participante Lavínia fala do suporte recebido durante o seu processo: *"Eu falo assim pelos meus pais, eles foram quem sempre me deram suporte, foram quem me deram os seios, foram quem me ajudaram a ir pra Porto Alegre. E o resto da família, não. Foi uma dificuldade enorme"*. O participante João comenta que, quanto mais se evidenciava o masculino, mais fácil era para a família sua identidade, sem deixar de lado o apoio recebido: *"No início, foi um pouco difícil para todo mundo, mas eles sempre me apoiaram muito, assim. Eu não posso me queixar em nada deles, que sempre foram muito incríveis [...] Quanto mais eu aparentava ser masculino, ficou mais fácil. E hoje em dia, então, não posso me queixar de nada mesmo, porque são incríveis, sempre me apoiaram em tudo.*"

O mesmo entrevistado ainda relata o momento da comunicação aos familiares e da compreensão e carinho recebidos, o que proporcionou a diminuição do seu sofrimento e uma sensação de ser confortado. Além disso, ele também relatou que gostaria de ser batizado com um nome escolhido pela família: *"Eu falei assim que eu não sabia quem que eu era [...] e que aquilo tava me sufocando e daí todo mundo me abraçou sabe, ficou super me apoiando assim, que iriam ta comigo independente do que acontecesse, que eu podia contar, [...] pra ver se elas podiam me ajudar e a partir dali se tornou mais fácil sabe[...] e depois de um tempo eu disse: 'olha a gente precisa escolher um nome e eu não quero escolher sozinho, eu quero ajuda'.*"

Quanto maior o apoio familiar e a proximidade emocional com a família (FULLER; RIGGS, 2018) maior será a resiliência, menores serão os níveis de aflição, de ansiedade e depressão. Os autores ressaltam que o apoio da família é essencial para que a saúde mental e a resiliência social possam se efetuar na vida da pessoa trans. Os participantes Isabele, Bruce, Aurora e Felipe mencionam a importância da aceitação e sensibilidade no processo de afirmação de gênero.

Isabele relata que não precisou falar para a mãe que era uma pessoa trans, porque sua mãe entendeu e a apoiou: *"Quando eu comecei realmente a transição de menino pra menina, eu não precisei falar pra ninguém que eu queria ser uma menina. Eu fui aos pouquinhos, sabe, fui botando uma roupa diferente, botava uma calça jeans de menino e uma blusinha de menina, sabe, aí as calcinhas... Aí a minha mãe já deixou de comprar roupas masculinas pra comprar roupas femininas, ela já foi entendendo que eu não queria ser um menino gay, eu queria ser uma transexual."*

Aurora comenta que a relação com a mãe é marcada por apoio e por uma relação mãe-filha: *"Hoje em dia ela super apoia qualquer coisa que eu queira fazer, hoje em dia a nossa relação é de mãe e filha mesmo. Ela me olha e diz: 'ai eu nem lembro que tu é uma pessoa trans, pra mim é minha filha e pronto, sempre tive uma filha'."*

No caso do participante Bruce, a mãe e a irmã são apoiadoras incondicionais de sua identidade: *"Minha mãe e minha irmãzinha que são coisas incríveis assim, nossa se eu chegasse e falasse que eu era um alienígena e que eu queria que elas respeitassem, eu acho que elas respeitavam assim é elas são, bem amor de família mesmo né."* Felipe refere que a mãe o incentivou tanto que isso foi o propulsor para iniciar sua hormonioterapia: *"[...] ela me incentivou tanto que, com 20 anos, eu decidi que eu ia buscar ajuda"*.

Considerações finais

O processo de afirmação de gênero é complexo, multifacetado e envolve diferentes âmbitos para a pessoa transgênero (TURBAN; KEROUGHLIAN, 2018). Durante este processo e até mesmo antes, muitos sujeitos trans o comunicam (in)diretamente à família. Trata-se de um fenômeno ainda pouco estudado e de importância ressaltada por este estudo. Isso se dá principalmente pelo início recente da temática

transgênero ter espaço expressivo na mídia, no meio jurídico e em espaços que não sejam estigmatizados ou ainda com transfobia.

Este estudo demonstrou a complexidade da relação da pessoa trans e da sua família de origem. Essa relação pode ser marcada a partir da instabilidade inicial com o receio e o medo das pessoas trans contarem aos seus familiares, bem como o luto, as práticas de violência e o distanciamento afetivo dos pais com relação aos filhos. Entretanto, as relações com a família também são caracterizadas por novos arranjos familiares marcados pelo processo gradual de aceitação e o apoio dos membros familiares para identidade da pessoa trans bem como do seu processo de afirmação de gênero. No relato dos participantes do estudo, fica evidente a relevância da aceitação dos pais para uma melhor qualidade de vida das pessoas trans.

Acredita-se que nossa contribuição com esta produção possa desenvolver conhecimento científico para auxiliar famílias, profissionais da saúde e instituições a apreenderem uma realidade que, por muito tempo, ficou à margem da visibilidade e representatividade, além da marca da vulnerabilidade biopsicossocial. Este artigo teve como propósito um foco exploratório e tem ciência da sua limitação, uma vez que seus participantes caracterizam apenas o norte gaúcho. Espera-se que esta publicação possa inspirar mais estudos sobre as repercussões na família sobre pessoas trans, em especial, aos pais e suas percepções sobre o processo.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5.** 5 ed. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2014.

BRAZ, Denise Garrido de Carvalho; REIS, Maycon Barros; HORTA, Ana Lúcia de Moraes; FERNANDES, Hugo. Vivências familiares no processo de transição de gênero. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 33, n. 20190251, p. 1-8, 2020. Acta Paulista de Enfermagem. http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2020a00251.

BRUMBAUGH-JOHNSON, Stacey M.; HULL, Kathleen E.. Coming Out as Transgender: navigating the social implications of a transgender identity. **Journal Of Homosexuality**, [S.L.], v. 66, n. 8, p. 1148-1177, 27 jul. 2018. http://dx.doi.org/10.1080/00918369.2018.1493253

CATALPA, Jory M.; MCGUIRE, Jenifer K.. Family Boundary Ambiguity Among Transgender Youth. **Family Relations**, [S.L.], v. 67, n. 1, p. 88-103, 16 jan. 2018. Wiley. http://dx.doi.org/10.1111/fare.12304

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **RESOLUÇÃO Nº 466**: Resolução contendo diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 05 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **RESOLUÇÃO Nº 510**: Resolução sobre as normas envolvendo seres humanos no contexto de pesquisa científica. 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf Acesso em: 05 mar. 2023.

FULLER, Kimberly A.; RIGGS, Damien W.. Family support and discrimination and their relationship to psychological distress and resilience amongst transgender people. **International Journal Of Transgenderism**, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 379-388, 2 out. 2018. http://dx.doi.org/10.1080/15532739.2018.1500966

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. In: GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Cap. 12.

GROSSI, M. P. Identidade de gênero e sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, p.1-18, 1998.

HUGHTO, Jaclyn M. White; REISNER, Sari L.; PACHANKIS, John E.. Transgender stigma and health: a critical review of stigma determinants, mechanisms, and interventions. **Social Science & Medicine**, v. 147, p. 222-231, dez. 2015. http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.11.010

MAGNO, Laio; DOURADO, Inês; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos da. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 5, p. 1-12, 28 maio 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00135917

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017. Disponível em: https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/82/59 Acesso em: 05 mar. 2023.

PUCKETT, Jae A.; MATSUNO, Emmie; DYAR, Christina; MUSTANSKI, Brian; NEWCOMB, Michael E.. Mental health and resilience in transgender individuals: what type of support makes a difference?. **Journal Of Family Psychology**, [S.L.], v. 33, n. 8, p. 954-964, dez. 2019. http://dx.doi.org/10.1037/fam0000561

SILVA, Glauber Weder dos Santos; SOUZA, Emanoel Fhilipe Leite; SENA, Romeika Carla Ferreira de; MOURA, Izabella Bezerra de Lima; SOBREIRA, Maura Vanessa Silva; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 1-7, jun. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.56407

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, ago. 2019. http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67

SOUZA, Martha Helena Teixeira de; MALVASI, Paulo; SIGNORELLI, Marcos Claudio; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00077514

TESTONI, Ines; PINDUCCIU, Manuela Anna. Grieving those Who Still Live: loss experienced by parents of transgender children. **Gender Studies**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 142-162, 1 dez. 2019. http://dx.doi.org/10.2478/genst-2020-0011

TURBAN, Jack L.; KEUROGHLIAN, Alex S.. Dynamic Gender Presentations: understanding transition and ⁖de-transition⁖ among transgender youth. **Journal Of The American Academy Of Child & Adolescent Psychiatry**, [S.L.], v. 57, n. 7, p. 451-453, jul. 2018. http://dx.doi.org/10.1016/j.jaac.2018.03.016

WAHLIG, Jeni L. Losing the child they thought they had: therapeutic suggestions for an ambiguous loss perspective with parents of a transgender child. **Journal Of Glbt Family Studies**, v. 11, n. 4, p. 305-326, 6 nov. 2014. http://dx.doi.org/10.1080/1550428x.2014.945676

WALSH, Froma. **Processos normativos da família: Diversidade e complexidade**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2016.

WALTERS, Mark A.; PATERSON, Jennifer; BROWN, Rupert; MCDONNELL, Liz. Hate crimes against trans people: assessing emotions, behaviors, and attitudes toward criminal justice agencies. **Journal Of Interpersonal Violence**, [S.L.], v. 35, n. 21-22, p. 4583-4613, 27 jun. 2017. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/0886260517715026

Transgender people experiences with their families of origin

ABSTRACT: Transgender perception about the experiences of their families of origin is a wispy studied object of study. This paper aims to investigate the perceptions of transgender people and their process of gender affirmation in the family context. It is a qualitative, exploratory and transversal study. Interviews were held with 14 participants between 20-30 years old in the Northern state of Rio Grande do Sul. A semi-structured interview script and a sociodemographic data format were used. Data analysis was executed with a thematic analysis proposal. Two themes emerged: initial processes of family adjustment and gender affirmation process actions inside the family group. These processes and these situations lead to a new family rearrangement. It is concluded that the perceptions of the experiences of transgender people with their families are complex and multifaceted, involving different processes, both positive and negative to the transgender person. It is expected that, with this study, families, institutions and health professionals can benefit to carry out affirmative care and support actions with this population.

KEYWORDS: Family. Family relations. Transgender people.

***Élvis HERRMANN BONINI**, Atitus Educação*

Psicólogo, psicanalista (Constructo Instituição Psicanalítica), mestre em Psicologia (Atitus Educação), especialista em Ciências Sociais (UPF – Universidade de Passo Fundo). Porto Alegre/RS, Brasil.

https://orcid.org/0000-0003-4514-9477

***Isadora CECHIN FILIPIACK**, Atitus Educação*

Psicóloga pela Atitus Educação (Passo Fundo/RS). Especialista em Terapia Sistêmica Individual, Conjugal e Familiar e Especialista em Sexologia Clínica pelo Centro de Estudos do Indivíduo e da Família

(CEFI). Seu foco de pesquisa são as temáticas de diversidade sexual e de gênero, sexualidade, relações familiares e conjugais.

https://lattes.cnpq.br/2236152016961817

***Cláudia Mara BOSETTO CENCI**, Atitus Educação*

Doutora em Psicologia Clínica (PUC-RS), mestre em Psicologia Social (PUC-RS). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia e da graduação em Psicologia da Atitus Educação (Passo Fundo/RS, Brasil).

https://orcid.org/0000-0001-9998-2339

Recebido em: 15/01/2025

Aprovado em: 03/09/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Violências experimentadas por mulheres transgêneras migrantes venezuelanas no Brasil

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida, *Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*
Sara Fiterman Lima, *Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*
Helena Moraes Cortes, *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*
Liliana Janeth Gómez Aristizábal, *Universidad CES*
Zeni Carvalho Lamy, *Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*

Resumo. Mulheres transgêneras venezuelanas fogem da crise e da transfobia em seu país e têm o Brasil como destino buscando proteção legal. Contudo, após ingressarem no território brasileiro, confrontam-se com uma série de adversidades, envolvendo diversas formas de violência. Com isto, o objetivo deste estudo foi analisar as violências experimentadas no Brasil por mulheres transgêneras migrantes venezuelanas. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado em Manaus e Boa Vista, com transgêneras migrantes venezuelanas. Foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas individuais on-line e três grupos focais presenciais, totalizando 34 entrevistadas. Foi realizada análise temática reflexiva. Os dados foram categorizados em: 1) Violência (cis)cultural: ultrapassando territórios e esmagando sonhos e (trans) expectativas, que aborda a violência decorrente de diferenças culturais e a supressão das aspirações dessas mulheres; 2) Violência interpessoal: a discriminação fazendo danos físicos, que explora as agressões físicas e discriminações vivenciadas em diversos contextos; 3) Estratégias adotadas como forma de enfrentamento da violência, onde se evidenciam as estratégias adquiridas para lidar com a violência que enfrentam. Concluiu-se que a interseccionalidade, na qual envolve ser migrante, pobre e mulher transgênera faz com que essas mulheres enfrentem muitas situações de vulnerabilidade, incluindo novas formas

de violência, com poucos recursos para enfrentá-las, apesar de reconhecerem a discriminação e a transfobia como causas principais.

PALAVRAS-CHAVE: Migração Internacional. Mulheres trans. Saúde Pública. Transfobia

Introdução

Desde 2014, a Venezuela tem enfrentado uma grande crise que abrange a esfera econômica, política e social. Nessa realidade complexa, a população venezuelana tem optado em grande número por migrar, com o intuito de buscar condições de vida mais promissoras. Assim, mais de 6,5 milhões de migrantes e refugiados provenientes da Venezuela se mobilizaram em direção a dezessete nações latino-americanas, em busca de salvaguardar seus direitos (RV4).

Diante da persistência da crise venezuelana, a migração deixou de ser uma resposta temporária para se tornar uma experiência prolongada, marcada pela dificuldade de reconstruir a vida em outro território. Muitos desses deslocamentos já ultrapassam três anos, sem que haja perspectivas concretas de retorno, inserção nas comunidades de acolhimento ou reassentamento em condições estáveis. Esse quadro é reconhecido como deslocamento prolongado, expressão que descreve contextos em que a mobilidade forçada se estende indefinidamente, sem que soluções duradouras sejam alcançadas (OIM, 2019).

Nesse cenário, o Brasil tem se apresentado como um dos principais destinos para pessoas em deslocamento prolongado, especialmente para aquelas pertencentes à população LGBTQIAPN+, composta por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexos, Assexuais e outras identidades dissidentes. Entre elas, muitas mulheres transgêneras escolhem migrar ao Brasil pela "suposta" não criminalização de suas existências e por dispor de alguns mecanismos legais contra a LGBTIfobia (França, 2017). Entretanto, ainda que existam mecanismos legais de proteção, a vivência da transgeneridade no espaço público brasileiro permanece marcada por discriminação e violência. Trata-se de um grupo com vulnerabilidade ampliada, particularmente no que se refere ao risco de morte precoce.

Destacando-se que em 2024, foram registrados 122 assassinatos de pessoas transgêneras no país, das quais 117 eram travestis e mulheres transexuais (Benevides, 2024). Além disso, destaca-se que não há dados oficiais que discriminarizem especificamente as mortes de pessoas trans estrangeiras, como as venezuelanas, no Brasil.

Ainda assim, para muitas mulheres transgêneras venezuelanas, a migração para o Brasil surge como uma tentativa de preservar a própria integridade física e psíquica. Isso porque, além da crise generalizada que atravessa o país, a Venezuela não dispõe de medidas institucionais que garantam a segurança da população LGBTQIAPN+. A ausência de políticas protetivas tem contribuído para o aumento da violência homofóbica e, sobretudo, transfóbica, especialmente contra mulheres transgêneras. Organizações de direitos humanos denunciam, inclusive, a ocorrência de abusos, detenções arbitrárias e outras graves violações de direitos (Anistia Internacional, 2023).

Diante desse contexto, torna-se fundamental compreender as experiências de mulheres transgêneras no processo migratório, especialmente frente à escassez de estudos que considerem os marcadores de gênero e sexualidade nas análises sobre deslocamentos forçados. Como indicam França e Fontgaland (2020), a produção acadêmica tende a invisibilizar trajetórias que escapam às normatividades, silenciando vivências atravessadas por múltiplas vulnerabilidades. Assim, este estudo teve como objetivo analisar as experiências de violência vividas por mulheres transgêneras venezuelanas em deslocamento prolongado para o Brasil, contribuindo para ampliar a compreensão sobre os atravessamentos entre migração, identidade de gênero e violência, oferecendo subsídios para práticas sociais mais atentas à complexidade que envolve esses deslocamentos.

Metodologia

Estudo de abordagem qualitativa, que faz parte de pesquisa multicêntrica intitulada: “Necessidades e desafios relativos à saúde sexual e reprodutiva de mulheres adultas e adolescentes migrantes”, liderada pela Universidade de Southampton na Inglaterra, sendo aplicada na Colômbia, México, El Salvador e Brasil, onde teve parceria com a Universidade Federal do Maranhão e Fundação Oswaldo Cruz no Brasil, cujo propósito é analisar saúde sexual e reprodutiva de mulheres migrantes venezuelanas adultas e adolescentes.

Os dados foram coletados entre maio e setembro de 2021 nas cidades de Boa Vista - Roraima e Manaus - Amazonas, que foram escolhidos por agregarem um contingente relevante de venezuelanos, e considerando suas proximidades geográficas com Pacaraima (fronteira com a Venezuela) e/ou sendo um local de destino e passagem importante na rota da migração.

A amostra foi do tipo intencional, cujos critérios de inclusão foram ser mulher transgênera, venezuelana, em deslocamento prolongado (Flick, 2009). O número final de participantes foi definido pelo critério de saturação, entendido como o momento em que o incremento de novas observações não produz aumento significativo de informações (Fontanella; Magdaleno Junior, 2012).

Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de entrevistas individuais semiestruturadas, realizadas à distância através da plataforma Teams devido a pandemia de Covid-19, com um total de nove entrevistas com média de duração de quarenta minutos, e três grupos focais presenciais, no arrefecimento da pandemia, com 25 participantes, e média de uma hora e meia de duração (Aschidamini; Saupe, 2004; Minayo, 2002). As entrevistas foram conduzidas por quatro pesquisadores doutores com experiência em estudos qualitativos, com o apoio de mulheres migrantes centro-americanas bilíngues (espanhol-português), para suporte linguístico e cultural durante a comunicação com as entrevistadas. Foram realizadas em espanhol, para facilitar a compreensão e expressão das participantes, e posteriormente transcritas por tradutores em espanhol e português.

A análise dos dados foi conduzida com base na Análise Temática Reflexiva de Braun e Clarke (2012), método teoricamente flexível que admite a orientação por referenciais conceituais previamente definidos. Assim, adotou-se uma abordagem teoricamente informada, utilizando as categorias de violência cultural e violência interpessoal propostas por Minayo (2014), cuja contribuição é reconhecida no campo da saúde coletiva e na análise crítica das expressões da violência. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 35617020.9.1001.5087), conforme a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, sendo assegurados o sigilo, o consentimento livre e esclarecido e condições adequadas de participação.

Resultados

Foram entrevistadas 34 mulheres transgêneras, com idades entre 17 e 46 anos. A maioria se autodeclarou parda, solteira, sem renda, migrou desacompanhada e, embora possuísse documentação no Brasil, os documentos não refletiam seus nomes sociais (Quadro 1). Tais características revelam camadas de fragilidade social e econômica que se entrelaçam à identidade de gênero. Uma leitura interseccional permite compreender como esses marcadores reforçam a exclusão e o isolamento social. Senna (2021) destaca que a solidão é uma constante na trajetória de mulheres transgêneras negras e periféricas, manifestando-se de forma estruturante em suas experiências. França e Fontgaland (2020), ao analisarem o contexto de mulheres trans refugiadas em Pacaraima e Boa Vista, também apontam para condições de vida extremamente precárias, marcadas pela marginalização, ausência de oportunidades de trabalho e rejeição tanto por brasileiros quanto por compatriotas venezuelanos.

Participantes das entrevistas individuais								
Código	Idade	Cor da pele	Situação conjugal	Renda total	Data que chegou no Brasil	Com quem migrou	Situação no Brasil	Nome social nos documentos brasileiros
MT_1	19	Parda	Solteira	Sem renda	22/12/20	Amiga	Refugiada	Não
MT_2	19	Parda	Solteira	Sem renda	22/12/20	Amiga	Portadora somente do CPF	Não
MT_3	25	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	22/10/19	Sozinha	Residência temporária	Sim
MT_4	28	Branca	Solteira	Até 1 salário mínimo	12/01/20	Prima	Portadora somente do CPF	Não
MT_5	39	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	08/04/18	Não informado	Residência permanente	Não

MT_6	28	Parda	Solteira	Até salário mínimo	23/01/18	Não informado	Refugiada	Não
MT_7	22	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	09/08/18	Amiga	Residência permanente	Não informado
MT_8	36	Branca	Solteira	Até 1 salário mínimo	10/10/18	Sozinha	Portadora somente do CPF	Não
MT_9	23	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	20/12/20	Sozinha	Portadora somente do COF	Não
Participantes dos grupos focais								
GFLGBT_M1	46	Parda	União consensual	Até 1 salário mínimo	20/01/20	Companheiro	Refugiada	Não
GFLGBT_M2	25	Parda	Solteira	Até 1 salário mínimo	25/08/21	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M3	32	Parda	União consensual	Sem renda	19/08/21	Não informado	Refugiada	Não
GFLGBT_M4	26	Preta	Solteira	Sem renda	25/01/20	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M5	19	Preta	Solteira	1 a 3 salários mínimos	26/03/21	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M6	19	Preta	Solteira	Sem renda	23/08/21	Amiga	Refugiada	Não
GFLGBT_M7	23	Preta	Solteira	Sem renda	23/05/21	Não informado	Residência temporária	Não

GFLGBT_M8	22	Preta	Solteira	Sem renda	15/01/21	Não informado	Residência permanente	Não
GFLGBT_M9	27	Preta	Solteira	Sem renda	01/21	Sozinha	Residência permanente	Não
GFLGBT_M10	20	Preta	Solteira	Até 1 salário mínimo	12/02/21	Não informado	Refugiada	Não
GFLGBT_M11	22	Preta	Solteira	Sem renda	12/12/20	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLGBT_M12	22	Parda	Solteira	1 a 3 salários mínimos	12/10	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLGBT_M13	25	Parda	Casada	Sem renda	18/05/18	Amiga	Refugiada	Sim
GFLGBT_M14	22	Preta	Solteira	Sem renda	15/02/21	Amiga	Refugiada	Não
GFLGBT_M15	23	Parda	Solteira	Sem renda	02/21	Não informado	Residência temporária	Sim
GFLGBT_M16	24	Parda	Viúva	Até 1 salário mínimo	01/21	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M17	28	Parda	União consensual	Sem renda	05/02/21	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLGBT_M18	25	Parda	Solteira	Sem renda	20/02/21	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLGBT_M19	24	Parda	Solteira	Sem renda	19/12/20	Não informado	Residência temporária	Não
GFLGBT_M20	36	Parda	Solteira	Sem renda	20/12/20	Sozinha	Refugiada	Não
GFLGBT_M21	19	Branca	Solteira	Sem renda	30/09/20	Sozinha	trânsito	Não
GFLGBT_M22	19	Branca	Solteira	Sem renda	13/06/20	Sozinha	Refugiada	Sim

GFLGBT_23	25	Parda	Casada	Sem renda	30/01/21	Sozinha	Residência temporária	Não
GFLBT_M24	17	Parda	União consensual	Sem renda	28/08/21	Parceiro	Refugiada	Não
GFLGBT_M25	24	Branca	União consensual	Sem renda	28/08/21	Parceiro	Refugiada	Não

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O nome social carrega dimensões afetivas, subjetivas e políticas, sendo uma expressão fundamental da identidade de gênero e, ao mesmo tempo, um instrumento de afirmação da cidadania e da dignidade humana (Mota *et al.*, 2022; Nunes *et al.,* 2020). No Brasil a Resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, regulamenta o uso do nome social e reconhece a identidade de gênero de pessoas trans e travestis. Além disso, em 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito das pessoas transgêneras de alterar o nome e gênero nos documentos de identificação (Brasil, 2015; Brasil, 2018).

Apesar desses avanços normativos, mulheres trans migrantes ainda enfrentam dificuldades persistentes na regularização documental. A ausência do nome social em seus registros decorre de múltiplos fatores, como a desinformação por parte das próprias usuárias, o despreparo dos órgãos públicos e a burocracia agravada pelo intenso fluxo migratório. Mesmo quando há previsão para inclusão do nome social, é comum que os documentos sejam emitidos com base no sexo biológico, reforçando constrangimentos cotidianos e barreiras no acesso a direitos. Além disso, a oferta de informações desatualizadas ou imprecisas sobre os procedimentos de correção documental contribui para a manutenção de situações de exclusão e invisibilidade (OIM, 2020; Rocha;Ribeiro, 2018).

Violência (cis)cultural: ultrapassando territórios e esmagando sonhos e (trans)expectativas

As entrevistadas relataram vivências constantes de situações de violência, onde os seus agressores eram brasileiros e ainda outros venezuelanos migrantes, que as discriminavam e praticavam ações preconceituosas, como ofensas e intimidações, nos diversos ambientes como o trajeto migratório, as ruas e os abrigos no Brasil.

> "Lamentavelmente, não pertencíamos àquele lugar porque havia muito preconceito e era muito difícil. Porém, não fazíamos nada além de dormir, ficávamos em nossos quartos para evitar qualquer tipo de desprezo, discriminação ou preconceito (MT_1)."

> "Nós moramos muito tempo na rua e foi difícil, como eu lhe explico? Porque a discriminação era tão forte... a homofobia (MT_1)."

Diante dos relatos das mulheres transgêneras, foi possível de ser analisado que havia uma violência que persistia para elas, na qual se apresentava de diferentes maneiras, não se limitando ao país de origem, mostrando que não se tratava únicamente de regras locais da Venezuela ou algo particular dos seus agressores, mas sim, na maneira como era estabelecida uma relação entre a sociedade e estas mulheres. Dessa maneira, tais práticas foram consideradas manifestações de uma violência cultural, que consiste em qualquer forma de discriminação e preconceito, geralmente visto como algo natural, e repercutindo em exclusão, recharçamento e humilhação (Minayo, 2014).

Para Butler (2019), mulheres e minorias sexuais estão mais expostas à violência em virtude de normas sociais que desumanizam seus corpos, tornando suas vidas mais vulneráveis e sujeitas a um extermínio naturalizado. Lôndero, Reis e Mewes (2024) destacam que, embora as taxas de violência contra pessoas transgêneras sejam alarmantes, há subnotificação sistemática dos casos, o que configura uma forma de discriminação institucional e omissão do poder público. Ademais, não há registros oficiais que considerem o status migratório em casos de violência contra mulheres transgêneras, o que reforça o quadro de invisibilidade e desamparo vivenciado por essa população.

Em adição, as mulheres transgêneras entrevistadas também trouxeram vivências de humilhações, perseguições, ameaças e

hostilização como parte de suas rotinas, fazendo com que vivessem em perigo iminente e constante.

> "Estou ameaçada. Sinto-me bem, mas, para conseguir sair na rua, comemorar, trabalhar, passear, ser livre como eu quiser...devido a isso, à essa ameaça que eu recebi, isso não tem permitido que eu saia na rua e ser como eu quero ser (GFLGBT_M5)."

> "Jesus, na rodoviária, se íamos para lá as pessoas gritavam 'mate!', e com as grosserias e estupidezes: 'Duas bichas. Viados', e viemos para cá, foi igual, ou seja, só tínhamos um horário para tomar banho às 5 da tarde, se fosse depois das cinco ou antes das cinco a gente não tomava banho (GFLGBT_M18)."

Percebeu-se como a violência cultural vivenciada rotineiramente impossibilitava o alcance mínimo de bem-estar, uma vez que as entrevistadas lidavam constantemente com discriminações relacionadas à sua identidade de gênero, o que intensificava a precarização já imposta pela migração. A transfobia, nesse contexto, constitui um elemento estruturante da exclusão social. Segundo Podestá (2019), trata-se de um ataque direcionado não apenas a pessoas transgêneras, mas a todos que rompem com os padrões de coerência entre sexo e gênero exigidos pela cisgeneridade. Essa violência se expressa de forma heterogênea, explícita ou sutil, tanto nas relações interpessoais quanto na forma como se produz ciência e discurso social.

Para Sánchez-Fuertes *et al.* (2021), a transfobia se apresenta como realidade transversal à vivência de mulheres trans em múltiplos contextos geográficos. Nesse sentido, é importante distinguir transfobia de homofobia (termo citado por algumas entrevistadas), pois enquanto a homofobia diz respeito à discriminação baseada na orientação sexual, a transfobia refere-se especificamente à rejeição da identidade de gênero trans, manifestando-se em rejeição social, simbólica e institucional (Facchini; França, 2020; Bento, 2006).

Contudo, ao chegarem no Brasil deparam-se com uma realidade bem diferente da esperada, onde persistiam as práticas de preconceito e transfobia. Assim, as entrevistadas reconheceram que ainda viviam uma vulnerabilidade persistente e que seguiam com medo da morte.

> "E ainda mais para nós, a maioria somos da comunidade LGBTI, mulheres trans, e na rodoviária é um lugar com muito machismo, homofobia, então chegar em Boa Vista, onde existe um sonho e encontrar uma realidade diferente, é uma comoção muito grande (GFLGBT_M1)."

> "Obviamente me falaram que o Brasil é um país que atualmente tem decretado muitas leis que nos beneficiariam, mas ainda é um dos países do mundo onde existe muita homofobia, onde existem muitas mortes, de ataque contra nós (GFLGBT_M2)."

> "É verdade que quando todos tomaram a decisão de vir para o Brasil, todos pensavam: Brasil é um mundo onde não há discriminação, não há homofobia, nem nada, onde poderei fazer minha vida, vou ser feliz, vou fazer o que eu quiser. Então, chegar aqui de verdade foi um grande impacto quando não é concebível, muito machismo e muita discriminação (GFLGBT_M12)."

Diante dos relatos das participantes, evidencia-se o impacto ao perceberem que não estavam protegidas do machismo e da discriminação no Brasil. O sonho de encontrar uma realidade distinta foi desfeito, pois os ataques às suas existências persistiram, gerando intenso sofrimento, já que a possibilidade de expressarem suas identidades de gênero permaneceu ameaçada, resultando em frustração profunda e imediata.

Estudos apontam que, no contexto pós-migratório, mulheres transgêneras enfrentam condições agravadas de vulnerabilidade, com alta incidência de permanência em situação de rua e dificuldades no acesso à serviços de saúde e assistência social. Esses entraves não decorrem apenas de falhas operacionais, mas refletem uma transfobia institucionalizada, presente inclusive entre os gestores dos dispositivos de acolhimento. Mais uma vez, ratifica-se a violência cultural a que essas

mulheres são sistematicamente submetidas (França; Fontgaland, 2020; Silva, 2025).

As falas das entrevistadas também revelaram episódios de xenofobia, marcados por discriminação devido à nacionalidade venezuelana. Essa violência evidencia uma vulnerabilidade interseccional, agravada pela sobreposição entre identidade de gênero e condição migratória, aprofundando os mecanismos de exclusão vivenciados por essas mulheres.

> "Porque de fato aqui já sofri no meu trabalho com uma brasileira que falava que eu tinha que retornar para meu país. Que eu era venezuelano e o venezuelano tem que retornar ao seu país porque o venezuelano é safado, é um pilantra, tudo isso enquanto eu falava com ela em português. Eu lhe disse que ela não podia julgar o livro pela capa, porque não todos nós somos iguais, existem venezuelanos bons, e assim como existem brasileiros bons, há maus também (MT_3)."

> "O que a gente vive na rua. Bom, o maltrato, mais que tudo o maltrato, nem todo mundo te trata bem à noite assim, você entende o que quero dizer, e quando descobrem que o sotaque e a língua não são iguais, te expulsam. Mas eu sempre sei lidar com isso, sabendo tratar as pessoas com humildade, sempre se dá a volta, e eles perguntam o porquê a gente sai da Venezuela e falam que a gente está morrendo de fome (MT_8)."

Ser trans e migrante expõe essas mulheres a uma sobreposição de estigmas, em que a identidade de gênero dissidente e a condição migratória se articulam, fazendo com que sejam percebidas não apenas como transgressoras das normas binárias, mas também como corpos indesejáveis e criminalizáveis. Essa lógica de exclusão opera dentro do que Butler (2015, 2021) denomina como enquadramentos sociais que determinam quais vidas são reconhecidas como dignas de luto e proteção, e quais permanecem vulneráveis à violência e ao apagamento. Trata-se de uma produção de alteridades perigosas que, como aponta Foucault (2014), são geridas por dispositivos de controle e punição.

Assim, a intersecção entre transfobia e xenofobia intensifica os processos de marginalização e legitima práticas institucionais de desamparo.

Gauger (2024) reforça que, na sociedade brasileira, sujeitos que não se conformam aos padrões cisheteronormativos enfrentam processos sistemáticos de silenciamento e exclusão. No caso das mulheres trans migrantes, essa exclusão se intensifica por meio da xenofobia, seletivamente dirigida a grupos latino-americanos, em contraste com a maior receptividade a migrantes europeus e norte-americanos. Essa seletividade revela como raça, nacionalidade e classe estão entrelaçadas na manutenção de hierarquias sociais que definem quais vidas merecem acolhimento e quais são descartáveis (Butler, 2015; 2021). A xenofobia, nesses termos, constitui uma dimensão concreta da violência estrutural, presente inclusive em serviços públicos de acolhimento e assistência nos territórios de fronteira (Arruda-Barbosa *et al.*, 2024).

Inseridas em contextos de extrema vulnerabilidade, como a informalidade do trabalho sexual, a ausência de moradia e de redes de apoio, essas mulheres enfrentam múltiplas formas de violência, com impactos diretos sobre sua saúde física e mental. Tal como apontam Silva *et al.* (2022) e Zucchi *et al.* (2019), a marginalização atravessa suas trajetórias escolares, o acesso à proteção social e à saúde, produzindo trajetórias marcadas por exclusão e danos cumulativos. Assim, a migração, que deveria representar um caminho para afirmação de direitos e preservação da vida, revela-se, muitas vezes, como a travessia para novas formas de precarização.

A violência, entretanto, não se restringe ao País de destino, mas as acompanha no processo migratório, pois os mesmos venezuelanos que as discrimina em seu país de origem, também migram para o Brasil, e aqui continuam a discriminá-las mesmo estando juntos na condição de migrantes, causando assim choque e desapontamento por parte das entrevistadas.

> “O mais dolorido é que não se trata de discriminação entre brasileiros e venezuelanos, mas sim dos próprios venezuelanos discriminando seu povo. Algo terrível, um grande choque (GFLGBT_M2).”

> “Eu tenho um primo [...] transgênero, que venezuelanos, marcaram uma reunião com a gente. As pessoas mandaram nos chamar, e naquela reunião nos disseram

> que não podíamos falar com os homens, que não podíamos nos vestir com roupas femininas, que tínhamos que andar direitinho (GFLGBT_M4)."

As falas destacam a profundidade do preconceito que pessoas não cisheteronormativas sofrem durante suas vidas, em que o sentimento de solidariedade é inviabilizado a partir dos marcadores de gênero, determinando que as mulheres transgêneras não eram passíveis de serem vistas como companheiras, em última instância, como seres humanos.

Conforme Butler (2021), atos de violência cometidos contra o outro recaem também sobre quem os pratica, dado que os limites entre "eu" e "outro" são socialmente interdependentes. A experiência social, portanto, é essencial para a construção de um ambiente habitável e de estruturas de reconhecimento. Nesse sentido, ao observar as narrativas das mulheres transgêneras migrantes, evidencia-se sua luta por reconhecimento como sujeitas, embora enfrentem uma estrutura social atravessada por misoginia e transfobia que as impede. São desafios que extrapolam a violação da dignidade humana, restando-lhes, muitas vezes, apenas a possibilidade de sobreviver no contexto em que se inserem.

Violência interpessoal: a discriminação fazendo danos físicos

Considerando os relatos das entrevistadas, a violência física também fez parte das suas vivências. Sendo relatadas situações em que houve danos físicos e materiais em variados contextos, com agressões físicas acompanhadas de violência psicológica e verbal, não partindo somente de outros migrantes venezuelanos ou civis brasileiros, mas também de agentes públicos.

> "Quando cheguei em Pacaraima, fui uma pessoa que sofreu muito maus-tratos das pessoas de lá, daquele abrigo, em Pacaraima, tanto dos militares quanto das pessoas...dos trabalhadores e trabalhadoras de lá (GFLGBT_M3)."

> "É fatal tudo o que nós passamos por lá, sabemos muito bem o que se passa ali, são dois pilantros venezuelanos puros. Tem dois pilantros que querem te chutar, eles te ameaçam, eles te colocam numa área isolada da população que tem na rodoviária. E você não pode passar na área da família, você não pode conversar com as pessoas porque elas acreditam que é você é uma mancha. Elas dizem que é uma mancha (GFLGBT_M16)."

Para Minayo (2014), a violência interpessoal pode ser expressa através de agressões físicas, estupros e ataques sexuais. Dividindo-se no ambiente intrafamiliar, ou seja, dentro do círculo familiar, e comunitário, em que ocorre em âmbitos próximos a pessoa, sendo manifestada por pessoas conhecidas ou desconhecidas. No caso das pessoas transgêneras, a família pode se configurar metaforicamente como uma "faca de dois gumes", no sentido de que quando acolhe e aceita a expressão de gênero de seu familiar transgênero, este fato pode atuar como fator protetor da saúde mental do familiar transgênero, ao passo em que ao contrário disso, pode ser a primeira instituição marcadamente violenta imprimindo marcas psicoemocionais significativas no desenvolvimento daquele ente que não é cisgênero atuando como fato de sofrimento psíquico (Cortes; Araújo, 2020).

Salienta-se que os depoimentos das mulheres transgêneras expõem uma dura realidade, pois aqueles que representam o Estado também praticam violência contra elas. Alvarado (2021) destaca que essas violências ocorrem em diferentes espaços, inclusive por parte de agentes estatais, manifestando-se tanto no acesso precário a abrigos quanto no despreparo dos profissionais que as atendem. Silva (2025), por sua vez, revela que as cidades de Boa Vista (RR) e Manaus (AM) contam com instituições voltadas ao atendimento da população LGBTQIAPN+, oferecendo abrigo, alimentação, saúde, documentação e orientação jurídica, mas de maneira insuficiente diante do crescente fluxo migratório. Aponta ainda certa frequência em relatos de violências cometidas por funcionários públicos, sobretudo por agentes de segurança, o que associa ao desconhecimento sobre diversidade de gênero que segundo a autora sustenta a transfobia institucionalizada.

Para além da discriminação institucional e das barreiras sociais já discutidas, as participantes relataram episódios de violência física, entre

os quais citaram espancamentos, sequestros, tentativas de assassinato, maus-tratos, assaltos, estupros e abusos:

> "Fui abusada, cortaram meu cabelo, fui abusada sexualmente e, de verdade, não tem sido fácil estar fora do meu país (MT_2)."

> "Não sei, eu digo que o abuso é uma delas [formas de violência]. Sofremos, por nossa parte sofremos muito abuso, mais que uma mulher normal (MT_3)."

Os relatos indicam que as agressões físicas relatadas não se restringiram à dimensão corporal, sendo também percebidas como ataques à identidade de gênero. A partir da fala de uma das participantes, que afirma que mulheres transgêneras sofrem mais abusos do que mulheres cisgênero, consideradas "normais", observa-se como as experiências de violência são atravessadas por distinções de gênero percebidas pelas próprias entrevistadas, o que contribui para compreender os impactos dessas vivências na forma como constroem a si mesmas no contexto migratório.

Tais achados corroboram com Alvarado (2021) e Pereira (2018), onde apontam em seus estudos científicos, experiências de mulheres transgêneras, nas quais eram agredidas, torturadas e violentadas sexualmente em contextos diversos, e em grande maioria por homens. De acordo com Alvarado (2021, p. 38), o assédio sexual vivido por mulheres transgêneras deve ser denominado de "Assédio sexual transfóbico", visto que mulheres cisgêneras também enfrentam situações semelhantes em relação ao assédio. Todavia, dando enfoque para as mulheres transgêneras, além da violência de cunho sexual, há uma violação às suas identidades de gênero, e um uso maior da violência. Além disso, o fator da exposição à infecção do vírus HIV decorrente do abuso sexual, torna-se um aspecto que intensifica a condição de vulnerabilidade, como aponta a literatura (Mendes; Jorge; Pillecco, 2019).

Duas participantes relataram episódios de espancamento, sequestro, tortura e tentativa de homicídio envolvendo outras mulheres

transgêneras venezuelanas. Esses relatos expressam uma percepção de risco que contribuiu para o medo e a restrição da circulação, especialmente ao deixar espaços como rodoviárias e acessar as ruas.

> "Mas eu escutei em Boa Vista, que bateram várias vezes em uma transgênero. Também teve uma que foi sequestrada, ficou desaparecida por dois dias, e quando apareceu, apareceu toda espancada. Então, esse foi um dos motivos pelos quais tivemos medo de sair da rodoviária e ir para a rua (MT_4)."

> "Sim, eu tenho muitas amigas trans venezuelanas que têm sofrido muito maus-tratos aqui, uma delas levou um tiro na perna (MT_5)."

O risco de morte, não era um evento excepcional, mas presente no cotidiano das entrevistadas, revelando o grau extremo de precarização a que estavam submetidas. A transfobia, longe de ser episódica, operava como um regime contínuo de violência, atravessando dimensões físicas, simbólicas e institucionais, e tornando-se inseparável da própria condição de existência dessas mulheres no Brasil. Assim, em um contexto em que nenhum espaço se mostrava plenamente seguro, a escolha por locais de "menor risco" não representava proteção, mas a necessidade de gerir cotidianamente a própria exposição à violência. Trata-se, portanto, não de escapar da violência, mas de sobreviver à sua reconfiguração permanente, marcada pela omissão do Estado, pela hostilidade social e pela intersecção entre transfobia, xenofobia e desigualdade de classe.

Segundo Butler (2021, p. 31), vivemos em um "campo de violência", não havendo a possibilidade de fugir, visto que a violência acontece o tempo todo e principalmente contra as minorias. Foucault (2014) contribui para a discussão ao trazer a violência como um agente que exerce a função de disciplinar aqueles que estão fora da norma e orientar a sociedade no geral.

As participantes relataram também outros episódios de violências interpessoais, como assaltos e abusos no trajeto migratório, evidenciando como a ausência de garantias institucionais torna o

percurso um espaço contínuo de vulnerabilidade, especialmente para aquelas cujas identidades de gênero acentuam a exposição à violência.

> "Me roubaram várias vezes, em duas ocasiões. Eu cheguei de Pacaraima até aqui Boa Vista [...] Me aconteceram outras coisas no caminho, ou seja, tive que viver tantas coisas: me roubaram, tive que sair correndo dos militares (GFLGBTM_10)."

Este relato evidencia como a condição de migrante intensifica os processos de precarização e desumanização vividos pelas entrevistadas. Além das dificuldades comuns aos fluxos migratórios forçados, essas mulheres enfrentam riscos agravados durante o percurso e nas fronteiras, como estupros, assédios, agressões físicas e assaltos, violências recorrentes nos relatos de migrantes venezuelanos e particularmente severas para aquelas cuja identidade de gênero as torna alvos preferenciais (Lamy; Leal; Riggirozzi, 2023).

A recorrência da violência contra mulheres trans migrantes em espaços públicos revela um padrão estrutural de negligência, no qual o direito à vida dessas mulheres é sistematicamente desconsiderado. Essa realidade expõe uma insensibilidade do poder público diante de situações que não são isoladas, mas constantes e amplamente visíveis. Diante da ausência de respostas institucionais, resta a essas mulheres enfrentar sozinhas um contexto de violência reiterada, em um cenário sociocultural onde a transfobia, o transfeminicídio e outras formas de exclusão continuam a se (re)produzir.

Para Rico (1996), a violência de gênero é acima de tudo, uma infração aos direitos humanos, violando a garantia à vida, liberdade e segurança. Além disso, a autora aponta que mulheres vítimas de violência de gênero, também estão expostas a uma transgressão de suas próprias identidades, visto que são molestadas e subordinadas a um outro.

Assim, além das dimensões simbólica e interpessoal já evidenciadas, impõe-se a análise da violência estrutural que perpassa a experiência das mulheres transgêneras migrantes, aquela exercida de forma sistemática por instituições e pelo próprio Estado. Tal violência

manifesta-se em legislações que, embora formalmente protetivas, não se traduzem em práticas efetivas; em uma burocracia que reforça desigualdades; na ausência de políticas habitacionais e de saúde sensíveis às especificidades trans; e na invisibilidade estatística dessa população. Esses elementos operam em conjunto, compondo um sistema que sustenta a marginalização e nega direitos fundamentais a essas mulheres.

Estratégias adotadas como forma de enfrentamento da violência

É importante destacar que a maioria das mulheres entrevistadas relataram poucas estratégias para o enfrentamento das situações de violência, mas foi possível identificar algumas atitudes que demonstraram autopreservação, embora estejam associadas a atitudes também violentas.

> "Na verdade, é assim: quando a gente sai pra rua a gente tem que estar com faca ou com qualquer coisa (GFLGBT_M13)."

> "Então, minha amiga! Nós como LGBT necessitamos de um curso de capacitação para nos proteger (GFLGBT_M18)."

As estratégias relatadas pelas entrevistadas para assegurar a própria sobrevivência evidenciam a desumanização cotidiana a que estão submetidas. Em contextos de extrema vulnerabilidade, os recursos disponíveis, ainda que precários ou marcados por contradições, tornam-se ferramentas de resistência. Nesse sentido, Butler (2021) propõe uma ética da não violência que não se confunde com passividade, mas com uma forma ativa de enfrentamento das injustiças sociais. Para a autora, ações como assembleias, boicotes, greves, paralisações e até o uso tático da violência constituem práticas políticas e psíquicas de subversão, nas quais aquilo que é destrutivo pode ser redirecionado contra as forças que ameaçam a vida.

As entrevistadas também relataram formas de enfrentamento diante de assédios verbais sofridos nas ruas, adotando posturas que buscavam afirmar respeito e preservar sua integridade. Embora não

recorressem à força, posicionavam-se de maneira assertiva frente às agressões, seja por meio de respostas diretas, seja pelo aprendizado compartilhado com outras mulheres trans sobre como lidar com essas situações no cotidiano.

> "Eu olho para eles... assim como: Que acontece contigo? Respeite. Às vezes lhes digo: respeita. E vou embora, mas, a maioria das vezes tento evitá-los, você me entende? (MT_5)."

> "Aqui tem muitas colegas minhas que trabalham na rua e me falam 'quando falarem um palavrão para você, ou quando falarem isso, não leve em conta'. Porque aqui eles são assim... Aqui eles fingem que eles são machos... que eles são isso... e, quando a família olha para outro lado, acabam ficando com você. O que você tem que fazer é se comportar à altura, se comportar como a mulher que você é e não se rebaixar a nenhum tipo de comentário ou qualquer coisa que te machuque. E eu faço a mesma coisa que elas me dizem, não posso fazer mais (MT_8)."

As falas evidenciam que, em muitos casos, o enfrentamento do assédio não se dava de forma isolada. Para algumas mulheres, foi fundamental o apoio de outras migrantes transgêneras, cujas orientações e experiências compartilhadas atuavam como dispositivos de resistência frente à violência cotidiana. Esse suporte coletivo não apenas orientava formas de resposta, mas, sobretudo, fortalecia a concepção de si enquanto mulheres, em contraste com os discursos deslegitimadores impostos por seus agressores. Assim, demonstram que reafirmar a identidade a partir da escuta e do reconhecimento entre pares constitui uma estratégia de sobrevivência identitária.

Mulheres transgêneras enfrentam cotidianamente múltiplas formas de violência, mas seguem mobilizando esforços para afirmar suas existências e reivindicar seus direitos. A união entre pares e a luta contra os estigmas impostos socialmente constituem estratégias de resistência que reafirmam suas identidades, ainda que persistam desafios relacionados à visibilidade e ao reconhecimento pleno, inclusive dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+ (Mendes; Jorges; Pillecco, 2019).

Quando questionadas sobre as orientações recebidas, as entrevistadas relataram terem recebido palestras sobre direitos e participado de programas de capacitação profissional. Uma delas mencionou especificamente informações sobre a Lei Maria da Penha, embora não tenha sido possível verificar se esse direito foi efetivamente exercido. Além disso, nenhuma das outras participantes fez referência a esse conhecimento.

> "Fazem curso de empoderamento de refugiados, de treinamento, que prepara para o mercado de trabalho, para entrevistas de emprego e para o desenvolvimento profissional (GFLGBT2_M6)."

> "Sobre essa bolsa, que até me foi dada, é sobre a Lei Maria da Penha (GFLGBT1_M10)."

O acesso à informação sobre dispositivos legais como a Lei Maria da Penha é um elemento central para a garantia de direitos de mulheres trans em situação de vulnerabilidade. Embora essa legislação tenha se consolidado como um instrumento relevante no combate à violência de gênero e na responsabilização de agressores, sua aplicação ainda enfrenta barreiras significativas, especialmente nas instâncias iniciais do judiciário, onde o machismo estrutural continua operando (Scott Junior; Viebrantz, 2021). Para mulheres transgêneras migrantes, essa realidade se agrava diante da exclusão histórica de suas identidades nos marcos legais de proteção. Como destacam Lôndero, Reis e Mewes (2024), essa omissão, evidenciada por exemplo na ausência dessas mulheres na Lei do Feminicídio, revela uma resistência institucional em reconhecer a complexidade das identidades de gênero, reforçando práticas de violência estrutural. Assim, a ausência de conhecimento e de acesso a esses direitos jurídicos compromete não apenas a proteção, mas também a possibilidade de reconhecimento e pertencimento social dessas mulheres.

As entrevistadas expressaram sentimentos recorrentes de medo diante da possibilidade de sofrer diferentes formas de violência. Como resposta, passaram a adotar estratégias de esquiva, entre elas, a ocultação de sua identidade de gênero em espaços públicos. Tal comportamento evidencia o nível de vulnerabilidade vivenciado e a

necessidade de renunciar à expressão de si como forma de autoproteção e tentativa de garantir respeito em contextos marcados pela hostilidade.

> "Porque eu tenho medo de que eles me maltratem porque estão bêbados, entendeu? Isso me assusta porque não se sabe. Então, você passa a evitar problemas. Então eu desvio, vou para casa ou vou para outro mercado porque tem que evitar, bom, você não sabe se eles são homofóbicos, a gente não sabe (MT_5)."

> "Eu tenho um respeito, se eu for na Polícia Federal para alterar a documentação, eu não vou vestida de mulher. Assim, passo mais respeito, você me entende? Eu não vou vestida de mulher (MT_5)."

A primeira fala evidencia como o medo de simplesmente existir enquanto mulher trans foi brutalmente introjetado pelas participantes. As experiências reiteradas de transfobia operaram como um mecanismo de interdição subjetiva, em que o controle sobre seus corpos deixou de depender de um agente externo. Em determinado momento, a vigilância passou a partir delas mesmas, restringindo seus gestos, expressões e mobilidade. Já a segunda fala escancara o paradoxo vivido: mesmo ao tentarem evitar novas agressões por meio da autonegação de sua identidade de gênero, acabavam submetidas a outras formas de violência, como o apagamento de si. Renunciar à expressão de sua identidade tornava-se, assim, uma tentativa de obter respeito, ainda que ao custo da própria subjetividade.

Mulheres transgêneras, ao experimentarem vivências de violência de forma prematura em suas vidas sem a presença de uma rede de apoio, desenvolvem a esquiva e a fuga como possibilidades mais acessíveis, apresentando uma hipervigilância para prever a violência e dedicação de esforço para parecer mulheres cisgêneras, ou ainda fazer uma seleção de locais que conseguem assumir sua identidade de gênero (Ussher *et al.*, 2022).

Entre as estratégias de enfrentamento, o deslocamento recorrente foi mencionado como mecanismo de proteção. Para muitas

participantes, sair de determinados contextos era menos uma escolha e mais uma exigência para preservar a própria integridade física.

> "E até violência, não exatamente na rodoviária, mas saindo de lá, nós sofremos uma agressão física das pessoas, de alguns homens que também moravam lá, era uma questão que nós não queríamos dormir mais lá, nos motivou para irmos às ruas e dormir nas ruas por não querer ficar mais lá (MT_1)."

> "Tinha tantas pessoas que discriminavam as trans e tinha muito malandro, muitas pessoas estranhas, então eu estava como aquele medo, sabe? Que algo poderia acontecer comigo e meu parceiro. Então decidi não demorar mais para que tudo acontecesse o mais rápido possível e deu certo. Nada desagradável aconteceu (MT_7)."

A decisão de ir morar nas ruas, tomada sob desespero, desvelava o falso senso de escolha imposto a essas mulheres. Estar fora da rodoviária podia representar uma fuga imediata de um cenário de violência explícita, mas de forma alguma significava segurança. A rua, embora parecesse uma alternativa, mantinha-as igualmente expostas a um processo contínuo de apagamento e extermínio de suas existências.

Chinazzo *et al.* (2021) apresentam em seu estudo situacional sobre a saúde mental de mulheres transgêneras do Sul e Sudeste do Brasil, que 67,50% já evitaram lugares por medo de serem agredidas ou sofrer algum preconceito pelo fato de serem mulheres transgêneras. Por conseguinte, o sentimento de angústia é prevalente nas mulheres transgêneras, pois ao terem que lidar com vivências repetidas de violência e fazer uso de estratégias para serem despercebidas em espaços públicos ou mais aceitas pela sociedade, ainda alegam não sentir paz e liberdade de ser quem são. No entanto, as mesmas ainda persistem, ainda que claudicando, em ser realmente quem são (Sánchez-Fuentes *et al.*, 2021).

Perceber os poucos recursos que as entrevistadas trazem sobre como enfrentar situações de violência, apontam reflexões sobre o quão bem-sucedidos estão sendo tais dispositivos de controle e aniquilamento contra essas mulheres. Pensar em políticas públicas específicas para

essas mulheres transgêneras e migrantes, é de alguma forma assegurar a preservação legal da humanidade dessas pessoas.

Além disso, observa-se nesse cenário, agressões e assassinatos tornaram-se corriqueiros, atravessando os limites das ruas, com ocorrências dentro dos próprios abrigos. Dessa forma, a violência contra as mulheres transgêneras atravessa os campos psicológico, verbal, físico, sexual e econômico, agravados pelo estigma e a exclusão de migrantes. Com isto, considerar a pluralidade dessas experiências é de suma importância para que diferentes faces da violência e das vítimas sejam reconhecidas (Silva *et al*, 2022).

Conclusão

As mulheres transgêneras migrantes venezuelanas apresentaram percepções claras sobre as motivações da violência sofrida, reconhecendo na transfobia uma constante histórica que antecede a chegada ao Brasil. No entanto, ao projetarem no país de destino a esperança por reconhecimento e dignidade, deparam-se com a continuidade, e agravamento da exclusão, marcada também pela xenofobia. O entrelaçamento dessas violências reatualiza vulnerabilidades e impõe novas camadas de precarização social.

As experiências relatadas revelam como a transfobia, a xenofobia, o racismo e a desigualdade social operam em rede, atravessando instituições, relações sociais e práticas cotidianas. A violência parte de diferentes atores civis, outros migrantes e agentes do Estado, e compromete não apenas a segurança física dessas mulheres, mas também suas possibilidades de existência digna, circulação e expressão de gênero. Os recursos de enfrentamento se mostram escassos e pouco efetivos, revelando a insuficiência de respostas institucionais e a ausência de políticas interseccionais de acolhimento.

Essas constatações não apenas reforçam a urgência de respostas institucionais, mas desafiam a lógica hegemônica das políticas de acolhimento que ignoram os marcadores de gênero, raça e territorialidade. As experiências dessas mulheres evidenciam que a migração, para elas, não é apenas deslocamento geográfico, mas travessia por fronteiras simbólicas, sociais e políticas que continuam a negar sua humanidade. Reconhecer e enfrentar essa trama de exclusão

não é apenas uma demanda ética, mas condição para a efetivação de qualquer política que pretenda, de fato, proteger vidas.

Referências

ALVARADO, Karol Carmona. La violencia contra las mujeres trans en los espacios públicos: entre el acoso sexual y la transfobia. **Revista de Derechos Humanos**, Costa Rica, v. 32, n. 1, 2021. Disponível em: https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/derechoshumanos/article/view/15192/21248. Acesso em: 06 dez. 2023.

ARRUDA-BARBOSA, Loeste *et al.* Migrantes venezuelanos e direito à saúde: percepções de técnicos de enfermagem de um hospital geral. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, p. e34036, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/wwSC9nmy7NJQvyGgR65Bf8r/. Acesso em: 12 abr. 2025.

ANISTIA INTERNACIONAL. O **estado dos direitos humanos no mundo**. Londres: Anistia Internacional, 2023. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/5670/2023/bp/. Acesso em: 01 abr. 2025.

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. Grupo focal - Estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 9-14, 2004. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-418647. Acesso em: 08 dez. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo. **STF**: Brasília, DF, 01 mar. 2018. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085. Acesso em: 10 jul. 2025

BRASIL. Resolução nº 12, de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais -

nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização, 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p 1-2, 2015.

BENEVIDES, Bruna Gonçalves. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais Brasileiras em 2024.** Brasília: Distrito Drag; ANTRA; 2024. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Thematic Analysis. In: COOPER, Harris *et al.* **APA handbook of research methods in psychology.** v. 2. Research designs: quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological. Washington, DC: American Psychological Association, 2012. p. 57-71.

BUTLER, Judith. **A força da não violência:** um vinculo ético-político. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

BUTLLER, Judith. **Vida precária:** os poderes do luto e da violência. São Paulo: Autêntica Business, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é possível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CORTES, Helena Moraes; ARAÚJO, Lorena Moura Pontes. Repercussões da exclusão social na saúde mental de pessoas transgêneras. In: Carlos Sequeira; José Carlos Carvalho; Luís Sá et al. (org.). **Congresso Internacional ASPEM: Mais saúde mental**, 11, 2020. Porto: ASPESM, 2020, v. 1, p. 1-223.

CHINAZZO, Ítala Raymundo *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 5045-5056, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/9jjxfFmdYWBjWQD5Xc5kZVf/. Acesso em: 07 dez. 2023.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo.** Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; MAGDALENO JUNIOR, Ronis. Saturação teórica em pesquisas qualitativas: contribuições psicanalíticas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 63-71, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Lisboa: Leya, 2014.

FRANÇA, Isadora Lins; FONTGALAND, Arthur. Gênero, sexualidades e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e "refugiados lgbt" no Norte no brasil. **Remhu: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 28, n. 59, p. 49-68, ago. 2020.

FRANÇA, Isadora Lins. “Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/gzz9CBDpLFhVPQ9S9B6nwhn/#. Acesso em: 06 dez. 2023.

GAUGER, Flávia. Fluxos Migratórios: vivências de imigrantes LGBTQIA+ e os mecanismos internacionais dos direitos humanos entre 2017-2021. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, p. e43430-e43430, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/43430. Acesso em: 9 abr 2025.

LAMY, Zeni; LEAL, Maria do Carmo; RIGGIROZZI Pia. **Sumário Executivo do ReGHID.** 2023. Disponível em: https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/?us_portfolio=reghid. Acesso em: 11 abr 2025.

LÔNDERO, Milena Cramar; REIS, Ana Gabrieli; MEWES, Emily Emanuele Franco. Violência contra pessoas trans no brasil. **Perspectivas Sociais**, v. 10, n. 01, p. 199-221, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/27346. Acesso em: 11 abr. 2025.

MENDES, Lindalva Guimarães; JORGE, Alzira Oliveira; PILECCO, Flávia Bulegon. Proteção social e produção do cuidado a travestis e mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte

(MG). **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 107-119, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CxwhB3Gr5ZQfV3CySb3CFwg/. Acesso em: 08 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília. Violência: Impactos no setor saúde e respostas do sistema. In: GIOVANELLA, Lígia *et al.* **Políticas e sistema de saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 2014. p. 1011-1036.

MOTA, Maylla *et al.* "Clara, esta sou eu!" Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 26, p. 1-16, 2022. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-1360510. Acesso em: 08 dez. 2023.

NUNES, Danilo Henrique *et al.* O direito ao nome da pessoa natural e à alteração do nome social de pessoas LGBTI+ em face ao constrangimento social. **Ciência Et Práxis**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 67-80, 2020. Disponível em: https://revista.uemg.br/praxys/article/view/4437. Acesso em: 05 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Manual de atendimento jurídico a migrantes e refugiados: migrantes e refugiados pertencentes ao grupo LGBTQI+**. Brasília: OIM, 2020. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/manuais_cap12_dig_1.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glosario de la OIM sobre Migración.** Genebra: OIM, 2019. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml-34-glossary-es.pdf. Acesso em 18 abr. 2025.

PEREIRA, Mar Fournier. La voluntad de existir: historias de violencia en una colectividad de mujeres trans. **Ex Aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres**, Lisboa, n.

38, p. 67-82, 2018. Disponível em: https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/la-voluntad-de-existir. Acesso em: 08 dez. 2023.

PODESTÀ, Lucas Lima. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 11, p. 363-380, 2019. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/0b3c/d72fb851df8cfda7d797312002e2813b8937.pdf. Acesso em 09 abr. 2025.

RICO, Maria Nieves. **Violência de género:** un problema de derechos humanos. Cepal, 1996.

ROCHA, Gustavo do Vale; RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 20, n. 122, p. 541, 2018. Disponível em: https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1820. Acesso em: 01 dez. 2023.

R4V. **Mais de quatro milhões de refugiados e migrantes da Venezuela lutam para acessar necessidades básicas nas Américas**. 2023. Disponível em: https://www.r4v.info/pt/news/mais-de-quatro-milhoes-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-lutam-para-acessar-necessidades. Acesso em 16 abr. 2025.

SÁNCHEZ-FUENTES, María del *et al*. Transphobia and gender identity: social representations of trans women from brazil and colombia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p. 5793-5804, 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34852109/. Acesso em: 08 dez. 2023.

SCOTT JUNIOR, Valmôr; VIEBRANTZ, Kevin de Moraes. Mulheres transgênero em situação de violência doméstica e familiar: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ-RFD**. v. 40, p. 217-250, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfduerj/article/view/58347. Acesso em: 08 dez. 2023.

SENNA, Ariane Moreira. **A Solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal.** 2021. 188f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SILVA, Renata Layssa Ferreira. **Percepções de gestores sobre o atendimento à mulheres trans venezuelanas em Boa Vista e Manaus.** 2025. 149f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

SILVA, Izabel Cristina Brito *et al*. Gender violence perpetrated against trans women. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília**, v. 75, n. 2, p. 1-9, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35262561/. Acesso em: 08 dez. 2022.

USSHER, Jane *et al*. Crossing Boundaries and Fetishization: experiences of sexual violence for trans women of color. **Journal Of Interpersonal Violence**, v. 37, n. 5-6, p. 3552-3584, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32783523/. Acesso em: 05 dez. 2023.

ZUCCHI, Eliana Miura *et al*. Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-13, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/LqvvCfLhQNHQwb3M3zQPFFN/. Acesso em: 04 dez. 2023.

Violence experienced by Venezuelan transgender migrant women in Brazil

Abstract

Venezuelan transgender women flee the crisis and transphobia in their country and seek legal protection in Brazil. However, after entering Brazilian territory, they face a series of adversities, involving various forms of violence. Thus, the objective of this study was to analyze the

violence experienced in Brazil by Venezuelan transgender migrant women. This is a qualitative study conducted in Manaus and Boa Vista with transgender migrants from Venezuela. Nine semi-structured individual online interviews and three in-person focus groups were conducted, totaling 34 interviewees. A reflective thematic analysis was performed. The data were categorized as follows: 1) (Cis)cultural violence: crossing boundaries and crushing dreams and (trans)expectations, which addresses violence resulting from cultural differences and the suppression of these women's aspirations; 2) Interpersonal violence: discrimination causing physical harm, which explores physical aggression and discrimination experienced in various contexts; 3) Strategies adopted as a way of coping with violence, which highlights the strategies acquired to deal with the violence they face. It was concluded that intersectionality, which involves being a migrant, poor, and transgender woman, causes these women to face many situations of vulnerability, including new forms of violence, with few resources to deal with them, despite recognizing discrimination and transphobia as the main causes.

Keywords: International migration. Transgender women. Public Health. Transphobia

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida
Graduação em Psicologia. Pesquisador assistente do Grupo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade GESS/CNPq.

Sara Fiterman Lima
Graduação em Enfermagem. Professora Adjunta da UFMA. Docente Colaboradora do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva UFMA. Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da UFMA. Membro docente do Grupo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade GESS/CNPq.

Helena Moraes Cortes
Graduação em Enfermegem. Professora do Departamento de Enfermagem da UFSC. Docente do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da USFC. Membro do MentalTrans - Laboratório de Pesquisa, Tecnologia e inovação em Enfermagem Psiquiátrica, Atenção Psicossocial e Transgeneridades - CNPq.

Liliana Janeth Gómez Aristizábal
Graduação em Administração em Saúde. Professora da Universidad CES em Mendellin, Colômbia. Pesquisadora assistente do Grupo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade GESS/CNPq.

Zeni Carvalho Lamy
Graduação em Medicina. Professora titular do Departamento de Saúde Pública da UFMA. Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UFMA). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Saúde e Subjetividade GESS/CNPq.

Recebido em: 15/12/2023
Aprovado em: 22/09/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Velhice e homossexualidade:
Trajetórias de mulheres lésbicas idosas

Fannya Talilia Batista de Souza, *Universidade São Judas Tadeu (USJT/SP)*
Ianara Cristóvão de Holanda, *Universidade São Judas Tadeu (USJT/SP)*
Michelle de Jesus Dias, *Universidade São Judas Tadeu (USJT/SP)*
Rodrigo Jorge Salles, *Universidade São Judas Tadeu (USJT/SP)*

Resumo: O aumento no número de idosos na população brasileira coloca em pauta a necessidade de investigações sobre a pluralidade do envelhecer, incorporando a essa temática discussões sobre gênero e sexualidade nesta etapa da vida. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as percepções sobre a trajetória de vida de mulheres idosas e lésbicas. Trata-se de um estudo de campo com metodologia de base qualitativa. Participaram da pesquisa três mulheres lésbicas idosas, associadas a uma organização sem fins lucrativos localizada na região metropolitana de São Paulo. Foram realizadas entrevistas semidirigidas com perguntas sobre a trajetória de envelhecimento das participantes. Os dados foram analisados a partir do procedimento de análise de conteúdo. Os resultados revelam que as participantes tiveram muitas dificuldades na auto aceitação da lesbianidade e diferentes desafios em viver suas relações afetivo-sexuais ao longo da vida. Foi observado que as atuais condições sociais e financeiras conquistadas na velhice possibilitam uma maior liberdade e autonomia para viver suas relações, sendo destacado também a importância das ONGs e do amparo social nesta etapa da vida.

Palavras-Chave: Envelhecimento. Homossexualidade. Mulheres. Gênero.

Introdução

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), os idosos no Brasil representam 13% da população geral, correspondendo a 28 milhões de pessoas. Segundo a "Projeção da População", divulgada em 2018 pelo IBGE, a tendência é que este percentual dobre nas próximas décadas, e que em 2043 as pessoas com mais de 60 anos representem um quarto da população brasileira. Este cenário de transição demográfica traz mudanças na compreensão e posicionamento sobre a velhice no âmbito social, cultural, político e econômico (FERNANDES-ELOI, 2017).

Ainda que existam modificações na assistência em saúde, favorecendo a conquista da longevidade da população brasileira, a velhice ainda é carregada de estereótipos e preconceitos, prevalecendo crenças e mitos derivados de uma percepção reducionista, atrelada exclusivamente ao declínio das funções físicas (ARRAIS; LIMA; SANTIAGO, 2014). Dentre estes mitos, observa-se a perpetuação da crença na assexualidade do idoso, desconsiderando as diferentes formas de expressões subjetivas nas relações de afeto e desejo (ANTUNES, 2017; CRENITTE; MIGUEL; JACOB FILHO, 2019).

É importante ressaltar que a sexualidade independe da idade e pode ser experienciada de maneiras diferentes a depender da satisfação de cada indivíduo, não existindo, portanto, uma norma quanto a como e quando deve ser vivenciada. A sexualidade pode ser experimentada de modo amplo, com distintas atitudes, carinhos, movimentos, toques, não estando restrita ao contato físico e genital (ARRAIS *et al.*, 2014; CRENITTE *et al.*, 2019; FERNANDES-ELOI, 2017; LEMOS, 2015).

A análise da literatura evidencia que as discussões sobre a sexualidade do idoso ainda são incipientes, e quando o tema é abordado, as explanações partem de uma perspectiva universalizante da heterossexualidade, que ainda é vista, historicamente, como o ideal de sexualidade ''natural" e ''normal", consolidando-se socialmente como o único modelo de orientação sexual-afetivo legítimo (FERNANDES-ELOI, 2017; PEREIRA; CHAVES; SANTOS; SÁ; ARRAIS, 2015). As relações sociais, políticas e econômicas são baseadas na concepção da heteronormatividade, excluindo as pessoas que não se encaixam nestes moldes para qual a sociedade foi historicamente pensada e estruturada (LEMOS, 2015; SAFFIOTI, 2004).

Os estudos voltados para a sexualidade em idosos ainda reproduzem uma visão heteronormativa, e como consequência, outros temas como a homossexualidade na velhice, ainda são pouco explorados nas investigações, mantendo a orientação heterossexual como referência para discussões sobre a sexualidade nesta etapa da vida (ARRAIS *et al.*, 2014; PEREIRA *et al.,* 2015). Esta postura por parte da comunidade científica contribui com a manutenção da invisibilidade dos idosos da comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades de gênero), influenciando diretamente na qualidade das práticas e políticas públicas voltadas para essa população (HENNING, 2017).

As orientações sexuais que fogem das normas pré-estabelecidas pela sociedade sempre foram vistas como desafiadoras e intrigantes, provocando repulsa, desprezo e abominação (ARRAIS *et al.*, 2014). O conjunto de sentimentos e comportamentos contrários a pessoas que se consideram ou são consideradas homoafetivas é caracterizado por homofobia. A homofobia pode ser manifestada de diversas maneiras, por meio de preconceito, hostilidade, depreciação, desvalorização, fúria, agressividade verbal ou física, e até o homicídio motivado pelo preconceito (ANTUNES, 2017; FERNANDES-ELOI, 2017).

Dentre os diferentes grupos minoritários que vivenciam os estigmas da velhice assexuada e/ou concebida unicamente a partir da dimensão heteronormativa, Fernandes-Eloi (2017) chama a atenção para a exclusão social das idosas lésbicas. A sexualidade destas mulheres, assim como todas as possibilidades de orientação sexual, é dinâmica e interage constantemente com os processos vividos em sociedade.

Do ponto de vista histórico, a mulher foi por muito tempo considerada inferior ao homem, sendo essas concepções sustentadas por justificativas biológicas e essencialistas. Mesmo com todas as lutas e conquistas em relação à igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como a heteronormatividade, a hierarquia e o estabelecimento de papéis masculino e feminino foram naturalizados socialmente (FERNANDES-ELOI, 2017; SAFFIOTI, 2004). Atualmente, as práticas e ideias que consideram a superioridade do homem sobre a mulher, subjugando-as e as colocando em uma posição subalterna, são consideradas como machismo (ANTUNES, 2017; SAFFIOTI, 2004).

Desse modo, as idosas de hoje cresceram e envelheceram em uma geração profundamente conservadora, em que a heteronormatividade era incontestável, sendo o único modelo socialmente aceito. Como consequência, muitas vezes, reprimiam e continham sua verdadeira sexualidade. Para muitas idosas lésbicas, o temor da repressão no microcosmo familiar, a partir da reprovação pelas figuras parentais, fez com que a orientação sexual só pudesse ser vivenciada tardiamente na velhice (ANTUNES, 2017; CRENITTE *et al.*, 2019; FERNANDES-ELOI, 2017; URQUIZA *et al.*, 2020).

Lemos (2015) analisou em seu estudo, a trajetória de vida de duas mulheres lésbicas idosas e um homem idoso homossexual, mostrando como o preconceito afetou a vida destas pessoas. Os participantes relataram discriminações que sofreram da própria família, que vão desde comentários sarcásticos e hostis, a violências verbais e físicas. Ainda assim, os participantes concordam que ‘’sair do armário’’ ainda é a melhor opção e não se envergonham da sua sexualidade. Os participantes da pesquisa relataram terem sido amantes de pessoas que estavam em relacionamento com parceiros do sexo oposto ou terem sido trocado por eles, o que mostra que muitos ainda não conseguem viver sua sexualidade assumidamente.

A maneira como a mulher lésbica vai experienciar a velhice irá depender do contexto em que está inserida, influenciada por diversos fatores individuais, sociais, econômicos, dinâmicas regionais, políticas, classes sociais e as práticas do dia a dia (ARRAIS *et al.*, 2014). No estudo de Fernandes-Eloi (2017), que buscou compreender a vivência da sexualidade de mulheres na velhice, a autora observou que as mulheres idosas entrevistadas (duas heterossexuais e uma homossexual) vivem plenamente sua sexualidade com, ou sem parceiros/as fixos/as. As participantes também não transmitiram os estigmas culturalmente associados aos idosos, como corpos debilitados, assexuados e enfraquecidos, e sim formas de experiências sexuais enredadas por trajetórias e relações no campo social e do afeto, que não se limitavam a uma representação de gênero baseada em comportamento tido como normal ou a um traço de personalidade.

Variáveis como classe e raça são consideradas fundamentais nas discussões de pesquisas sobre gênero e sexualidade (ARRAIS *et al.*, 2014). Segundo Munhoz (2017), o censo realizado pelo IBGE em 2010, que pela primeira vez incluiu perguntas sobre um (a) cônjuge do mesmo sexo, corrobora com a hipótese de que o recorte de classe, escolaridade e

região podem ser impeditivos para a afirmação da homossexualidade perante a sociedade. Dos 60 mil casais que se autodeclararam em relações homoafetivas, 36% pertenciam à classe A, 47% eram da B e 16% da C; 57% tinham nível superior, 40% médio e 3% ensino fundamental; 40% moravam em São Paulo, 14% no Rio de Janeiro, 8% em Minas Gerais e 8% no Rio Grande do Sul, com os 30% restantes espalhados pelos demais estados.

As produções acadêmicas que investigam o processo de envelhecimento dos indivíduos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil ainda são incipientes, havendo uma lacuna nesse campo de conhecimento, mostrando um silenciamento dos grupos minoritários (HENNIN, 2017; LEAL; MENDES, 2017). Os idosos desta comunidade carecem de políticas públicas e de uma compreensão que leve em conta as suas especificidades, que são desconsideradas tanto pela população geral, como pela própria comunidade mais jovem, como relatado nas pesquisas de Leal e Mendes (2017), Seffner e Duarte (2016) e Urquiza et al. (2020).

Ser homossexual não define como o envelhecimento irá acontecer, afinal, cada sujeito é único (PEREIRA *et al.*, 2015). Entretanto, existem marcadores sociais que impactam nesse processo, como mencionados por Antunes (2017, p. 330):

> Local de origem, etnia/raça, classe social, faixa etária, escolaridade, valores morais, cultura, crenças religiosas, situação familiar, rede de amigos, qualidade dos relacionamentos, local onde mora, trabalho, saúde física e mental etc. do indivíduo em questão.

Estes marcadores precisam ser pensados, debatidos e estudados pela comunidade científica, favorecendo a visibilidade desses grupos e a promoção de políticas públicas que garantam o direito de envelhecer com qualidade, tendo seus direitos individuais, sociais, políticos, econômicos e culturais garantidos. Desse modo, o objetivo da presente pesquisa foi compreender a trajetória de vida de mulheres idosas e lésbicas, buscando identificar e analisar os fatores associados ao ato de perceber e assumir sua sexualidade em uma sociedade heteronormativa.

Método

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo de caráter exploratório, com metodologia de base qualitativa. A pesquisa qualitativa é compreendida por Godoy (1995, p. 21) como uma possibilidade "De se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes". Em concordância, Stake (2011, p. 48) acrescenta: "Uma maneira de fazer uma pesquisa qualitativa: encontrar os significados das experiências pessoais que transformam as pessoas."

Participantes

Participaram desta pesquisa três mulheres idosas lésbicas integrantes de uma organização não governamental (ONG) que presta assistência à população LGBTQIA+ idosa do município de São Paulo. Este estudo desenvolveu-se a partir de uma amostragem por conveniência. Na amostragem por conveniência o pesquisador seleciona participantes da população observada que se mostraram mais acessíveis e disponíveis para colaborar com a investigação (FREITAG, 2018).

As participantes foram encaminhadas pela ONG e convidadas para a entrevista, tendo como critério de inclusão serem mulheres, lésbicas, com idade igual ou superior a 60 anos, conforme critério definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera como pessoa idosa no Brasil a população com 60 anos ou mais. Adotou-se como critérios de exclusão as participantes que tivessem algum comprometimento mental ou cognitivo que as impossibilitasse de responder por si.

Instrumentos e Procedimentos

Foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados, sendo eles, um questionário de caracterização socioeconômica e um roteiro de entrevista semiestruturada, ambos elaborados pelas pesquisadoras. A entrevista semiestruturada é entendida por Minayo e Costa (2018) como uma modalidade que proporciona um roteiro com perguntas previamente elaboradas e em formato discursivo. Portanto, permite ao entrevistador "um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados." (MINAYO; COSTA, 2018

p. 142). O roteiro para o presente estudo foi formulado a partir de sete perguntas norteadoras, sendo iniciado com uma questão disparadora: "Gostaria de conhecer um pouco da sua trajetória. Conte sobre suas relações afetivas sexuais ao longo da sua vida". As demais perguntas abordaram o processo de entendimento da sexualidade, refletindo sobre a infância, adolescência, fase adulta e velhice.

Após a indicação das participantes pela ONG, as entrevistas foram realizadas em ambiente virtual, utilizando a plataforma de vídeo conferências *Google Meet*. Os procedimentos de coleta online se justificavam pela necessidade do isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, considerando tratar-se de uma coleta realizada com um grupo de risco ao longo do ano de 2020. Ainda assim, não houve dificuldade para que as participantes realizassem a entrevista de modo remoto, considerando a familiaridade apresentada com os recursos tecnológicos. Após consentimento das participantes, as entrevistas foram gravadas e os dados coletados foram transcritos na íntegra pelas pesquisadoras, sendo posteriormente apagados e os registros arquivados por um período de cinco anos.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade São Judas Tadeu e aprovada sob o número do Parecer 4.450.787 e CAAE 40546120.6.0000.0089, considerando as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, a fim de respeitar e prezar pela proteção das participantes, estabelecidos pela resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e resolução nº 510 de 7 de abril de 2016. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Análise dos Dados

Os dados obtidos por meio do questionário sociodemográfico das participantes foram apresentados de forma descritiva visando a caracterização do grupo entrevistado. Como método de tratamento das entrevistas optou-se pelo uso do procedimento de análise de conteúdo, sendo utilizada uma adaptação da análise de conteúdo proposta por Campos (2004) e Campos e Turato (2009). Segundo Campos (2004), a análise de conteúdo pode ser compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca dos sentidos de um documento. A análise de conteúdo aborda os dados de maneira indutiva, ou seja, a observação de aproximações e distanciamentos nas vivências individuais, permitindo novas formulações teóricas. Portanto, seu

objetivo é elaborar uma compreensão para as percepções investigadas, não tendo como propósito a generalização (MORAES, 1999).

Para a análise das entrevistas foram seguidas as seguintes etapas: (1) pré-exploração do material, envolvendo a transcrição e leitura flutuante das entrevistas, visando um primeiro contato com o *corpus* de análise; (2) seleção de unidades de significados relacionadas com o foco deste estudo, adotando o critério de repetição de informações relatadas pelas participantes ao longo das entrevistas; (3) construção de categorias temáticas a partir de critérios semânticos, considerando o agrupamento das diferentes unidades de significados com temas em comum; (4) discussão das categorias temáticas a partir do referencial teórico sobre gênero, sexualidade e velhice. Tendo em vista uma exposição mais dinâmica para a discussão dos resultados, na confecção deste artigo, foi feita a opção pela apresentação das categorias na forma textual, utilizando trechos dos relatos das entrevistas como meio de ilustração da discussão.

Resultados e Discussão

Visando à preservação do sigilo, os nomes fictícios escolhidos para cada uma das participantes foram emprestados de mulheres lésbicas que tiveram destaque em suas áreas de atuação e que também foram expoentes nas lutas por igualdade de direitos, seja no movimento lésbico, feminista ou na luta antiracista. Marielle Franco foi uma socióloga e política brasileira que lutava em defesa dos direitos humanos, atuando em organizações do movimento feminista, negro, LGBTQIA+ e de favelas. Míriam Martinho é uma das pioneiras do ativismo lésbico no Brasil, formada em letras, utiliza-se da palavra escrita para contribuir com a militância dentro de jornais e revistas voltados para as mulheres lésbicas. Audre Lorde foi uma feminista estadunidense, poeta e professora que traz questionamentos em seus escritos a partir de sua experiência enquanto mulher negra, lésbica e mãe.

Na Tabela 1, disposta a seguir, foram apresentadas informações referentes à caracterização das três participantes da pesquisa. O intervalo etário contemplou participantes entre 67 e 69 anos de idade. No que se refere à identidade de gênero, duas participantes autodeclararam-se lésbicas (Mariele e Míriam), enquanto uma identificou-se como pertencente ao gênero feminino (Audre). Considerando que gênero e orientação sexual são conceitos distintos, visto que gênero refere-se à construção social e identitária relacionada às

categorias de feminino, masculino e não binário, enquanto orientação sexual diz respeito à atração afetivo-sexual, identificou-se que houve certa imprecisão na utilização das nomenclaturas por parte das entrevistadas. No que diz respeito a situação ocupacional, todas são aposentadas, uma das participantes destaca como atuação sua participação como voluntária em uma ONG que presta assistência à população LGBTQIA+. As participantes Marielle e Audre possuem filhos, e apenas Míriam relata não estar atualmente em um relacionamento.

Tabela 1: Caraterização das participantes

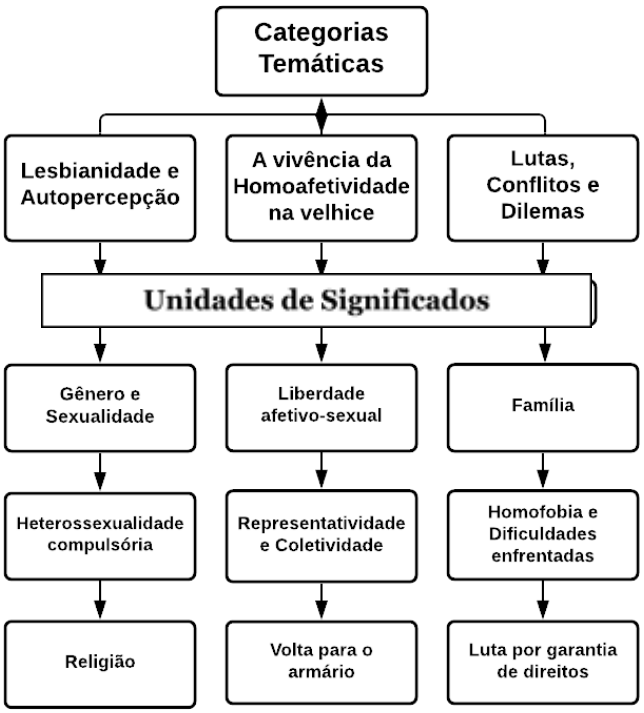
Participantes	**Marielle**	**Míriam**	**Audre**
Idade	68	69	67
Gênero	Feminino	Feminino	Feminino
Cor/Raça/Etnia	Parda	Branca	Branca
Situação ocupacional	Professora Aposentada	Auxiliar de Enfermagem Aposentada	Voluntária em ONG
Escolaridade	Ensino Superior Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto
Relacionamento atual	Não está em um relacionamento	Relacionamento estável há 26 anos	Não está em um relacionamento
Filhos	1	0	1
Renda familiar mensal	Mais de 9 salários mínimos	De 3 a 6 salários mínimos	De 3 a 6 salários mínimos

Fonte: elaboração própria

A partir da análise de conteúdo foram definidas três categorias temáticas: 1) Lesbianidade e autopercepção; 2) A vivência da homoafetividade na velhice; 3) Lutas, dilemas e conflitos. As categorias foram construídas a partir das histórias de vida das participantes, buscando apresentá-las de acordo com as suas respectivas trajetórias. Visando contemplar a trajetória de vida das idosas, o foco das primeiras

categorias foi direcionado às etapas do desenvolvimento e como a sexualidade foi sendo abordada ao longo do amadurecimento pessoal das participantes na infância e adolescência, e também como é vivida na velhice. As categorias temáticas e suas respectivas unidades de significados foram apresentadas na Figura 1.

Figura 1: Categorias Temáticas.



Fonte: elaboração própria

Lesbianidade e Autopercepção

Nesta categoria foram abordadas as percepções das entrevistadas sobre a lesbianidade, ilustrando, a partir de suas narrativas, os processos envolvidos em se perceber lésbica em uma sociedade na qual a heterossexualidade é apresentada como único modelo de sexualidade possível, aspecto perpetuado pelas diferentes mídias de produções culturais (RICH, 2010). As unidades de significados mais frequentes nos relatos sobre lesbianidade e autopercepção, apresentadas nesta categoria, foram: gênero e sexualidade, unidade que aborda os questionamentos destas mulheres em relação ao "ser mulher" e "ser lésbica" e como essas experiências se cruzam; o papel da religião, tocada

em como as crenças religiosas contribuíram para que seus desejos fossem vistos como pecaminosos.

As questões sobre gênero e sexualidade aparecem no relato das participantes, entendidas como sinônimos. A experiência de não performar uma feminilidade historicamente imposta já na infância, foi associada pelas participantes como um momento importante em relação à autopercepção da lesbianidade, mesmo que esta ainda não pudesse ser nomeada como tal. Grillo e Lanzarini (2018, p. 187) afirmam: "(...) "ser lésbica" é uma identidade social e pessoal, mas não fixa e atravessada por outras identidades ao longo de sua vivência social e sexual". Neste sentindo, compreende-se que "ser lésbica" atravessa a experiência das participantes sobre o "feminino", ou sobre o "ser mulher", aspecto que pode ser observado na Tabela 1, onde as participantes Marielle e Mírian responderam no item "gênero" do questionário de caracterização que são lésbicas.

O termo gênero vem sendo utilizado por feministas como uma ferramenta teórica para compreender as relações sociais, hierárquicas e de poder que foram fundadas a partir das diferenças percebidas entre os sexos, uma "(...) criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres" (SCOTT, 1995, p. 7). As participantes Marielle e Audre relatam que na infância começaram a perceber que não se encaixavam nesse modelo socialmente construído da categoria "menina", e por estarem inseridas em uma sociedade que entende o gênero de forma binária, compreendem que suas preferências, interesses e brincadeiras eram coisas de "menininho", de "molecada", como observado nas falas a seguir: *"então eu brincava com as molecadas, brincava de bola, de pipa, bolinha de gude, mas era tudo de molecada que eu brincava (...)" (Marielle).*

> *(...) Eu era uma moleca de gostar de jogar futebol, sabe? Eu ficava muito constrangida com isso, mas eu adorava, eu curtia muito, eu ia pra uma fazenda no interior de São Paulo, e lá tinha uma molecada que jogava futebol, eu jogava feliz da vida com eles sabe? Era sabe, uma maravilha, mas isso era muito constrangedor pra mim, eu achava que as pessoas estavam percebendo, que eu me sentia meio menininho, sabe? (...) (Audre)*

No estudo de Alves (2010), sobre envelhecimento e homossexualidade feminina, as participantes entrevistadas também relataram a preferência na infância por brincadeiras e atitudes tradicionalmente atribuídas a "meninos", aspecto significado por elas

como um primeiro indicativo da lesbianidade. No trecho da entrevista de Audre é possível observar o quanto as suas preferências por atividades designadas socialmente como de "meninos" pareciam para ela denunciar algo, neste caso a sua sexualidade. A participante foi a única que afirmou que desde a infância esteve ciente da sua lesbianidade: "Eu sabia que eu gostava mesmo das meninas e não dos meninos desde criança, apesar de ter, a gente sempre tem aquela coisa de achar que vai namorar um menino, mas não aconteceu porque realmente eu não tinha interesse nenhum".

Mesmo que essa participante tenha se percebido enquanto lésbica desde a infância, os reflexos da heterossexualidade compulsória ainda estavam presentes, como retratado na sua fala, questionando se um dia namoraria um menino. A heterossexualidade compulsória é definida por Freitas (2022, p. 5) como "(...) um padrão normativo que, ancorado e reproduzido por instituições, expressa expectativas e demandas sociais fundadas nas relações heterossexuais enquanto as únicas reconhecidas como "naturais" e legítimas".

Rich (2010) afirma que "não é dada às mulheres a possibilidade de não se relacionarem com homens ou se relacionarem com outras mulheres" (p. 31). Audre relata que passou a sua infância, e principalmente a adolescência, "muita quieta no armário", afirmando que "apesar de ter tido interesse por algumas pessoas, amigas, colegas assim, e até prima me interessou, mas eu ficava quieta na minha, nunca expressava isso". Como consequência, a participante significa sua infância e adolescência como períodos de profunda solidão, experiência que também é narrada pelos participantes homossexuais idosos do estudo de Alves (2016).

Marielle e Míriam também tiveram as suas primeiras experiências marcadas pela heterossexualidade compulsória. As participantes tiveram dificuldades em reconhecer suas primeiras experiências sexuais como legítimas, como demonstrado nos questionamentos de Marielle em relação a sua primeira relação íntima, que foi com uma mulher:

> *(...) aí com ela eu sentia assim, que do passar a mão no corpo aí sim ia até o gozo, mas assim mesmo, ainda pra mim, ainda não tinha, ainda não via assim, quê que era isso né (...) então eu sei que eu tinha aquele prazer né, mas ainda não entendia o quê que era aquilo.*

Para Guattari (1981/1987) a moral sexual dominante estabelece que o gozo da mulher só pode ser reconhecido como autêntico se estiver a serviço de uma relação com um homem, numa lógica fálica. Marielle diz que não poderia ter se identificado como uma mulher lésbica naquela época, pois não saberia o que isso significava. Aspecto semelhante também foi relatado pelas participantes do estudo de Alves (2010), que relatam como foi difícil reconhecer a própria homoafetividade por não ser algo colocado e discutido. Marielle entendia que o único modelo de relacionamento que existia era o heterossexual, com um homem, logo as suas primeiras experiências lhe pareciam mais como uma "brincadeira", como pode ser observado a seguir:

> *(...) se eu beijei uma menina, naquela menina quando tinha oito anos, nem era pra dizer assim: ah, será que eu sou lésbica? Porque não saberia o quê que era isso né, então beijou por beijar, não tinha, se eu passei a mão na minha prima, porque não foi nem com a menina, eu não passava né, só era beijinho mesmo, mas não tinha isso, eu, olha, então eu acho que quando eu vou ser, eu vou gostar só de mulher, não, não passou isso na minha cabeça.*

Para Guattari (1981/1987), a saída possível para uma libertação das normas e modelos sociais impostos historicamente, seria a transgressão da rotina "(...) dando ao desejo um meio de se exprimir no campo social" (p. 66). A participante Míriam relata que começou a questionar seus desejos e sua sexualidade de forma mais consciente na sua primeira experiência afetiva com mulheres, como é ilustrado pela sua fala:

> *É, eu tinha sempre um querer, uma amizade mais forte, com algumas delas, né. Mas nada assim marcante na minha vida, mas agora o que ficou marcado na minha vida assim foi mesmo foi esta pessoa que eu fiquei com ela, com 16 anos, foi à primeira vez né, 16 para 18 anos. Que nesta época eu já estava com um rapaz, eu já estava namorando com ele, mas foi o que marcou minha adolescência mesmo, foi ela, que ficamos juntas e que daí as coisas começou a ser diferente né? Pra mim, a minha visão começou a ficar diferente, isto me marcou muito, né.*

Ainda que esse desejo possa ter tido vazão, os valores religiosos introjetados por Míriam a impediam de vivenciá-lo integralmente, gerando uma compreensão do seu desejo como um ato pecaminoso, como ilustrado nas falas a seguir:

> *Eu ainda achava que eu não tinha que ter relacionamento com mulher, que vim de uma família muito católica tava sempre participando da igreja católica, então eu achava que isso pra mim era um pecado (...) aquela noite com ela ficou muito presente na minha vida, mas assim eu achava que tudo aquilo era um pecado, encontrei várias vezes ainda com ela, mas sempre assim negando tudo aquilo que tinha acontecido com a gente.*

A influência religiosa também aparece nos estudos de Lemos (2015) em que os participantes relatam preconceitos e julgamentos que sofreram por parte da comunidade religiosa que frequentavam. Para Foucault (2004), o poder é algo que nos forma enquanto sujeitos e que orienta o nosso desejo, não só no sentido de oposição, mas também de aceitação e de internalização. O autor chama de "sujeição" o processo pelo qual nos tornamos subordinados ao poder, e concomitantemente, nos tornamos sujeitos. Este poder, que primeiro é visto como pertencente à exterioridade, nos pressionando à subordinação, em um segundo momento irá assumir um formato psíquico e será constituinte da subjetividade. Desse modo, o processo de formação subjetiva e as relações de poder que foram internalizadas pelas entrevistadas, impactaram a forma como elas se perceberam e significaram seus desejos, fazendo com que elas só conseguissem viver livremente sua sexualidade na velhice, conforme será exposto na categoria temática seguinte.

A Vivência da Homoafetividade na Velhice

Os relatos desenvolvidos pelas participantes sobre a velhice, revelam que estas mulheres experienciam essa temporalidade da vida com maior liberdade afetivo-sexual. As três participantes relataram que, atualmente, do ponto de vista social/cultural, percebem a possibilidade de se viver a homoafetividade com maior liberdade, o que também foi observado pelos participantes do estudo de Alves (2016).

Nas suas falas, as participantes destacam como fatores que favorecem a maior liberdade de expressão, a representatividade nas mídias, principalmente na internet, a possibilidade de se discutir sobre outras configurações de sexualidade na sociedade e a criação de espaços de convivência, como na ONG que frequentam, que possibilitou às participantes o sentimento de pertencimento e de reconhecimento entre semelhantes. Portanto, a liberdade afetivo-sexual, a representatividade e a coletividade, como também o medo de "voltar para o armário", foram

conteúdos importantes relatados pelas participantes sobre a vivência da homoafetividade na velhice, temas que foram objeto desta categoria.

Poder viver os seus afetos com maior liberdade, sem o peso dos julgamentos, internos e externos, podendo desejar e reconhecer esse desejo como legítimo, são aspectos que influenciaram positivamente a forma como estas mulheres estão vivenciando a velhice. A experiência de estar “dentro do armário" durante muitos anos, não diz respeito “apenas” à dimensão quase que literal de não poder estar publicamente com a pessoa com a qual se relaciona, mas também mantém relação com uma dimensão subjetiva de estar identificada com um discurso que foi construído historicamente e que enquadra os relacionamentos destas mulheres como práticas anormais, desviantes e doentes (FERNANDES-ELOI, 2017). Dessa forma, sair e permanecer “fora do armário", e de certa forma, se libertar da lógica discursiva que classifica a homoafetividade como perversidade, é tido como um ato libertador e fonte de felicidade, como ilustrado na fala da participante Míriam:

> *(...) tô muito mais feliz agora do que quando eu tinha meus 24 pra 25 anos, que você via casal hetero saindo de mão dada, indo pro cinema e a gente não podia fazer nada disso, nada disso a gente podia fazer, principalmente quando você vive dentro do armário.*

Para essas mulheres, o reconhecimento de que as suas relações afetivo-sexuais são tão válidas quanto as heterossexuais, se deu em grande parte pela possibilidade de outros casais homoafetivos sendo representados nas mídias e por meio de interações promovidas por grupos, ou espaços de convivência, sendo alguns deles próprios para a comunidade LGBTQIA+ idosa, como a ONG que frequentam. A fala da participante Audre ilustra como a representatividade, o compartilhamento de experiências e o sentimento de reconhecimento entre pares são importantes para esse processo de legitimação da (homo) sexualidade:

> *(...) hoje em dia se tem né? Se tem um vasto repertório pra você pesquisar, pra você olhar, se você entrar na internet você acaba se informando, você conhece outras pessoas, você divide estas coisas, mas no meu tempo, era muito solitário (...) a partir deste ano que conheci a ONG, tenho tido conversas que eu não tinha tido a minha vida inteira, sabe? Eu descobri coisas, poxa que nunca pensei nisso, sabe? As pessoas falam umas coisas (risos) eu falo é pois é igual (risos).*

Segundo Castañeda (2007), o reconhecimento da homossexualidade é muitas vezes acompanhado de isolamento e solidão, considerando os potenciais conflitos com a família e sociedade, aspecto retratado nas pesquisas de Alves (2016), Munhoz (2017), Pereira et al. (2015) e Seffner e Duarte (2016), em que os participantes, em sua maioria homens homossexuais idosos, ainda vivem de forma sigilosa e discreta como forma de evitar desconforto e sofrimento. Tal aspecto demonstra que a sociedade ainda não oferece segurança e estabilidade para as pessoas homoafetivas, e que espaços como ONGS e comunidades LGBTQIA+, frequentados pelas participantes, são importantes para que no momento desse reconhecimento, o isolamento dê lugar à possibilidade de pertencimento e de aceitação.

Corroborando com os aspectos observados nas pesquisas de Alves (2016), Leal e Mendes (2017) e Arrais *et al.* (2014), as participantes da presente investigação também relatam vivenciar melhor a velhice em decorrência da atual colocação social e financeira, que lhes permite uma maior autonomia e liberdade. A autonomia e a liberdade conquistadas são traduzidas nas escolhas das pessoas com quem elas irão conviver e os espaços frequentados, relacionando-se com pessoas que irão respeitá-las, entendê-las e compartilhar experiências de vida semelhantes, aspecto que não foi possível na maior parte das suas vidas, dada às relações impostas por trabalho, família ou até mesmo ciclos sociais e de amizade. Essa condição, aliada às possibilidades de interação e de acolhimento promovidos por ONGs e ações coletivas da comunidade LGBTQIA+, mostram-se fundamentais para que as participantes se sintam pertencentes, como ilustrado nas falas de Mirian e Marielle:

> *Se a gente tinha uma tranca que ainda prendia a gente, né? A gente soltou esta tranca, hoje a gente vive mais livremente, a gente fala onde vai, participa, sai em fotos, a gente não tem mais receio nenhum (...) participando da ONG a gente tá sempre junto saindo, agora durante a pandemia não, a gente não parava em casa um dia, a gente participava do coral, a gente ia pro teatro, pro café juntas, né? (Míriam)*

> *(...) aí eu falei aqui é o meu lugar, aqui eu posso falar de mim, posso abraçar outras pessoas e não ter mais vergonha de ser quem eu sou, nem da minha idade e nem da minha sexualidade e com isso abriu minhas portas, mais ainda. (Marielle)*

Entretanto, as participantes reconhecem que essa liberdade conquistada pode ser comprometida caso, no futuro, lhes faltem recursos financeiros ou de saúde para manter sua autonomia, o que poderia levá-las a terem que "voltar ao armário" novamente, como é colocado na fala das participantes Míriam e Audre, respectivamente:

> *Se eu for prum asilo, vai ter um asilo que vão me acolher como mulher lésbica ou eu vou ter que voltar pro armário, né? Isto que se torna difícil na velhice da gente (Míriam).*

> *A própria pessoa não conseguindo viver sozinha, precisa viver com a própria família, às vezes volta pro armário, sabe? Pra não chatear a família que não aceita (Audre).*

O laço social para estas mulheres substituiu muitas vezes o apoio e o amparo que elas "tradicionalmente" deveriam receber da família, mas é também no campo social que elas temem ser novamente oprimidas, caso, por exemplo, venham a necessitar viver em uma instituição geriátrica, uma realidade temida pelas participantes, que mostra o quanto à sociedade ainda condena essa comunidade, como anunciado na fala da Marielle: *"as lésbicas, os trans, os gays (...) na casa de LPI não aceitam quase, quando aceitam, quando você vai com seu companheiro ou companheira eles querem que se separe, porque não pode tá juntos".*

A família, muitas vezes, reproduz essa visão tratando como tabu as relações homoafetivas do próprio núcleo familiar, não falando sobre o assunto, tratando o parceiro (a) afetivo-sexual como amigo (a), como foi relatado pela participante Miriam, como se as relações não heterossexuais fossem um mau exemplo. De todo modo, na atualidade, a família é trazida pelas participantes de maneira ambivalente, em alguns momentos significada como fonte de sustentação e em outros como fonte de temor, aspectos que compõem parte importante das lutas, desafios e dilemas presentes em suas trajetórias de vida, que foram o objeto da próxima categoria temática.

Lutas, Dilemas e Conflitos

Ainda que cada uma das entrevistadas tenha vivido e enfrentado à sua maneira e com diferentes recursos as "dores e delícias" de ser uma mulher lésbica em uma sociedade machista e heteronormativa, suas trajetórias se assemelham e se encontram em muitos aspectos, no que

diz respeito as suas lutas, seus conflitos e seus dilemas. Neste sentido, foi apresentado nessa categoria os dilemas dessas mulheres em relação à família, a homofobia e as dificuldades que elas encontraram para viver seus relacionamentos, para partilharem legalmente os bens materiais conquistados com suas companheiras, conflitos em relação à adoção e também como elas compreendem as conquistas de direitos e a luta necessária para a permanência dos direitos conquistados.

De modo geral, a auto aceitação da lesbianidade para essas mulheres foi vivida como um processo longo e atribulado. Desse modo, a família, ainda que tenha exercido influência indireta por meio dos ideais e valores transmitidos e desejados, compõe essa história de forma secundária, em que cada uma das participantes viveu de modo singular. A participante Audre conta que sua maior dificuldade foi aceitar, ela mesma, que gostava de mulheres. Em se tratando da aceitação familiar, Audre afirma que foi um processo natural: *"As pessoas percebiam e aceitavam, minha família sempre aceitou muito bem, não tive problema nenhum, nenhum constrangimento, felizmente sou muito sortuda."*

Considerando que a auto aceitação da homoafetividade é um processo, já que o modelo socialmente aceito é o heterossexual, o fato de falar para família sobre o tema seria, tradicionalmente, o último passo desse movimento, o que para Audre não foi necessário, uma vez que a própria família foi facilitadora, aceitando "naturalmente" (MARVIN; MILLER, 2002).

A participante Míriam, que veio de uma família muito conservadora, nunca contou para a família diretamente sobre os seus relacionamentos. De acordo com a participante, seus familiares só tomaram conhecimento oficial sobre a sua sexualidade recentemente, quando ela deu uma entrevista para um jornal que repercutiu nas redes sociais. Nesta época, seu pai e sua mãe já tinham falecido, a participante conta que a reação do restante dos familiares foi muito boa:

> *um monte de gente da minha família já tinha comentado né, de 200 e tantos de comentários que teve, não teve um que me deixou chateada, nada, foi só elogio, só falando bem nos incentivando ainda mais a gente. (*Míriam)

Já Marielle relata que fatores como ter sido casada com um homem, ter tido uma filha desse relacionamento e ter vivido um

relacionamento abusivo com a primeira mulher com quem se relacionou oficialmente, dificultaram sua relação com a família e a maneira como enxergaram todo o processo, e que, por mais que depois de algum tempo ela tenha conseguido o apoio da mãe, da filha e até do ex marido, o restante da família sempre agiu com hostilidade e preconceito. A participante relatou um episódio triste que ocorreu no dia do velório da sua mãe, em que ouviu piadas ofensivas de uma de suas primas sobre o fato de seu ex marido e sua ex companheira estarem prestando as condolências para ela, que estava acompanhada de sua atual companheira na época, que hoje é falecida.

> *Ali era lugar? momento? (...) minha mãe era muito querida, então aí vem a minha prima lá de cruzeiro que veio, pra falar essa besteira, isso é uma maneira de discriminação, preconceito porque a "Marielle e seus 3 maridos", quer dizer ainda pôs a Cida e a Silvana como homens, seus 3 maridos...* (Marielle)

A homofobia foi uma constante na trajetória de vida dessas mulheres. As participantes relataram as dificuldades que enfrentaram por serem lésbicas, que vão desde formas sutis de discriminação, como serem mal atendidas por profissionais de saúde, principalmente ginecologistas, a falta de reconhecimento jurídico que as impediram de dividir patrimônios ou bens materiais ao saírem de relacionamentos, bem como a impossibilidade de adotar legalmente uma criança, fato que foi narrado por Audre como o maior desafio da sua vida. As dificuldades também incluem agressões diretas ou violentas como a que a companheira de Míriam sofreu, pelo simples fato de estarem andando juntas pela rua, como relatado pela participante:

> *Nós não estávamos nem de mão dada, estava uma longe da outra, ele passou entre nós duas, deu um safanão, ela que era muito magrinha, que caiu bateu a orelha no orelhão, se machucou, fez um corte na orelha dela, e aí gente ficou tão apavorada, tão apavorada, com a blusa mesmo estancou o sangue fomos pra casa.*

De acordo com Hooks (2019) onde há opressão, há também resistência, e neste sentido, hoje as participantes resistem juntas, se apoiando e unindo forças para superar as diversas formas de violências que sofreram ao longo da vida. As participantes reconhecem que muito ainda precisa ser feito, principalmente em relação à velhice das pessoas da comunidade LGBTQIA+, que caso não possuam condições financeiras

e de saúde, muito provavelmente estarão desamparados (as). As participantes também trazem a preocupação em relação aos direitos conquistados, que não são permanentes e podem estar ameaçados, e acreditam que a luta seja a única saída para a garantia destes direitos, tal como ilustrado pelas falas a seguir:

> *Então eu posso me sobreviver, eu posso viajar, graças a Deus, mas e outros que só tem aquele dinheirinho pouco, esses que ainda não tem um local, não tem onde morar (...) que a gente consiga continuar, pra gente ter um local pra todos nós, eu acredito nisso. (Marielle)*

> *E muitas coisas que já foram adquiridas por nós, hoje em dia este governo tá tirando, este presidente tá tirando, então é assim. (...) nós temos que continuar lutando, lutando pra que a gente consiga mais algumas coisas pra nós, que nós precisamos, espero que nunca acaba o casamento né? Que nunca acaba a união estável, pra que a gente consiga ficar com isso. (Miriam)*

Estar à margem, no sentido de não estar no "centro" correspondente às normas hegemônicas de gênero, sexualidade ou idade, não se resume em ocupar um lugar de privações, perdas ou ausência de fala, como identificado na trajetória de vida destas mulheres. Segundo Kilomba (2019), estar à margem significa também ocupar um espaço de possibilidade, não se pretende com essa afirmação romantizar a opressão, mas sim de mostrar que o lugar onde essas mulheres estão do ponto de vista social também é um lugar de resistência, de luta, um lugar em que essas mulheres se apropriaram de seus desejos, desafiaram as normas vigentes e traçaram um caminho para que novos discursos sejam possíveis e que coexistam de forma legítima com os já existentes.

Considerações Finais

O objetivo do presente estudo foi analisar as percepções de idosas lésbicas sobre suas trajetórias de vida. A partir dos resultados, foi possível compreender como a heteronormatividade afetou a forma como as participantes vivenciaram seus relacionamentos afetivo-sexuais e as dificuldades que tiveram em aceitar e viver sua lesbianidade em sociedade, ainda que cada uma tenha vivido essa experiência de forma singular.

No contexto geral da trajetória de vida destas mulheres, o preconceito social de uma sociedade homofóbica fez com que elas tivessem que reprimir seus desejos reprovados pelos meios sociais ou pelo núcleo familiar, sendo esse último colocado como um problema menor do que o enfrentado em outras instâncias sociais. Como exemplos de conflitos vivenciados no campo social, as participantes relataram as violências vivenciadas no sistema de saúde e jurídico, enfatizando a falta de preparo dos profissionais da área da saúde, referente ao trato com as mulheres lésbicas, necessitando de um maior entendimento por parte destes profissionais para saberem como lidar nas questões sexuais e ginecológicas. No âmbito jurídico na época que as participantes tinham seus relacionamentos com pessoas do mesmo sexo, não havia amparo de políticas públicas, em casos de adoção e na seguridade da união estável para casais homoafetivos. Na atualidade este quadro dos benefícios relacionados à união estável vem ganhando êxito em suas conquistas.

Outro ponto a ser destacado está relacionado à relevância da estabilidade econômica, ressaltada de maneira unânime pelas participantes como, demonstrando que a renda, associada às conquistas sociais para as pessoas homoafetivas, lhe permitiram um maior conforto e autonomia na velhice. A preocupação com os indivíduos da comunidade LGBTQIA+ que não possuem uma condição econômica para se manterem financeiramente e a preocupação que estes idosos e idosas possam cair na marginalidade, são pontos relevantes relatados pelas participantes. Outra preocupação apresentada pelas participantes é o risco de irem para uma instituição geriátrica na qual terão que voltar para o “armário”, caso este local não permita a liberdade para expressar sua orientação sexual.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foi possível identificar no levantamento realizado no campo das pesquisas literárias e bibliográficas, uma escassez de material no que diz respeito às especificidades da mulher lésbica idosa, demonstrando que a homoafetividade feminina é subjugada a uma visão machista e patriarcal. Tal achado aponta para a necessidade de estudos sobre as questões que envolvem a posição da mulher enquanto idosa e lésbica perante a sociedade heteronormativa.

Referências

ALVES, Andrea Moraes. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. *Horizontes Antropológicos,* [S.L.], v. 16, n. 34, p. 213-233, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832010000200010.

ALVES, Laís de Souza. *"Não é opção, isso vem, nasce na pessoa": Percepção de preconceito por homossexuais masculinos idosos nos contextos de família, trabalho e amizades*. 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/9056.

ANTUNES, Pedro. Homens homossexuais, envelhecimento e homofobia internalizada. *Revista Kairós:* Gerontologia, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 311-335, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i1p311-335.

ARRAIS, Renata Albuquerque; LIMA, Ana Augusta Ferreira de; SANTIAGO, Kleyton Cesar. Homossexualidade: Sexualidade no envelhecimento. *Temporalis*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 221-239, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p221-239.

CAMPOS, Claudinei José Gomes; TURATO, Egberto Ribeiro. Análise de conteúdo em pesquisas que utilizam metodologia clínico-qualitativa: aplicação e perspectivas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 17, n. 2, p. 259-264, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000200019.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: Ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem,* v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019.

CASTAÑEDA, Marcus. *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. São Paulo: A Girafa, 2007.

CRENITTE, Marina R. F.; MIGUEL, Danilo F.; JACOB FILHO, Wilson. Abordagem das particularidades da velhice de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Geriatrics, Gerontology and Aging,* v. 13, n. 1, p. 50-56, 2019.

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens*. São Paulo: Penso Editora, 2014.

FERNANDES-ELOI, Juliana. *Homofobia internalizada, satisfação corporal, satisfação sexual e envelhecimento de mulheres lésbicas no Brasil*. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. (Originalmente publicado em 1988).

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. A importância do reconhecimento social na construção da identidade sexual de mulheres não heterossexuais no sul da Bahia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 64, p. 1-24, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/18094449202200640014.

FREITAG, Raquel Meister Ko.. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência?. *Revista de Estudos da Linguagem*,

v. 26, n. 2, p. 667-686, 2018. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12412.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos "idosos LGBT". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 283-323, 2017. Disponível em: doi: https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000100010.

HOOKS, Bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/20595.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. (Originalmente publicado em 1981).

GRILLO, Camila Karla; LANZARINI, Ricardo. Fixidez e a desconstrução: Uma discussão sobre a identidade lésbica invisibilizada nas artes. *Revista Ártemis*, Fortaleza, v. 25, n. 1, p. 183-202, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo contabiliza 60 mil casais gays; metade mora no Sudeste*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Idosos indicam caminhos para uma melhor idade*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LEAL, Maria das Graças Santos; MENDES, Márcia Regina Oliveira. A Geração duplamente silenciosa: velhice e homossexualidade. *Revista Portal de Divulgação*, v. 51, p. 18-35, 2017.

LEMOS, Andréa Evangelista. *Homossexualidade e velhice: os processos de subjetividade da sexualidade em homossexuais idosos*. 2015. 72 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/136072.

MARVIN, Carollyne; MILLER, David. Os casais de lésbicas na entrada do século XXI. In: PAPP, Paulo (Org.). *Casais em Perigo: novas diretrizes para terapeutas*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 269-294.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, v. 40, n. 40, p. 139-153, 2018. Doi: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439 .

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUNHOZ, Daniela Bittencourt. *A constituição do vínculo e o legado familiar heteronormativo em casais homossexuais longevos, femininos e masculinos*. 2017. 297 p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: doi:10.11606/T.47.2017.tde-03102017-175454.

PEREIRA, Karina Cabreira da Silva Alves; CHAVES, Patrícia Regina de Sousa; SANTOS, Francile Lopes dos; SÁ, Elen Fernandes de Sousa; ARRAIS, Ana Raquel. Autoconceito em idosos homossexuais: um estudo

exploratório. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 259-275, 2015.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, Natal, v. 4, n. 5, p. 18-44, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0100-31431996000200005.

SEFFER, Fabiano; DUARTE, Gustavo. E quando não há muito mais o que guardar no armário? Homossexualidades e processos de envelhecimento. *Revista Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, Natal, v. 9, n. 13, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9649.

STAKE, Robert E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011

Old age and homosexuality: The trajectory of elder lesbian women

ABSTRACT: The increasing number of elders in the Brazilian population brings forth the topic of the plurality of aging, incorporating to this topic discussions about gender and sexuality in this stage of life. This research aimed to analyze the life trajectory of elder lesbian women. This is a qualitative field study which included three lesbian elderly women who are part of a non-profit organization in the metropolitan region of São Paulo. We carried out semi-scripted interviews with questions about the trajectory of aging of the participants. Data were analyzed using the procedure of content analysis. The results showed that participants had trouble regarding self-acceptance when it comes to being lesbian. They also faced different challenges to be able to have their affective sexual relations throughout their lives. We found that current social and financial conditions, conquered in old age, allowed more freedom and autonomy to live their relationships. The importance of NPOs and social support in this stage of life was also highlighted.

KEYWORDS: Aging. Homosexuality. Women. Gender.

Fannya TALILIA BATISTA DE SOUZA

Fannya Talilia Batista de Souza. Psicóloga. Especialista em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde. Profissional do SUS no Ambulatório Médico de Especialidades Psiquiatria da Secretaria do Estado de São Paulo.

Ianara CRISTÓVÃO DE HOLANDA

Graduada em Psicologia pela universidade São Judas Tadeu. MBA Gestão de Pessoas, liderança e coaching da Faculdade Anhembi Morumbi.Especialização em Psicologia Analítica pela FACIS. Formação em Neurociência da emoção pelo Instituto Fran Maftum Treinamento e desenvolvimento humano Ltda.

Michelle de JESUS DIAS

Psicóloga, Mestre em envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. Profissional do SUS na Unidade Básica de Saúde da prefeitura de Mauá/SP. Docente convidada.
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-1619-9964

Rodrigo JORGE SALLES

Psicólogo, doutor e mestre em psicologia clínica pelo instituto de psicologia da universidade de São Paulo. Docente no curso de graduação em psicologia e programa de pós graduação stricto sensu em ciências do envelhecimento da universidade São judas
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0485-4671

Recebido em: 26/05/2023

Aprovado em: 21/09/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Imaginários urbanos e grupos transgêneros e homossexuais:

As representações sobre o bairro Cidade Baixa (Porto Alegre/RS/Brasil)

Valdir José Morigi, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil*

Ana Maria Giovanoni Fornos, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil*

Luis Fernando Massoni, *Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil*

Resumo. Este artigo é um recorte do projeto de pesquisa "Porto Alegre Imaginada Digital", que compõe um estudo internacional sobre imaginários urbanos. O objetivo do texto é analisar os componentes simbólicos a partir das representações dos cidadãos sobre o bairro Cidade Baixa, de Porto Alegre, associado à presença de grupos transgêneros e homossexuais. Utiliza como base o referencial teórico-metodológico dos imaginários urbanos, proposto por Armando Silva. É uma pesquisa quali-quantitativa e descritiva que apresenta as informações oficiais sobre o bairro e compara com os resultados alcançados por meio de um questionário aplicado a 160 porto-alegrenses entre abril e maio de 2022. Verifica-se que o lugar é identificado a partir da ocupação de grupos transgêneros e homossexuais, tornando-se um emblema do bairro. Esta representação é contemporânea, mas está calcada na história do bairro, que foi reduto da "Baixa Cidade", frequentada por grupos sociais minoritários. Conclui que o bairro Cidade Baixa é representado como território de homossexuais e transgêneros, representativo das práticas sociais desses grupos que se manifestam pela alegria e boemia do lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginários Urbanos e Gênero; Homossexuais e Transgêneros; Cidade Baixa; Território.

1 Introdução

O projeto de pesquisa "Porto Alegre Imaginada Digital" faz parte de uma nova fase do Projeto internacional "Cidades e comunidades latinas imaginadas no mundo" – CYCLI, coordenado pelo professor colombiano Armando Silva. Esta nova fase, realizada 15 anos após a primeira, em 2008, inclui as plataformas digitais e é intitulada "Cidades e comunidades latinas imaginadas na era digital", abrangendo o período entre 2020 e 2023, com a participação de aproximadamente 35 cidades, envolvendo diversos países latino-americanos. Assim, a pesquisa tem por objetivo entender como os cidadãos, a partir das suas representações, constroem os imaginários sobre a cidade.

Armando Silva (2004) desenvolve um caminho metodológico para interpretar os imaginários urbanos que se relacionam com a utilização e a interiorização dos espaços e respetivas vivências, por parte de alguns cidadãos na sua intercomunicação social, propondo estudar a cidade como lugar de manifestação cultural e como cenário de um efeito imaginário. Segundo o autor, as representações que se busca em um estudo dessa natureza são coletivas, pois se um sentimento é expresso por um número suficiente de cidadãos, estamos diante de um imaginário social. Esse "número significativo" é definido de acordo com certas médias em pesquisas de percepção qualitativa. No caso do referido projeto de pesquisa, foi acordado um limite que supera 10% das respostas de qualquer ponto de vista, percebido dessa forma para que seja uma realidade social, de um grupo segundo um ponto de vista ou da comunidade em geral. Segundo a proposta metodológica, entre 30% e 50% das respostas expressam dados muito significativos para identificar emblemas da cidade, sendo que os dados com mais de 50% das respostas são considerados emblemas, ou seja, uma representação social de significativa concentração simbólica.

O questionário da pesquisa "Porto Alegre Imaginada Digital" foi aplicado simultaneamente nos meses de abril e maio de 2022 ao conjunto de cidades que participam do estudo. O instrumento, composto de 92 questões de natureza subjetiva, acessível por meio de um endereço eletrônico, remetia as respostas dos cidadãos para uma plataforma *online* criada pela coordenação geral do projeto. A estratégia para se chegar às pessoas foi compartilhar o questionário com moradores da cidade maiores de 18 anos, por meio de adesão voluntária, a partir da rede de conhecidos da equipe executora. As pessoas poderiam residir em quaisquer regiões da cidade.

Em Porto Alegre, o questionário foi enviado para 160 moradores da cidade, considerando gênero, faixa etária e nível socioeconômico[1]. A cidade de Porto Alegre, com estimativa da população em 2021, segundo o IBGE, de 1.409.351 habitantes, é atualmente composta de 94 bairros oficiais (OBSERVATÓRIO DA CIDADE..., 2022), sendo que os 160 participantes da pesquisa estão distribuídos em 55 bairros. O quadro 1 apresenta o perfil demográfico dos respondentes.

Quadro 1 – Perfil demográfico dos respondentes

Gênero			
Feminino	**Masculino**	**Outro**	
61,25%	38,12%	0,62%	
Nível Socioeconômico			
Alto	**Médio**	**Baixo**	
26%	52%	22%	
Faixa Etária			
18-24 anos	**25-45 anos**	**45-65 anos**	**Mais de 65 anos**
28%	44%	25%	- de 1%

Fonte: dados da pesquisa

Para este estudo, centramos nosso olhar nas representações dos cidadãos sobre os lugares de Porto Alegre associado à presença de grupos transgêneros e homossexuais, que são duas possibilidades de construção que rompem com a hegemonia heteronormativa: a primeira pela identidade de gênero e a segunda pela orientação sexual. Conforme os dados da pesquisa, foram identificadas três áreas mais citadas como lugar da cidade mais transitado por homossexuais e transgêneros: bairro Cidade Baixa (homossexuais, 37%; transgêneros, 30%), avenida Farrapos (homossexuais, 4%; transgêneros, 8%) e bairro Bom Fim (homossexuais, 11%, transgênero, 4%). Assim, destaca-se o bairro Cidade Baixa com dados muito significativos.

[1] No contexto local, foi utilizado o Critério Brasil de classificação sócio-econômica. Para mais informações, ver em https://www.abep.org/criterio-brasil. Acesso em: 10 set. 2022.

Desse modo, levantamos as seguintes questões: a) como é representada a Cidade Baixa no imaginário dos porto-alegrenses? b) quais as representações sobre os lugares onde circulam os grupos transgêneros e homossexuais em Porto Alegre?

O presente artigo tem como objetivo analisar os componentes simbólicos a partir das representações dos cidadãos sobre o bairro Cidade Baixa, associado à presença de grupos transgêneros e homossexuais. Interessa-nos identificar as representações construídas no território de sujeitos colocados socio-historicamente à margem por sua identidade sexual e de gênero, entendendo como as regulações e discriminações contra LGBTQIA+[2] são produzidas, incluindo homossexuais e transgêneros.

Utilizamos a teoria sobre imaginários urbanos e o método utilizado por Silva (2001) para realizamos a análise do material coletado. A metodologia criada por Silva é chamada de lógica "trial": "cidade vista" (centrada no espaço "real" da cidade), "marcada" (centrada no cidadão que usa a cidade) e "outridades" (centrada na percepção da cidade a partir da visão do outro e em comparação com outras cidades) para enfim desvendarmos a "cidade imaginada", centrada na coleta das percepções simbólicas sobre a cidade e que acabam afetando nossos modos de ser cidadão na cidade real (SILVA, 2006). É uma análise descritiva dos dados encontrados, com abordagem quali-quantitativa, a partir da qual é possível verificar como se configura a Cidade Baixa imaginada pelos porto-alegrenses, um lugar da cidade fortemente relacionado à presença de grupos transgêneros e homossexuais.

2 Cidade, Imaginários Urbanos, Representações, Orientação Sexual e Identidade de Gênero

Na contemporaneidade, a vida na cidade está ligada com o urbano, isto é, um ambiente conformado pela tecnologia e pela técnica. A cidade é o lugar das relações entre grupos manifestadas pelos processos comunicacionais. Observamos que, para além da aparência física, o endereço e a localização históricos de ruas e prédios, o local se insere em uma nova totalidade que engendra um lugar, afirmando cada vez mais o caráter "translocal" das cidades, sendo uma intersecção de diferentes

[2] A sigla refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais/Agêneros e "+" (todas as outras construções que escapam ao modelo heteronormativo, entendidos como não normativos, normatizados, minorias sexuais e, em alguns momentos, tomados como sinônimos de homossexualidades, no plural).

redes e ganhando o espaço urbano uma nova dimensão e significado (LIMONAD; RANDOLPH, 2001). Na concepção de Lefebvre (2013), o espaço carrega complexas categorias, podendo ser interpretado como uma produção social, sendo que seu conceito

> [...] reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) - produção (da organização espacial própria a cada sociedade) - criação (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e a decoração). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da simultaneidade; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se produz a simultaneidade. (LEFEBVRE, 2013, p. 57, tradução nossa).[3]

Sendo uma produção social, o espaço é social, pois "[...] 'incorpora' atos sociais, as ações de sujeitos tanto coletivos quanto individuais [...]. Desde a perspectiva do conhecimento, o espaço social funciona - junto com seu conceito - como instrumento de análise da sociedade. No prólogo do livro "La producción del espacio", de Henri Lefebvre (2013), Ion Martínez Lorea observa que no "El derecho a la ciudad", Lefebvre enfoca que o espaço urbano presume simultaneidade, encontros, convergência de comunicações e informações, conhecimento e reconhecimento, bem como confrontação de distinções. "É lugar de desejo, de desequilíbrio permanente, momento do lúdico e do imprevisível"[4] (LOREA, 2013, p. 21). Para Tuan (1983, p. 3, 6-7),

> 'Espaço' e 'Lugar' são termos familiares que indicam experiências comuns. [...] Na experiência, o significado de espaço se funde com o de lugar. Espaço é mais abstrato que lugar, o que começa como espaço diferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos e dotamos de valor. [...] As ideias de 'Espaço' e 'Lugar' não podem ser definidas uma sem a outra. [...] Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar

[3] [...] liga lo mental y lo cultural, lo social y lo histórico. Reconstruye un proceso complejo: descubrimiento (de nuevos espacios, desconocidos, de continentes, del cosmos) — producción (de la organización espacial propia de cada sociedad) — creación (de obras: el paisaje, la ciudad con su monumentalidad y decorado). Se trata de una reconstrucción evolutiva, genética (con una génesis) pero de acuerdo a una lógica: la forma general de la simultaneidad. Y esto porque todo dispositivo espacial reposa sobre la yuxtaposición en la inteligencia y sobre el montaje material de elementos a partir de los cuales se produce la simultaneidad...

[4] Es lugar de deseo, de desequilibrio permanente, momento de lo lúdico y de lo imprevisible.

> é pausa, cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. [...] A experiência pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos.

Assim, os espaços vão sendo transformados em lugares à medida de sua ocupação, apropriação ou de seu significado social, ou seja, de acordo com os significados culturais, fazendo com que cada cidade possua lugares que a caracterizam.

Referenciando-se em Milton Santos (2002), Limonad e Randolph (2001) afirmam que os seres humanos, ao se relacionarem entre si e com a natureza por meio da mediação do desenvolvimento da técnica, da ciência e das tecnologias de informação e comunicação, constroem os lugares. Através das interações sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas que se desenvolvem nestes locais, fazem surgir pontos de concentração e encontro de condições gerais e particulares que indicam e constituem esses locais particulares em lugares.

Assim, os lugares não são localidades, nem pontos, sítios ou locais, pois seu caráter é, sobretudo, simbólico, construído através de representações: "O lugar - e suas representações são inseparáveis, na medida em que o lugar/a cidade é tanto o objeto como o produto de práticas significativas, discursos e imagens que lhe conferem legibilidade" (LIMONAD; RANDOLPH, 2001, p. 14-15). Diante do apresentado, percebemos que o lugar está ligado à cotidianidade e aos processos interativos entre atores sociais que transitam pelo espaço urbano, ou seja, a formação de um lugar está diretamente ligada à ação das pessoas e tem seus significados e usos alterados de acordo com a apropriação feita pela sociedade.

Assim, as imagens da cidade são frutos da interação e da comunicação dos seus habitantes com os espaços, surgindo daí o "ponto de vista cidadão", que Silva (2001, p. 9) define como "[...] uma série de estratégias discursivas por meio das quais os cidadãos narram as histórias de sua cidade, mesmo quando tais relatos possam, igualmente, ser representados em imagens visuais". A soma de muitos pontos de vistas inclui a leitura simbólica que se faz da cidade; e observamos formas dominantes de percepção cidadã quando podem ser projetados por grupos sociais ou marcadores sociais da diferença, como gênero, idade, classe social etc.

Assim, as representações de uma cidade construídas por seus habitantes cumprem duas funções: "a cidade é vista por seus cidadãos [...], mas estes também são recebidos e inscritos na própria cidade" (SILVA, 2001, p. 13). A cidade é delimitada a partir de seus territórios. Para introduzir a análise da apropriação do território por seus habitantes, Silva (2001, p. 20 e 22) afirma que:

> O território, como marca de habitação de uma pessoa ou grupo, que pode ser nomeado e percorrido física ou mentalmente, necessita, portanto, de operações linguísticas e visuais, entre seus principais suportes. O território é nomeado, mostrado ou materializado numa imagem, num conjunto de operações simbólicas em que, pela sua própria natureza, situa os seus conteúdos e marca os seus limites. [...]. O território na sua manifestação diferencial é um espaço vivido, marcado e assim reconhecido na sua variada e rica simbologia.

O território, como aqui concebido, é a expressão das múltiplas narrativas, de diferentes comportamentos e de formas de reunião onde agrupamentos de homens e de mulheres têm a possibilidade de se evadir ou não dos enquadramentos sociais. Entretanto, aqueles sujeitos que realizam a transgressão dos enquadramentos impostos pelas normas sociais podem abrir fissuras na ordem social e no espaço público: território onde são demarcados por expressões de gênero e sexualidades podem romper com as perspectivas heteronormativas e normalizadoras de perceber o espaço urbano.

A cidade imaginada é aquela construída a partir das representações evocadas da cidade, os imaginários urbanos. Segundo Silva (2001, p. 47, grifo do autor), na percepção da cidade há um processo seletivo e de reconhecimento que constrói o "objeto simbólico" chamado cidade e "[...] em todo o símbolo ou simbolismo subsiste um componente imaginário" e o autor sustenta que a "[...] percepção imaginária corresponde a um nível superior de percepção".

Nesta perspectiva, a cidade imaginada é construída a partir do espaço imaginado e existe uma distinção entre a cidade e o urbano. Enquanto a cidade reporta a couraça física, no urbano são colocadas "as mentalidades cidadãs", as formas como a cidade é usada e vivida. A cidade não é somente um ambiente com determinado ordenamento físico, é o registro de pessoas onde se constroem as identidades e as representações sobre os seus lugares. A cidade nunca está construída, ao

contrário, é um ambiente sociocultural em processo contínuo de construção e reconstrução por meio das ações e dos gestos cotidianos de seus cidadãos.

Desse modo, os lugares não são localidades, nem pontos, sítios ou locais, pois seu caráter é, sobretudo, simbólico, construído através de representações. Ao não perdermos de vista essa concepção de lugar como intersecção de um conjunto diversificado de interações e representações que operam numa gama de ancoragens espaciais, compreenderemos que as diversas formas de representar o lugar e o gênero se relacionam entre si e geram umas às outras. Ou seja, "todos atuamos como sugerem nossas ideias, que sempre respondem a uma criação cultural e estão histórica e espacialmente situadas" (McDOWELL, 1999, p. 20, tradução nossa)[5].

A mesma autora atenta que, para os homens ou mulheres, para os homossexuais ou heterossexuais, os diferentes espaços têm distintos significados e representam diferentes relações de poder que variam com o tempo. Por exemplo, as ruas e os parques da cidade, que para alguns são expressão de liberdade, para outros são inacessíveis ou perigosos. Tais divisões, especialmente aquelas que separam o público do privado, sempre têm estado associadas às divisões de gênero (McDOWELL, 1999, p. 55-56).

Guerra (2014) afirma que, em sua função de ator social, o sujeito que habita a cidade cria fraturas e remodelações do espaço urbano, "[...] dando passo à imaginação, a outros signos, imagens e narrativas que configuram outra topologia simbólica, alheia aos nítidos traços de cartografias e imaginários hegemônicos"[6] (GUERRA, 2014, p. 12-13, tradução nossa). E continua:

> Por trás do desenho geométrico que funciona a nível físico e visual como metáfora da ordem, entre os seus espaços palimpsésticos e nos seus cantos e interstícios, as próprias entranhas do projeto urbano patriarcal são minadas pelo trânsito legítimo, ocasional ou clandestino de minorias de gênero na cidade, criada desde o início

[5] Todos actuamos como nos dictan nuestras ideas, que siempre responden a una creación cultural y están histórica y espacialmente situadas.
[6] "[...] dando paso a la imaginación, a otros signos, imágenes y narrativas que configuran otra topología simbólica ajena a los nítidos trazos de cartografías e imaginarios hegemónicos."

> por uma vontade androcêntrica[7] (GUERRA, 2014, p. 15, tradução nossa).

Ao longo do tempo, em um espaço dividido entre "o masculino" e "o feminino", as afetividades e expressões de gênero que se afastavam da heterossexualidade somente podiam se realizar nos lugares estabelecidos por "cartografias secretas". Nesse contexto, o homossexual valeu-se de lugares clandestinos para suas expressões de afeto, construindo em relação a ele mesmo um rótulo indigno em contraposição às construções culturais atribuídas ao homem e à mulher. Guerra (2014, p. 18, tradução nossa) enfatiza que conhecemos pouco sobre as relações lésbicas, possivelmente porque estas ocorriam no espaço da casa e dos conventos, mas no caso dos homossexuais, por sua suposta condição de homens, "[...] foi dada maior visibilidade na esfera pública e seu trânsito pela cidade teve uma geografia secreta com sua rede particular de informações e seus próprios códigos[8]".

Esta presença "marginal" e "disfarçada" subsiste até hoje, porém a práxis política assumida pelos movimentos de liberação sexual intensificou o trânsito e a visibilidade na cidade das minorias de gênero[9]. A referida autora alerta que devemos pensar que estas relações se tornam mais complexas quando se considera que a cidade também produz relações de classe, de raça/etnia, de geração etc., que se inter-relacionam com as questões de gênero e sexualidade.

Lopes Louro (2004) chama a atenção para o surgimento de um contexto favorável ao de um movimento Queer, o que sustenta a aplicação da Teoria Queer no cenário nacional e, entre os elementos constituintes desse contexto, destaca: "com uma mídia que vem se desenvolvendo articulada a esse processo e também com o surgimento de espaços e produtos culturais voltados para o público gay" (LOPES LOURO, 2004, p. 62). O Queer se explicita na assertiva de Lopes Louro (2004, p. 38-39): "queer representa claramente a diferença que não quer

---

[7] Tras el diseño geométrico que funciona a nivel físico y visual como una metáfora del orden, entre sus espacios palimpsésticos y en sus rincones e intersticios, las entrañas misma del proyecto urbano patriarcal se socavan por el tránsito legítimo, ocasional o clandestino de las minorías genéricas en la ciudad, creada desde el principio por una voluntad androcéntrica.

[8] "[...] se daba mayor visibilidad en el ámbito público y su tránsito por la ciudad poseía una geografía secreta con su red particular de información y sus códigos propios."

[9] Ao se falar de minoria utiliza-se a conceituação apresentada por Guacira Lopes Louro na perspectiva da Teoria Queer. "Dentro dessa lógica, os sujeitos que, por qualquer razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência serão tomados como 'minoria' e serão colocados à margem das preocupações [...]" (LOPES LOURO, 2004, p. 66).

ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é mais transgressiva e perturbadora". Portanto, a presença de sujeitos que escapam à norma ocupa espaços urbanos com maior frequência a partir dos movimentos liberais da década de 1960.

Esse contexto nos faz refletir sobre como o corpo e a sua qualidade de gênero estabelecem uma relação dialógica com o urbano, onde os sentidos que a cidade revela são recebidos e interpretados de maneiras diferentes sob a condição de gênero. A partir desses referenciais e tendo em conta que o bairro Cidade Baixa foi majoritariamente citado na pesquisa como o mais transitado por homossexuais e transgêneros, analisamos as representações sobre tal território, a partir dos dados extraídos do estudo.

3 As Representações dos Porto-Alegrenses sobre o Bairro Cidade Baixa

A Cidade Baixa, conhecida como CB, um dos bairros de Porto Alegre situado próximo ao Centro Histórico da cidade capital do Rio Grande do Sul (RS), possui 18.450 habitantes, representando 1,31% da população do município. Com área de 0,93 km², representa 0,20% da área da cidade, sendo sua densidade demográfica de 19.838,71 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 0,36% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 5,92 salários mínimos, segundo fonte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e do IBGE- Censo 2010 (OBSERVATÓRIO DA CIDADE..., 2022).

No século XIX, "Cidade Baixa" foi a designação dada a toda a região situada ao sul da colina da rua Duque de Caxias (onde a alta sociedade se instalara). Assim, "Cidade Baixa" era a "área pouco nobre, tinha população mais simples e menos abastada, [...] era lugar de excluídos sociais e, também, depósito de lixo do Centro Urbano" (REIS, 2018). O território que hoje é conhecido como Cidade Baixa já possuiu vários nomes: Arraial da Baronesa, Emboscadas, Areal da Baronesa e Ilhota. Essas áreas fazem parte da história de Porto Alegre enquanto espaços associados à cultura popular expressa por meio dos batuques, danças, ritmos e festas organizadas pelos segmentos negros da população (OBSERVATÓRIO DA CIDADE..., 2022). A partir da metade do século XX, em função do desaparecimento das últimas chácaras, a população da região aumenta significativamente. O bairro passou por inúmeras intervenções de cunho urbanístico e tornou-se uma via de trânsito para inúmeros outros espaços da cidade.

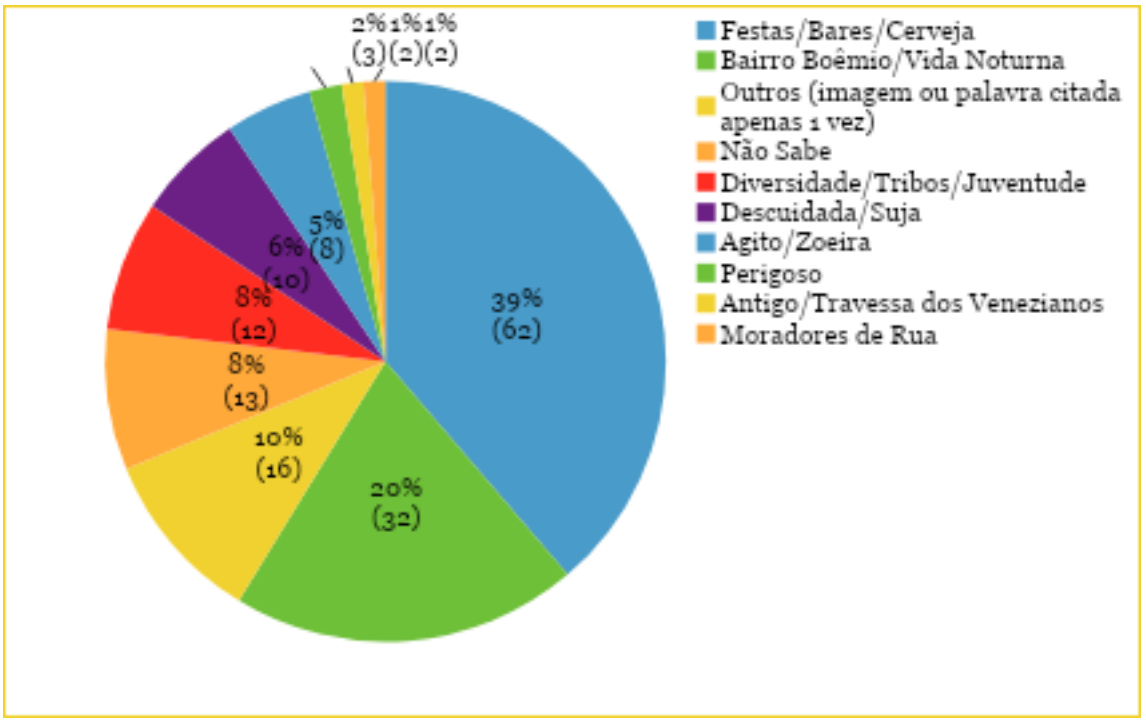
Atualmente, a Cidade Baixa, criada oficialmente em 1959, é habitada por uma população heterogênea. Como pontos que referendam seu passado, estão o complexo habitacional "Lupicínio Rodrigues", o Solar Lopo Gonçalves (sede do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo), a Fundação Pão dos Pobres, o Largo Zumbi dos Palmares, a Ponte de Pedra, a Travessa dos Venezianos e inúmeros estabelecimentos de entretenimento, principalmente noturnos, que lembram os tempos boêmios do Areal e da Ilhota (OBSERVATÓRIO DA CIDADE..., 2022).

O bairro Cidade Baixa carrega consigo ainda hoje a carga simbólica imagética e de valoração das memórias da antiga Baixa Cidade, que abrangia o seu território e bairros adjacentes. Conforme Reis (2018), a prática da boemia noturna na região não é algo recente, estando presente na história da cidade e caracterizando pejorativamente o local como "baixa". Para Silva (2014), a CB reúne características simultâneas dentro de seu espaço: área destinada ao lazer noturno; região antiga e de relevância histórica; lugar de coexistências de diversos usos e usuários; apresenta cíclicos processos de tensão entre moradores e usuários; e faz parte da região central da cidade.

3.1 Cidade Baixa imaginada: o bairro representado por meio dos seus processos simbólicos

Buscamos aqui analisar as construções imaginárias que transcendem as informações oficiais e históricas sobre a CB e sobre a representação tradicional do bairro "fisicamente construído". Procuramos dados que revelam as representações coletivas e que expressam os sistemas de identificação social do bairro. Primeiramente, trazemos à luz os dados referentes às qualidades urbanas da cidade, especificamente referentes à CB. Assim, temos os resultados apresentados a seguir. Ao serem perguntados com que imagem ou palavra identificariam o bairro Cidade Baixa, foram identificados os resultados expostos no gráfico 1.

Gráfico 1 – Identificação da Cidade Baixa por uma imagem ou palavra



Fonte: dados da pesquisa

Segundo Sevaio (2022, p. 106), "no passado e no presente, a Cidade Baixa tem sido um bairro em festa, onde as ruas são dotadas de significados políticos, servindo como suporte para práticas que acionam noções de pertencimento". Conforme a autora:

> [...] o bairro passou por uma série de reformas urbanas que culminaram na desarticulação de grande parte dos territórios negros que nele existiam, assim também afetando a vida boêmia. [...] no entanto, a boemia voltou a se articular no bairro, ganhando outras características e dimensões (SEVAIO, 2022, p. 106).

As afirmações da autora se confirmam nos resultados da pesquisa, pois o bairro é fortemente lembrado como "boêmio": para 39% dos pesquisados, a imagem/palavra que mais identifica a Cidade Baixa são as "**festas/bares/cerveja**" e, para 20%, o bairro é identificado como "**boêmio/vida noturna**". Estas duas imagens representam 59% das respostas, compondo um emblema do lugar.

Ao pedir que os participantes respondessem em que medida gostam do Bairro, numa escala de valores onde 1 (um) é "nada" e 5 (cinco) é "muito", obtivemos os resultados da tabela 1.

Tabela 1 – Em que medida os pesquisados gostam da Cidade Baixa

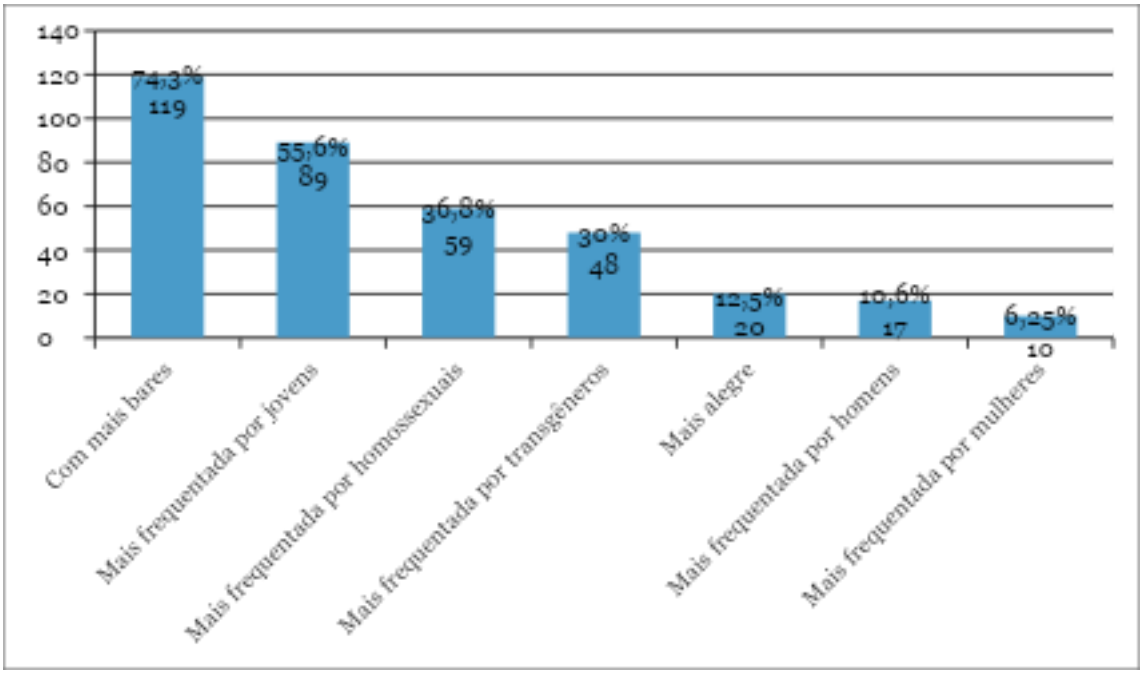
Medida em que gosta da Cidade Baixa*	Respostas	Percentual
Escala 5	39	24%
Escala 4	41	26%
Escala 3	35	22%
Escala 2	22	14%
Escala 1	15	9%
Não responderam	8	5%
Total	160	100%

Fonte: dados da pesquisa
*__escala 1 = nada / 5 = muito__

Observamos que 72% das respostas se concentram nas escalas 3, 4 e 5, tornando possível inferir que o Bairro é bastante apreciado pelos pesquisados.

A seguir, buscamos os dados referentes às qualidades urbanas de Porto Alegre, onde foi solicitado aos participantes da pesquisa que mencionassem uma rua ou local que considerassem ser mais perigoso, com melhor cheiro, com cheiro mais desagradável, com mais movimento, com mais bares, mais lugares com acesso à internet pública, mais frequentada por mulheres, mais frequentada por homens, mais frequentada por jovens, mais frequentada por idosos, mais transitada por transgênero, mais transitada por homossexuais, mais triste, mais alegre, local com a maior venda de rua (comércio), a rua mais limpa e a rua mais suja. Destas perguntas, a Cidade Baixa como um todo ou ruas pertencentes ao bairro foram citadas mais significativamente nos seguintes itens, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Qualidades urbanas da Cidade Baixa



Fonte: dados da pesquisa

Podemos observar que o bairro e suas ruas não são citados nos aspectos negativos, como sujeira, mau cheiro, periculosidade etc. Por outro lado, o bairro é muito citado quando perguntado sobre o local com mais bares, o que corrobora com a imagem na qual o bairro é mais identificado com "**festas/bares/cerveja**", conforme apontado anteriormente. Além disso, o bairro é identificado como mais frequentado por jovens, homossexuais e transgêneros. Quanto ao local mais alegre, a pesquisa aponta a Orla do Guaíba, com 22 respostas, mas vemos que é muito próximo das respostas alcançadas pela Cidade Baixa (20).

Ainda analisando os dados referentes a outras questões, observamos que, para a pergunta "mencione três lugares que você acha que identificam sua cidade", nove participantes responderam o bairro Cidade Baixa como um todo, não tendo nenhuma resposta com algum lugar específico do bairro. A Travessa Venezianos foi citada duas vezes para a pergunta "cite três prédios representativos da arquitetura de sua cidade" e uma vez para "cite três prédios representativos da paisagem natural da sua cidade". Embora o bairro seja considerado um patrimônio cultural e casas populares construídas no início do século 20 localizadas

na Travessa Venezianos sejam tombadas pelo município de Porto Alegre, este local foi pouco citado.

Podemos inferir que bares, juventude, boêmia, festas e alegria expressam as representações sobre o Bairro. Apesar disso, apenas 3,8% dos participantes se referem à Cidade Baixa quando é solicitado que indiquem seis lugares de diversão na cidade. Entretanto, não foram mencionados os conflitos gerados entre os moradores e os frequentadores do Bairro, principalmente pela ocupação do espaço público noturno. Não é possível apontar, a partir dos dados, o motivo dessa ausência, mas uma possibilidade é a de que os respondentes não sejam frequentadores assíduos, desconhecendo detalhes do cotidiano do bairro e referindo-se a ele com base no senso comum.

O habitante do território o vivencia e esta experiência o conduz a múltiplas representações. Assim, o território "[...] é um espaço *vivido, marcado e reconhecido* em sua variada e numerosa simbologia" (SILVA, 2001, p. 26, grifo do autor). O território é um espaço (ainda que imaginário) onde convivemos com os nossos, onde as lembranças do passado e a evocações do futuro nos permite nomeá-lo com certos limites geográficos e simbólicos. É assim que "[...] uma nova noção de território pode ser mantida se o entendermos como um terreno afetivo a partir do qual vejo o mundo como suporte imaginário" (SILVA, 2001, p. 26). Assim, o território da CB é lembrado como espaço de sociabilidade noturna, alegria e boemia, sendo fortemente frequentado por jovens, homossexuais e transgêneros.

Observamos que a CB tem uma representação social significativa para o conjunto de cidadãos que moram na cidade de Porto Alegre, não só para seus moradores. Ou seja, a Cidade Baixa é marcada pelos cidadãos como um bairro boêmio, pela concentração de bares, pelas festas e diversão.

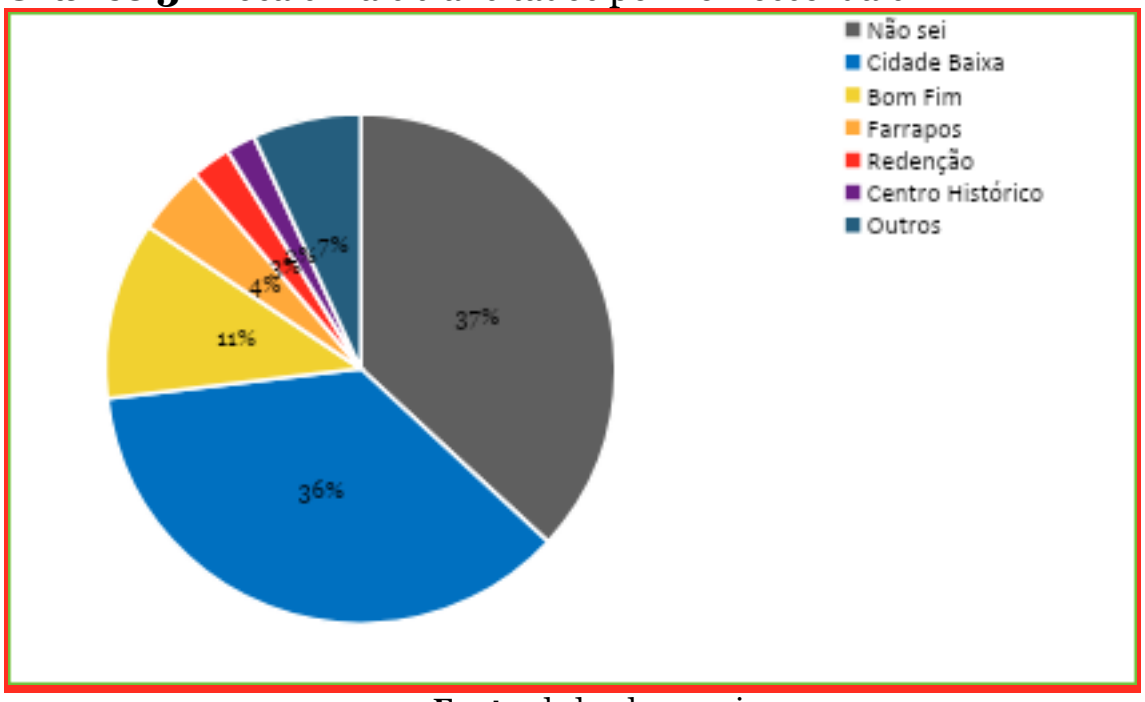
3.2 Cidade Baixa imaginada: lugar de Porto Alegre associado à presença de grupos homossexuais e transgêneros

A cidade não é homogênea, o que a torna espaço de múltiplas representações e apropriações pelos diferentes grupos sociais que a constituem. Os territórios são apropriados e representados de acordo com marcadores sociais que são fundamentais na configuração do repertório do cidadão na cidade e da forma como ele a imagina. Para Guerra (2014), uma análise dos imaginários urbanos deve considerar as

cartografias significantes inseridas nas diversas interrelações de poder em um espaço e tempo específicos. Por essa razão, a autora considera "[...] que o gênero sexual é um fator fundamental para compreender as modelagens imaginárias do espaço urbano" (GUERRA, 2014, p. 14, tradução nossa)[10].

Quanto à pergunta referente ao local mais transitado por homossexuais, a Cidade Baixa foi a mais citada, tendo 58 indicações. Este dado corresponde a 36,2% do total de respondentes, expressando dados muito significativos para identificar emblemas da cidade, mesmo que não configure um emblema do bairro, por não ultrapassar 50%, conforme a metodologia proposta por Silva (2004). Os dados são apresentados no gráfico 3.

Gráfico 3 - Locais mais transitados por homossexuais

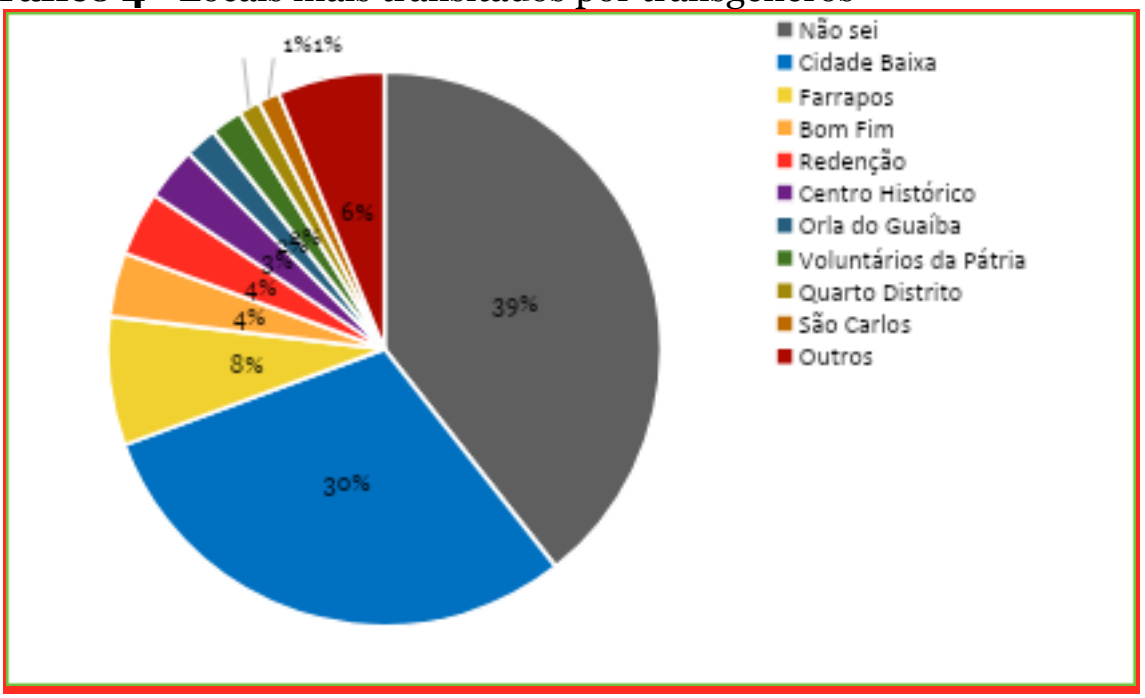


Fonte: dados da pesquisa.

Quanto à pergunta referente ao local mais transitado por transgêneros, a Cidade Baixa foi a mais citada, tendo 48 indicações, o que corresponde a 30% do total de respondentes. Assim como os dados sobre os locais mais frequentados por homossexuais, também expressa significativa representação do Bairro quanto a este grupo, conforme podemos observar no gráfico 4.

[10] Razón pela cual consideramos que el gênero sexual es un factor fundamental para compeender las modelizaciones imaginarias des espacio urbano.

Gráfico 4 - Locais mais transitados por transgêneros



Fonte: dados da pesquisa.

Na concepção de Guerra (2014), devemos pensar que as relações se tornam mais complexas quando se considera que a cidade não só funciona como regulamentadora dos corpos sexuados, mas também produz relações de classe, de raça/etnia, de geração etc. que se interrelacionam com as questões de gênero e sexualidade. A materialidade do espaço apresenta toda a força do poder heteronormativo, mas não é passível ao exercício do poder regulatório, podendo apresentar fissuras pelas quais emergem as forças de subversão das minorias de gênero e suas interseccionalidades.

> Território vanguardista do efêmero, inovador, proibido, ousado, maldito, teria sido ali, sempre, o local das práticas mais escandalosas. Ainda que durante alguns períodos, o Centro apresentasse espaço para o "baixo", foi na Cidade Baixa que ele encontrou um 'porto-seguro' e onde permaneceu, desde o surgimento da cidade até os dias atuais. Dentre estes lugares, citam-se as "Maternidades" ("casas de encontros" clandestinos, frequentadas não só por prostitutas, mas também por senhoras casadas – recorrentes em áreas pobres da Cidade); casas de prostituição masculina, feminina e homossexual; redutos gays, negros, pobres, prostitutas; lugar de contracultura, outsiders e excluídos, o bairro acabou por configurar, atualmente, na maior zona boêmia da cidade, contabilizando mais de 150 estabelecimentos noturnos de boemia – incluindo bares, pubs,

> cafés, "choperias", restaurantes, pizzarias, lancherias, sorveterias e casas de espetáculos, provoca um sentimento e uma ambiência na paisagem que preside esta zona boêmia (REIS, 2018, p. 144).

Para concluir, salientamos ainda que 12 participantes identificaram o Bairro com "**Diversidade/Tribos/Juventude**". Assim, os componentes simbólicos a partir das representações dos cidadãos sobre a presença de grupos transgêneros e homossexuais na Cidade Baixa representam duas possibilidades de construção que rompem com a hegemonia heteronormativa: a primeira pela identidade de gênero e a segunda pela orientação sexual. Estes dados nos instigam a pensar os imaginários urbanos e as representações de identidade de gênero e de orientação sexual no espaço urbano.

As representações sobre o bairro Cidade Baixa dão conta de um território heterogêneo, que se caracteriza como espaço de convivência de grupos sociais minoritários. Homossexuais e transgêneros não apenas habitam o bairro: eles o vivem, emprestando cor, aroma, forma e voz ao lugar. O caráter boêmio do bairro não é apenas sinônimo de vida noturna, pois, se assim o fosse, a Cidade Baixa seria apenas mais um *point* de Porto Alegre, símbolo de consumo. O que o torna único é justamente o seu caráter representativo desses grupos sociais.

4 Considerações Finais

A cidade possui uma história oficial que é contada pelos órgãos públicos e está presente em livros, exposições de museus históricos e demais instituições e produções que visam documentar sua trajetória. Entretanto, é fundamental que se perceba o lugar como algo mais do que um mero aglomerado de prédios e ruas: ele é espaço de projeções simbólicas, afetividades e sociabilidade fundamentalmente constituídas no seio do tecido social. Não é arquitetura de um bairro ou região o que define sua identidade por si só, pois ela é marcada pela apropriação que os grupos sociais fazem do lugar.

Por vezes, as interações entre as pessoas e o ambiente são tão significativas e únicas que moldam suas representações ao ponto de tornar o lugar um emblema daquele grupo e de suas práticas. Assim é com a Cidade Baixa: o bairro possui dados muito significativos como representante do movimento de homossexuais e transgêneros. Enquanto espaço de convivência e sociabilidade, o bairro delimita vínculos afetivos. Esse uso social não é recente, marcando a história do bairro desde antes

mesmo de sua criação de delimitação como tal. Antes de ser oficialmente chamado Cidade Baixa, a região já acolhia a baixa sociedade porto-alegrense.

As representações sobre a Cidade Baixa pelos cidadãos demarcam o lugar como boêmio, dada a concentração de bares, restaurantes, festas e diversos eventos de entretenimento. Para homossexuais e transgêneros, socialmente instruídos a reprimir seus desejos e formas de expressão, estar na rua por si só é um posicionamento político e ideológico. Em pleno século XXI, ser homossexual ou transgênero e manifestar seu afeto e forma de ser em público não é crime no Brasil, mas a história e os usos sociais do lugar demarcam territórios desses grupos minoritários, onde eles se sentem acolhidos e respeitados da forma como são.

Além disso, o Bairro é identificado com diversidade, tribos e juventude, remetendo à multiplicidade de pessoas que o frequentam, com destaque aos jovens, símbolo de luta e mudança social. Esses componentes simbólicos, juntamente com a presença de grupos transgêneros e homossexuais na Cidade Baixa, auxiliam no rompimento de imaginários instituídos, sobretudo aqueles relacionados com a hegemonia heteronormativa.

É importante frisar, como limitação do estudo, que a Cidade Baixa concentra uma série de conflitos relacionados à sua ocupação, que estão diretamente ligados às formas de uso do espaço. Isso implica a participação — ou exclusão — de diferentes grupos sociais em determinadas áreas do bairro, um aspecto que não é discutido neste estudo. Apesar de não ser um bairro extenso, a diferenciação na ocupação de suas ruas, assim como as distintas possibilidades de lazer e comércio, reflete marcadores sociais da diferença. Assim, sugerimos que estudos futuros possam refletir de forma mais individualizada aspectos específicos do bairro.

Referências:

GUERRA, Lucía. **Ciudad, género e imaginarios urbanos en la narrativa latinoamericana**. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LIMONAD, Ester; RANDALH, Rainer. Cidade e Lugar: sua representação e apropriação ideológica. **R.B. Estudos urbanos e regionais**, Recife, n. 5, p. 9-22, 2001.

LOPES LOURO, Guacira. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOREA, Ion Martínez. Prólogo: Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. *In*: LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013, p. 8-28.

McDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar**: un estudio de las geografías feministas. Madrid: Ediciones Cátedra Grupo Anaya S.A, 1999.

SILVA, Michele Nascimento da. **Percepção de valor dos usuários sobre o território:** estudo de caso no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre – RS. 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2014.

OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE. **A Cidade de Porto Alegre**. 2022. Disponível em: http://www.observapoa.com.br/. Acesso em: 17 ago. 2022.

REIS, Vanessa. **Da baixa boemia à baixa cidade:** limites do Bairro Cidade Baixa no imaginário urbano de Porto Alegre. 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SEVAIO, Joanna Munhoz. Cidade Baixa em festa: análise histórica de um bairro boêmio. **Em tempo de histórias,** Brasília, DF, n. 40, p. 92-108, jan./jun. 2022.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva; Bogotá, Colômbia: Convênio Andes Bello, 2001.

SILVA, Armando. **Imaginarios urbanos**: hacia la construcción de un urbanismo ciudadano: metodología. Bogotá: Convenio Andrés Bello, Universidad Nacional de la Colombia, 2004.

SILVA, Armando. Centros imaginados de América Latina. En: Lindón Alicia, Aguilar Miguel Ángel y Hiernaux Daniel (coords.). Lugares e imaginarios en la metrópolis. **Cuadernos A. Temas de**

Innovación Social, Barcelona. Ed Anthropos y UAM-Iztapalapa. 2006. p. 43-66.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

Urban imaginaries and transgender and homosexual groups: Representations of the Cidade Baixa neighborhood (Porto Alegre, RS, Brazil)

Abstract

This paper is part of the research project "Digital Porto Alegre Imaginated", which comprises an international study on urban imaginaries. The goal of the text is analyze the symbolic components from the citizens' representations about the Cidade Baixa neighborhood, in Porto Alegre, associated with the presence of transgender and homosexual groups. It uses as a basis the theoretical-methodological framework of urban imaginaries, proposed by Armando Silva. This is a quali-quantitative and descriptive research that presents the official information about the neighborhood and compares it with the results achieved through a questionnaire applied to 160 people from Porto Alegre between April and May 2022. It appears that the place is identified from the occupation of transgender and homosexual groups, becoming an emblem of the neighborhood. This representation is contemporary, but is based on the history of the neighborhood, which was a stronghold of the "Baixa Cidade", frequented by minority social groups. It concludes that the Cidade Baixa neighborhood is represented as a territory of homosexuals and transgenders, representative of the social practices of these groups that are manifested by the joy and bohemia of the place.

KEYWORDS: Urban Imaginaries and Gender; Homosexuals and Transgenders; Cidade Baixa; Territory.

Valdir Jose Morigi

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo.
Professor aposentado da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Interesse em pesquisas sobre memória social e cidade.

Ana Maria Giovanoni Fornos

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Interesse em pesquisas sobre memória social e cidade.

Luis Fernando Massoni

Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da UFRGS. Interesse em pesquisas sobre memória social e cidade.

Recebido em: 28/08/2023

Aprovado em: 20/09/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Cidade Solidária e Não Monogamia: reavaliando a finitude e os vínculos afetivos

Marcos Sardá-Vieira, *Universidade Federal da Fronteira Sul*

Ivone Maria Mendes Silva, *Universidade Federal de Minas Gerais*

Reginaldo José de Souza, *Universidade Federal da Fronteira Sul*

Resumo: Neste artigo tratamos da monogamia como normativa de condicionamento moral de desejos e afetos dentro da estrutura de parentescos, casamentos e relações familiares, que agregam valores simbólico e material na maneira como a sociedade contemporânea é constituída. Indicaremos que esses aspectos também se associam aos vínculos materiais e afetivos de apego e ao temor da finitude. Nosso objetivo é refletir os modos como a monogamia, em sua intersecção com raça, classe, gênero e sexualidades, estabelece as bases ideológicas para a constituição da cultura material e urbana na aparência e nos discursos relativos à arquitetura das cidades em sua busca constante pelo privilégio da exclusividade. Nos organizamos metodologicamente através da inspiração etnográfica e pelos métodos de revisão teórica e observação não participante para analisar à promessa de exclusividade e unicidade no espaço urbano de Erechim (RS, Brasil). Ao final, para contrapor a constituição da monogamia na cultura material e urbana em sua busca constante pelo privilégio da exclusividade, argumentamos sobre a possibilidade de vivências mais solidárias e desapegadas na cidade contemporânea com base na maior proeminência de vínculos e afetos não monogâmicos.

Palavras-Chave: Não monogamia. Finitude. Desapego. Cidade solidária. Erechim.

Introdução

Ao longo deste artigo[1] apresentamos a monogamia como parte do sistema de parentesco que consagra a unidade familiar[2] como central na constituição da sociedade. Com base nisso, faremos breves considerações sobre a constituição material e urbana contemporânea tendo como conceito central a ideia de exclusividade, advinda da monogamia, como valor de apego às coisas, discursos e relacionamentos; ou ainda, como compensação da vida efêmera.

Nossa noção de *apego* diz respeito ao caráter de naturalização e resiliência acrítica perante as regulamentações e disciplinas ideologicamente impostas à sociedade. Entre estes aspectos biopolíticos estão os dispositivos normativos cis-heteropatriarcais, coloniais e racistas, ao restringirem deslocamentos e condições dignas de vida às populações minorizadas e periféricas, substancialmente, através dos hábitos de morar, deslocar, consumir e desejar[3]. Esta perspectiva crítica sobre o apego (nacionalista, territorial, material e moral) advém de reflexões subversivas da Teoria *Queer* e de sua abertura potencial às experiências de desapego (Sardá-Vieira, 2023).

Partimos do entendimento de que a condição de seres mortais é um fator primordial para a vida cotidiana, gerando medos e conflitos, porém, ao mesmo tempo, gerando também o impulso positivo em dar sentido à condição finita de existência[4] (Carneiro, 2020; Moraes, 2015; Ricoeur, 2012). Assim, diante de limitações à liberdade, pelo regramento das relações sociais e pela maior importância atual dos fins para justificar os meios, a busca pelo prolongamento da vida, associada às condições de privilégio, parece estar no âmago do sistema de crenças culturalmente constituído. Nesse sentido, argumentamos que uma das

[1] Este artigo integra às atividades do Grupo Interdisciplinar em Gênero, Raça e Sexualidades (GIGRAS) vinculado à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

[2] Em especial, àquelas unidades familiares tradicionais, hegemonicamente branca, cisgênera, monogâmica, heteronormativa, reprodutiva e útil ao capital.

[3] De acordo com Raquel Rolnik (1989) existe uma tradição histórica de segregação territorial marcada pela marginalização da população negra no Brasil, tendo como base a estigmatização territorial de negros e pardos no Rio de Janeiro e São Paulo, como casos emblemáticos da historiografia urbana brasileira.

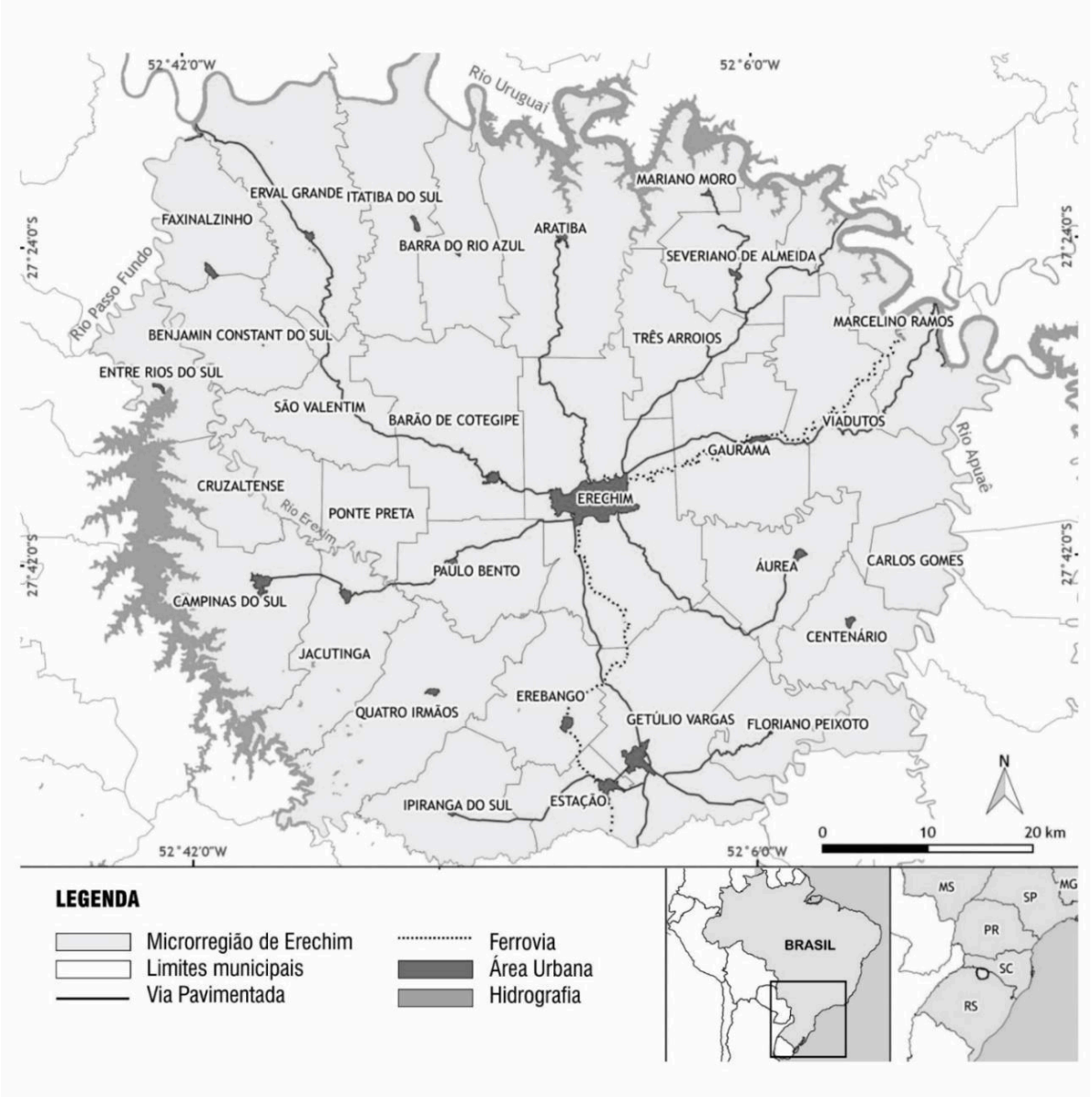
[4] Compartilhamos o conceito de mortalidade como um ato de encarar a morte a partir do interesse cotidiano por uma vida boa, similar à interpretação de Paul Ricoeur em sua obra "Vivo até a morte" (Ricoeur, 2012), amplamente comentada por Carneiro (2020) e Moraes (2015).

formas de garantir tal prolongamento parece ser a qualificação dos meios e das relações nos lugares onde se vive. Isso significa a possibilidade de usufruir de conforto e recursos para promover investimentos materiais e individuais ligados ao bem-estar e à saúde. Contudo, tais recursos não estão disponíveis de maneira equitativa para todas as pessoas. Diante da sobrevivência cotidiana e da superação da imortalidade pela continuidade propositiva perante a vida, a transcendência de si mesmo como ser mortal costuma ser imaginada no que fica como memória e herança a partir do compartilhamento existencial com outras pessoas (Moraes, 2015). O que torna factível, de forma indiscriminada, a possibilidade mais recorrente de prolongar o tempo de vida através da herança genética passada dos pais para os filhos e, assim, ocasionar a normalização das relações familiares com base na produtividade monogâmica. Por sinal, a monogamia é aqui compreendida como um sistema de normas, práticas e ideias a reger este ou aquele relacionamento sexual-afetivo com apenas um/a parceiro/a e também determinando a circulação de bens simbólicos e materiais, ao mesmo tempo em que orienta a distribuição de riquezas, autorizações e verdades perpetuadas historicamente. Portanto, consideramos que esse sistema encontra-se associado à concepção essencialista da herança genética, como alternativa à reprodução compulsória e biopolítica de constituição da família tradicional e monogâmica para, assim, tornar produtivo o meio de transcender à condição de mortalidade, deixando heranças subsequentes pela memória afetiva e pelo bem patrimonial (quando conquistado pelo núcleo familiar).

Para contextualizar essa discussão, analisamos as representações espaciais e discursivas de algumas ambientações urbanas em Erechim, cidade localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, na região sul do Brasil (Figura 1), destacando o caráter restritivo e segmentado no resultado de constituição do espaço citadino como campo de disputas cotidianas. Metodologicamente, somos inspirados pela etnografia ao considerar os fundamentos teóricos da crítica à monogamia como sistema político em suas representações socioculturais na organização do espaço urbano. Partimos da inspiração etnográfica para questionar o contexto cultural e urbano contemporâneo no qual esta investigação qualitativa procura interpretar as relações sociais mediadas pelos valores disciplinares e regulatórios das estruturas familiares de classe social, gênero, raça e sexualidades. Portanto, com auxílio dos métodos de revisão bibliográfica e observação não participante, procuramos compreender a escrita da cidade pelo discurso de seus valores

fundamentais no condicionamento de comportamentos, hábitos e desejos (Rocha, 2021; Orlandi, 2020; Mattos, 2011).

Figura 1: Localização de Erechim, RS, Brasil.



Fonte: Mattos, 2020, p. 33. Recuperado de: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9428001#

Na sequência do artigo, trataremos do conceito de finitude e do medo da morte como condicionamento irrestrito para uma vida de apegos e resiliências ao campo moral e empírico, que se reflete nos modos de organizar o espaço urbano, estruturalmente pautado por valores coloniais, racistas, machistas e sexistas predominantes. Veremos que tais aspectos atuam de forma interseccional à monogamia, na constituição da matriz de regramentos ideológicos, que orientam desejos e afetos para organizar as práticas sexuais e o casamento segundo as normativas que mais se aproximam da produtividade capitalista. Assim, com base no regramento hierárquico e desigual presente na configuração do espaço urbano brasileiro, especialmente em Erechim/RS e seu contexto regional, discutimos que a monogamia surge como parte dos dispositivos ideológicos de governo da população, distinguindo os segmentos populacionais, regimentando desejos e condutas sexuais apropriadas ou não e perpetuando os valores morais e socioculturais hegemônicos (machista, racista, colonial e homofóbico), que mascaram a opressão da estrutura de dominação política e econômica. Ou seja, diferentemente da ideia de cidade solidária e participativa, na visão coletiva associada por amizades e afinidades interpessoais, argumentamos que essa referência de cidade contemporânea se encontra atrelada à normativa hegemônica de apegos e isolamentos consentidos sob o reforço da monogamia como ideologia restritiva, introjetada ao cotidiano.

Medo da finitude como bloqueio para uma vida de desapegos?

A finitude é algo que pode perturbar as pessoas. Becker (2021) apresentou importantes elementos teóricos que auxiliam no debate sobre o medo da morte e seus impactos na psique. Um aspecto a ser considerado, para os fins deste trabalho, é o sentimento heroico. O ser humano contemporâneo, incapaz de aceitar sua finitude, criaria para si um conjunto de representações a fim de suplantar a imagem da corrupção de seu corpo e de sua consciência. Então, o sentimento heroico seria aquele no qual o ser humano, amedrontado por sua falibilidade natural, investiria energia psíquica na formação da autoimagem como ser potente e capaz de viver para sempre.

Em Kierkegaard (2004) fica evidente que o desespero humano é o traço que caracteriza a diferença deste ser em relação à natureza. Para o

autor, a vida humana se considera infinita e sente o desejo de infinitude. No entanto, a previsão da própria morte faz com que cada instante da existência seja inspirado por desespero. Assim, muito do ser humano heroico, problematizado por Becker (2021), tem sua origem na atitude contrária ao desespero, gerado pela chegada da doença, do envelhecimento e da morte.

Holbach menciona:

> O homem que existe não pode fazer ideia da não existência; como esse estado o inquieta, sua imaginação põe-se a trabalhar na falta da experiência, para pintar-lhe bem ou mal esse estado incerto. [...] Ele se vê em um abandono generalizado, destituído de todo socorro e sentindo o rigor dessa horrorosa situação" (Holbach, 2010, p. 310).

Sigmund Freud (1996) defendia que a natureza, apesar dos avanços da civilização, reina majestosa e implacável sobre os destinos de todas as pessoas. Algo que teria a capacidade de acentuar o sentimento do desamparo e elevar a predisposição ao apego a certas ilusões, como é o caso dos dogmas religiosos e da proposta de uma divindade protetora para acalmar o medo do desconhecido, da dimensão incerta da vida.

Coulanges (2006) tratou dos rituais indo-europeus do passado, quando clãs familiares mantinham chamas acesas dentro de suas moradias visando cultuar o fogo como representação da continuidade. Ao mesmo tempo, aquele fogo também dizia respeito à privacidade familiar, uma espécie de marco fronteiriço entre uma família e outra. Cada qual tinha o seu fogo e a responsabilidade de mantê-lo vivo. O apagamento da chama significaria o fim da família e a destituição da casa, dos animais e dos cultivos em nome de outra.

Tuan (2005) apresentou vários exemplos históricos de diversos povos pelo mundo. O autor, ao abordar a importância dos rituais fúnebres, lembra que, desde os Neandertais (há 400 mil anos), a prática do enterro dos mortos simboliza a crença em vida após a morte. Antigos egípcios (há 6 mil e 500 anos) praticavam oferendas aos deuses, a fim de que o Sol não desaparecesse, o que implicaria diretamente no regime sazonal do Nilo, com impactos diretos na sobrevivência. Babilônicos (há 3 mil e 800 anos) também praticavam rituais para que o céu não desabasse sobre a Terra, pois temiam a catástrofe, o fim do mundo.

A relação desses exemplos com a prática da monogamia pode ser discutida a partir do sentimento heroico e das alegorias transferidas às atuais instituições sociais, como família e propriedade privada. Defendemos, portanto, a hipótese de que a lógica da reprodução familiar pode ser um desdobramento da insuportabilidade da finitude para a consciência[5] (Meireles, 2018). Além do mais, também é interessante considerar o movimento histórico da organização social em aldeias, vilas e cidades, ou seja, a concentração socioespacial da vida como forma de defesa da morte ou, ao menos, do seu adiamento.

Nesse sentido, pensarmos em monogamia é considerarmos a predisposição para o apego em relações mantidas entre as pessoas. Apego este que eleva a condição de exclusividade e impõe restrições como aspecto de resiliência positiva diante da diversidade de opções a serem alcançadas no intervalo de uma vida fugaz. Similar à dificuldade de consumidores em fazer escolhas diante do maior número de oferta de produtos ou da comodidade em insistir nos vínculos com grupos familiares, apesar dos desafetos, que demonstram o quanto a monogamia, como política hegemônica de afetos e desejos, vem se tornando o estilo de vida inquestionável e conveniente para a maioria das pessoas, em boa parte, pela falta de referências (ou mesmo disposição pessoal e financeira) para constituir novas alianças interpessoais.

Com efeito, a noção do apego como fator de constituição emocional é compreendida como aspecto compensatório diante da instabilidade cotidiana atribuída pela morte iminente. Assim, na validação da existência particular, várias mobilizações são manifestadas para o adiamento da finitude, principalmente, no dever voltado à produtividade (Sardá-Vieira, 2023). Por isso, o valor atribuído ao trabalho como sentido de criação e interação na sociedade torna-se valor inquestionável para dar sentido prático e efetivo à vida da maior parte das pessoas. Sentido este que encontra respaldo nas estruturas de constituição e manutenção da sociedade, em especial, marcada pelo biopoder na condução, regulamentação e disciplinamento perpetrados pelos sistemas jurídico e governamental da sociedade contemporânea (Foucault, 2014).

Nesses sistemas, ao mesmo tempo em que são priorizadas as criações de discursos e objetos de valor, voltados ao mercado

[5] Interpretamos aqui que a insuportabilidade da finitude diz respeito a sua carga de antecipação à morte, a exemplo da interpretação tradicional religiosa em associar a fraqueza do corpo ao seu caráter finito e transitório.

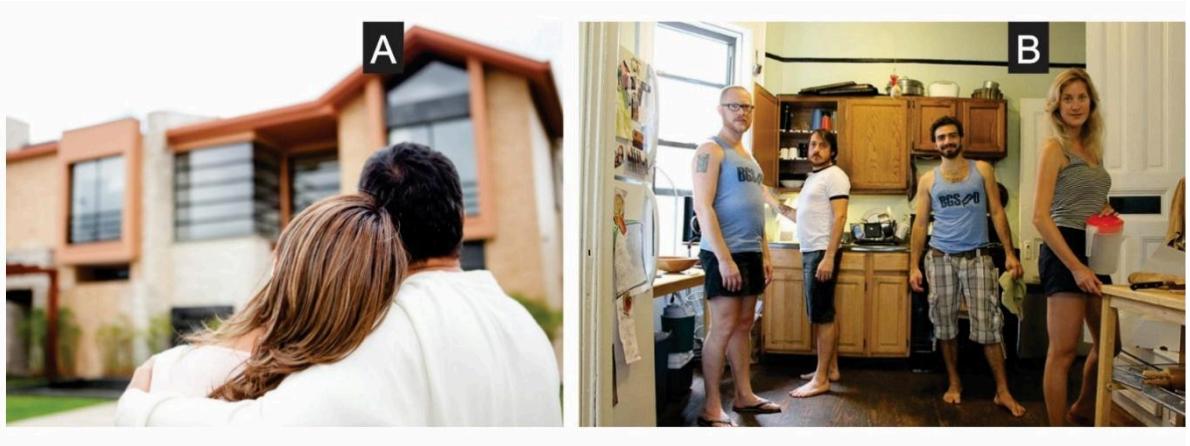
consumidor, também são conduzidos os valores simbólicos e afetivos para a constituição identitária das pessoas, nos moldes predefinidos da sociedade de consumo e de seus ciclos produtivos. Logo, diante desta superestrutura de constituição da sociedade, a relação de apego das pessoas com seu ambiente de interações, significados e materialidades é fundamental. Inclusive, para a própria constituição do sujeito como ser social. Dessa forma, são mantidos os hábitos voltados ao mercado de consumo, regrados por valores morais aceitáveis e pelas normativas disciplinares necessárias para garantir as mesmas redes de dominação, controle e hierarquização da sociedade (Debord, 2003).

Na medida em que a relação de apego de cada pessoa, diante de seus marcadores sociais de gênero, classe e raça, não é pautada pela mesma condição sociocultural e material, é possível compreendermos que a manifestação do desapego, seja na apropriação de coisas, discursos e afetos, torna-se um parâmetro básico para distinguirmos o alcance da liberdade, autonomia e participação política de cada pessoa diante de sua condição de maior privilégio ou não. Ou seja, em uma sociedade marcada pelo alto valor dado às normativas cis-heteropatriarcais, brancas e monogâmicas, a condição de pessoas incapazes de alcançar estes balizamentos costuma ser a de maior apego ao campo de conquistas materiais/simbólicas e reproduções de estilos de vida hegemônicos para garantir o mínimo de dignidade e pertencimento em sua formação identitária para atender a matriz sociocultural e política já consolidada. É o caso de imaginarmos a associação inevitável entre casamento, obtenção de casa própria, constituição de núcleos familiares convencionais e de empatias intersubjetivas como fatores de apego para a maior parte das pessoas desprivilegiadas por serem mulheres, negros/mestiços e dissidentes sexuais (Figura 2). Ou mesmo, pela impossibilidade de obter recursos financeiros suficientes para superar a monogamia e usufruir da liberdade de múltiplos relacionamentos e experiências de vida (Sardá-Vieira; Flores, 2023; Velasco, 2018).

Portanto, ao atribuirmos o sentido do apego como regra de condicionamentos de desejos, afetos e identidades, também compreendemos o quanto esta complexa condição perpassa os sistemas de mobilidade das pessoas na ocupação de possíveis territórios, em suas relações de permanência nos lugares e na superação de suas fronteiras socioculturais. Em outras palavras, a condição quase inevitável de apego

como percepção de produtividade na trajetória de vida individual gera, simultaneamente, a incapacidade em descobrir a diversidade de acontecimentos e lugares a serem desbravados fora de seus territórios de origem.

Figura 2: Relacionamentos, (não)monogamia e (des)apegos. [A] Vínculo monogâmico e o desejo da casa própria; [B] Alternativa não monogâmica e novos hábitos na moradia compartilhada.



Fonte: [A] Recuperado de: https://cdn.diariodolitoral.com.br/img/pc/920/610/dn_arquivo/2022/02/casa-propria-940x682.jpg; [B] Ikea Disobedients, Andrés Jaque/MoMA, 2012. Recuperado de: https://www.domusweb.it/en/architecture/2012/10/03/ikea-disobedients-at-moma-ps1.html Acesso em: 27 jun. 2025.

Sob tal aspecto, essa possibilidade de ter uma vida mais dinâmica, no movimento aleatório em descobrir novas pessoas, espaços e culturas, costuma gerar mais insegurança do que curiosidade na medida em que o mundo acaba se constituindo por relações fundamentais pautadas pelo apego e o medo recorrente da finitude e da velhice. Relações essas representadas por valores morais, hábitos cotidianos, estilos de vida e arquitetura de cidades engessadas por tradições retrógradas, que perpetuam as noções de felicidade em associação direta com as convenções socioculturais (Sardá-Vieira, 2023). Entretanto, o fluxo mutável de acontecimentos tende a gerar fissuras na manutenção dessas tradições, sobretudo, quando estas não atendem ao caráter plural de desejos e particularidades intersubjetivas.

Monogamia no condicionamento de afetos e sexualidades

A polaridade do campo político brasileiro da atualidade torna visível os recorrentes desentendimentos ideológicos no âmbito da vida privada e das relações familiares, os quais colocam em xeque a obrigatoriedade dos afetos mantidos pela consanguinidade familiar, enquanto vínculo de aproximação e entendimento entre as pessoas.

Apesar da legitimidade dos vínculos familiares e da filiação, a subsequente perpetuação de tradições e valores entre diferentes gerações nem sempre atende a todas as vontades e desejos. Com isso, o parentesco define-se mais como um sistema hegemônico diante da restrição de outros tipos de relações do que, realmente, como uma opção essencial de condicionamento da sociedade. Por isso, enquanto sistema hegemônico e naturalizado, este vínculo define quase a totalidade da cadeia simbólica e material para a formação e interação entre as pessoas, muitas vezes de forma arbitrária. Por isso, na medida em que se torna a regra do bom condicionamento sociocultural, também se estabelece como normativa dos modos de produção e governamentalidade da população (Foucault, 2005)

De acordo com Michel Foucault (2014), em sua genealogia para desvendar o campo da regulamentação e disciplina moral na modernidade, a sexualidade se destaca como dispositivo de governo da população para atender aos seus modos de produção e consumo, imbricados na maneira como as pessoas conduzem suas vidas, suas necessidades, desejos e resiliências, tornando factíveis e justificáveis os meios de exploração do trabalho como propósito de vida preponderante, apesar da finitude como condição humana de existência. Sendo assim, para regimentar os modos de vida e disciplinar os desejos, o parentesco surge como princípio de orientação das possibilidades sexuais e afetivas formalizadas pelo casamento, pela heterossexualidade e pelo vínculo consanguíneo, criando uma cadeia de valores que se perpetua na formação/reprodução de novos casais (cis-heterossexuais) a partir de casamentos pregressos. O que garante a manutenção de toda a cadeia produtiva pela substituição recorrente de novas forças de trabalho e, ao mesmo tempo, para sublimar a angústia provocada pela condição de seres mortais através da perpetuação da herança genética pela reprodução humana (Moschkovich, 2022). Contudo, dentro deste princípio, a normativa da monogamia tende a ser a orientação básica internalizada para possibilitar a sexualidade reprodutiva, principalmente

entre grupos sociais mais carentes, e bloquear qualquer outro impulso que fuja desta condição. Em especial, àqueles grupos empobrecidos, desterritorializados da cidade formal e racializados pela distinção com a burguesia branca (Rolnik, 1989).

Desse modo, a monogamia também é vista aqui como regramento das formas de orientar o desejo e o afeto entre as pessoas, estando vinculada ao sistema central e formal do parentesco no reconhecimento de determinados grupos e, por consequência, na exclusão de outros. Ou seja, atribuindo uma classificação hierárquica nas relações sociais e, até mesmo, no âmbito das relações familiares, afetivas e sexuais. Nesse sentido, a monogamia define-se como sistema particular de relações conjugais, sexuais e reprodutivas na associação de exclusividade entre duas pessoas. Enquanto parte da estrutura de vínculos afetivos e sexuais, portanto, a monogamia também é um sistema hegemônico pautado pela conformação da família cis-heteropatriarcal, na delimitação da propriedade privada e como política de Estado (Moschkovich, 2022; Amorim; Reis, 2020).

Retomando Foucault (2014), essa normativa surge tanto no sentido de conter o impulso dos desejos sexuais para não se perder de vista o trabalho quanto para organizar a sexualidade e o casamento para um tipo específico de compartilhamento e circulação de bens simbólicos e materiais através do parentesco. Assim, ao mesmo tempo em que o parentesco organiza e torna possível as sexualidades e o casamento, também engendra impossibilidades de estruturar novos sistemas, vínculos e hábitos socioculturais de afetos e desejos. Ademais, segundo Marília Moschkovich (2022, p. 18) "a monogamia é uma norma que orienta as nossas práticas em relação à sexualidade, em relação a nossas vidas sexuais e ao afeto ligado à ideia de sexualidade".

Por outro lado, a monogamia também é compreendida como uma experiência recente ao longo do tempo. Nem todas as sociedades viveram sob essa normativa de organização simbólica e material. Na análise dos costumes mais antigos, é suposto que os vínculos sexuais entre homens e mulheres, principalmente, pautados por uma visão binária de gênero, eram feitos de forma indiscriminada entre grupos e comunidades, o que remeteria à criação das crianças como responsabilidade de todos e todas. Nas culturas greco-romanas, por exemplo, as relações afetivas e sexuais também eram mais amplas entre os cidadãos livres, ainda que garantissem maior privilégio aos homens do que às mulheres, principalmente, quando no papel de esposas. Com a Idade Média, a

Igreja Católica institui o valor moral da sociedade através do casamento, como meio de autorizar a relação sexual, obviamente pautada pela heterossexualidade. Ao longo do século XIX, a vinculação consagrada do matrimônio também se soma ao romantismo atribuído na idealização do vínculo entre os casais, naturalizando, assim, a ideia da fidelidade pelo amor eterno (Lins, 2022). Quando pautada por valores morais religiosos e pela colonialidade intrínseca de restrição da autonomia sexual e afetiva do colonizado, a monogamia também é definida como uma forma determinada de lidar com o tempo emocional, isto é, no caso de relações entre apenas duas pessoas, valorizando a indissolubilidade do vínculo (Núnez *et al.*, 2021).

Este mesmo campo moral também estigmatiza os modos de vida e a configuração espacial da habitação coletiva de comunidades negras e das camadas mais pobres da população brasileira, caracterizadas pela maior intensidade de trocas e densidade de contatos, ao marginalizar a concepção atual de habitação de baixa renda ou dos modos de viver na favela em comparação à organização da moradia burguesa, familiar, isolada e preservando a segregação íntima de seus habitantes (Rolnik, 1989). O que reforça os valores normativos (fundamentalmente racistas e aporofóbicos) associados à família tradicional cristã, branca, de classe média, heterocispatriarcal e monogâmica pelo contraste com essa realidade precária de populações marginalizadas.

Falar de monogamia como ideologia, portanto, é tratar de uma determinada estrutura de parentesco, no caso, daquele que delimita as condições do intercurso sexual legítimo, ao mesmo tempo em que marginaliza outros relacionamentos e sexualidades. Na sociedade ocidental, que costuma colonizar nossos valores intersubjetivos, a monogamia é uma norma estabilizada por categorias jurídicas. Sendo uma norma, a monogamia também orienta nossas práticas e nossas identidades sexuais, assim como os afetos ligados a essa ideia de sexualidade. Essa normatização estabelece uma condição hierárquica menos nobre sobre relações não familiares na medida em que garante a possibilidade do sexo ou um tipo particular de erotismo. Quer dizer, ou a relação sexual é operada com base na normativa monogâmica para se tornar viável ou é transformada em tabu. Como no caso de relações incestuosas, em relações intergeracionais ou, ainda, em relações de amizade (Easton; Hardy, 2016).

Com isso, o critério de pensar na sexualização de um relacionamento é viabilizado nesse sistema de definições familiares e hierárquicas, que agrega maior importância de relações monogâmicas e cis-heterossexuais, por exemplo, em comparação a outras combinações de gênero, raça e sexualidades não hegemônicas.

Diante do policiamento da produtividade econômica, a condição central da viabilidade familiar na organização da sexualidade monogâmica (e com possibilidades de reprodução) também garante o desligamento das pessoas de seus núcleos familiares de origem para criar novos núcleos familiares com base em sujeitos homogêneos. Isto é, a noção convencional de família predispõe essa existência e continuidade a partir da relação baseada no sexo e na heterossexualidade orientada para a constituição do casal monogâmico. Nesse sentido, o amor como obrigação entre familiares (mãe, pai, irmãos e irmãs) é parte dessa constituição da família como idealização de uma unidade, a partir da qual o laço consanguíneo é muito mais importante do que outras afinidades pessoais, outros desejos e outros interesses singulares. Como, por exemplo, na relação e nos sentimentos entre amigos e amigas, que se tornam secundários em suas articulações de viabilidade e hierarquia diante do vínculo compulsório dos afetos associados ao parentesco consanguíneo, mesmo quando são contraditórios com a violência doméstica, estupros e infanticídios perpetrados por entes familiares (Moschkovich, 2022).

Neste caso, segundo Marília Moschkovich (2022), o amor obrigatório se sobrepõe a qualquer outro afeto fora da relação familiar e, assim, aliena a construção afetiva na relação com outras pessoas fora dos vínculos familiares consanguíneos por onde cada pessoa transita. Logo, o amor obrigatório entre familiares opera como categoria central na narrativa de manutenção do laço de parentesco. Por sinal, o laço familiar sendo interpretado como instrumento de restrição não consentida de movimento, ocasionando certos impedimentos para a autonomia do corpo e da formação subjetiva.

Dessa maneira, em relações familiares que carregam algum aspecto de desumanização (a mãe como santa e o pai como super-herói, por exemplo) devido à obrigatoriedade afetiva entre os parentes, a falta de autonomia e a imutabilidade de experiências e expectativas na construção social deixa de ser uma possibilidade ideal. Isso ocasiona dois desdobramentos centrais:

> O papel desses mecanismos na manutenção do trabalho reprodutivo, por um lado, e, por outro, seu impacto na estruturação simbólica que organiza a vida social como um todo e produz efetivamente a dimensão da vida social que Marx chamou de 'ideologia', de forma a perpetuar, também entre os afetos, disposições próprias da nossa organização econômica e produtiva em classes sociais. Uma relação que se baseia em obrigação, ainda que afetivamente e eventualmente solidária, não se norteará jamais, por princípio, pela solidariedade como eixo (Moschkovich, 2022, p. 21).

Diante disso, amor e família estão vinculados na formação desta ideologia essencializada pelo suposto laço verdadeiro e especial. Mas, para que tenha efeito no acúmulo do direito ao patrimônio ou no compartilhamento da propriedade privada, a formação institucional da família só faz sentido na medida em que regula e autoriza (ou desautoriza) o tesão, assim como suas práticas sexuais reprodutivas para gerar novas unidades familiares e novos grupos de manutenção do sistema de produtividades. Ou seja, dois irmãos ou dois amigos, ao manterem vínculos afetivos, até podem usufruir da posse mútua da mesma propriedade privada, do patrimônio comum, de cuidados entre si, da adoção de filhos, porém, não farão parte do sistema familiar de parentesco tendo o sexo interditado e, com isso, a impossibilidade de reprodução. Por sinal, interdição essa indesejável à produtividade capitalista, na medida em que a filiação garante que as classes trabalhadoras sigam existindo por mais gerações, inclusive, superando a finitude de seus corpos pelo vínculo hereditário.

Portanto, falarmos na superação desse sistema particular de relacionamentos, associada à família, ao amor e ao casal, nomeado como monogamia, é questionarmos os afetos e vínculos particulares a partir dos quais somos implicados ao longo de nossas vidas, na continuidade compulsória e quase irrestrita pela constituição romântica, cis-heterossexual e binária entre pares. Na sequência, veremos que essas interdições se encontram materializadas pela convenção cultural representada na arquitetura das cidades, enquanto valores normativos ligados à monogamia.

Mononormatividade na configuração urbana de Erechim

Iniciamos nossa análise em Erechim pelo Cemitério Municipal Pio XII, localizado no bairro Boa Vista, onde memórias e vínculos familiares são reunidos em uma espécie de apropriação hierárquica como síntese da própria cidade na organização desse espaço de culto às pessoas mortas. O cemitério, nesse sentido, define-se como o confinamento espacial de um dos maiores terrores da sociedade: a morte. Nesse lugar concentram-se lembranças de passados longínquos e recentes identificados pelas pessoas, que fizeram parte de lugares e núcleos de parentescos, imprimindo suas vivências e trocas na relação social e que, agora, marcam processos de transformação e substituição de suas verdades em sua condição de finitude, uma a uma, fechando seus ciclos de participação. Pessoas comuns ou heróis/heroínas consagrados/as em suas atividades específicas, que se tornam admiráveis pela coragem de chegar neste encontro com a morte inevitável, tão temida ou ignorada por toda uma cidade, em seus hábitos e contingenciamentos, ao viverem temporariamente para além dos muros do cemitério (Becker, 2021; Catroga, 2010).

Em geral, o cemitério pode ser considerado uma forma urbana complexa. Ele se tornou um desafio concreto e teórico para a cidade. Primeiramente, do ponto de vista teórico, isto é mencionado porque a cidade é uma forma espacial que resultou da necessidade de fazer frente ao desamparo humano. O ideal da polis pressupõe facilidades de convivência, trocas de produtos e proteção contra invasores no espaço doméstico. O modo como as cidades se transformaram, após a industrialização, fez com que, atualmente, elas sejam verdadeiros símbolos da permanência do humano no planeta, algo como um triunfo diante da natureza. As estruturas de aço e concreto, a iluminação artificial, a distribuição retificada das águas e a destinação dos detritos, enfim, são elementos que pretendem transmitir a mensagem de que o ser humano venceu a natureza. Contudo, a cidade contemporânea continua tendo que lidar com a morte e seus cemitérios ainda estão dentro delas. Assim, o desafio teórico da dialética cidade-cemitério parece ser este: a finitude continua, mesmo em um espaço que pretende negá-la.

Com as dinâmicas do sistema econômico, que se alimenta do lucro e da concentração de riquezas, a negação da morte na cidade aliou-se com a supremacia do valor de troca em detrimento do valor de uso dos espaços urbanos. A concentração de áreas de produção, equipadas com imensos estabelecimentos industriais, comércio e habitações oferece cada vez menos lugar à morte no tecido urbano. Souza (2022)

problematizou tal contradição indicando um possível distanciamento dos cemitérios, em relação às áreas centrais das cidades, em função da seguinte motivação: o medo da finitude faz com que os moradores das cidades prefiram os cemitérios mais afastados, em cinturões periféricos. Por outro lado, a lógica do mercado imobiliário também acaba se integrando na necrópole, incorporando a precificação dos terrenos de acordo com a hierarquia econômica da cidade dos vivos.

Nesse sentido, o cemitério em Erechim traz consigo a marcação desse espaço tão temido pelos vivos e, ao mesmo tempo, reproduz seus valores na forma como é administrado por estes. Primeiramente, na organização geométrica e criteriosa de divisão de seu espaço funcional e otimizado a ser comercializado para o depósito dos restos mortais de entes queridos. Nessa ordem relativa à própria cidade dos vivos, o valor do espaço está associado à facilidade de acesso, ao dimensionamento e à representação formal dos objetos monumentais das lápides ao significarem quantidade e qualidade de recursos materiais a serem investidos, se estão localizados mais ao centro ou nas bordas, assim como os vínculos de parentesco, segmentação social, hierarquias de gênero e diferenciação entre personalidades heroicas e outras anônimas. Assim, por mais que o cemitério mantenha sua relação metafísica com tudo aquilo que não pode ser encarado de frente, é um espaço que reproduz valores e desejos de como a sociedade se constitui em suas relações de parentesco, casamento, hereditariedade e vínculos consanguíneos, enquanto caráter mais significativo.

Se estes valores são mantidos quando se trata do culto aos mortos, no cotidiano das pessoas vivas os espaços produtivos costumam ser ainda mais consagrados. Ao passar pelo bairro Industrial desta média cidade nos deparamos com o caráter monumental dado ao nome de família na identificação de empresas diversas, ao territorializarem seus empreendimentos em processos produtivos e econômicos. Empresas que são nomeadas em nítidos logotipos com os sobrenomes de quem detém condições de privilégios em seus percursos de vida e, desse modo, garantem a mais valia na vida de seus filhos e parentes. O que define processos cíclicos na garantia de poder em sistemas familiares reprodutivos e hereditários extremamente úteis para impulsionar a hegemonia política neoliberal. Entretanto, nesse sistema tão bem territorializado por estas empresas, os regimes de valorização dos nomes

e suas linhas genealógicas também predispõem à condição de privilégios e exclusividades muito restritas, diante de todo um contingente de pessoas que participam na manutenção desses sistemas de trabalho e sociabilidade, entre diferentes segmentos produtivos instalados no bairro, mas que não usufruem de sua validação como parte deste grupo restrito de poucos privilegiados e felizardos.

Vale dizer que o bairro Industrial está localizado na porção sudeste da área urbana de Erechim e conta com grandes empresas de propriedade ou de gerência das famílias mais abastadas, conforme já dito. A qualidade da infraestrutura é visível por meio das grandes avenidas para circulação dos produtos e excelente cobertura asfáltica, conectadas com a rodovia BR-153, que liga a cidade a Passo Fundo, cidade média localizada a 70 quilômetros de Erechim, a qual conta com aeroporto e voos diários a São Paulo; à capital Porto Alegre e a outras cidades da região sudeste do país. O detalhe da característica da cobertura asfáltica das avenidas deste bairro é condição muito diferente daquela dos bairros residenciais próximos, onde mora um grande contingente de pessoas em condições de vulnerabilidade, em outros setores mais ao sul da área urbana.

Entre os bairros Aeroporto e Progresso, por exemplo, visualizamos algumas residências de baixa renda localizadas em áreas de encosta, sob risco recorrente, pela falta de infraestrutura urbana, como água e esgoto, sujeitas a desabamentos e poucos recursos de apropriação efetiva do espaço funcional devido à topografia acidentada. Nessas localidades, as casas surgem de forma espontânea de acordo com a necessidade de cada núcleo familiar em se instalar nessas áreas periféricas da malha urbana oficial. Apesar de unidades, conformam-se sem uma regulamentação nítida pautada por afastamentos e demarcações de lotes.

Ulrich Beck (1998) propôs que a sociedade contemporânea é uma sociedade de riscos variados, sejam eles de causas naturais ou tecnológicas. E afirma que esta sociedade é democrática, pois os riscos são distribuídos para todas as pessoas. No entanto, Beck (1998) não deixa de mencionar que sobre a democracia dos riscos há a hierarquia econômica. Assim, ao observarmos as paisagens em bairros como estes, notamos os efeitos da hierarquia econômica sobre a distribuição espacial das moradias daqueles que possuem menos recursos financeiros para se protegerem dos riscos socioambientais. Além da localização inapropriada das moradias, também consideramos o padrão construtivo. Erechim, a 783 metros acima do nível do mar, no Planalto Meridional,

está no corredor de frentes polares que atingem o país durante o inverno. As médias climatológicas não apontam isso, mas é comum que nos meses de junho a agosto, as mínimas diárias alcancem de quatro a seis graus negativos. Para pessoas que vivem em casas sem a menor infraestrutura e conforto térmico, tais eventos naturais funcionam como impulsionadores de suas finitudes.

Ainda assim, essas unidades familiares menos privilegiadas reproduzem as configurações políticas da monogamia na adequação da habitação unifamiliar, mesmo quando se definem pela proximidade de comunidades carentes de recursos e desamparadas pelo sistema de exploração de seus trabalhos sem o devido atendimento de suas atividades e direitos. Casas que, além de refletirem precariedades socioeconômicas, também revelam possibilidades de desconstrução do sistema monogâmico e da estrutura familiar convencional, reunindo pessoas por meio de outros vínculos e necessidades. Ou mesmo, pela exclusão dos recursos urbanos e territoriais que desfavorecem suas vidas, no contraste com outras áreas e experiências privilegiadas. No entanto, como forma de sobrevivência e dignidade, tais pessoas costumam reproduzir o sistema hegemônico de valores, condutas e foraclusões.

Na relação com as questões étnico-raciais envolvidas nessas desigualdades, Maria Aparecida Silva Bento (2002) aponta a existência, no Brasil, de um discurso ideológico racista do quanto mais branco melhor, que transformou o incentivo à imigração de europeus, nas primeiras décadas do século XX, numa política governamental higienista que visava combater o perigo da miscigenação entre raças. Em complemento, Maria Bernardete Ramos Flores (2007) afirma que tais políticas em prol da branquitude na região sul surgiram como fator de constituição identitária e regional. Neste contexto, Erechim e cidades próximas no norte do Rio Grande do Sul, de maneira particular, receberam parte destes fluxos migratórios de italianos, eslavos e alemães nesse período. A essa população branca que chegou foram destinados territórios - entre eles as terras devolutas que vinham sendo ocupadas por escravos libertos e indígenas - que favorecem seu progresso material, inserção laboral, além da afirmação identitária e cultural em detrimento de comunidades negras e indígenas já presentes.

Nesse processo, o racismo estrutural e estruturante lançou as bases para a constituição da sociedade racializada e injusta hoje conhecida, cujos contornos se apresentam bem nítidos, na cidade de Erechim, principalmente, em relação à forma como o espaço é configurado e apropriado. Reflexo de desumanização e violência impingidas às populações não brancas, por um lado, e do enaltecimento da população branca, por outro. Essa é a realidade que faz com que não haja espaço (real e simbólico) para as/os indígenas e negros/as viverem e morrerem dignamente na cidade, ficando esta população sujeita a condições precárias de moradia, trabalho, escolarização, acessibilidade, mobilidade e saúde. Esse cenário leva tais grupos e indivíduos estigmatizados, no mais das vezes, a negarem suas origens étnico-raciais-culturais e a si mesmos - seus sonhos, potencialidades e necessidades (González, 1983).

Condições materiais e espaciais, que refletem esse desamparo, encontramos na Rua Lourenço Schwab, margeando o Rio Apuaé Mirim, no bairro Cristo Rei. Nesta localidade, a malha urbana apresenta-se mais consolidada do que na localidade anterior, com aclives e declives menos acentuados na topografia. Ainda assim, as tipologias de ocupação das ruas, na relação com as áreas livres e com as margens do rio demonstram, novamente, a tendência pela reprodução das convenções de ocupação da cidade, no sentido de manter o padrão configuracional das casas unifamiliares (predominantemente representada pela classe média, branca, monogâmica e heterocispatriarcal) e recusar a diversidade estrutural nos modos de vida em comunidade, muitas vezes, mantidas por alianças femininas, não-brancas e matriarcais, advindas de matrizes africanas e indígenas.

Neste bairro de ruas estreitas e residências muito modestas, ocorreu a ocupação das margens do córrego sem se considerar as dimensões do que deveria ser a área de preservação ambiental e, também, de segurança aos moradores. Ali, é possível verificarmos uma sequência de moradias cujos frágeis fundamentos podem ser atingidos em situações de cheia do Apuaé Mirim. Para completar a situação de riscos, os moradores, sem um olhar mais amplo para a educação ambiental e que faça sentido em suas vidas, atiram lixo e entulhos às margens e no leito do córrego.

Ao mesmo tempo, com ocupações refletindo desequilíbrios dimensionais na relação mantida com o rio e com a paisagem, demonstram que os interesses pela demarcação do território individual, pautado pela delimitação e exclusividade de cada unidade familiar, é

mais importante do que a configuração de espaços de compartilhamento mais harmônicos com os fatores ambientais e a constituição de redes sociais de apoio.

Não muito distante do Rio Apuaé Mirim encontramos o Residencial Altos da Coxilha I, também no bairro Cristo Rei. Trata-se de um condomínio de casas geminadas e unifamiliares, cercado de muros altos em todo o seu perímetro. Dentro do condomínio observamos aparências e investimentos materiais similares à composição tipológica das residências externas ao condomínio. Entretanto, a delimitação do condomínio, com sua tipologia padronizada e específica intramuros, contribui para expressar o desejo subliminar por exclusividade na identificação deste microespaço delimitado em relação às demais casas avulsas espalhadas na malha periurbana. Como se o condomínio demarcasse uma ordem espacial fora do alinhamento formal da periferia urbana, destacando uma conformação autônoma de grupos privilegiados naquela parte da cidade, genericamente, carente de recursos e reconhecimentos socioculturais diante da distância relativa com a área central de maior referência para a cidade.

Tal situação expressa a lógica desigual da incorporação imobiliária, capaz de se beneficiar até mesmo da recriação das desigualdades no interior de bairros já considerados economicamente vulneráveis na cidade. Naquele condomínio fechado de periferia, há um nítido exemplo da manifestação espacial da fantasia da exclusividade. Ademais, também seria um exemplo da esteira de produção em massa (as casas são iguais) e da cultura de massa (todos têm ou fazem coisas iguais), mas, com o suposto fator diferencial que são os muros ao redor do condomínio, ironicamente, em uma sociedade plena de muros e barreiras ao convívio comum.

Diante dessas localidades, observamos que a busca pela exclusividade, como reflexo dos valores instituídos pela monogamia, ganha projeção com a aumento do poder aquisitivo refletido em áreas urbanas mais consolidadas, com maior isolamento das edificações nos lotes e no predomínio do uso de veículos automotores particulares entre os moradores, em detrimento do número de pedestres nas ruas. Exemplo emblemático encontramos no bairro Esperança, na porção norte de Erechim.

Neste bairro, é possível identificarmos outro exemplo de que a sociedade dos riscos não é igual para todos, em função da hierarquia econômica. As residências de alto padrão, muitas vezes, acompanhando o desenho das encostas, não são um fator de perigo para quem nelas habita. Ironicamente, o bairro se chama Esperança, mas, o ideal de progresso está muito bem colocado para aquela parcela da população erechinense. Muito diferente das famílias que vivem no bairro Progresso, propriamente dito: a estas faltaria mais esperança? Ali, não há problemas quanto a intensos eventos de precipitação ou com quedas bruscas de temperatura. Muito menos quanto ao serviço de transporte público, tendo em vista que todas as residências contam com automóveis particulares, inclusive, mais de um; além de sistemas de climatização e, em último caso, se ocorrer algum problema estrutural nas casas, certamente os moradores teriam recursos para resolver rapidamente a situação. A morte vai chegar para quem vive no Esperança, no entanto, não será adiantada por uma questão de desamparo.

A passagem pelo portal de entrada do bairro, na Avenida Tiradentes, identifica esta intenção generalizada pela exclusividade territorial compartilhada pelo próprio sistema público, delimitando uma nova configuração de propriedades e interações sociais na conformação desta paisagem. Por sinal, uma paisagem ainda concorrida pela melhor vista do vale, pelos melhores acessos na contramão de acentuados declives topográficos, que garantem uma certa restrição de acesso público para o isolamento destas unidades familiares, contidas em suas propriedades privadas, monogâmicas e cis-heteropatriarcais predominantes. Sendo que qualquer inadequação a estas convenções sociais permanece como problema particular, dado o isolamento dimensional impositivo dessas residências diante da diversidade de relações e parâmetros só possíveis na esfera pública.

Por fim, observamos através dessas localidades espalhadas nas áreas urbanas de Erechim a busca recorrente pelo caráter de unicidade, referente à qualidade de ser único, singular e exclusivo, tão característico da constituição de vínculos sociais e afetivos perpetrados pela política inquestionável da monogamia, enquanto regra e disciplina das formas de viver a cidade contemporânea (Figura 3). Esta busca pela exclusividade e unicidade reflete-se, portanto, na maneira de constituir o patrimônio privado dentro de uma porção particular de território, na forma de acumular objetos e no compartilhamento restrito a determinada unidade familiar, predominantemente, amparada por leis e valores morais

voltadas ao casamento monogâmico entre homens e mulheres cis-heterossexuais, para a criação de sua prole e na recusa de diversidades e dissidências diante deste sistema de relações socioculturais.

Figura 3: Monogamia e urbanidade em Erechim. [C] Cemitério Municipal Pio XII: memórias e vínculos familiares na apropriação hierárquica de uma síntese urbana; [D] Rua Hiran Sampaio, Bairro Industrial: a normativa de consolidação e perpetuação das relações de parentesco e do nome das famílias nas empresas e indústrias; [E] Proximidade da rua Lourenço Schwab, margeando o Rio Apuaé Mirim: a manutenção de casas unifamiliares em desequilíbrio na relação com o rio e a paisagem; [F] Residencial no bairro Cristo Rei: a ideia de exclusividade associada ao muro em volta do loteamento.

Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Esta busca pela exclusividade predispõe poucas possibilidades de vínculos para além dessas unidades familiares, na formação de unidades comunitárias autônomas e autogerenciáveis, ainda que nos bairros mais desfavorecidos socioeconomicamente as redes de apoio sejam mais amplas no compartilhamento dos poucos recursos diante de carências

básicas comuns. De qualquer forma, a configuração dos espaços representa esta intenção de tornar cada vez mais exclusivos os recursos materiais conquistados por cada propriedade, principalmente, entre aquelas que se estabelecem pela aparência mais convencional associada à monogamia, enquanto promessa de felicidade plena, até que a morte os separe.

Conclusão

Para muitas pessoas a tentativa de superação da finitude gera angústias em todo o percurso de vida. Poucas são aquelas que usam deste incomodo como impulso para experiências mais efêmeras e desapegadas. Em geral, na falta de mais referências para colocarem a vida em movimento, evitando saírem do lugar comum e questionarem as convenções, as pessoas tendem a reproduzir tais combinações por assim ser mais seguro diante da urgência de respostas na busca de segurança e tranquilidade. Entretanto, trouxemos aqui um amplo questionamento em relação à incorporação dessas convenções, no caso da monogamia, como parte instituída de valores comuns e inquestionáveis, que influenciam na restrição conveniente dos modos de vida, dos recursos e necessidades, assim como do tempo de investimento para a constituição da cultura material e urbana, fundamentais para viver em sociedade.

Assim, problematizar a monogamia como um sistema de padronização das intersubjetividades, sexualidades e comportamentos, da busca por condições de exclusividade e pela segmentação socioespacial das cidades, define-se como um campo de restrições de ordem ideológica e cultural diante de outros modos de viver e confrontar a condição de finitude. Modos que poderiam estar em associação criativa com novos vínculos afetivos, produtivos e políticos que, inclusive, possam questionar outras restrições impostas pela própria preponderância da economia neoliberal na definição dos modos de conviver na cidade. Portanto, pensarmos em uma sociedade não pautada apenas pela monogamia é abrirmos possibilidades para novas redes socioculturais, novos afetos e desejos. Estando estas redes menos segmentadas e restritas por vínculos consanguíneos, por outro lado, estariam mais ramificados por linhas plurais de afinidades interpessoais para completar com outros possíveis laços de pertencimento. Afinidades estas promovidas por áreas de interesse, afetos e trabalhos comuns, que

abrem um repertório ainda mais amplo para as redes de amizade, de apoio e, principalmente, de solidariedade, que tendem a se tornarem menos viáveis sob o regimento atual da monogamia enquanto convenção (Moschkovich, 2022).

Vimos também que esse caráter hegemônico do modo de vida monogâmico é interseccional a outros marcadores culturais e dispositivos morais ligados aos conceitos de raça, gênero e sexualidades, criando diferentes segmentações e precariedades particulares, que atuam no corpo e na cultura de apropriação do espaço urbano e arquitetônico. Exemplo disso está na relação da habitação com a linguagem do corpo no cerne da comunidade negra brasileira, apesar de marcada por códigos de preconceito criados pela classe dominante, branca e cristã, ao desvalorizar comportamentos, gestos, danças e rituais praticados em terreiros e territórios informais, que rompem com os padrões morais instituídos pela burguesia racista brasileira. Assim, a cidade formal e civilizada, proposta pela regulamentação da cultura colonial europeia, tende a ser intolerante à presença étnica e performativa de pessoas negras e indígenas na constituição da urbanidade atual, ainda pautada por princípios morais e racistas da modernidade (Rolnik, 1989).

Todavia, a abertura à multiplicidade do real alimenta o potencial político do pensar utópico e vice-versa, pois a transformação de realidades que violam direitos e que oprimem só pode ser efetivada se começarmos a dar ouvidos a outras possibilidades de pensar, sentir, agir, ser e se relacionar consigo próprio, com o outro, com a cidade e com o mundo. Desse modo, enfrentarmos o medo da morte, da perda da identidade e dos desejos (ainda) inconfessos e desconhecidos, abrindo-nos ao novo no plano das relações e da espacialidade, não poderia traduzir-se, também, numa maneira de ativarmos a nossa consciência utópica para (re)pensarmos a cidade e o mundo que habitamos sob outras perspectivas, menos saturadas de preconceitos e mais encharcadas de vida?

Na análise das diferentes localidades visitadas em Erechim observamos essa conformação espacial na disputa pela delimitação de territórios particulares, que abandonam o sentido dado ao espaço público de compartilhamentos, trocas e redes de apoio para além das delimitações da unidade familiar. Essa busca pela exclusividade territorial e material, como fator de consagração do status social

privilegiado, portanto, é uma conquista ininterrupta, que também se transforma em valores e objetivos repassados entre diferentes gerações, como se houvesse um fator ilusório comum e, ao mesmo tempo, sagrado de compensação da mortalidade através do acúmulo de discursos, valores morais e objetos transformados em heranças intergeracionais. Repertório esse que precisaria ser ressignificado para tornar as cidades menos hierarquizadas pelo contraste radical entre ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e mestiços, heteronormatividade e desejos dissidentes e, enfim, para se abrir às relações não monogâmicas (Bonfante; Helene, 2023).

Dessa forma, é preciso revisarmos os sistemas fundamentais que sustentam os valores de vínculos intersubjetivos entre as pessoas, gerando possibilidades de validarmos estilos de vida diversos e pautados pelo poliamor. Assim, torna-se possível criarmos novas linhas de afetos, desejos e relacionamentos voltados ao campo da solidariedade e da amizade ao invés de nos mantermos apenas conectados à convenção de valores morais e lugares tradicionais, como fatores de apego e alienação consentidos para, enfim, superarmos a angústia da morte em relações plurais mais leves e desapegadas.

Referências

AMORIM, Patrícia Mafra de; REIS, Daniel Bruno dos. Monogamia e Identidade: considerações psicanalíticas, **Ágora**: Estudos em Teoria Psicanalítica, v. 23, n. 2, p. 35-43, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/5yCbk7g9Lt7j5qjd7wBFPyp/. Acesso em: 27 jun. 2025.

BECK, Ulrich. **La sociedade del riesgo**. Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BECKER, Ernest. **A negação da morte**. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva, revisão técnica de José Luiz Meurer, 15. ed., Rio de Janeiro: Record, p. 31-70, [1974] 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In.: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia**

social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BONFANTE, Gleiton; HELENE, Diana. A casa, a metafísica referencial e a descolonização ideológica da arquitetura e do urbanismo, *Revista* **Periódicus**, v. 1, n. 18, p. 05-24, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/49918. Acesso em: 27 jun. 2025.

CARNEIRO, José Vanderlei. O que existe antes da morte? Investigação a partir da ética hermenêutica de Paul Ricoeur. **Pensando - Revista de Filosofia**. V. 11, n. 24, p. 159-169, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/pensando/article/view/10345. Acesso em: 27 jun. 2025.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência, **ArtCultura**, v. 12, n. 20, 2010. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/11315. Acesso em: 27 jun. 2025.

COULANGES, Numa-Denys Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Edameris, [1864] 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Projeto Periferia, 2003. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

EASTON, Dossie; HARDY, Janet W. **Ética Promíscua**. Un guía prática para el poliamor, las relaciones abiertas y otras aventuras, 2. ed, Tradução Miguel Vagalume, Santa Cruz de Tenerife, UHF: Editorial Melusina, 2016.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo**: ciência e arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque, 1. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, [1927] 1996.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, DF: Anpocs, 1983. p. 223-244.

HOLBACH, B. de. **Sistema da natureza**: ou das leis do mundo físico e moral. São Paulo: Martins Fontes, [1770] 2010.

KIERKEGAARD, Soren. **O desespero humano**. São Paulo: Martin Claret, [1849] 2004.

LINS, Regina Navarro. Monogamia em Crise. **Revista Cult**, ano 25, ed. 286, p. 14-17, 2022.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica In: MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (Orgs.). **Etnografia e Educação**: conceitos e usos [online]. Campinas Grande: EDUEPB, 2011, p. 49-83. Disponível em: https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

MEIRELES, Cristina Amaro Viana. A finitude segundo Ricoeur: a negatividade como travessia do homem falível. In: **IV Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia**, v. 1, Maceió, 2018. Disponível em: https://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/verProducao?idProducao=513870&key=2abb7511ea03d8e15baa7820a83127d0. Acesso em: 27 jun. 2025.

MORAES, Suelma de Souza. O amor a si e o diverso de si: uma hermenêutica crítica em busca da compreensão para os desafios

identitários contemporâneos. **Observatório da Religião**. V. 2, n. 2, p. 67-89, 2015. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/Religiao/article/view/829. Acesso em: 27 jun. 2025.

MOSCHKOVICH, Marília. Amor não é sentimento, **Revista Cult**, ano 25, ed. 286, p. 18-21, 2022.

NÚNEZ, Geni; OLIVEIRA, João Manuel de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesania narrativa indígena, **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3, UFJF, p. 76-88, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.34439. Acesso em: 27 jun. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

RICOEUR, Paul. **Vivo até a morte**: seguido de fragmentos. Prefácio de Olivier Abel; posfácio de Catherine Goldnstein; tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Posfácio de Claudio Ribeiro, 1 ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras. **Blog da Raquel Rolnik**, 16 set. 1989. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

SARDÁ-VIEIRA, Marcos. Experiência de desapego *queer*: quando o corpo vira arquitetura. **(Des)troços***: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. e48637, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadestrocos/article/view/48637. Acesso em: 27 jun. 2025.

SARDÁ-VIEIRA, Marcos; FLORES, Maria Bernardete Ramos. Ressignificar a moradia diante da condição cis-heteropatriarcal

contemporânea. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), [S. l.], v. 21, 2023. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/204477. Acesso em: 27 jun. 2025.

SOUZA, Reginaldo José de. Humanidade Edipiana: Desamparo, Castração e a Neurose Sociedade-Natureza. Natureza Humana - **Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise**, 24(1), p. 68-87, 2022. Disponível em: https://revistas.dwwe.com.br/index.php/NH/article/view/475. Acesso em: 27 jun. 2025.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VELASCO, Irene Hernández. As reflexões de um especialista em sexo: "Somos monogâmicos porque somos pobres". Especial para BBC News Mundo. **BBC News Brasil**, 24 set. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-45629555#:~:text=Presidente%20da%20Sociedade%20Espanhola%20de,sex%C3%B3logo%20apresenta%20outras%20vis%C3%B5es%20marcantes. Acesso em: 27 jun. 2025.

Solidarity City and Non-Monogamy: reassessing finitude and affective bonds

ABSTRACT: In this article we deal with monogamy as a normative moral conditioning of desires and affections within the kinship structure, marriages and family relationships, which add symbolic and material values in the way as contemporary society is constituted. We will indicate that these aspects are also associated with material and emotional bonds of attachment and the fear of finitude. Our objective is to reflect on the ways in which monogamy, in its intersection with race, class, gender and sexuality, establishes the ideological bases for the constitution of material and urban culture in the appearance and discourses related to the architecture of cities in their constant search for the privilege of exclusivity. We are organized methodologically through ethnographic inspiration and the methods of theoretical review and non-participant observation to analyse the promise of exclusivity and uniqueness in the urban space of Erechim (RS, Brazil). At the end, to counter the constitution of monogamy in material and urban culture in its constant search for the privilege of exclusivity, we argue the possibility of more solidary and detached experiences in the contemporary city based on the greater prominence of non-monogamous bonds and affections.

KEYWORDS: Non-monogamy. Finitude. Detachment. Solidary city. Erechim.

Marcos Sardá-Vieira

Doutor e mestre em Ciências Humanas; bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Pesquisador e professor adjunto vinculado à Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS. Tem interesse por pesquisas relacionadas à teoria-história de arquitetura e urbanidade, estudos culturais, gênero, espaço e sexualidades. E-mail: marcos.vieira@uffs.edu.br

Ivone Maria Mendes Silva

Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo USP) e pós-doutora em Educação pela mesma instituição. Professora da

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Email: ivonemmds@gmail.com

Reginaldo José de Souza

Graduado, Mestre e Doutor em Geografia - FCT/UNESP,
Pós-doutorado no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
Professor de graduação em Geografia e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS.
Email: reginaldo.souza@uffs.edu.br

Recebido em: 05/04/2025
Aprovado em: 27/07/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Public policies aimed at combating violence against women in Brazil: a case study

Palloma Rosa Ferreira, *Universidade Federal de Tocantins*
Diego Neves de Sousa, *Embrapa Pesca e Aquicultura/Analista de Transferência de Tecnologia*

Abstract. With the aim of presenting the cycle of the National Policy to Combat Violence Against Women in Brazil, documentary research and literature review were conducted to analyze the main advances achieved and the outcomes of this policy in society. It is important to highlight the role of educational institutions, where research and extension centers and groups are concentrated, such as the Interdisciplinary Gender Studies Center of the Federal University of Viçosa (NIEG/UFV), which, through the “Programa Casa das Mulheres” (Women’s House Program), contributed to the consolidation of the Women’s Support Network for Victims of Violence by offering alternatives and possibilities for addressing violence. Despite the path that still needs to be taken, the approval and implementation of public policies have enabled progress in combating violence against women, with concrete actions being implemented across the three levels of government.
Keywords: Public policy cycle. Gender violence. Women's House Program.

Introduction

The purpose of this article is to present the cycle of the Public Policy for Combating Violence Against Women in Brazil, using secondary data to provide an overview of the main advances achieved and their developments in the contemporary context. This is a National Policy created in 2007, implemented at the federal, state, and municipal levels, aimed at preventing and combating gender-based violence against women, as well as offering assistance to women in situations of violence, taking into account the specific needs of the target audience and the distinct situations experienced by women. To this end, it is essential to contextualize the intricacies surrounding gender issues, observed in the inequalities between men and women, which are naturalized and reproduced in society, and the ongoing manifestations of violence against women (VAW).

Considering that, despite numerous initiatives, movements, and discussions regarding the role of women in contemporary societies, gender inequalities are still frequently observed in our daily lives, whether openly or subtly. The various forms of violence are witnessed in social interaction spaces and are often portrayed by the mass media, reflected in the findings of various studies conducted by Educational and Research Institutions in the country, and discussed at congresses and academic meetings held with the aim of highlighting the issue of gender inequalities.

Several influential scholars have contributed to understanding the social construction of gender inequalities. Rubin (1975), considered one of the pioneers in this field, argues that the hierarchy between men and women cannot be explained solely by biology but results from social and cultural arrangements that transform sexual difference into gender inequality. In other words, her approach shifts the focus from biological distinctions to the analysis of symbolic and social structures. Along the same lines, Badinter (1995) critiques the notion that roles, behaviors, and inequalities between the sexes are natural or inevitable. She emphasizes that the differences attributed to men and women are historically produced, legitimized, and naturalized by societies. Scott (1995), in turn, deepens the debate by proposing gender as an analytical category that transcends biological difference, constituting a central

element of social relations. According to her, gender functions as a fundamental means of organizing power relations, sustaining hierarchies and inequalities. More recently, Butler (2013, 2021) expands these discussions by problematizing the idea of gender as something fixed, advocating for its understanding as a performative construction, continuously reproduced through acts, gestures, discourse, and everyday practices. In this sense, she situates the analysis of gender inequality within an intersectional perspective, also considering markers such as race, class, sexuality, and other forms of oppression.

In view of this, studies related to the category of gender have been decisive and essential in recognizing the dynamics of violence within the family environment, as they have enabled an understanding of the socially constructed roles between men and women as propagators of unequal hierarchical relationships. Gender-based analyses have brought visibility to domestic violence as a multifaceted phenomenon, requiring political and social responses to address the issue (Gomes *et al.*, 2007).

Thus, in the next section, the contributions of some authors dedicated to studying gender issues and the manifestations of oppression faced by women in society will be presented, as well as the importance of bringing these discussions to light for the improvement and direction of public policies to combat violence against women.

Gender Inequality and Violence Against Women

According to Saffioti (1999), the inequality experienced between men and women in society is socially constructed, and in this sense, the term gender refers to the relationships specifically established between men and women. The author states that "gender-based violence, including its family and domestic forms, does not occur randomly, but derives from a social organization of gender that privileges the masculine" (Saffioti, 1999, p. 86)[1].

Bourdieu (2012) emphasizes that it is through the biological distinction between sexes, present in the male and female bodies and primarily based on the anatomical difference between sexual organs, that a justification has been used to reinforce discrimination and male

[1] Own translation.

dominance over women, which directly influenced the social division of labor.

In this context, according to Carmo (2015), the discussion of male identity is linked both to the dimension of work and to gender, as it has the power to influence the construction of masculinity. Thus, it is crucial to recognize the interconnection between class and gender actions:

> [...] a critique of capital, as a social relation, must necessarily apprehend the dimension of exploitation present in the capital/labor relationship as well as the oppressive dimensions present in the man/woman relationship, so that the struggle for the constitution of gender-for-itself also enables the emancipation of the female gender (Antunes, 2010, p. 53).

In this way, the author highlights the need to pursue emancipation in relation to both capitalism and gender, confronting all forms of oppression and domination.

It is worth mentioning, as Moreno (1999) adds, that the androcentric conception still dominates society, and overcoming it is a difficult task, since women themselves often conform to androcentrism by sharing its assumptions, at times acting as its main transmitters. Continuing this reflection, the author refers to the power of language, which she conceives as a system of collective thought with the capacity to convey how a large portion of social actors feel, think, and act. In this sense, discourses can serve to legitimize inequalities and maintain hegemonic forms of power. The relationship between men and women exemplifies this situation, with sexist and patriarchal discourses still present in various spheres of women's social life. According to Moreno (1999, p. 34), "words that conceal implicit ideas act as stimulants or repressors with an effectiveness far greater than that of clearly formulated discourses"[2].

However, Santos (2013)[3] emphasizes that there are contradictions within discourses, which may indicate that the reproduction of the previously established order is not entirely convincing. In other words,

[2] Own translation.

[3] Own translation.

what is naturalized begins to be contested, opening the way for change. This allows spaces for hegemonies to be displaced or modified, and for the instituted order to give way to the instituting power (transformation of the established).

The perpetuation of domination and violence against women has created conditions for advances in discussions at national and, especially, international levels, through conventions and conferences[4], which directly influenced the development of public policies in Brazil. This is because Brazil has signed and ratified, internationally, through treaties, agreements, and conventions, commitments to eliminate gender discrimination and enhance women's citizenship rights (SEPM, 2003).

In Brazil, Law Number 11.340 of August 7, 2006 (known as the Maria da Penha Law[5]) was created precisely to

> curb and prevent domestic and family violence against women, in accordance with § 8 of Article 226 of the Federal Constitution, the Convention on the Elimination of All Forms of Violence against Women, the Inter-American Convention on the Prevention, Punishment, and Eradication of Violence against Women, and other international treaties ratified by the Federative Republic of Brazil. It provides for the establishment of Domestic and Family Violence Courts and establishes measures of assistance and protection for women in situations of domestic and family violence (Brazil, 2006)[6][7].

Universities also represent important spaces for promoting studies on violence against women, seeking to understand its consequences and the factors that trigger acts of violence. Such studies foster various

[4] As an example, some of these events held around the world include: 1975 – World Conference on Women (Mexico); 1979 – United Nations Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW); 1980 – World Conference on Women (Copenhagen); 1985 – World Conference on Women (Nairobi); 1993 – World Conference on Human Rights (Vienna); 1994 – Belém do Pará Convention (Brazil); 1995 – World Conference on Women (Beijing).

[5] It was named after the biopharmaceutical Maria da Penha Maia Fernandes, who became paraplegic after surviving two attempted femicides by her husband. By taking her case to the Inter-American Commission on Human Rights, she mobilized efforts to create legislation that would provide protection for victims of violence in Brazil.

[6] Own translation.

[7] Own translation.

discussions, including the importance of creating public policies targeted at this specific population, requiring attention from governmental spheres and effective instruments to combat such violence.

These efforts are complemented by the actions carried out by feminist and women's movements, which have been decisive in confronting violence against women. Consequently, the State began to recognize these violent acts as a political problem, and these mobilizations and demands entered the public agenda, influencing the development of public policies.

Public policies, according to Rua (2009, p. 17-18), "comprise the set of decisions and actions related to the mandatory allocation of values involving public goods. (...) They generally involve more than one decision and require several strategically selected actions to implement the decisions made."

Thus, public policies bring together a set of decisions, encompassed by governmental plans and actions at the national, state, or municipal levels, aimed at solving problems of collective interest (Souza, 2006).

Accordingly, public action has increasingly been analyzed based on partial phases of the political-administrative problem-solving process. Common to all proposals are the phases of formulation, implementation, and impact assessment, with the policy cycle serving as a reference for processual analysis, although it is not regarded as a fixed sequence (Trevisan; Van Bellen, 2008).

This issue will be further discussed in the next section, which analyzes the phases of the National Policy to Combat Violence against Women, aiming to provide an overview of the main advances achieved, the difficulties encountered, and the challenges that have been addressed but still require attention.

Public Policies for Combating Violence Against Women and Their Developments

The period between 2003 and 2010 was emblematic in the formulation of public policies from a gender perspective, with changes in

legislation, the dissemination of studies revealing statistical data on violence rates, the creation of specialized services, and the formulation of national plans to address the complex and multifaceted issue of violence against women (Coelho *et al*., 2014)[8].

In this context, Shelters and Specialized Women's Police Stations (DEAMs) were, until 2003, the main organizations established by federal, state, and municipal governments to assist women who were victims of domestic, family, and sexual violence, with a focus on public safety and social assistance. These actions formed the basis of the National Program for Combating Violence Against Women, which was managed by the State Secretariat for Women's Rights (SEDIM), affiliated with the Ministry of Justice (Brazil, 2011 b).

However, with the creation of the Secretariat for Policies for Women (SPM) in 2003, which had the status of a ministry and was responsible for advising the President of the Republic on the formulation, coordination, and articulation of policies for women and organizing the National Plan for Women's Policy (PNPM), there were calls to consider the multidimensional aspect of the problem. This led to an expanded approach, seeking support from various areas such as health, education, public safety, social assistance, justice, and culture (Brazil, 2011a)[9].

Given this reality, the services available at that time were unable to meet the needs of victims of violence with a more comprehensive and targeted approach. Thus, from 2003 onwards, with the creation of the SPM, there was an expansion of Public Policies for Combating Violence Against Women, aimed at understanding actions in the areas of prevention, ensuring rights, and holding perpetrators accountable for their actions (Brazil, 2011a).

Through the Secretariat, there was a revival of the National Council on Women's Rights (CNDM), which has always advocated for the creation of public policies with a gender perspective. Additionally, through the SPM, with the support of women's movements and in alignment with the National Congress, the Maria da Penha Law was finally approved. This law is committed to defining "a national policy aimed at promoting gender equity and reducing the various forms of social vulnerability among women" (Coelho *et al*., 2014, p.16). This

[8] Own translation.

[9] Own translation.

legislation can be considered the greatest achievement of all the efforts of feminists across Brazil aimed at curbing domestic, family, and sexual violence (Pinto, 2010)[10].

In the following year, in 2004, through the Ministry of Health, which had already recognized and declared that violence against women was also a health issue and should therefore be included in public policies, the National Network for Violence Prevention and Health Promotion was established through Ordinance GM/MS No. 936/2004 issued by the Ministry itself (Coelho *et al*., 2014).

With the regulation of the Ordinance, mandatory notification of violence against women was established in the Notification of Diseases Information System (SINAN), for both victims treated in public and private health services. This allowed for the creation of a crucial database to map violence in Brazil and to guide public policies.

Within this context, the holding of the First National Conference on Women's Policies (CNPM) in 2004 was decisive, during which the First National Plan for Women's Policy (PNPM) was developed. Three years later, in 2007, the Second PNPM was formulated, leading to the creation of the Policy and the National Pact for Combating Violence Against Women, which operates at all three government levels. The Pact aims to formulate and establish concepts, guidelines, and actions for both the prevention and combating of violence against women (Leandro, 2014).

In this context, Bugni (2016)[11] highlights that these Plans were reviewed and evaluated, with the main guidelines being renegotiated, considering a management approach that was both integrated and multidimensional, capable of addressing the challenge. Thus, the occurrence of the Third PNPM from 2012 to 2015 is observed, which consolidates a successful history of participation, analysis, and renegotiation, with innovations in the central aspects of public policy.

In this context, for the more effective and balanced functioning of policies promoting the defense of women's rights, the Secretariat for Policies for Women (SPM) established the Women's Policy Organism (OPM), which is responsible for formulating, monitoring, and

[10] Own translation.

[11] Own translation.

coordinating these policies. To this end, the implementation of public policies at the state and municipal levels is guided by Federal Government determinations and guidelines, developed with the necessary adjustments to address local specifics, but always in alignment with national plans and pacts (Martins; Cerqueira; Matos, 2015). In the absence of the OPM, the Women's Council is responsible for coordinating the policy at the state level, in coordination with various sectors and municipalities (Campos *et al,* 2009)[12].

It should be emphasized that the action proposals presented in the National Pact are anchored in gender mainstreaming, considering that violence and inequality intersect with a diversity of sectoral public policies. Intersectorality involves coordinated actions among sectoral bodies and actors present in different governmental levels, as well as the coordination between national and local policies in areas such as health, justice, education, and public safety. This leads to a third premise: the reach of these actions, extending the proposal for implementing a national policy to combat violence against women down to local governments (Brazil, 2011b).

Thus, given the context of the emergence of the National Policy for Combating Violence Against Women, it is appropriate to present the policy cycle and its developments and impacts on Brazilian society.

Problem Identification and Agenda Formation

Thus, through the visibility of the problem of violence against women, and considering that such transgression constitutes a crime and a violation of human rights, the discussions gained momentum, as previously presented. There were pressures from social actors involved in both non-governmental and governmental spheres to form an agenda that would address the multidimensional nature of the problem.

As Secchi (2010)[13] highlights, a public problem can manifest for a long time without receiving due attention because society becomes accustomed to living with it, as in the case of the naturalization and perpetuation of inequality between men and women, and among its

[12] Own translation.

[13] Own translation.

various consequences, violence against women. Another aspect raised by the author is that a situation begins to be contested when it starts to affect the perception of many relevant actors, such as research institutions, international organizations, social movements, and other non-governmental and governmental organizations.

According to Secchi (2010, p.36), “the agenda is a set of problems or themes considered relevant.” Thus, problems can enter and exit the agenda as they gain prominence and relevance; however, they can also have their importance diminished and no longer be considered by interest groups.

As a result, gender inequalities and the fight against violence against women have become firmly established on the public agenda, defining them as public issues rather than being confined to the private sphere.

In the National Policy, the intention was to incorporate into the agenda crucial topics related to violence against women in its various forms—domestic, psychological, physical, moral, patrimonial, sexual, human trafficking, and sexual harassment—which affect women from different social classes, backgrounds, ages, regions, marital statuses, education levels, races, and sexual orientations. The aim is for the policy to encompass all the modalities through which violence manifests. From this perspective, attention must also be given to the rights of women in prison and the fight against the feminization of AIDS (Brazil, 2011b).

Formulation of Alternatives and Decision-Making

Regarding the formulation of alternatives, Howlett, Ramesh, and Perl (2013, p.123) add that through the formulation of alternatives "the identification, refinement, and formalization of policy options that can help solve the issues and problems recognized in the agenda-setting stage are carried out." It is at this stage that methods, programs, and strategies are developed with the aim of achieving the objectives.

It is important to note that the formulation of the National Policy did not occur in a linear fashion; rather, it was marked by both advances and setbacks in the fight against violence against women. However, as previously presented, the creation of the SPM led to significant progress,

creating expectations for the implementation of a participatory and inclusive policy with a bottom-up approach. This involved holding conferences and consulting with civil society across the three government levels to develop a National Policy for Combating Violence Against Women, taking into account local specificities and their main needs (Bugni, 2016).

Bugni (2016) adds that decision-making was defined by an incremental model, through effective dialogue between the government and civil society, in which the bottom-up approach was put into practice. This joint participation aimed to converge in defining objectives and methods for gender policies in Brazil.

Regarding the incremental model, championed by Charles Lindblom, it aims to solve problems gradually, without introducing major changes to already established situations or causing abrupt disruptions (Ruas, 2012).

Once the alternatives are defined, the decision-making phase of the policy process follows. As Howlett, Ramesh, and Perl (2013, p.157) emphasize, "it is the stage at which one or more, or none, of the options that were debated and examined during the previous two stages of the policy cycle are approved as the official course of action." This does not mean, as Rua (2012) points out, that all decisions regarding the public policies to be implemented have been made, but that a common denominator regarding the core of the policy being formulated has been reached.

In formulating the National Policy for Combating Violence Against Women, the intention was to achieve broad reach across the various social contexts in which Brazilian women participate, taking into account racial, ethnic, generational, sexual orientation, disability, and social, economic, and regional integration issues (Campos *et al.*, 2009).

During the formulation process, some goals were defined and added to the National Pact for Combating Violence Against Women to be implemented at all three levels of government, including: building and improving services for women; training professionals across various fields; expanding the Women's Assistance Center – Call 180; encouraging innovative projects in areas such as income generation, education, and culture; publicizing national prevention and combat campaigns against violence; creating and implementing a database on violence; establishing the Maria da Penha Observatory; implementing

mandatory notification in all health services across the country; and, finally, assisting women who are victims of human trafficking (Brazil, 2011b).

In this context, the guiding principles for establishing actions to prevent and combat violence against women encompassed the effective participation of various sectors, represented by Public Security, the Judicial System, Social Assistance, and Primary Health Care.

Implementation

The implementation phase of public policies involves the effort, application of knowledge, and use of available resources (Howlett, Ramesh, Perl, 2013). In this regard, Rua (2012) points out that the decisions initially established move from the realm of intentions to being realized through intervention in reality.

The implementation of the National Policy was carried out, in particular, through the formation of networks, due to the possibility of providing comprehensive and humanized support to victims of violence. Thus, the network for combating violence against women began to operate in diverse areas such as culture, education, health, social assistance, public security, and justice, recognizing that it is a phenomenon of a multidimensional nature and with distinct demands.

However, it is noteworthy that some barriers are still encountered in the implementation of public policies for women victims of violence, such as the lack of expected commitment from states and municipalities regarding the provision of adequate services to victims. Cultural barriers also hinder the incorporation of these issues into political agendas, resulting in insufficient attention being given to the victims.

Another issue relates to designing a public policy to combat violence against women with a focus on different groups, such as families and children, without considering women exclusively as subjects with specific rights, needs, and demands. Additionally, there are real challenges in recognizing the diversity among women, who do not share a single origin or profile. This diversity demands public policies that address different realities and contexts, including the presence of

indigenous women, quilombolas[14], lesbians, women from riverine communities, rural areas, and others.

The difficulties in communication among organizations that provide specialized services and work in a coordinated manner can impact the efficiency of addressing a complex, diffuse, and multi-causal phenomenon. Moreover, having a national database on violence against women still represents a challenge for obtaining an accurate understanding of the true extent of the problem (Brazil, 2011b).

In response to these challenges, there was a need to reformulate the strategies outlined in the Pacto, culminating in the launch of the "Woman: Living Without Violence" Program in 2013, through Decree Number 8.086, dated August 30, 2013. The goal was to improve the coordination of services within the network for women in situations of violence by strengthening and consolidating it and promoting financial autonomy (CDH, 2016).

It is observed that during the implementation process, due to the mentioned barriers, there was a need to reformulate the alternatives. This aligns with what is presented by various authors in the literature on public policies, which state that the policy cycle does not occur in a linear fashion. In reality, adjustments and modifications are necessary in response to the situations that arise in everyday life, which need to be addressed in order to achieve the proposed objectives.

Thus, the actions were predominantly focused on building and strengthening networks for assisting women in situations of violence, ensuring the enforcement of the Maria da Penha Law, establishing the Casa da Mulher Brasileira, training professionals in various fields, expanding the Service Center – Call 180 for victim reports against perpetrators, and conducting ongoing prevention and confrontation campaigns against gender-based violence (Brazil, 2011b)[15].

In this interim, the Violence Against Women Policy and the Pact were designed to be developed not only by the Federal Government but also by States and Municipalities, taking into account the specific

---

[14] The term "quilombola" refers to people who live in quilombos, communities historically formed by afro-descendants who escaped slavery and organized themselves in collective territories, preserving their cultural, social, and economic practices.

[15] Own translation.

demands of each context. As Dias and Matos (2012) add, local governments enable greater agility in the implementation of public policies and serve as important vehicles for expanding state action, as they are closer to the community and can respond more quickly to its pressures compared to those that pass through the State or Federal levels.

Thus, the strategies of transversality, intersectorality, and capillarity gain prominence in the National Policy, addressing an action plan specified in the Pact that ensures actions are carried out, considering the multidimensional nature of violence against women (VAW).

Evaluation

According to Secchi (2010), evaluation represents the stage in the public policy cycle where the implementation process, the performance of the policy, and its capacity to reduce the problem it was designed to address are examined. The author adds that this is a crucial moment for producing feedback on the previous stages of the cycle.

Bugni (2016) emphasizes that for an effective evaluation of the violence against women (VAW) policy, it is necessary to collect, systematize, and publicize the data gathered, particularly from areas such as health and public safety, and from organizations like hospitals, health clinics, and police stations, which are often the entry points for women victims of violence. However, the collection and acquisition of this information remains a national issue.

The author notes that there have been significant advances. By the end of the first National Plan for Policies for Women (I PNPM), the Federal Government began conducting evaluations of policies for women. The Secretariat of Policies for Women (SPM) became responsible for publishing a report at the end of each PNPM period, which includes information on the evaluation of processes and policy results. The creation of the Gender Equality Observatory in 2009 also marked progress in building a database, available online for consultation, containing information and studies produced and published periodically.

Two important sources have been crucial for building official statistics and composing the database on the map of violence against women in the country: the mandatory notification system for cases of violence against women, managed by the Ministry of Health, and the National Network that integrates information from the Public Security, Justice, and Oversight agencies (Infoseg), managed by the National Secretariat of Public Security/Ministry of Justice (Brazil, 2011 b). Currently, data is also disseminated by the Data Senate Research Institute in partnership with the Observatory of Women Against Violence (OMV), as well as other governmental bodies, such as the National Gender Violence Map and the Violence Atlas.

According to the 2016 Report by the Human Rights and Participatory Legislation Commission, the diagnosis of the gender situation after the implementation of the National Policy reveals the need for greater focus and targeted actions towards a specific layer of the population affected by violence, namely Black women. Data shows that they are more victimized compared to white women, highlighting a direct relationship between sexism and racism (CDH, 2016).

Another notable aspect is the reduction in investments directed towards the implementation of the policy. In 2020, the expenditure amounted to 38,2 million, representing only 29,45% of the authorized funds. Furthermore, during the period from 2020 to 2023, there was low allocation and reduced execution of the budget (INESC, 2023).

The report titled "Monitoring and Evaluation of Violence Against Women Prevention Policies – 2019/2020" outlines several actions needed to enhance public policies addressing violence against women. These actions include: expanding the reach and availability of specialized services; adapting services to meet the demands and realities of women's lives; and ensuring the accuracy and accessibility of data on violence to accurately assess the scope of the problem (OMV, 2021).

Despite significant normative advances, efforts to combat violence against women have progressively slowed. As Santos (2018) points out, there has been a growing tendency towards fragmentation in the fight against violence against women, particularly concerning the functioning of support networks. These networks suffer from inadequate attention from various levels of government and lack a coherent government agenda aligned with the work required to address women's needs.

Given Brazil's vast geography and the resulting cultural diversity, the outcomes of actions to combat violence against women have varied widely. This has led to both advances and setbacks, shaping the dynamics of care within the respective protection networks.

In the next section, the Casa das Mulheres Program and the Network for Assisting Women Victims of Violence in Viçosa-MG will be discussed. This will illustrate the implementation of the Public Policy for Combating Violence Against Women, developed by a municipal government in alignment with the decentralization and capillarity principles outlined in the policy.

Women's House Program and the Network for Women in Situations of Violence: The Role of NIEG/UFV

The ongoing manifestations of violence against women have sparked numerous discussions, not only within academic circles and institutions that have spaces dedicated to addressing gender inequalities and their consequences, but also across society as a whole, which has been confronted with unsustainable acts of male domination and violations of women's rights, including domestic, family, sexual, and psychological violence.

In this context, we can mention the Universidade Federal de Viçosa (UFV), which houses the Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG), an icon of work, actions, and research related to feminist and gender studies and their reflection on society. The NIEG addresses sensitive issues such as gender dimensions and the disorders that may arise from relationships based on sexism, homophobia, machismo, and patriarchy. As a result, its actions extend beyond the walls of the university through the development of the Programa Casa das Mulheres, which includes various projects such as Communication and Information, Database, Training and Capacity Building on gender issues, and Violence Against Women.

In this context, the Casa das Mulheres, in 2008, gained greater local visibility in the fight against domestic, familial, and sexual violence. By the following year, in 2009, efforts were made to establish the Non-Specialized Protective Network for Women in Situations of

Violence, through an initiative of the Municipal Council for the Rights of Women (CMDM), supported by UFV professors, public defenders, and community leaders (Rezende; Andrade, 2014). Thus, a relationship is established between the Casa das Mulheres and institutional actors, as well as with the group of women who are victims of violence.

A joint initiative for the formation of a network to support the fight against violence against women in the city of Viçosa was observed, aiming to provide integrated responses to victims. This involvement includes various organizations present in the municipality, such as: Public Defender's Office; Civil and Military Police Stations; Social Assistance Reference Center (CRAS); Specialized Social Assistance Reference Center (CREAS); Family Health Strategy; Epidemiological Surveillance Service; São Sebastião and São João Batista Hospitals; UFV Division of Health; Municipal Council for the Rights of Women; Municipal Committees for Maternal Death Prevention (entitled to seats on the Council and Committee); Municipal Coordinating Body for Women's Public Policies; and City Council. This network enables intervention with different realities and target groups (NIEG, 2016).

Through funding from 2010 provided by the Ministry of Education's University Extension Program (PROEXT), the Casa das Mulheres began to direct its work in three distinct areas: training university students in Nursing, Law, Social Sciences, Pedagogy, and Psychology to assist victims; developing a database to reveal the map of violence against women in Viçosa-MG; and conducting training and mobilization activities with municipal partners, as well as those from the jurisdiction (Santos, 2013).

The creation of PET-Saúde was crucial for the construction of the violence map. PET-Saúde is a project conceived by NIEG and linked to the Epidemiological Surveillance of the Municipal Health Department, which enabled the notification of cases of violence against women (VAW) and facilitated the integration of data from other agencies, feeding the SINAN with notifications from the municipality of Viçosa. The development of the project was key in promoting the active search for information on VAW, relying on cooperation among the organizations responsible for providing services to women and that had identified some form of gender-related violence (Pinto, 2016).

In 2011, the Municipal Pact for Combating Violence Against Women was developed in response to the National Pact, which

encourages action at the municipal level. This led to the implementation of various actions, such as Debate Cycles, professional training for assisting women in situations of violence, and a seminar on the Maria da Penha Law, which took place in Viçosa between 2012 and 2013. At that time, discussions on VAW and its implications in society were rare. This prompted the mobilization of institutions and the active participation of authorities from the civil and military police, social assistance and health departments, public defenders, and others (Santos; Melo; Aguiar, 2014).

Pinto (2016) notes that in the years 2015 and 2016, the actions undertaken to combat VCM in Viçosa were marked by the visibility of the work carried out. This can be seen in the construction of the violence map, as previously mentioned, developed through the partnership between organizations, through active case search and their entry into the national system – SINAN – DATASUS. Due to the systematization of information, Viçosa ranked second in the state of Minas Gerais for the highest number of reported cases of domestic violence between 2009 and 2014.

The significant number of notifications drew attention from the Regional Office of the Brazilian Bar Association (OAB), the Subsecretariat for Women's Policies of the State of Minas Gerais, as well as the Regional Health Superintendence of Ponte Nova-MG. This served as a springboard for strengthening political articulations in the municipality, leading to the creation of important support bodies for combating violence, such as the Women's Policy Coordination, which is directly linked to the municipal executive (Pinto, 2016).

It is worth mentioning that the political articulations between the Casa das Mulheres and the CMDM facilitated the approval of Bill No. 091/2015 in the City Council of Viçosa. This bill established the creation of the Women's Public Policy Coordination and the Municipal Fund for Women's Rights. The Coordination was designed to support and monitor actions, programs, and projects focused on women, while the Fund was intended to ensure the necessary resources for implementing public policies on women's rights (NIEG, 2016).

Success was also achieved with the approval of the Municipal Protocol for the Care of Women in Situations of Violence, signed in 2015. A diagnosis was carried out, derived from nine meetings with representatives of the main institutions providing assistance to VCM.

These meetings were crucial for the development of material that would later serve as the basis for the Protocol's text (Santos; Melo; Aguiar, 2014). To secure its approval, a process of Popular Initiative took place in 2013, through a Public Hearing on VCM, which garnered the support of 3,000 voters from Viçosa, who signed a Bill that was subsequently presented to the City Council, securing it as a public protection policy (NIEG, 2016).

Thus, the CMDM, together with the Casa das Mulheres, in response to the violence indicators in Viçosa and its microregion and the reports of aggression, mobilized the institutions to work together in a network. The goal was to share the difficulties and challenges of the services provided, bringing the issue of addressing VCM to the public sphere (Santos; Melo; Aguiar, 2014).

In effect, the Women's Care Protocol not only represented the formalization of the non-specialized network of care for women in situations of violence in Viçosa but also served as an important document to define the responsibilities of each institution within the network. It outlines the role each institution must play and guides where women should be referred, considering each individual case. It should be emphasized that the protocol "not only establishes flows and procedures for guided care but also addresses violence from an educational perspective" (Santos; Melo; Aguiar, 2014, p.8-9). The aim is to strengthen dialogue between organizations and prioritize humanized care for women victims of violence, with the goal of preventing re-victimization.

Despite the progress made in developing support services for victims of violence in Viçosa, which have been established in the city with the creation of a public policy for women's protection, setbacks on various fronts due to resource limitations raise concerns about the continuation of these efforts. The actions depend on the uncertainty and unpredictability of public resources.

Thus, the establishment of a network focused on service delivery and based on intersectoral collaboration, as outlined in official documents such as the "Network for Combating Violence Against Women" from the Federal Government, faces difficulties in being realized in practice. It operates within the constraints of available infrastructure, financial resources, and the involvement of professionals, as well as the willingness of public authorities to collaborate.

Conclusions

The fight against violence against women remains a significant challenge for both public authorities and society as a whole. Despite many advances, such as the empowerment of women, recognition of their professional competence, the creation of spaces for discussing gender inequalities, particularly within academic institutions, and efforts to combat discrimination and domestic violence, women still face daily struggles with sexism and "machismo[16]". Consequently, they encounter violence in various areas of their lives, including family, religious, and professional environments. Thus, changes and constants coexist simultaneously in daily life.

However, it is important not to discredit or deny the achievements made so far, such as the recognition that acts of violence against women cannot remain confined to the private sphere but must be reported and punished specifically. There is an understanding that this is a complex and multifaceted phenomenon and, therefore, requires distinct services to support women who are victims of violence. As a result, the consolidation of the National Policy for Combating Violence Against Women allows for the creation of networks that can address demands more comprehensively, ensuring that women are not re-victimized in the various contexts of their social lives.

It should be emphasized that the demands of feminist and women's movements have resonated within society, highlighting the detrimental effects of gender inequality, which, in addition to causing various disturbances, still sees constant manifestations of violence against women. Educational institutions, particularly universities, have also contributed to questioning this inequality between women and men. Numerous research groups and centers, such as NIEG/UFV, with the engagement of students and faculty, have developed extension projects that bring alternative solutions and possibilities into the discussion arena, such as the formation of the Support Network in Viçosa and the public policy of protection to address violence against women.

[16] Machismo can be understood as a set of attitudes, beliefs, and behaviors present in social relations that favor men over women, reinforcing the idea of male superiority and justifying power inequalities between the genders.

Despite the long journey still ahead, the approval and implementation of public policies have enabled the fight against violence against women and the implementation of actions at all three levels of government. However, there is a need to inform the population about legislative measures that guarantee access to justice and the right of women to be the protagonists of their own lives.

It is also important to emphasize the need for increased investment in evaluations of the policy's progress at all levels—federal, state, and municipal. For example, Viçosa has faced difficulties sustaining its efforts. This investment is crucial for ensuring new achievements and for addressing any violations of women's rights.

References

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Os sentidos do trabalho***:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª edição (10ª reimpr.rev. e ampl). São Paulo, SP: Boitempo, 2010, p. 101-192.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. 370 p. Disponível em: http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf . Acesso em: 24 set. 2025.

BOURDIEU, Pierre. "Uma imagem ampliada". In: _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.15-67.

BRASIL. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Secretaria de políticas para as mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011a.

BRASIL. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Secretaria de políticas para as mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011b.

BUGNI, Renata Porto. **Políticas públicas para as mulheres no Brasil**: análise da implementação da política de enfrentamento a

violência contra as mulheres em âmbito nacional e municipal. 2016. 251f. Dissertação (Mestrado em Ciências), Programa de Pós-Graduação em Políticas Pública São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, SP, 2016.

BUTLER, J. **A força da não violência**: um vínculo ético-político (trad. Heci Regina Candiani, São Paulo, Boitempo, 2021).

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade, trad. Renato Aguiar, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Carmen Hein de et al. **Metodologia para implementação, monitoramento e avaliação do pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, DF, 2009.

CARMO, Onilda Alves do. Os homens e a construção e reconstrução da identidade de gênero. **Anais do VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate "Saúde Mental Relacionada ao Trabalho"**, 2015. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n7/a08.pdf

COELHO, E. B. S. et al. **Políticas públicas no enfrentamento da violência**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, 51p. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/1888. Acesso em: 20 Agos. 2018.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH). **Relatório nº 1 de avaliação de políticas públicas relacionadas às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher**. Brasília, 2016.

DIAS, R., MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos, 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; ARAÚJO, Anne Jacob de Souza; COELHO, Tamara Maria de Freitas. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paul Enferm**, Salvador, BA, v.20, n. 4, p. 504-508, 2007.

GREGORI, M.F. **Cenas e queixas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. (Cap. II e III)

GROSSI, P. K. **Violência contra a mulher na esfera doméstica**: rompendo o silêncio. Dissertação de Mestrado. PUCRS, Porto Alegre, 1994.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL. A. **Política Pública, Seus Ciclos e Subsistemas**: Uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Nota Técnica Análise do Orçamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres** (de 2019 a 2023), 2023. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/03/nt-orcamento-de-politicas-para-mulheres-v2_0703.pdf?x69356. Aceso em: 24 fev. 2024.

LEANDRO, A. U. F. Implementação de políticas públicas e desafios ao enfrentamento da violência contra a mulher. **II Semana de Pós-graduação em Ciências Políticas: repensando a trajetória do Estado brasileiro**. *UFSCar*, SP, 2014, 20p.

MARTINS, A. P. A; CERQUEIRA, D; MATOS, M. V. M. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil**. 2015, 37p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5711. Acesso em: 10 Agos. 2019.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE GÊNERO (NIEG). Disponível em: <http://www.nieg.ufv.br/>. Acesso em: 03 jun de 2020.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA (OMV). **Monitoramento e Avaliação das Políticas de Enfrentamento à Violência contra Mulheres** – 2019/2020, 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/avaliacao-permanente-ciclo-2019-2020. Acesso em: 21 mar. 2022.

PINTO, T. N. **Busca ativa de informações sobre a violência contra a mulher e a rede não especializada de atenção à mulher em situação de violência: estudo de caso sobre o município de Viçosa-MG**. 2016, 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

PINTO, Céli R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, jun. 2010.

REZENDE, D.L.; ANDRADE, L.V.R. Rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência em Viçosa, Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 207-225, jan./jun., 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2º ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2012, 128p.

RUBIN, G. **The traffic in women**: notes on the political economy of sex. In: Rayna Reiter (org), Toward an anthropology of women. New York, Monthly View Press, 1975 (Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: Políticas do Sexo, São Paulo, Ubu, 2017).

SAFFIOTI, H. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 13(4) 1999, p. 82-91.

SANTOS, A.P; MELO, C.M; AGUIAR, L (Org). **Protocolo Municipal de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Viçosa, MG, 2014.

SANTOS, Valdonilson Barbosa dos. Homens, masculinidades, violência (Capítulo 3). In: **Os discursos masculinos sobre as práticas violentas de gênero**. Tese (doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, nº 2, 1995.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES (SEPM). **Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher** – Plano Nacional: diálogo sobre a violência doméstica e de gênero, construindo políticas públicas. Brasília, 2003, 68p.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p.20-45.

TREVISAN, Andrei Pittol. VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, 42(3): 529-550, maio/jun. 2008.

Políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra à mulher no Brasil: um estudo de caso

RESUMO: Com objetivo de apresentar o ciclo da Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres no Brasil, utilizou-se de pesquisa documental e revisão bibliográfica, sobre o panorama dos principais avanços obtidos e os desdobramentos dessa política no meio social. Deve-se destacar o protagonismo das instituições de ensino, em que se concentram núcleos e grupos de pesquisa e de extensão, como o Núcleo Interdisciplinar de Estudo de Gênero da Universidade Federal de Viçosa (NIEG/UFV), que por meio do Programa Casa das Mulheres, concretizou a consolidação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, ao apresentar alternativas e possibilidades frente à violência. Apesar do caminho que ainda é necessário percorrer, a aprovação e implementação de políticas públicas têm possibilitado o enfrentamento da violência contra às mulheres, com a concretização das ações nas três esferas governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Ciclo de políticas públicas. Violência contra a mulher. Programa Casa das Mulheres.

Palloma ROSA FERREIRA, *Universidade Federal de Tocantins*

Graduada em Gestão de Cooperativas, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre em Extensão Rural também pela UFV e Doutorado em Economia Doméstica/UFV. É membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano, Social e Vida Cotidiana. Atualmente atuo como pesquisadora, cursando Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), pela Universidade Federal de Tocantins (UFT).

Diego NEVES DE SOUSA, *Embrapa Pesca e Aquicultura/Analista de Transferência de Tecnologia*

Pós-doutor do Programa em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (UFT), doutor em desenvolvimento rural (UFRGS), mestre em extensão rural (UFV), gestor de cooperativas (UFV) e sociólogo (UNIP). Atuo nos processos de transferência de tecnologia, no desenvolvimento tecnológico, na elaboração de planos de marketing e de comunicação, além de estudos prospectivos/socioeconômicos e na extensão inovadora conduzidos pela Embrapa Pesca e Aquicultura relacionados aos temas: pesca e aquicultura; sistemas agrícolas integrados; alimentação; desenvolvimento rural e regional; políticas públicas da agricultura familiar; extensão rural, pesqueira e aquícola; inovação social e inclusão produtiva para os atores do meio rural. Bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq - Nível 2

Recebido em: 09/10/2024
Aprovado em: 31/10/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

A representação da violência de Gênero e Sexualidade: percepção de estudantes e professoras/es de uma escola pública de Imperatriz, Maranhão

Auricelia de Aguiar Silva, *Universidade Federal do Maranhão*
Dimas dos Reis Ribeiro, *Universidade Federal do Maranhão*

Resumo. O estudo aborda a representação de gênero e sexualidade no meio escolar, focando na percepção do/a estudante e da/o professora/o analisando como estudantes e docentes as percebem e interpretam. O estudo foi desenvolvido em uma escola pública na cidade de Imperatriz, Maranhão. O objetivo geral consiste em analisar a representação da violência de gênero e sexualidade em uma escola pública, a partir da percepção de estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, na faixa etária de 13 a 17 anos, e professores/as. Para tanto, os aportes teóricos que deram sustentação a esta investigação baseiam-se principalmente em Durkheim (2008); Butler (2022); Bento (2017); Foucault (2014); Louro (2014); Libâneo (2013). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: grupo focal com estudantes e entrevista semiestruturada com professora/o. Os dados revelam que a percepção do/a estudante sobre a representação da violência de gênero e sexualidade presentes na instituição pesquisada sofre influência do meio social, propiciando uma reprodução de forma naturalizada por falta de discussão sobre o assunto na escola. Nesse sentido a atuação do/a professor/a se desenvolve diante do discurso de poder que se constitui nas representações de preconceito e discriminação de gênero e sexualidade no campo escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e sexualidade. Estudante. Professora/o.

Introdução

O estudo em questão aborda um dos pontos discutidos em uma pesquisa de Mestrado que trata sobre gênero e sexualidade. Por conseguinte, partimos do pressuposto de que, em meio a tantos desafios sociais, são muitas as reflexões que nos levam a pensar sobre as práticas educativas desenvolvidas em um ambiente escolar que se encontra diante das diferentes formas de representação do indivíduo e a função do/a professor/a nesse cenário. Por conseguinte, o olhar destinado para esse público envolve fatores que vão do contexto social, cultural, econômico e religioso às formas de sociabilidades e suas representações sociais em escola pública.

Contudo, devemos ressaltar que foram muitas as mudanças que permearam o ambiente escolar, a partir dos anos 2000, como o olhar concebido as diferenças culturais e a diversidade que compõe o espaço escolar; entre as quais, também, encontramos o avanço de diferentes tipos de representação de violência, como a de gênero e sexualidade, o que nos remete a uma complexidade que envolve a pessoa do/a estudante e o trabalho docente. Diante de tais reflexões, temos como objetivo analisar a representação da violência de gênero e sexualidade em uma escola pública, a partir da percepção de estudantes e professores/as.

Para adquirir um conhecimento profundo sobre a pesquisa, foram necessários alguns objetivos específicos, tal como identificar a representação de estudantes e a função da prática docente no ambiente escolar. Dessa forma, também, se fez necessário conhecer a percepção de estudantes sobre a representação da violência de gênero e sexualidade em uma escola pública. Assim, como a concepção de professoras e professores sobre a representação de gênero e sexualidade dos/as estudantes no meio escolar.

Para respondermos nossos objetivos recorremos a autores de diferentes áreas, como a Sociologia, e estudiosos sobre gênero, sexualidade e Educação, de forma que cada um foi de grande importância no processo de construção dessa pesquisa. Assim, justificamos a necessidade de alguns autores na seguinte pesquisa. Os estudos de Abramovay (2009) nos apontam que a violência surge na realidade social como uma ameaça constante que cresce diariamente e

que a escola deixou de ser um espaço protegido para tornar-se reprodutora da violência que acontece na sociedade em seus variados tipos. Já Neves (2010) contribui por debater que as transformações que acontecem pelas mudanças de valores sociais são o que caracteriza uma nova cultura de infância e de violência na escola.

Para compreensão das representações sociais que se reproduzem e se expressam no meio escolar, por meio de interpretações do imaginário ou do senso comum, recorremos aos estudos de Durkheim (2008) por trazer um entendimento de representatividade individual e coletiva, visto que o ambiente escolar está cheio de representações que se iniciam individualmente para se expressar em sua forma coletiva, ou que partem do coletivo para o subjetivo do sujeito. Magnani (2004) contribui por trazer uma visão de representação do indivíduo a partir das condições sociais de inserção dos agentes, determinando a representação do ser humano em determinado ambiente, assim como sua manifestação em relação às discussões que pairam na sociedade. Buscamos ainda as palavras de Martins (2014) para podemos refletir que, quando ocorre no âmbito escolar, essa representação assume a função de transformação da subjetividade tanto do/a estudante como do/a professor/a.

Os estudos de Foucault (2014) contribuem para compreendermos o discurso de poder que circunda a sociedade em torno das experiências históricas e que conduz os sujeitos a se reconhecerem em meio à diferença e discriminação social estabelecida. Também buscamos os estudos de Butler (2022) por trazer um debate sobre gênero e sexualidade no qual a autora insere uma visão contemporânea das formas de família e parentesco, bem como críticas às diferenças do binarismo homem-mulher e defesa dos direitos de acesso social da pessoa trans. Outra contribuição bastante relevante foram os escritos de Louro (2014) em uma perspectiva pós-estruturalista sobre gênero, sexualidade e educação, abordando algumas questões da prática educativa e trazendo a escola como um espaço privilegiado para alavancar discussões sobre representações e práticas que contribuem com a construção da identidade do sujeito.

Recorremos ainda aos escritos de Bento (2017) para compreendermos gênero e sexualidade, buscando discutir questões sobre a identidade que se supõem como verdadeiras para o seu gênero ou para o gênero com o qual o sujeito se identifica. Bento (2011) também contribui por trazer discussões sobre gênero e sexualidade no âmbito escolar, discutindo as diferenças e expectativas, bem como as oposições

que cercam o sujeito na construção de sua identidade de gênero e sexualidade no âmbito escolar.

Os estudos de Libâneo (2013) colaboram por refletirem sobre a ressignificação da didática em meios às diferenças que compõem o ambiente educativo. Candau (2020) tornou-se relevante por debater que o/a professor/a deve refletir sobre a complexidade do processo educativo em sua pluralidade e campos variados, buscando construir respostas significativas as indagações dos indivíduos envolvidos e da sociedade a qual constituem. Assim, devemos considerar que a construção de conhecimentos abrange relações sociais e culturais em um processo complexo de diferentes conhecimentos necessários em suas esferas sociais e científicas.

O estudo foi realizado em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEFE[1]), localizada na cidade de Imperatriz, no Estado do Maranhão. Imperatriz foi fundada em 16 de julho de 1852 por Frei Manoel Procópio e é o segundo maior centro político, cultural e populacional do Maranhão, está localizada às margens do Rio Tocantins, distante 629,5 km da capital São Luís. Atualmente, possui uma população de 273.110[2] habitantes, com uma área de 1.369,039 km² e é a segunda maior cidade maranhense. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa e como procedimentos metodológicos utilizamos o grupo focal com nove estudantes e entrevista semiestruturada com três professoras e um professor dos anos finais do Ensino Fundamental em seu próprio ambiente de trabalho.

A seleção dos/as estudantes seguiu os seguintes critérios: ser estudante de escola pública; estar cursando os anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano; e fazer parte de um contexto de representação de violência de gênero e sexualidade no meio escolar. Assim, participaram da pesquisa estudantes na faixa etária entre 13 e 17[3] anos. A escolha dos/as professores/as seguiu os seguintes critérios: ser professor/a da rede municipal de ensino; desenvolver sua prática de ensino mediante o comportamento reprimido ou agressivo de estudantes; e ser responsável pelas disciplinas de Ciências, Religião,

[1] Para preservar a identidade da instituição de pesquisa utilizarei o termo EMEFE para identificá-la.
[2] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados, 2022.
[3] Sabemos que a defasagem escolar é um fenômeno multifacetado, influenciado por uma série de fatores sociais, econômicos e pedagógicos. E, portanto, coletivo.

História, Artes, Língua Portuguesa e Geografia, por possibilitarem maior discussão sobre a temática de gênero e sexualidade em sala de aula.

Como devolutiva ao local de pesquisa foi criado um projeto a partir dos relatos da pesquisa. Trata-se de um material no qual buscamos, por meio de uma linguagem acessível e objetiva, caracterizar o preconceito e a discriminação de gênero e sexualidade. Além disso, o projeto propõe discussões sobre os temas gênero e sexualidade no meio escolar, apresentando algumas ações que podem ser realizadas na escola pelos seus agentes: professores/as, gestora e estudantes.

Nesse artigo, primeiramente, buscamos discutir sobre a representação de estudantes no meio escolar, para compreendermos a representação coletiva e individual com a finalidade de entendermos o dualismo que envolve essa representação. Assim, como a função do professor/a nas discussões de gênero e sexualidade.

Em seguida, abordamos a representação da violência de gênero e sexualidade no meio escolar a partir da percepção de estudantes. Também, discutimos sobre a concepção docente em relação à representação de gênero e sexualidade, a fim de conhecer as diferentes opiniões e os comportamentos apresentados no âmbito escolar.

Para este fim, se fez necessário conhecer as especificidades e pluralidade da realidade que compõem a escola, assim como a diversidade que forma o campo escolar.

A representação de estudantes no meio escolar

É necessário, primeiramente, compreendermos a representação coletiva e individual, pois a escola envolve esses dois tipos de representações por meio dos agentes que a compõem. O/A estudante é um desses agentes, representando-se tanto individual como coletivamente no meio escolar.

Para melhor compreensão da representação individual e coletiva, recorremos aos estudos de Durkheim (2008), para quem as representações individuais são de origem empírica por estimularem ações e reações nas pessoas, enquanto as coletivas são produzidas por ações e reações trocadas por pessoas ao conviverem em sociedade. Nesse sentido, as formas elementares de convivência se tornam a base de certo

quantitativo de representações e atitudes fundamentais que possuem o mesmo significado e exercem as mesmas funções.

Desse modo, as representações constituem o que há de fundamental na humanidade por instituírem ideias e conteúdos objetivos que se exprimem por meio da fala ou gestos. Quando as representações se apresentam de forma coletiva, elas evidenciam uma realidade de coletividade expressa pela maneira de agir, que se configura no seio de grupos reunidos, os quais se dispõem a manter ou refazer estados mentais de pensamento coletivo do grupo social.

Ao levarmos essa representação coletiva ao ambiente escolar, percebemos que ela ocorre por meio dos sujeitos que compõem esse meio, tais como os/as estudantes, pois, ao viverem em uma determinada realidade, eles ou elas passam a exprimir coletivamente as maneiras e rituais de vivência, podendo, entre esses rituais, externar a naturalização do binômio preconceito/discriminação em suas diferentes formas: gênero, sexualidade e étnico-racial, entre outras, visto que, nessas condições, a razão se processa em fazer e desfazer, reduzindo as características a meras aparências e ilusões que correspondem a uma verdade cômoda, mas que negam qualquer realidade lógica que objetive a vida.

A partir dessa concepção, os estudos de Durkheim (2008) contribuem ao discutir que a consciência coletiva determina objetos que exprimem um estado de consciência particular, que é essencialmente individual e subjetivo. Assim, as representações são organizadas com liberdade relativa em analogia às nossas sensações atuais, que se desenrolam em ordem diferente frente às intervenções e considerações de outros, reduzindo, igualmente, a razão às experiências empíricas clássicas que levam ao irracionalismo do sentido ligado a rotulações em determinados ambientes, como a escola.

Nesta perspectiva, Magnani (2004) discute que são as condições de inclusão social dos agentes que determinam sua representação e manifestação em dado grupo social. Magnani (2004, p.128) nos explica que “a representação é algo assim como uma espécie de imagem mental da realidade”. Seguindo essa concepção, o autor aponta que a representação social por nós percebida decorre de mudanças

socioculturais que envolvem o processo educativo e a representação do/a estudante no ambiente educacional, pois são muitos os tipos de manifestações, tanto positivas quanto negativas, que podem ser encontrados no âmbito escolar mediante as diferentes identidades. Assim, a função da escola deve ser propiciar o diálogo, conscientizando os/as estudantes sobre as situações em que se encontram inseridos/as e as relações que os/as representam.

Para Martins (2014), as representações no meio escolar assumem o papel de transformação da subjetividade tanto de estudantes como de professores/as, pois, em meio a essas transformações, acontece uma reflexão de cada sujeito que pode resultar na aceitação ou negação das representações de diversidade. A atuação do/a professor/a diante a tantas representações que compõem a escola se torna fundamental, uma vez que os saberes pedagógicos devem permear essa discussão a fim de evitar conflitos que estimulem a agressão física, verbal ou psicológica entre estudantes.

No bojo dessas diferenças, as discussões se voltam para a questão da representação de gênero e sexualidade no ambiente escolar em sua forma coletiva e individual, por trazer não somente uma alteração de poder representativo da própria sociedade, mas por estabelecer ideias (re) produzidas em um ambiente coletivo, como a escola. A representação de gênero e sexualidade concebe dimensões do ser humano e de seu modo de viver que não podem ser vistas como algo ofensivo ou diferente, nem como justificativa para se praticar qualquer ato de agressão contra o outro.

É nesse sentido que Furlani (2007) defende que o modo como os estereótipos são percebidos e a forma como são compreendidos no âmbito escolar envolve vários fatores que podem se tornar atos violentos dentro da cultura escolar, como a discriminação e a exclusão social. O olhar do/a estudante para as diferenças e suas representações deveria questionar a rigidez dos modelos estabelecidos e apontar suas transformações na visão das figuras de homem e mulher. Entretanto, a quebra da barreira do preconceito não é fácil por abranger um contexto educacional coletivo e percepções sociais distintas que são levadas para o meio grupal. Por isso, torna-se relevante semear discussões em que não prevaleçam a discriminação sexual e o preconceito de gênero.

Segundo Furlani (2007), todas as representações possuem implicações sobre os sujeitos, independentemente de elas serem verdadeiras ou falsas. Por isso, indagamos que o significado adquirido por uma cultura dentro da escola constitui uma acepção que transmite ideias de um discurso que se constrói como um paradigma real aos seus agentes. Isso atribui uma importante função à escola na representação de gênero e sexualidade, visto que o seu discurso, assim como pode construir um sentido determinante, também pode desconstruir esse sentido. No entanto, isso dependerá da forma como os sujeitos que a compõem irão conduzir o discurso sobre a representação de gênero e sexualidade na coletividade do meio escolar, estimulando o que Foucault (2014) chamou de "ideal regulatório". Afinal, o discurso, ao funcionar como uma norma, também é parte de uma prática regulatória, como uma espécie de poder produtivo que pode produzir, diferenciar e demarcar a construção ideal sobre como o/a estudante se representa.

Todavia, Bento (2011) traz a visão do dualismo na representação de estudantes cisgênero[4] e transgênero[5], visto que assim como há o/a estudante que expressa a sua opinião de forma positiva ou negativa sobre representação de gênero e sexualidade, existe outro grupo que expressa sua multipluralidade em meio à Diversidade que forma sua Identidade. É nessa perspectiva que a representação de gênero e sexualidade funciona como suposição de uma essência interior que marca a existência da mulher e do homem em um processo de descoberta.

É também para convencer o mundo sobre o gênero e a aceitação da sexualidade que a representação de estudantes surge em uma discussão do real e do fictício, visto que ambos são determinados pelo imperativo do corpo. Sobre isso, é necessário refletir que a verdade surge por meio dos seguintes questionamentos em um ambiente coletivo, tais como a escola: "O que é um homem e uma mulher de verdade? O que é ter sentimentos femininos e masculinos? Como concluir que este ou aquele sentimento é mais ou menos feminino/masculino? Como reconhecer um/a homem/mulher de verdade?" (Bento, 2017, p.99). As inquietações da autora representam um fenômeno de antecipação de suposições dos

[4] Segundo Machado (2008), é a pessoa cuja identidade de gênero é a mesma de seu sexo biológico.
[5] Para Machado (2008), é a pessoa cuja identidade de gênero não corresponde ao gênero que lhe foi atribuído em conformidade com o sexo de nascimento.

sujeitos que se supõem verdadeiras para o seu gênero ou para o gênero com o qual se identificam.

Assim, não existe um referente natural nesse processo de representação, pois, segundo as normas, o referencial está vinculado ao corpo, ou seja, "corpo-vagina-mulher, corpo-pênis-homem" (Bento, 2017, p. 100). Nessa concepção, o estudante que representa sua performance corporal fora do referente biológico é entendido como uma versão falsa da mulher e do homem, que são considerados verdadeiros.

Assim, pessoas consideradas excluídas pelo preconceito e discriminação, como *gays*, lésbicas, travestis e transexuais, entre outros marginalizados pela sociedade, são silenciados em meio à propagação de discursos de legitimidade produzidos incessantemente em um meio coletivo, a exemplo da escola, devido à dualidade de representações que emana entre estudantes que se identificam como cisgêneros e transgêneros. Nesse sentido Louro (2014) levanta um ponto importante em torno do discurso que circunda o aparato teórico de sexualidade, o qual também é defendido por Butler (2022), o de que é necessário considerar como a sexualidade é regulada através da censura do gênero.

Portanto, a representação de estudantes no meio escolar é um processo coletivo e individual que abarca a sua subjetividade em suas práticas de interpretação de conceitos materializados em uma legitimidade discursiva de normas de poder. Ressaltamos que, para fins de aprofundamento, faz-se necessário o estudo sobre a função do/a professor/a nas discussões sobre gênero e sexualidade no contexto escolar de modo a enfatizar a prática docente e sua função nesse contexto de discussões.

A função do/a professor/a nas discussões de gênero e sexualidade

Uma das grandes questões abordadas pelo estudo sobre gênero e sexualidade na escola está vinculada à função do/a professor/a e como ele ou ela irá atuar mediante a heterogeneidade da sala de aula. A atuação do/a professor/a contempla várias questões que complementam a formação do/da estudante, já que essa atuação requer não somente o

conhecimento sobre as diferenças, mas um questionamento das tradições, em que se define um modelo pré-estabelecido sobre o lugar de homem e de mulher, criando estereótipos em uma divisão sexual de poder.

Sobre isso, Candau (2020) debate que o/a professor/a deve refletir sobre o processo educativo em sua complexidade, pluralidade e multidimensionalidade, buscando intervir e construir respostas significativas aos questionamentos das pessoas envolvidas e da sociedade da qual fazem parte. Devemos considerar que a construção de conhecimentos abrange relações sociais e culturais em um processo complexo de diferentes conhecimentos que se cruzam, em suas esferas empíricas, sociais e científicas.

Essa perspectiva trazida pela autora remete o/a professor/a aos desafios de problematizar o conhecimento escolar, considerando a diversidade de saberes produzidos em um contexto social pluralizado em que o conhecimento deve ser para todos os grupos socioculturais que constituem o âmbito escolar. É importante que o diálogo seja estimulado no processo de ensino e aprendizagem, considerando os diferentes saberes que se desenvolvem dentro da escola, pois não temos uma sociedade homogênea e, portanto, não teremos uma escola homogênea.

Ao nos respaldarmos em Candau (2020, p.43), devemos considerar que a atuação do/a professor/a abarca o reconhecimento das heterogeneidades presentes no ambiente escolar, de modo entender que no cotidiano educacional estão presentes a diversidade de “Gênero, Sexualidade, Étnico-raciais, Religiosas, entre outras”.

O/A professor/a deve buscar construir uma prática que acolha as diferenças e promova o diálogo, uma vez que ele ou ela trabalha com diferentes sujeitos socioculturais e todas as formas de representação sociocultural devem ter o seu espaço no processo educativo, sem exclusões ou discriminação.

Assim, Libâneo (2013) reforça que a disputa hegemônica ocorrida entre o campo científico e as divergências em mesmo campo é resultado do confronto entre diferentes posições epistemológicas na atividade científica, uma vez que cabe ao/à professor/a refletir sobre a sua atuação, pois a sua prática deve ter o papel social de preparar os

indivíduos para a convivência social por ser essa função essencial para a sua existência.

Neste sentido, hooks[6] (2017, p. 253) defende que há um dualismo na prática do/a professor/a, pois as "pessoas entram na sala de aula para ensinar como se apenas a mente estivesse presente, e não o corpo". A autora discute que, quando o/a professor/a chama atenção para o corpo, ele ou ela está transmitindo uma herança de negação que vem sendo passada por professores/as anteriores, de forma que o corpo logo tinha que ser apagado e passar despercebido na sala de aula. Esse processo de ocultação do corpo tem por finalidade a negação de discussões para que os/as professores/as possam se basear no pressuposto de que a Educação é neutra e traçada em uma realidade exclusiva e não-inclusiva diante da insegurança de sentir a necessidade de ensinar assuntos direcionados a sexualidade e discussões de gênero na sala de aula. Em concordância com o discurso de reconhecimento da heterogeneidade no meio escolar trazido por estudiosos da área da Educação, Bento (2011) estabelece que a escola é um espaço de diversidades, pois nela aprendemos que a diferença faz a diferença.

Nesse sentido, devemos refletir que cotidianamente professores/as se deparam com a necessidade de se posicionar e encontrar sentido para grupos de pessoas que reivindicam o seu pertencimento a um gênero distinto daquele de seu nascimento. Nesse sentido, a prática dos/as professore/as ganha um olhar específico de não tentar controlar e produzir a heterossexualidade através do gênero, possibilitando uma única construção de sentido para a identidade sexual e o gênero. Assim, professores/as terminaram por rotular brincadeiras de meninas e de meninos, se meninas brincam com carrinhos, assim como se meninos brincam com bonecas dentro de uma instituição, como a escola, logo isto é visto pelos professores/as como um comportamento estranho.

> Hegemonicamente o gênero e a sexualidade se expressam unidos. As "confusões" que uma criança faz ao misturar os dois mundos (o masculino e o feminino) são interpretadas pelo olhar atencioso das instituições, como um indicador de uma homossexualidade latente. Nessa hora, entra o controle produtor: "Isso não é coisa de menino/a!". Controle produtor porque produz masculinidades e feminilidades (Bento, 2011, p. 552).

[6] A autora se identifica por pseudônimo, sendo este escrito com letra minúscula.

Berenice Bento levanta uma discussão sobre a interiorização da verdade como algo ensinado e reiterado de que a sexualidade normal e natural é a heterossexual. É nesse sentido que a escola demonstra a sua incapacidade de lidar com a diferença e pluralidade, funcionando como uma das principais produtoras da heterossexualidade. A prática do/a professor/a se torna então um reflexo de sua função mediante a diferença e pluralidade que compõem o âmbito escolar, pois a humanidade se constitui e se estrutura por distinções necessárias para formação de concepções e identidade de um sujeito. Segundo Bento (2011, p. 556):

> Quando compreendemos a produção das identidades de gênero marcada por uma profunda violência, passamos a entender a homofobia enquanto uma prática e um valor que atravessa e organiza as relações sociais, distribui poder e regula comportamentos, inclusive no espaço escolar.

Nesse sentido, a função dos/as professores/as produz um discurso que limita o sujeito a duas possibilidades excludentes: ser homem ou ser mulher. Assim, o/a estudante ou é macho ou é fêmea, masculino ou feminino, desconsiderando o processo de desnaturalização como foco explicativo para a constituição das identidades. Para Louro (2014), a escola é um espaço privilegiado para alavancar discussões sobre representações e práticas que contribuem com a construção da identidade do sujeito.

E, para maior aprofundamento, as reflexões de Silva (2015) se tornam bastante pertinentes porque é no ambiente escolar que é predefinido o lugar de cada sujeito e seus significados, ou seja, onde se formam diferentes grupos e concepções sociais. É por meio dos diversos significados formados no campo educacional que o sujeito pode formar identidades de gênero, sexual, social e cultural, entre outras.

Desta forma, meninos e meninas vão construindo suas identidades e aprendendo seus distintos lugares sociais. O/A professor/a faz parte desse processo de construção de identidade de seus/suas estudantes por ratificar, mesmo que inconscientemente, as relações de poder que reforçam a construção de uma identidade padronizada como natural,

sem considerar as diferenças que envolvem a constituição identitária ou respeitar as diferenças que compõem o ambiente educacional.

Todavia, o maior desafio do trabalho docente está em questionar o natural e saber trabalhar as diferenças no contexto escolar. Afinal, o que é natural? É separar meninos e meninas por gênero para brincarem? É tratar uma pessoa com indiferença porque ela é considerada fora dos padrões sociais? De acordo com Silva (2015), cabe ao/à professor/a refletir sobre essa naturalidade e sobre as representações das diferenças existentes na sociedade, entre elas, a de gênero e sexualidade.

Para tanto, a função dos/as professore/as compreende a constituição de um novo modelo pedagógico construído para subverter a desigualdade e o preconceito, com o fim de romper as relações de hierarquia de gênero e sexualidade presentes na sala de aula. Assim, a voz do/a professor/a se torna fonte de conhecimento e legitimidade de sua autoridade, que pode também ser a voz do diálogo, abrindo espaço para outras vozes, que podem ser igualmente falantes e ouvintes em distintas expressões dos saberes.

A representação da violência de gênero e sexualidade no ambiente escolar

A partir deste ponto, abordaremos a pesquisa realizada na EMEFE, trazendo a percepção de estudantes e em seguida de professoras/o. Buscamos resguardar a identidade de nossos participantes de modo a identificá-los/las por sua função social na escola.

Durante a pesquisa com o grupo focal, um dos temas tratados foram as representações de gênero e sexualidade no meio escolar, abordando as perspectivas do comportamento do/a estudante na escola.

Neste sentido, os depoimentos revelaram três subcategorias emergentes: a representação da violência de gênero no meio escolar; a representação da violência de sexualidade na escola; e a naturalização do comportamento violento na escola. Em vista destes aspectos, é coerente ressaltar que os/as estudantes, sujeitos desta pesquisa. trouxeram em seus depoimentos suas experiências e vivências de um comportamento natural em seu cotidiano.

Quando convidados a falar sobre a representação da violência de gênero em seu meio escolar, ressaltaram suas experiências de

participação e de presenciar ações de violência ocorridas em sua microssociedade escolar, como demonstram os relatos a seguir:

> Não, assim, tem uns acontecimentos aqui na escola que vêm de muita rivalidade entre a mulher e o homem, principalmente em nossa sala que tem alguns acontecimentos que são muito complicados contra as mulheres (Aluna 2).

> Tipo trazer uma situação em que a pessoa demonstra fraqueza, aí vai, fala que está agindo como mulherzinha, como se mulherzinha fosse ser uma coisa fraca, delicada, sendo que estão totalmente equivocados (Aluna 1).

Os depoimentos parecem revelar que a violência de gênero pode se apresentar como uma rivalidade no meio escolar entre os gêneros feminino e masculino, em que as demonstrações de atitudes consideradas fracas são associadas ao gênero feminino.

É importante ressaltar a seguinte fala: “alguns acontecimentos que são muito complicados contra as mulheres”. O discurso sugere entendimento de que ser mulher dentro da EMEFE não é uma situação fácil, que a condição feminina ocasiona acontecimentos que são desagradáveis para o gênero feminino.

Neste sentido, vale ressaltar a possibilidade de que o comportamento presenciado em uma microssociedade, como a escola, pode ser o reflexo de um universo em que a figura da mulher é desvalorizada no cotidiano dos/das estudantes, em virtude de uma reprodução das atitudes advindas de outros cotidianos sociais para dentro da escola, o que não exime a escola de seu papel de se posicionar sobre as diferenças que fazem parte da sociedade.

Assim, ao que tudo indica, a representação da violência de gênero ocorre na escola devido à forma como a mulher é tida e vista na sociedade, como um elemento frágil, delicado e de fácil intimidação masculina. É interessante notarmos que apenas a Aluna 1 se posiciona em relação à forma equivocada que a estudante e mulher é tratada no meio escolar, entretanto ela não usa a palavra estudante ou aluna, mas a forma como é utilizada para ofender o outro, “mulherzinha”.

Essas perspectivas demonstram a importância de uma reflexão sobre a singularidade que envolve o comportamento de estudantes em escolas públicas diante da representação social presente nesse contexto. Para Neves (2010), nos últimos tempos, a cultura da violência tem ganhado proporção maior no meio escolar, estando também associada à desigualdade social e ao preconceito de gênero e sexualidade. O autor salienta que a violência é um fenômeno contemporâneo que vem ocasionando mudanças nas representações que constituem o meio escolar em suas diferentes formas que se aperfeiçoam e se transformam dentro da escola.

Para aprofundamento das representações que permeiam o ambiente escolar, buscamos entender o comportamento dos/as estudantes-participantes a partir de uma frase ouvida durante o período de observação: “é vagabunda, todo mundo pega”, que foi apresentada a eles e elas e proporcionou os seguintes relatos:

> Ai, gente! Tem gente que tem alma de vagabunda (Aluna 2).
>
> Por que é vagabunda? Por que é rodada? (Aluna 3).
>
> Isso depende muito, tem mulher que é rodada, tem mulher que é considerada rodada, mas que não é (Aluna 2).

A frase desencadeou um debate com divergência de opiniões apresentadas nos discursos, visto que a concordância e a discordância apresentadas são reflexos de opiniões vivenciadas no cotidiano escolar. Os depoimentos trazem uma representação social de visão da mulher preestabelecida por um julgamento da pessoa estigmatizada por sua condição feminina, presente no discurso: “tem mulher que é considerada rodada, mas que não é”.

Para Abramovay (2009), traumas e segredos são apresentados pela violência e convivência nas escolas por meio da preservação de uma verdade e conservadorismos a serem exaltados. Nesse sentido, os depoimentos configuram uma representação no meio escolar de um discurso que permeia a sociedade e a escola de forma natural, o preconceito.

Notamos que a frase “alma de vagabunda”, falada por uma mulher, configura que o preconceito de gênero não é praticado somente por homens, pois mulheres vitimizam outras mulheres no ambiente escolar.

As demais representações do grupo reforçam o papel de contradição. “Por que é vagabunda?”, ao questionar o motivo de a mulher ser nomeada dessa forma pejorativa dentro da escola, a fala da Aluna 3 configura a liberdade que a mulher deveria ter nas diferentes instâncias sociais, como a escola, por e para ser mulher. Segundo Miskolci (2012, p.32) “não é apenas descobrir a forma correta de chamar alguém, mas, antes questionar esse processo de classificação que gera o xingamento”. Os relatos nos remetem que sendo a escola um lugar de debate, ela deve permitir e incentivar reflexões sobre o discurso de discriminação, opressão e julgamento da figura da mulher, ou instigará a possibilidade de incentivar uma representação negativa de seus e suas estudantes dentro e fora das paredes da escola. Ao recorremos à concepção de Miskolci (2012) entendemos que é importante que seja enfatizado construções históricas e sociais em torno da homossexualidade e heterossexualidade visando criar um dialogo critico no processo educativo, o que pode proporcionar mudanças na perspectiva de assimilação de desvalorização tanto na educação quanto na escola.

No que concerne ao posicionamento de estudantes, os depoimentos são um reflexo dos conflitos e tensões que envolvem a cultura da EMEFE por meio das transformações que configuram a sociedade e adentram o meio escolar, de modo que o posicionamento de estudantes e professores/as são essenciais na construção do processo de conflito que permeia a conjuntura social de seu cotidiano. Isso fica evidente nos relatos a seguir:

> É porque, normalmente, os meninos ficam com muito medo de ofender as meninas, em geral, de ofender as mulheres, porque, de certa forma, é um crime. E as mulheres sempre vão levar esse assunto à tona e querer discutir com a escola, querer meter pais no meio (Aluna 3).
>
> Lá na sala, é ao contrário. Os meninos fazem... (É.. como é que fala?). Eles ofendem mais as meninas, do que os meninos. Tem um menino que chama a menina de curupira por causa do cabelo dela (Aluno 4).
>
> Infelizmente, essa é a triste realidade de muitas escolas. Alguns alunos até tentam falar com os professores, mas os professores não tomam nenhuma ação que realmente vá ajudar o aluno. Ele meio que ignora, fazendo alguma coisa fútil, pra falar: “Eu ajudei” (Aluna 1).

Notamos que, mais uma vez, os depoimentos retratam a fragilidade da mulher-estudante no ambiente escolar. Além disso, é trazida a questão do medo masculino dentro da escola, porque as mulheres conhecem os seus direitos. Isso é um indício de que, dentro da EMEFE, as meninas buscam meios de proteção contra o preconceito de gênero, pois, como observamos, existem falas que refletem a busca por sua proteção: “crime”, “discutir com a escola”, “meter os pais no meio”.

Ao reconhecer que o preconceito contra a estudante no ambiente escolar pode refletir em um crime ou em um pedido de proteção, ela constrói uma nova representação dentro da microssociedade escolar, saindo da posição de vítima para a de conhecedora de seus direitos. Para Magnani (2004), são muitas as representações que se apresentam em determinado meio social, de forma que as representações que percebemos decorrem de mudanças que abrangem o meio escolar, já que existem muitas manifestações positivas e negativas nesse contexto.

Os depoimentos também configuram que a representação da violência de gênero se apresenta no meio escolar em forma de *bullying*, ato de agressão que pode se caracterizar por violência verbal e psicológica ou por uma agressão feita em forma de brincadeira que possui bastante significado contra a figura do/a estudante vitimizado. E, ao que tudo indica, os/as estudantes do estudo compreendem que as brincadeiras feitas em sala de aula têm um caráter ofensivo para as meninas. As ideias de Miskolci retratam a normalização sobre esse tipo de representação no espaço escolar.

> A escola era partícipe do assédio moral de tal forma que, normalmente, a educação era bullying: você entrava e se enquadrava. Havia um currículo oculto, um processo não dito, não explicitado, não colocado nos textos, mas que estava na própria estrutura do aprendizado, nas relações interpessoais, até na própria estrutura arquitetônica, que continua a ser normalizadora (Miskolci, 2012, p. 38).

A partir das discussões citadas, é importante trazermos a análise sobre a atuação do/a professor/a, mencionada nos depoimentos, por ele/a se eximir diante do preconceito contra as estudantes. Percebemos que, na opinião da participante, essa atitude causa revolta, pois parece que o/a professor/a está concordando com a situação ao ignorar ou optar por uma atitude sem muita relevância diante dela. O discurso aponta a

atuação do/a professor/a considerando a complexidade de diferentes conhecimentos que se encontram para a construção de respostas significativas nesse processo e revela que a figura do/a professor/a é uma referência que representa uma triste realidade, uma vez que ele/a se silencia diante do preconceito e da dor do/da estudante vitimizado/a.

No que diz respeito aos fatores que envolvem a representação de sexualidade no meio escolar, os/ as participantes focaram no comportamento apresentado a partir de suas experiências cotidianas dentro da escola. Isso fica evidente nos discursos a seguir:

> O pessoal da minha sala, quando o menino pega muito, é considerado bonito (Aluna 2).
>
> Quando tem um aluno que é mais ativo nessas questões, ele realmente é aplaudido. Quando a condição é a mulher, ela é botada para baixo (Aluna 1).
>
> Tem umas brincadeiras que o povo fala que é menina por tu gostar de tal coisa. O povo tem esse negócio de falar, porque tu é homem não pode gostar de rosa, porque tu é *gay* (Aluna 6).

Notamos que, mais uma vez, a Aluna 1 faz referência à questão social das diferenças de gênero, apontando que a mulher é discriminada por seu sexo biológico, questionando as categorias de mulher e homem, dentro da EMEFE, por essas serem frutos de um processo de construção social. Assim, os relatos também expressam a discriminação sexual no ambiente escolar, representando a reprodução dos atos de preconceitos da sociedade para escola, por meio de atitudes, julgamentos e brincadeiras que diferenciam um gênero do outro por sua configuração social.

O menino é considerado o pegador, a menina é colocada para baixo ao ter a mesma atitude de sexualidade que o estudante no meio escolar. Butler (2022) afirma que a sexualidade deve ser livre e 'selvagem' e, por esse motivo, não pode ser tida de forma regulatória e nem aprisionada ao constrangimento.

Nesse sentido, é possível supor que as diferenças de sexualidade dentro da escola fortalecem a masculinidade dos meninos e suprime a feminilidade das meninas. Entretanto, chama a atenção o fato de que

somente as meninas do grupo tenham se manifestado em relação ao assunto em debate, apresentando os preconceitos ocorridos em suas narrativas. É possível notar que as participantes apresentam em suas falas a discriminação sexual de gênero em um processo de desconforto pessoal quanto às condições vivenciadas no meio escolar.

Ao relatar que "homem não pode gostar de rosa, porque tu é *gay*", a Aluna 6 retira a discussão do binarismo homem-mulher para expandi-la para o preconceito de sexualidade contra a pessoa homossexual. A visão da estudante traz, mais uma vez, a reprodução do preconceito da sociedade para dentro dos muros da escola, de modo que se expande pela cultura escolar. Para Furlani (2007), a forma como os estereótipos são vistos e compreendidos na escola envolve princípios geradores que podem se tornar atos de violência na cultura escolar.

Quando convidados a falar sobre a frase: "Cuidado, esse viado vai te pegar", dita por estudantes durante o período de observação, os/as participantes apresentaram o seguinte discurso:

> Eu acho que não deveria nem existir esse palavreado dentro da escola. A pessoa que está escutando isso, o que significa pra ela (Aluno 4).
>
> É uma ofensa, então pessoas que estão ao redor terminam ouvindo e ficando um pouco incomodadas (Aluna 3).

Ao falar sobre a frase como objeto da representação de violência de sexualidade dentro da EMEFE, os/as participantes do grupo demonstraram indignação em seus discursos. As falas trazem um olhar para o todo social que compõe a escola, expandido a visão para além da sala de aula.

Assim, podemos supor que, ao refletirem sobre o cotidiano da escola, os/as participantes envolvem as diferentes faixas etárias que se encontram fora da sala de aula e que podem internalizar o preconceito por meio de certas frases ditas no meio escolar e normalizadas como brincadeiras, proporcionando um círculo de reprodução do preconceito de fora para dentro e de dentro para fora da escola.

Outro ponto trazido nos depoimentos são certos tipos de palavreados utilizados no meio escolar. O participante reforça o significado que certas palavras podem ter para a pessoa ofendida na

escola por desvalorizar os sentimentos e a sexualidade do próximo dentro da EMEFE.

Quando convidados a falar sobre o posicionamento da escola sobre o comportamento apresentado por seus/suas estudantes, surgiram os seguintes relatos:

> Acho que nessa escola aqui, mesmo, a direção e os professores não falam sobre isso (Aluno 4).

> Pois é, muita das vezes, o professor, ou ele vai e entra na brincadeira ou não leva a sério, porque muita gente não leva a sério esse tipo de preconceito. Não toma nenhuma providência. Também, muitas vezes, mesmo ao tomar uma providência, que é raro, mas caso aconteça, até a escola não acha muito bom, pois tem escola que não vê com bons olhos quem toma algum tipo de posicionamento a respeito desse assunto (Aluna 1).

No tocante ao posicionamento da EMEFE sobre a representação de sexualidade, é apresentada a negação da escola e dos/as professores/as em debater o assunto, contribuindo por meio de seu silêncio com o preconceito no âmbito escolar. A ausência de posicionamento da direção e dos/as professores/as é um dos fatores que reflete o depoimento: “a direção e os professores não falam sobre isso”. Fica claro, portanto, que o envolvimento da direção e do corpo docente é neutro em relação à representação de sexualidade na escola. Buscamos as palavras de Miskolci (2012, p. 44) para justificar que esse processo ocorre por ser algo normalizado dentro da sociedade, “é a ordem sexual do presente fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero”.

Assim, podemos supor que o assunto não é debatido com os/as estudantes no meio escolar talvez por não compreenderem a grande relevância da função da escola e do/a professor/a na quebra do processo que mantém atos de preconceito e violência dentro da escola ou por entenderem que esse tema deve ser tratado somente pela família, e não pela escola. Entretanto, para Candau (2020), o processo educativo deve

buscar intervir e construir respostas significativas para as pessoas que fazem parte de determinada sociedade.

Nessa perspectiva, é importante mencionarmos que os relatos apresentam certa conivência dos/as professores/as ao entrarem na brincadeira, reforçando assim certos tipos de preconceito. Além disso, há uma discrepância trazida no discurso da Aluna 1, pois, primeiramente, ela fala que o/a professor/a "não toma nenhuma providência" e, em seguida, diz que isso ocorre "mesmo ao tomar uma providência, que é raro".

O relato apresenta dois posicionamentos em relação à atuação do/a professor/a: o de se eximir e o de pouco atuar diante da representação da violência de sexualidade praticada por estudantes.

É interessante ressaltar a postura da EMEFE em relação à atuação do/a professor/a, trazida nos relatos, que não é vista com bons olhos no que diz respeito à falta de posicionamentos sobre o assunto sexualidade. Assim, observamos que nenhum dos depoimentos configura a direção ou os/as professores/as como sujeitos atuantes na quebra do preconceito no campo escolar.

Ao falar sobre a naturalização da violência de gênero e sexualidade na escola, os/as participantes apresentaram a naturalidade que certos comportamentos adquiriram entre eles e elas, de modo que não são mais percebidos como um ato de violência, assim como a atuação da escola em relação aos comportamentos apresentados, conforme retratam os depoimentos abaixo:

> É natural que ninguém perceba (Aluno 4).
>
> Porque ninguém, nunca, tipo, levou pra falar, pra discutir sobre esse assunto, então acabou relevando. Foi sempre deixando quieto, pra trás. Talvez por medo de falar sobre o assunto (Aluna 3).
>
> Ou por vergonha, também de falar sobre isso (Aluno 4).
>
> Claro! Ainda mais hoje em dia que isso está muito à tona, todo mundo tá falando. A escola devia fazer, trazer um momento sobre esses assuntos, para que nenhuma criança ou adolescente acabe crescendo sendo homofóbico. Ou uma criança e adolescente acabe participando da comunidade LGBT, mas não consiga se expressar ou se assumir por medo da sociedade (Aluna 3).

Os depoimentos do/as estudantes expressam a naturalidade que a representação da violência adquiriu entre eles e elas, ressalvando que essa naturalidade talvez esteja ocorrendo por falta de discussões sobre o assunto na escola. Os depoimentos expressam, mais uma vez, a omissão da escola ao recolher-se diante da necessidade de falar, pois, como uma microssociedade, ela possui a responsabilidade de debater os assuntos que permeiam a sociedade e, ao se eximir por vergonha, como traz o relato do Aluno 4, ou relevar o assunto por medo de falar, ela não se torna somente reprodutora da violência que afeta a sociedade, mas estabelece uma cumplicidade com ela ao se calar. Contudo, Bento (2011) afirma que a escola é um lugar de diversidade onde se devem discutir as diferenças.

Os relatos, além de expressarem o silêncio da escola, trazem as consequências dele para a sociedade: “para que nenhuma criança ou adolescente acabe crescendo sendo homofóbico”. Assim, é possível crer que, quando uma instituição social com força intelectual e influente como a escola, se cala, ela acaba desencadeando uma rede de reprodução de um discurso que pode ser nocivo para outros/as. Desse modo, a naturalização das representações do comportamento dos/das estudantes se torna reflexo de um discurso permitido pela EMEFE.

É possível notar nas opiniões do/a participante do grupo focal que um ato de omissão, dentro da EMEFE, pode causar consequências no desenvolvimento da subjetividade do sujeito, tornando-o refém de um discurso de preconceito naturalizado na sociedade e reproduzido na escola de forma natural entre os seus membros.

A concepção docente sobre a representação de gênero e sexualidade dos/as estudantes no meio escolar

Nesse segundo eixo, o foco esteve centrado nas especificidades que marcam a representação dos/as estudantes no meio escolar, a fim de compreender o comportamento observado pelo/as professor/as e de que maneira o/as participante/s desta pesquisa conduzem e são conduzidos nesse processo para assim compreender os diferentes discursos sobre a existência da violência de gênero e sexualidade entre os/as estudantes,

com o propósito de caracterizar as possibilidades de atuação da prática docente nessa representação.

Inicialmente, as professoras e o professor foram convidadas/o a caracterizar o comportamento dos/as estudantes no meio escolar no que se refere à representação de gênero e sexualidade. É importante percebermos que as professoras e o professor trouxeram uma rotina vivenciada e estabelecida em seu cotidiano de trabalho, uma rotina representada em visões subjetivas de suas concepções sobre o assunto. Neste caso, foi possível notar que cada um/a tem uma vivência e um modo de apresentar a sua rotina de trabalho, de forma que as opiniões não foram consensuais.

A *Professora 1* destaca o comportamento dos/as estudantes em relação às representações de gênero e sexualidade no meio escolar e retratou a rotina de atitudes de preconceito e discriminação ocorridas no meio escolar. Ela declara:

> Eu vejo, assim... No meu olhar, eu termino olhando um pouco, pois nós temos alguns casos aqui. Bem, ainda não está muito revelado, mas a gente, como professora, percebe, né? E a gente termina vendo que os alunos... Eles olham. E, às vezes, fazem piadinha com aquele casal ou ainda jogam indireta, dizendo que viu isso, que viu aquilo. E termina fazendo algumas perguntas também sobre a questão: "Por que eles estão juntos?" "Vocês são namorados?" Um exemplo: "Vocês ficam assim porque vocês são namorados?" De certo modo, dando pressão psicológica. "Vocês fazem isso?" "Ah, mulher com mulher, então, homem com homem?" "O que é isso?". Então, este tipo de comentário que a gente percebe dentro da escola. A gente vê que, ainda, até mesmo a juventude, embora a gente veja que tenha uma cabeça mais aberta e tem mais contato... Hoje, a gente vê que nos ambientes que o jovem frequenta há diversos casos. Mesmo assim, a gente vê essa pressão, ainda. Os alunos, às vezes, em suas opiniões contraditórias a essa realidade (Professora 1).

A fala da professora afirma a existência da representação da violência de gênero e sexualidade no meio escolar e destaca que ela ocorre na modalidade psicológica contra os/as estudantes que assumem a homossexualidade. Talvez por atuar em sala de aula e ter maior proximidade com os/as estudantes, ela tenha uma percepção mais clara da construção da identidade de cada um/a e da forma como se representam no meio escolar, tanto na visão de quem possui uma identidade homossexual, como daqueles que não aceitam essa

identidade. Isso é importante, pois colabora com a construção de uma prática pedagógica e com a possibilidade de formular opiniões menos preconceituosas. Na visão de Miskolci (2012, p.12) o aprendizado é algo que se constrói "incessantemente em um diálogo com o que nos causa estranheza, ou seja, no contato com as diferenças". O autor corrobora com a discussão ao partir do entendimento que a educação ajuda na construção do homem e mulher, proporcionando reflexões sobre uma educação focada na experiência de aprender com as diferenças.

Notamos que o relato da professora especifica uma descrição que assola várias escolas públicas do Brasil, de modo que não se torna uma exclusividade desse campo de pesquisa, apresentando a especificidade de um campo subjetivo com suas peculiaridades e identidade própria pela forma particular que cada espaço cultural e social se representa e apresenta a sua representação coletiva e individual.

Durkheim (2008) aponta que a consciência coletiva exprime um estado de consciência individual do sujeito. Nesse sentido, devemos destacar que o discurso relata a representação da violência dentro da escola pelas seguintes atitudes subjetivas de estudantes expressas pela professora: "jogando indireta", "mulher com mulher, então, homem com homem", "dando pressão psicológica". Além disso, essas ideias também expressam uma visão preconceituosa no comportamento dos/as estudantes.

Percebemos que a violência relatada representa a forma como os/as estudantes expressam as suas opiniões no meio escolar, entretanto, quando ofensivas, elas representam uma modalidade de agressão pela definição do outro, de gênero e sexualidade, ser diferente do padrão estabelecido. A professora aponta um aspecto interessante ao discutir as opiniões contraditórias de um/a estudante em relação à sexualidade de outros: a forma como o/a estudante se expressa dentro da escola reflete as significações de seu próprio cotidiano social levado para dentro da escola. É nesse sentido que Louro (2014) reforça que a identidade sexual e de gênero forma os sujeitos, na medida em que são interpretados nas diferentes instituições sociais.

A *Professora 2* e a *Professora 3* demonstram certo consenso em suas opiniões sobre a inexistência da representação de gênero e sexualidade no meio escolar. Entretanto, as falas se tornam contraditórias ao relatar essa inexistência e, ao mesmo tempo, identificar

a existência de comportamentos preconceituosos por parte dos/as estudantes, conforme destacam:

> Aqui, no Ensino Fundamental, na verdade, basicamente, nem existe. Eles apresentam ou falam alguma coisa, mas, muitas das vezes, a gente nem leva tão a fundo, muitas das vezes, não dá atenção que deveria ter por conta desse rótulo, ainda (Professora 2).

A *Professora 2* parece afirmar que são inexistentes as questões relacionadas a gênero e sexualidade na escola, no Ensino Fundamental. Entretanto, em contradição, a sua fala apresenta "falam alguma coisa", "não dá atenção" e "rótulo". Percebemos, então, que o discurso da professora aponta, de forma indireta, que há a representação da violência de gênero e sexualidade na escola. Assim, discutimos que a violência, por ter uma face visível e invisível, é um fenômeno de difícil definição. De forma que o preconceito e a inviabilização das práticas discriminatórias, sociais e lógicas, de desrespeito estão presentes em determinadas categorias sociais presentes na escola (Neves, 2010).

Outro ponto observado é a falta de atenção dispensada a essa representação pelo/a professor/a e pela própria escola: "muitas das vezes, não dá atenção que deveria ter por conta desse rótulo". O relato evidencia que, por se tratar de uma manifestação de gênero e sexualidade, não é dada à devida atenção às formas de preconceito e discriminação presentes na EMEFE e no comportamento dos/as estudantes. Contudo, as maiores barreiras, talvez, sejam justamente as concepções dos/as professores/as sobre o assunto.

A *Professora 3* também relata que nas turmas em que trabalha não há representação de gênero e sexualidade, de modo a generalizar o seu discurso a todas as turmas em funcionamento na escola. Isso se torna evidente no relato a seguir: "Nesse ano, tem nenhum, assim, *gay*, nas minhas turmas, sabe, nenhuma turma, mas quando tem, tem tipo preconceito com ele, sabe" (professora 3).

Salientamos que, no primeiro momento, a fala da professora não deixa claro que tipo de preconceito acontece quando essa representação se torna presente na escola, por isso indagamos a que tipo de preconceito ela se referia. E ela declarou o seguinte: "Fica chamando de *gay*, de lésbica, fica sorrindo" (Professora 3).

Notamos que o depoimento expressa que já aconteceram questões direcionadas à representação da violência de gênero e sexualidade na EMEFE, caracterizando a presença da violência em suas modalidades psicológica e verbal ou naturalizada na sua face invisível da brincadeira que representa o preconceito no meio escolar.

O *Professor 4* apresenta outra visão sobre o comportamento dos/das estudantes. Ele traz uma percepção de liberdade entre eles e elas e de abertura para discutir a temática dentro da escola. O seu relato não aponta falas de preconceito ou discriminação dos/as estudantes. Isso fica visível no trecho a seguir:

> Acho que o estudante de hoje é livre. Entre eles, não vejo discriminação, não. Existe mais repúdio, assim, entre professores, entre pais, mas os alunos estão muito livres. Já percebo eles com muita liberdade para o assunto (Professor 4).

Contudo, o relato afirma a existência de repúdio entre professores/as e pais no que se refere à temática, de forma que a escola, como uma microssociedade, ainda tem um longo caminho no que se refere a discutir gênero e sexualidade devido aos tabus construídos e reproduzidos no meio escolar. Magnani (2004) nos remete que as representações decorrentes do processo educativo podem ser positivas ou negativas mediante as diferentes identidades. Essa perspectiva se alinha à de Martins (2014), que ao refletir que a escola assume a função de transformação de estudantes e professores/as por um processo de reflexão do indivíduo que pode ser de aceitação ou negação das diversidades.

É importante destacar que os discursos trouxeram uma concepção das representações que incidem no meio escolar em sua categoria de gênero e sexualidade, de forma que os tipos de violência que nela estão presentes se configuram em um processo de reprodução de distintas classes sociais para dentro da escola, o que não tira a responsabilidade da escola de sua atuação em relação aos atos de preconceito e discriminação corroborados nos relatos dos/as participantes.

Conclusão

Primeiramente, é importante deixar claro que a concepção de representação pela qual este trabalho foi desenvolvido considera as vivências e experiências que se reproduzem no meio escolar em um conjunto de manifestações individuais e coletivas do comportamento preconceituoso e discriminatório apresentado por estudantes, assim como a atuação cotidiana do/a professor/a diante dessa representação.

Nesse sentido, ainda é necessário levantarmos que é possível que isso aconteça devido à resistência dos/as professores/as em compreender as relações de poder estabelecidas no cotidiano escolar no que se refere às discussões de gênero e sexualidade, o que os leva a tornarem-se imparciais diante delas. Além disso, também é possível que a execução e não compreensão de um discurso de poder por estudantes seja um dos fatores que propicie a propagação do preconceito e da discriminação no meio escolar. Contudo, as relações na escola de pesquisa exercem a função de repreensão do comportamento, sem haver uma pluralidade em discutir o preconceito e discriminação de gênero e sexualidade.

Nesse cenário, surge a representação de estudantes, na modalidade de violência de gênero e sexualidade, de forma que há necessidade da criação de um projeto a ser trabalhado na escola de pesquisa com o intuito de fixar as discussões e promover a quebra da naturalização do preconceito nesse espaço escolar. Nesse aspecto, devemos ressaltar que a escola não é salvadora e não depende somente dela uma mudança de postura, visto que a sua constituição social envolve diferentes elementos e grupos sociais, mas, como uma microssociedade, ela não pode e não deve se eximir de suas responsabilidades sociais por meio de seus agentes de atuação direta.

Diante do exposto, no contexto da EMEFE, é possível constatar que as concepções de preconceito de gênero e sexualidade adentram a instituição de pesquisa por meio de um discurso discriminatório que faz parte das ideologias de alguns/mas.

Por fim, constatamos que esses princípios e ideias se refletem como referência na formação de atitudes e atos estabelecidos por um julgamento de certo ou errado. Sendo assim, uma propagação de fora para dentro da escola que é marcada pela pretensa superioridade de um

discurso de poder estabelecido no meio escolar pela comunidade que a constitui.

Referências:

ABRAMOVAY, Miriam. **Revelando tramas, descobrindo segredos**: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informações Tecnológica Latino-Americana- Ritla, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal-Seedf, 2009.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença: dossiê gênero e sexualidade no espaço escolar. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2011000200016.

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador, Ba: Edufbar, 2017.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Unesp, 2022.

CANDAU, Vera Maria. Didática novamente em questão: fazeres-saberes pedagógicos em diálogos, insurgências e políticas. In: CANDAU, Vera Maria; CRUZ, Giseli Barreto da; FERNANDES, Claudia. (ORG). **Didática e fazeres pedagógicos**: diálogos, insurgências e políticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p.33-45.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares de Vida Religiosa**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no college de france, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: do estereótipo à representação – argumentando a favor da multiplicidade sexual, de gênero e étnico-racial. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpos, gêneros e**

sexualidades: discutindo práticas educativas. Rio Grande. Editora da FURG, 2007. p. 46-58.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/imperatriz.html >. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2014.

MACHADO, Gabriella Eldereti. **Imaginário social e formação continuada**: o olhar para as discussões de gênero, etnia e diversidade sexual. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rs, 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representações ou de como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas pesquisas atuais. In: CARDOSO, Ruth. (Org.) **A Aventura Antropológica**: teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 127-140.

MARTINS, Márcia Ligia. A constituição histórico-social da subjetividade humana: contribuições para a formação de professores. In: MILLER, Stela; BARBOSA, Maria Valéria, MENDONÇA, Sueli Guadelupe de Lima (Org.). **Educação e Humanização**: as perspectivas da teoria histórico-cultural. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.p. 97-110.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NEVES, Paulo S. C. Violência e cotidiano escolar: um dilema societário. In: HENNING, Leoni Maria Padilha; ABBUD, Maria Luiza Macedo (Org). **Violência, indisciplina e educação**. Londrina: Eduel, 2010. p. 111 - 126.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro. Gênero e sexualidade nas políticas públicas de formação docente continuada e nos espaços escolares. **Revista Científica e Tecnológica/ Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 79-90, jan./dez. 2015.

The representation of gender and sexual violence: perception of students and teachers at a public school in Imperatriz, Maranhão

Abstract: The study addresses the representation of gender and sexuality in the school environment, focusing on the perception of the student and the teacher, analyzing how students and teachers perceive and interpret them. The study was conducted in a public school located in the city of Imperatriz, Maranhão. The general objective is to analyze the representation of gender violence and sexuality in a public school, based on the perception of students from the 6th to 9th grade of elementary school, aged 13 to 17, and teachers. The theoretical underpinnings of the research are rooted in the contributions of prominent scholars, including Durkheim (2008), Butler (2022), Bento (2017), Foucault (2014), Louro (2014), and Libâneo (2013), among others. This qualitative study employed two data collection instruments: focus groups with students and semi-structured interviews with teachers. The data collected revealed that students' perceived representations of gender and sexuality violence at the institution under study were influenced by the prevailing social environment, resulting in a naturalized reproduction owing to the absence of discourse on the subject within the school setting. Consequently, teachers' performance in addressing issues related to prejudice and discrimination is hindered by the prevailing discourse of power within the school environment. This discourse is characterized by the naturalization of gender-based violence and a lack of open discussion on the subject.

Keywords: Gender and sexuality. Student. Teacher.

Auricelia DE AGUIAR SILVA, *Universidade Federal do Maranhão*

Mestra em Formação Docente em Práticas Educativas, pelo Programa de Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Campus de Imperatriz.
E-mail: auricelia.pedagogia@gmail.com.

ORCID:https://orcid.org/0000-0002-1134-5480.

Dimas DOS REIS RIBEIRO, *Universidade Federal do Maranhão*

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Franca e docente na Coordenação de Ciências Humanas (Habilitação em História) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Campus de Pinheiro e do Programa de Educação e Práticas Educativas (PPGEPE), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)– Campus de Imperatriz.
E-mail: dimas.ribeiro@ufma.br.

ORCID:https://orcid.org/0000-0003-3452-2600.

Recebido em: 09/03/2025

Aprovado em: 19/10/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Um estudo sobre a Associação de mulheres AMAFPA, no município de Terra Nova do Norte/MT.

Desafios das mulheres

Ana Claudia Taube Matiello, *Universidade do Estado do Mato Grosso*

Resumo. O presente artigo tem como principal objetivo apresentar um estudo sobre a Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia – AMAFPA e a importância das mulheres do campo no seu local de vivência e bem como do acesso à educação. Essa associação encontra-se na antiga sede da Escola Municipal São Pedro, na área rural do Município de Terra Nova do Norte-MT. As associadas possuem como principal fonte de renda o extrativismo do Pequi da Amazônia e a comercialização do mesmo. A educação entra neste artigo porque a maioria dessas mulheres não possuem nem o ensino médio completo, demonstrando que para as mulheres do campo a educação ainda é negligenciada, seja por questões familiares, como por políticas públicas, além da violência familiar, muito presente nas áreas rurais. A estrutura metodológica deste trabalho está pautada em análises bibliográficas e atividade empírica com observação participante, etapas essenciais que possibilitam alcançar os resultados esperados da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Educação do campo. Associação.

Introdução

O artigo está estruturado em três seções, sendo que, na primeira, busca-se conceituar a categoria de análise geográfica "lugar". Na segunda, analisam-se os desafios da educação para as mulheres no campo. Na terceira, comentamos sobre o perfil das associadas e as dificuldades enfrentadas, através da observação participante.

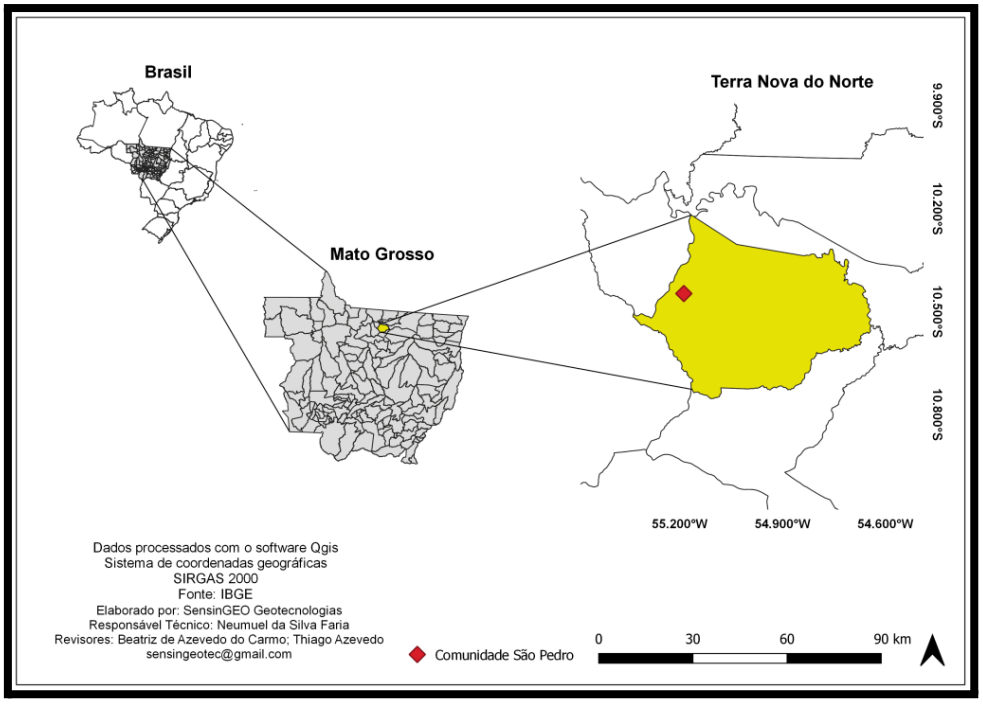
Os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração desse artigo foram o levantamento bibliográfico e o trabalho empírico. A primeira etapa foi a revisão de obras pertinente à temática. E para a pesquisa empírica, a observação participante, no qual Minayo (2009) considera parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa - um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica.

Com a observação participante, espera-se chegar a um resultado sobre os desafios que suleiam a pesquisa empírica, e encontram-se em desenvolvimento. Sendo assim, futuras etapas da investigação a campo serão desenvolvidas conforme cronograma previsto da pesquisa. Começaremos, apresentando a Associação de Mulheres da Agricultura Familiar do Portal da Amazônia (AMAFPA) e suas especificidades.

A AMAFPA está inserida no Município de Terra Nova do Norte - MT, na comunidade conhecida como São Pedro ou Mané Barriga. Essa associação é formada somente por mulheres do campo, em um total de 11 (onze) associadas ativas. Trataremos de compreender o funcionamento e a importância da associação para a agricultura familiar.

A comunidade São Pedro está localizada na área rural de Terra Nova do Norte/MT, a cerca de 30 km de distância do município, seguindo pela BR MT 208 que liga Terra Nova do Norte ao município vizinho de Nova Guarita. Na comunidade, a AMAFPA se localiza na antiga estrutura da Escola Municipal São Pedro, na avenida principal. A Figura 01 apresenta a localização da Comunidade São Pedro, no município:

Figura 01 - Mapa de localização da Comunidade São Pedro no município de Terra Nova do Norte-MT



Fonte: Organizado pela autora e elaborado por Sensigeo (2022)

A Associação está instalada na antiga sede da Escola Municipal São Pedro, Figura 02, que foi fechada no ano de 2010. A escola fechou mediante a alegação de falta de alunos para preencher as vagas necessárias e pela infraestrutura estar em péssimas condições de utilização. As associadas aproveitaram a oportunidade e ganharam o direito de utilizar o espaço pelo processo de "Cessão de Uso 10" (a cada 10 anos é renovado o contrato com o Município). No entanto, é importante salientar que as associadas conseguiram este local em meio a um cenário triste. Não é uma situação animadora uma escola do campo fechar suas portas em circunstância alguma. Muitos moradores da comunidade dependiam do trabalho na escola para sobreviver, mas as maiores prejudicadas foram as crianças e jovens, que agora se deslocam cerca de 20 km para estudar em outra comunidade.

Rodrigues (2017) comenta sobre esse assunto, que hoje ainda é visto como um problema de inúmeras comunidades, tendo entre tantos motivos a falta de estrutura escolar, professores qualificados, gestão municipal, que deixam de investir em profissionais adequados, preferindo gastar em transporte para levar os estudantes para outras localidades, gerando a nucleação.

Figura 02 - Instalações da antiga Escola Municipal São Pedro (atual AMAFPA)

Fonte própria (2022)

Bremm (2017, p.18) traz o seguinte relato sobre a nucleação das escolas rurais:

> Na maioria dos casos o argumento principal em defesa da nucleação girava em torno da melhoria da educação oferecida às crianças do meio rural e devido ao insuficiente número de alunos para a manutenção das classes escolares. No entanto, a bibliografia também evidencia objetivos como a racionalização dos custos do poder público, a descentralização dos deveres educacionais do Estado e a educação, privilegiando a formação para o trabalho urbano, ocasionando o desenraizamento dos sujeitos rurais.

Isso mostra o descaso das políticas públicas com os povos do campo, que não dão importância às suas realidades, expondo-os a situações de risco. Em uma das observações participantes, após o almoço, questionei as crianças, uma vez que elas sempre estão na Associação, sendo cuidadas pelas suas mães. Uma associada disse-me que elas só chegariam por volta das 13 (treze) horas da escola, já que a viagem era longa até em casa. Quando elas chegaram, uma delas se aproximou de mim e disse: "*Tia, que difícil é estudar viu!! Estou*

morrendo de fome" (Informação Verbal[1]). Isso me tocou profundamente. Era nítido o cansaço, entre as crianças de 4 e 10 anos, saindo de casa de madrugada e retornando naquele horário, logo correram com seus pratos para se alimentarem, em todo momento reclamando do cansaço, se entregando a uma soneca.

Além dessa dificuldade relatada pelos alunos, a Associação surgiu através dessa realidade do fechamento da escola, como é relatado em uma entrevista com a presidente 1:

> Ideia da dona I..., de uma família em necessidade, amiga nossa. Ela ficaria desempregada porque a escola fechou as portas. Ela era faxineira, mãe solteira, sem saber o que ia fazer da vida, não tinha nada para fazer aqui na comunidade, nenhuma diária. Ela não tinha condições de ir para a cidade trabalhar e nem alugar um lugar para ela. Aí surgiu a associação. Desta necessidade (Informação Verbal[2]).

A associada trabalhava como faxineira na instituição de ensino, conforme relatado na entrevista acima. Quando recebeu o aviso de demissão, desesperada, mãe solteira e sem nenhuma perspectiva de emprego, reuniu-se com uma líder da comunidade. Essa reunião foi marcada com todas as mulheres, chegando-se à conclusão que naquele momento o melhor a se fazer era trabalhar com a produção de pães, bolachas e cucas, o trabalho com o pequi viria posteriormente.

Um dos primeiros projetos começou na comunidade, da organização sem fins lucrativos Instituto Ouro Verde, com o projeto denominado “Sementes do Portal”. Em 2010, os moradores interessados no projeto receberam mudas de pequi da Amazônia, para serem plantadas, principalmente, nas APP - (Áreas de Preservação Permanente) em degradação, com o uso de uma planta nativa, que, posteriormente, forneceria frutos à comunidade e renda, se possível. Muitos moradores se interessaram e fizeram o plantio. Janete Mantovani, primeira presidente e fundadora da Associação, percebeu o interesse dos moradores e iniciou o projeto de colheita e processamento do Pequi na comunidade, com o apoio da associação recém-criada.

O Instituto Ouro Verde se localiza no município de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso. É uma organização sem fins lucrativos que conta com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Sustentável (BNDES) e do Fundo do Portal da Amazônia. O Boletim

[1] Filho de umas das associadas da AMAFPA, Terra Nova do Norte.

[2] Entrevista aplicada com a presidente 1 na AMAFPA, Terra Nova do Norte, 03-04-2023.

(2011) informa que o Instituto Ouro Verde iniciou seus projetos em março de 2010 com o projeto "Sementes do Portal". Esse projeto conta com o apoio do Fundo do Portal da Amazônia, no valor de 5,4 milhões, tendo o prazo de 36 meses para a sua execução. A área de abrangência do projeto é composta por sete municípios, no extremo norte do Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo e Matupá.

O projeto teve como objetivos promover a recuperação de 1.200 hectares de áreas degradadas e o regaste da agricultura familiar em seis municípios, através da difusão de sistemas agroflorestais, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. O projeto é financiado pelo BNDES[3], através de um roteiro prévio do que será realizado, comunidades específicas serão escolhidas em cada município para a implantação.

Foi através do projeto "Sementes do Portal" que a AMAFPA encontrou uma oportunidade de empreender o pequi plantado pelos moradores da sua comunidade. Porém, o pequi leva um tempo de produção. Segundo a Embrapa (2000), a produção do pequi inicia-se a partir do quarto ano após o plantio e ocorre de agosto a outubro. A produtividade de um pequizeiro adulto, em condições naturais, varia de 500 a 2000 frutos por planta/ano e equivale a 5 a 20 caixas por planta. Assim, as associadas não poderiam contar de início com a produção do pequi para seu sustento naquele momento acima mencionado. Após reuniões, decidiram iniciar com a produção de pães e bolachas. Quando os pequizeiros estivessem prontos para produzir, o projeto se iniciaria.

Essa importante produção realizada pela Associação, a colheita do fruto conhecido como pequi ou piqui, de nome científico *Caryocar brasiliense camb,* origina-se do Tupi "pysqui", em que as palavras significam pys: casca e qui: espinho, também conhecido popularmente como pequizeiro, encontrado principalmente no Cerrado. Porém, existem variadas espécies de pequi espalhados pelas regiões do Brasil, como no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, cada uma possuindo características diferentes, no seu tamanho, sabor e coloração (Almeida; Silva, 1994).

O pequi, um fruto típico do Cerrado, conforme Santos (2015), é muito apreciado na sua área de ocorrência natural, sendo quase unânime no Centro-Oeste. O seu consumo já era hábito das populações indígenas

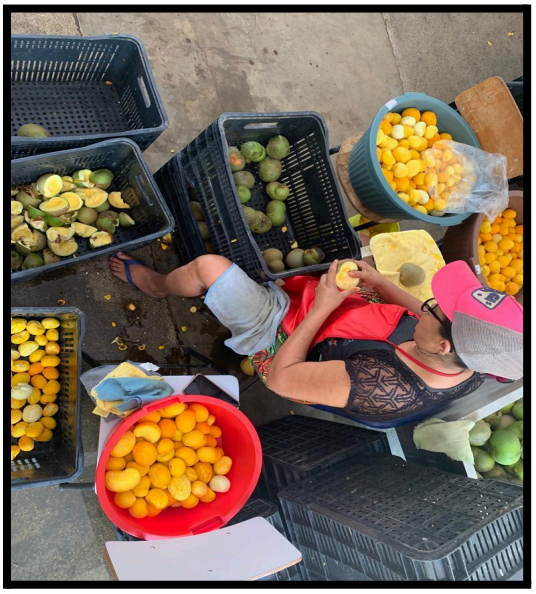
[3] O BNDES é uma empresa pública federal, cujo principal objetivo é o financiamento de longo prazo, tendo como missão o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira em regiões desfavorecidas.

muito antes dos bandeirantes adentrarem em seus territórios. Como alimento, é bastante consumido, sendo considerado a “carne dos sertanejos”, podendo ser cozido inteiro ou sozinho, no arroz, no frango, utilizando a polpa e a semente para outras preparações de alimentos, bebidas adocicadas, óleos e condimentos.

O extrativismo desse fruto é realizado pela Associação no período de agosto a outubro, dependendo da safra até final de dezembro, quando o fruto está pronto para ser colhido. Além disso, a exploração do fruto ainda é de forma extrativista e há poucas iniciativas de comercialização. Observa-se isso na AMAFPA, onde os produtores vendem o fruto colhido em suas propriedades e são levados à Associação, preparado para venda de forma rudimentar (na abertura do fruto) pelas mulheres sem muito incentivo.

Na Figura 03, demonstramos como é realizada a abertura do pequi para a extração da polpa (caroço). Essa foto foi tirada no mês de outubro, período em que os trabalhos de colheita e preparo para a venda do pequi está em alta, pois é o mês que mais o fruto cai do pequizeiro, sendo colhido pelos produtores e entregue às associadas para a abertura, seleção, higienização e embalamento. Já o pagamento aos produtores, é realizado por quilos de pequi abertos e aproveitáveis.

Figura 03: Processo de extração manual do pequi na Associação (AMAFPA)



Fonte própria (2022)

Na Figura 04, é possível notarmos o pequi da Amazônia, que é colhido principalmente pelos produtores da comunidade São Pedro para a AMAFPA. No entanto, ele não é o único comercializado pela Associação. Contudo, torna-se o mais procurado pelos compradores, devido ao seu tamanho e sabor diferenciados, tratando-se de um produto com maior poder de venda do que o pequi conhecido como do Cerrado. O pequi do Cerrado, de tamanho menor, tem o sabor mais acentuado em relação ao pequi da Amazônia, que é mais saboroso, possuindo muito mais polpa, além de não ser produzido em qualquer local.

Figura 04: Pequi da Amazônia ou "Pequi Gigante" colhido pelos produtores da comunidade São Pedro

Fonte própria (2022)

É necessário ressaltar, que a associação é composta por 11 mulheres camponesas que residem na comunidade, tendo como objetivo empreender no município, possuindo sua própria fonte de renda e a sua valorização como trabalhadoras do campo. Trabalhando com a venda de pães, cucas e bolachas para o abastecimento das escolas no município, principalmente a Escola Estadual Terra Nova, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O documento Brasil (2014) nos apresenta que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou popularmente conhecido como merenda escolar, sob a Lei n. 11.947 de 2009. Trata-se de um programa que visa a alimentação adequada e saudável aos estudantes das escolas públicas e privadas de todo o país, respeitando a cultura, tradições e os hábitos saudáveis, além do desenvolvimento sustentável,

com incentivos à aquisição de gêneros alimentícios locais, preferencialmente da agricultura familiar.

Esta política pública é gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado por lei pelo Ministério da Educação (MEC), atendendo de forma complementar todos os alunos das escolas da educação básica. Nos últimos anos, o programa teve um aumento expressivo, um pouco mais de 33 milhões em 1995 para mais de 43 milhões em 2013, aumentando o valor do FNDE repassado aos municípios e estados, chegando a 3,5 milhões em 2013. Brasil (2014).

Na Figura 05, apresentamos uma das produções de pães prontos para serem entregues na Escola Estadual Terra Nova (principal consumidora dos produtos) através do PNAE. Cerca de 200 pães foram produzidos neste dia, ocorrendo durante uma observação participante na Associação. Ao observar, percebemos a preocupação em utilizar produtos de origem orgânica como fermento de batatinha, não se tratando de uma produção industrializada e, sim, artesanal.

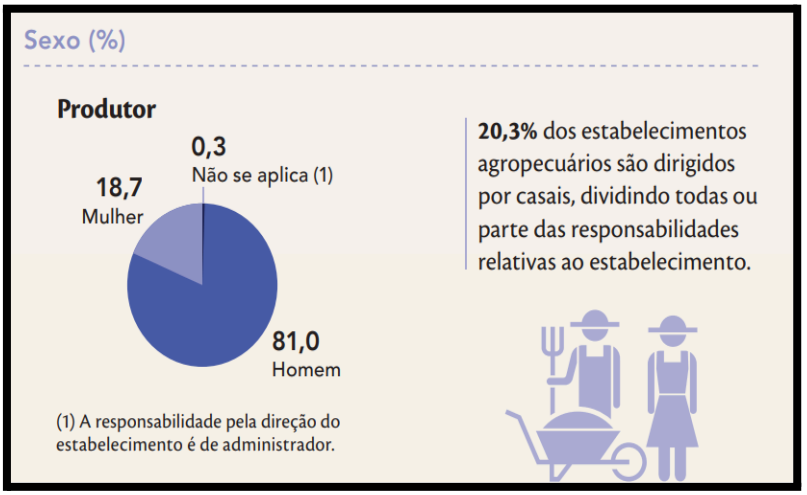
Figura 05: Produção de pães na Associação (AMAFPA)

Fonte própria (2022)

Segundo o Censo Agropecuário do ano de 2017, foram identificados cerca de 5.073.324 locais agropecuários no Brasil, deste total, cerca de 19% são gerenciados por mulheres, valor superior ao Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2017).

A Figura 06 trata-se de um gráfico retirado do site do Censo Agropecuário de 2017, onde demonstra distribuição de produtores rurais por sexo no Brasil.

Figura 06 - Imagem do gráfico do site Censo Agropecuário 2017 sobre a distribuição por sexo dos produtores rurais



Fonte: Site Censo Agropecuário (2017)

A Figura 06 mostra como as mulheres do campo estão ganhando seu espaço, apesar de ser um percentual reduzido em relação aos homens. Como Ramos (2014) aponta, é perceptível que as mulheres brasileiras lutam ao longo do tempo para conquistar o seu espaço na sociedade, pelo acesso às políticas públicas, sobretudo as de regiões com maior desigualdade de gênero. São as mulheres rurais que possuem maior carência de infraestrutura, como acesso à água potável, energia, saúde, segurança e educação, o que as torna invisíveis diante do trabalho masculino.

Em uma pergunta para uma das entrevistadas, foi questionado: Qual a maior dificuldade na Associação? A Associada 1 relatou o seguinte:

> Em geral, engloba a falta de conhecimento da gestão, falta espaço para as crianças, para poder as mães trabalharem, uma sala apropriada para as crianças. Tendo uma sala fica mais fácil para as mulheres trabalharem... O preconceito que existe e a rixa entre as comunidades e o município, rixa que existe com as mulheres no ramo do negócio. E a questão de capital de giro, né, Claudia. Porque ninguém quer trabalhar. Porque acredita que não vai receber, porque demora, né... Às vezes demora, tem questão de estação, igual nota. Ficamos 60 dias sem receber da escola agrícola, porque eles tiveram problemas com recursos. Ficamos esperando. Ninguém vem

> trabalhar sem dinheiro. Falta também formação das meninas, se tivesse formação, todas poderiam ajudar (Informação Verbal[4]).

Dessa forma, percebemos que as dificuldades que a Associação enfrenta são várias, como a infraestrutura do local, sobretudo pela falta de espaço para as crianças. O preconceito e a questão educacional. São problemas que assolam as associadas na busca por melhorias no ramo rural, uma vez que uma escola aparentemente adaptada não é um local ideal para se trabalhar. Além da falta de apoio, tanto comunitário quanto político e familiar. A adaptação da escola ainda é rudimentar. Observa-se o descaso, apesar de muitos recursos surgidos ao longo da criação da Associação.

Para compreendermos este estudo, devemos ter em mente que as associadas são mulheres que possuem um baixo nível de escolarização, a maioria não terminou o Ensino Médio. Dessa forma, analisamos a falta de conhecimento ao lidar com financiamentos e projetos, sobretudo de origem pública. Uma das questões aplicadas na entrevista semiestruturada perguntou qual o nível de escolarização das associadas:

> *Olha, temos uma que fez curso técnico, uma que fez faculdade de Educação Física. Ensino Médio completo - eu, no caso. E as outras só Ensino Fundamental incompleto - quase todas as mais velhas" (Informação Verbal[5]).*

O conceito de lugar: uma análise geográfica

O estudo sobre o lugar passou por várias mudanças ao longo do tempo, pela sucessão das diferentes correntes de pensamento da Geografia. Iniciou-se como uma referência locacional e passou a ser, efetivamente, tratado como categoria de análise essencial da disciplina geográfica a partir do desenvolvimento dos estudos da Geografia Humanista, quando alguns autores desenvolvem uma visão mais profunda e complexa das relações que o sujeito estabelece com o seu lugar a partir de suas vivências do cotidiano.

Segundo Claval (2011), a geografia humana surgiu no fim do século XIX, quando o darwinismo estava em alta. Os pesquisadores Friedrich

[4] Entrevista aplicada com a presidente 1 na AMAFPA, Terra Nova do Norte, 03-04-2023.
[5] Entrevista aplicada com a presidente 1 na AMAFPA, Terra Nova do Norte, 03-04-2023.

Ratzel e Vidal de La Blache tiveram grande contribuição no desenvolvimento dessa área de estudo. Porém, ela continuava limitada, trabalhando somente os grupos humanos na modificação do ambiente, como por exemplo, a domesticação dos animais, as técnicas de agricultura, entre outras.

Contudo, o interesse pelo "lugar", como categoria de análise fundamental da Geografia, só veio a se concretizar, de forma mais significativa, com o advento da corrente humanista e crítica. A partir da década de 1970, os dois movimentos, embora com posturas teóricas metodológicas diferentes, tinham em comum a oposição ao positivismo. Fazem uma crítica aberta à ciência lógica, excessivamente preocupada com o objetivismo, deixando de lado os aspectos sociais, para se fundamentar em conceitos baseados na matemática e estatística (CLAVAL, 2011).

Buscando uma renovação conceitual, teórica e metodológica, a corrente humanista fundamenta-se nas filosofias do significado, principalmente, na fenomenologia e no existencialismo. Prioriza a microescala, propondo uma análise do lugar como mundo das experiências intersubjetivas dos indivíduos. Desse modo, a categoria ascende à condição de peça-chave da Geografia, fundamental para entender os sentimentos espaciais a partir da experiência cotidiana, do simbolismo e do apego pelo lugar.

O "lugar" seria as percepções, a identidade, o pertencimento de ou mais indivíduos num determinado espaço, criando-se laços afetivos e de pertencimento.

Para Tuan (2018, p.5):

> O lugar é um centro de significado construído pela experiência. É conhecido não apenas através dos olhos e da mente, mas também através dos modos de experiência mais passivos e diretos, os quais resistem à objetificação. Conhecer o lugar plenamente significa tanto entendê-lo de um modo abstrato quanto conhecê-lo como uma pessoa conhece outra [...].

O "lugar", no caso desta pesquisa, está no pertencimento da população rural, que aqui é estudada, pois é forte esse elo de pertencimento e identidade com o seu local de vivência. Quem vive no campo, costuma criar vínculos com a terra e modos de vida particulares, que sustentam toda uma história.

O "lugar" é visto por Carlos (2007) de forma hierarquizada gerada pelo modo de produção capitalista. Com isso, a autora se aproxima da

abordagem humanista quando retrata a concepção de lugar articulada à prática cotidiana, que une o local e mundial numa teia de relações que envolvem maneiras de ser, afetos e vivência de cada habitante produtor de sentidos à sua maneira.

Carlos (2007, p. 22) define o lugar como:

> Produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido - o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece, porque é o lugar da vida.

O "lugar" simboliza uma rede de relações sociais com significados e sentidos que são adquiridos através da história e da cultura de um povo. As populações do meio rural têm a terra onde moram como seu lugar de vida, com suas práticas do cotidiano, seu jeito de ser e seus afetos, por isso é um espaço importante e com significados.

A educação do campo

A educação do campo teve início no fim do século XIX e, tardiamente, em comparação ao meio urbano. Segundo o IPEA (1990), o desenvolvimento do ensino rural decorreu da necessidade de mão de obra especializada, devido à expansão da monocultura cafeeira e do fim da escravidão. Diante dessa realidade, os grandes agricultores aceitaram a implantação das instituições de ensino nos seus domínios para suprir as suas necessidades no campo.

A educação rural no Brasil, segundo Leite (1996), de certa forma, sempre foi relegada, por motivos socioculturais, com planos inferiores, baseado em um elitismo existente no processo educacional brasileiro pelos jesuítas e a oligarquia agrária, que sempre considerou a população do campo como inferior, sem necessidades de estudos e somente os da cidade como detentores da educação. Somente com o capitalismo e a modernização do campo que houve uma ruptura e necessidade da educação rural.

Para Arroyo (2007), as políticas educativas e públicas foram, em geral, pensadas para o urbano, por isso, acredita-se que são eles os cidadãos de direitos. Há uma ideologia distorcida de que o campo é um lugar de atraso, ao qual a cidade possui a civilização e os direitos, por

este motivo a educação e a saúde têm políticas voltadas, principalmente, para o urbano. O campo é uma extensão da cidade - é como um quintal.

Nesse pensamento, os profissionais não tiveram nenhuma política pública de formação específica, como educadores do campo. Esses profissionais, que são da cidade, vão para as escolas rurais, ensinando seus saberes da educação, com algumas adaptações. As crianças e adolescentes, por conta de políticas de nucleação de escolas, precisam andar horas e horas de ônibus, até chegar ao destino, causando desistências estudantis.

Os movimentos que começaram a revolucionar a educação no campo surgiram através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pois a partir do momento que começaram a lutar pela terra, iniciou-se a luta pela educação de qualidade para o campo. Caldart (2003) comenta que, sobretudo, começaram a cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar por ele. As famílias sem-terra mobilizaram-se por uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos povos do campo, com uma pedagogia voltada para o modo de vida rural.

É importante comentar que a educação do campo surgiu através dos movimentos dos camponeses por uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. Este é um dos fatores importantes para se compreender a história da educação do campo. Também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e a Coordenação Geral de Educação do Campo, que se completam. A educação, que surge na Reforma Agrária e para o desenvolvimento dos assentamentos, torna-se parte essencial no desenvolvimento do campo. (FERNANDES, 2005).

Os povos do campo necessitam de uma educação diferenciada, como comenta Leite (1996, p.15), “[...] pensar a escola rural é pensar no homem rural (...)”, pois o homem do campo possui um contexto diferente da pessoa que vive na cidade, constitui uma ligação com os processos produtivos e com o profissional. Seu modo de vida é voltado para a valorização da terra, sentimento de pertencimento e apego com o seu lugar de vivência, e essas experiências devem ser levadas em conta no momento da educação, o que não ocorre na maioria das escolas.

Desafios da educação para as mulheres

Atualmente, a presença feminina nas formações educacionais, em todos os níveis, é marcante, porém, nem sempre foi assim. As mulheres ingressaram na escola tardiamente em comparação aos homens, sendo que essa educação era voltada aos cuidados com o lar e a família.

A escola compreende as diferenças, distinções e desigualdades. Na verdade, a escola produz esse tipo de ação. Segundo Louro (2003), a escola exerceu uma ação distintiva, desde seu início, separando quem tinha acesso de quem não tinha. Realizando múltiplos mecanismos de classificação, daquele que era rico ou pobre, e assim foi entre as meninas e os meninos.

Manoel (2008) destaca que apesar da obtenção do direito de ler e escrever, a educação feminina ainda era voltada para currículos tradicionais. Disciplinas como: moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas eram as principais nas escolas femininas. Essa educação não era voltada a formação profissionalizante, como a destinada ao sexo masculino, porém, baseava-se numa maneira de controlar o sexo feminino em volta do universo doméstico e religioso, a fim de dominação disciplinar.

Além das questões educacionais que suleiam a associação, dificultando a vida dessas associadas, compreendidas através da observação participante, essas mulheres sofrem com o patriarcalismo, pois os homens possuem a dominação sobre essas mulheres, as oprimindo como trabalhadoras.

Muitos estudiosos e estudiosas falam sobre o que significa o patriarcado, contudo destacamos neste estudo: Saffioti (1934-2010), Pateman (1940) e Beauvoir (1908-1986). Estas são autoras que escreveram para os movimentos feministas, trouxeram luz aos questionamentos de gênero, divisão sexual do trabalho, violência e patriarcado, estando à frente da sua época e pensamentos, entendendo o contexto histórico feminino e compreendendo um passado esquecido pela sociedade.

O patriarcado é histórico, levou cerca de 2.500 anos para estar completo, persistindo, atualmente, nos valores, costumes, leis e papéis sociais. Segundo Pateman (1993) o patriarcado é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. A diferença sexual é convertida na

esfera política, passando a se converter ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma expressão do poder político.

O contrato original é um pacto sexual-social entre o homem e a mulher. Um exemplo disso é o casamento. Mesmo assim, muitos teóricos acreditam que há 300 anos o patriarcalismo foi extinguido. Contudo, feministas afirmam o contrário, fazendo campanhas ativistas e mobilização nas esferas políticas. Nenhuma dessas campanhas foi suficiente para persuadir a todos, a não ser uma minoria de ativistas do sexo masculino, afirmando que o direito patriarcal ainda existe, necessitando de estudos e mobilizações políticas eficientes. (Pateman, 1993)

Saffioti (2004) aponta o patriarcado como a dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino sob a liberdade feminina. Ainda que o patriarcado tenha se modificado ao longo dos séculos, existem homens matando suas parceiras com requintes de crueldade, ateando-lhes fogo, esfaqueando-as, esquartejando-as, entre outras formas possíveis de violência - em razão da dominação masculina. Para isso, as estudiosas feministas precisam se libertar das ideais patriarcais.

Sobre isso, Saffioti (2004, p.56) assevera que:

> [...] Efetivamente, quanto mais avançar a teoria feminista, maiores serão as probabilidades de que suas formuladoras se libertem das categorias patriarcais de pensamento. Ou melhor, quanto mais as(os) feministas se distanciarem do esquema patriarcal de pensamento, melhores serão suas teorias. Colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração [...].

Na medida em que estudos feministas foram se distanciando das categorias patriarcais, poderá ser renomeado de patriarcado o regime atual entre homem-mulher. Igualmente abandonarão o alcance do poder paterno e direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. Isso significa que o pai deixará de ser o único no poder familiar, pois o pai tem o direito antes do marido. Porém, a figura forte é a do marido, pois é através dele que o contrato sexual e o direito surgem.

O patriarcado é histórico, sempre demonstrou que os homens detêm todo o poder concreto, e à mulher resta a sujeição e a exploração. Beauvoir (1970, p.179) argumenta,

> [...] desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se

> contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro [...].

A mulher nunca teve um papel de protagonista na história, sempre esteve ocultada e dependente de um homem e, atualmente, ainda é notória essa falta de protagonismo feminino na sociedade, além de existir uma visão do masculino dominando todo o poder.

Essas mulheres desempenham desde muito jovens as atividades do meio rural, como ajudar nos trabalhos domésticos dentro de casa, capinar a horta e, exclusivamente, são essas mulheres as responsáveis pela transmissão às futuras gerações, sempre associada à figura feminina as atribuições do trabalho doméstico. Com isso, sobra pouco ou nenhum tempo para estudar. Além de a própria família instruir que não é necessária a educação e, sim, o casamento.

Considerações finais

Quando tratamos da educação rural e da educação voltada para as mulheres, é possível observar diversos desafios, especialmente para aquelas que vivem no campo. Essas mulheres enfrentam dificuldades de acesso ao sistema educacional, seja por questões familiares, seja pela ausência de escolas nas áreas rurais, o que compromete a continuidade dos estudos.

A associação conta com 11 mulheres, das quais apenas uma concluiu o ensino médio. As demais não conseguiram completar os estudos, muitas nem chegaram ao ensino médio. A principal justificativa apresentada por elas é o casamento precoce, além do fato de que, quando ainda eram jovens, seus pais as retiraram da escola para trabalharem na agricultura. Esses dados foram obtidos por meio da observação participante.

Por meio dessa técnica — e também pelo fato de eu integrar o grupo, auxiliando em atividades como a colheita do pequi e a produção de pães —, tive acesso às dificuldades enfrentadas pelas associadas. A observação participante, segundo Gil (2002), caracteriza-se pela inserção direta do pesquisador no cotidiano do grupo observado. Nessa abordagem, o pesquisador assume, ao menos parcialmente, o papel de membro do grupo, o que possibilita o conhecimento profundo da realidade estudada, permitindo o registro de informações específicas a

partir de uma perspectiva interna. Trata-se, portanto, de uma atividade de pesquisa orientada pela participação.

A principal dificuldade enfrentada por essas mulheres na associação é a ausência de desenvolvimento educacional. Muitas relatam sentimentos de exclusão e negligência. Além disso, o crescimento da associação depende diretamente do acesso à educação. A falta de capacitação técnica, tanto na produção dos itens quanto na administração da associação, gera obstáculos que limitam o desenvolvimento do grupo.

Há ainda um aspecto simbólico e contraditório nessa realidade: a associação funciona justamente em uma escola desativada pelo município, que hoje serve como sede de trabalho para as associadas. Enquanto isso, crianças e adolescentes da comunidade precisam deslocar-se cerca de 45 quilômetros até outra localidade para estudar. Tal situação evidencia que, embora o direito à educação esteja previsto, ele não é garantido como deveria. As mulheres, inclusive, questionam essa contradição: trabalham no que antes foi uma escola, mas nunca tiveram a oportunidade de estudar em uma.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) de campo. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago., 2007. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 01 de out. 2022.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Cartilha Nacional da Alimentação Escolar*. Brasília, DF, 2014.

BEAUVIOR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BREMM, Cristina. As políticas educacionais de nucleação das escolas rurais/do campo no município de São Paulo das Missões/RS. Artigo apresentado como requisito para a aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II sob a orientação do Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2622/cristina_bremm_tcc2.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 01 ago. 2022.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In:*Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CLAVAL, P. C. C. Geografia Cultural: um balanço.*Geografia*, (Londrina), v. 20, n. 3, p. 005-024, set./dez/ 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/6727236/GEOGRAFIA_CULTURAL_UM_BALANÇO.pdfAcesso em: 29 mai. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERRERA, Karolyna Marin. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *Anais* [...] Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X. Disponível em: www.fg2013.wwc2017.eventosdype.com.br. Acesso em: 20 agosto de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2017. (Resultados preliminares). Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano*. Ministério da Economia, Brasília, 2021.

LEITE, Sérgio Celani. Urbanização do processo escolar rural. 1996. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.1996.22.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.*Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina*(1859-1919): uma face do conservadorismo. Maringá: Eduem, 2008.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 1993.

RODRIGUES, Kelly. O conceito de lugar: a aproximação da Geografia com o indivíduo.In: *Anais do XI – ENANPEGE*. A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação, Presidente Prudente (SP), 2015 ISSN 2175-8875. Disponível em: 473.pdf (enanpege.ggf.br). Acesso em: 19/08/2022.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva *et al*. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2017.

SANTOS, Estêvão Luiz Santoro dos. Sabores e saberes do pequi – *caryocar brasiliense cambess.*, (*CARYOCARACEAE*) - e os valores culturais do Cerrado. 2015, 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) Programa de Pós-graduação Pesquisa e Extensão e Ação Comunitária da Uni Evangélica – Centro Universitário de Anápolis – Goiás, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial. *Geograficidade*, v.8, Número 1, Verão, 2018. Disponível em: Lugar: uma perspectiva

experiencial / Place: an experiential perspective | Geograficidade (uff. BR). Acesso em: 19/08/2022.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. New Jersey: DIFEL (Difusão Editorial), 1930.

A study on the AMAFPA Women's Association, in the municipality of Terra Nova do Norte/MT. Country woman challenges

ABSTRACT: The main objective of this article is a study on the Association of Women in Family Agriculture of Portal da Amazônia - AMAFPA and the importance of rural women in their place of living and as well as access to education. This association is located in the former headquarters of the São Pedro Municipal School, in the rural area of the municipality of Terra Nova do Norte-MT. The associates' main source of income is extracting Pequi from Amazon and selling it. Education is part of this article due to the problem of most of these women not even having completed high school, demonstrating that for rural women, education has often been neglected, whether due to family issues or public policies, in addition to family violence, very present in rural areas. The methodological structure of this work is based on bibliographic analysis and empirical activity with participant observation, essential steps that make it possible to reach the expected results of the research.

KEYWORDS:Women. Field education. Association.

Ana Claudia Taube Matiello,
Universidade do estado de Mato Grosso
https://orcid.org/0000-0001-8316-8455

Recebido em: 07/10/2025
Aprovado em: 30/11/2025

ISSN 2525-6904

ENTREVISTA

Emancipação ou submissão?
Sociologia do Trabalho e Estudos de Gênero: uma aproximação pelo olhar de Anita Moser

Anita Moser, *Universidade Federal de Santa Catarina*
Bárbara M. Amorim[1], *Universidade Federal de Santa Catarina*
Pollianna A. Alessio, *Universidade Federal de Santa Catarina*
Izabela Liz Schlindwein, *Universidade Federal de Santa Catarina*

AUDIODESCRIÇÃO

#PraCegoVer: Na imagem, vemos Anita Moser de cabelos curtos e castanhos, usando óculos de sol e casaco bege. Ela está de pé, ao ar livre, com o pôr do sol ao fundo. Moser está sorrindo, transmitindo serenidade. Uma postura segura e, ao mesmo tempo, satisfeita com a vida.

[1] Barbara M. Amorim realizou a entrevista e Pollianna A. Alessio transcreveu-a no âmbito do Projeto "Outros Olhares", orientado por Miriam Pillar Grossi. Izabela Liz Schlindwein editou o conteúdo para os Cadernos de Gênero e Diversidade.

Apresentação

Como parte do projeto de pesquisa "Outros Olhares"[2], desenvolvido pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC), a professora **Anita Moser** deu esta entrevista a Bárbara Amorim falando de sua trajetória, contribuição para a consolidação do curso de Ciências Sociais da UFSC e para o campo de estudos de gênero e trabalho.

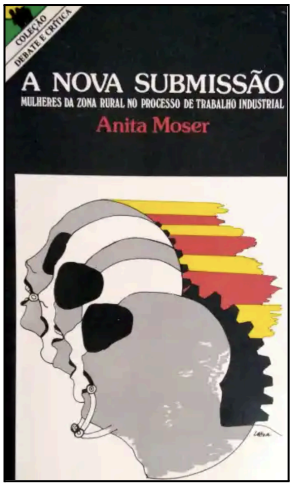
A entrevista foi realizada on-line, em 2020 durante a pandemia de Covid 19, visando contribuir para as comemorações dos 50 anos do curso (1973–2023). Nela são destacados momentos marcantes da docência de Moser na UFSC, a partir da década de 1980, especialmente no campo da Sociologia do Trabalho em sua interface com questões de gênero.

Nascida em Rodeio, em 1937, sua trajetória tem início em uma família de imigrantes italianos, e sua formação educacional se dá entre colégios de Florianópolis e no Rio de Janeiro . Como estudante da segunda turma de Ciências Sociais da UFSC (1973-1975), ela recorda os tempos da ditadura civil-militar, o clima de tensão, os "informantes da polícia" e o impacto do autoritarismo sobre docentes e discentes.

Moser trouxe, neste diálogo, importantes reflexões sobre suas experiências de ensino no Instituto Estadual de Educação e sua formação no Mestrado da PUC-RS, assim como sobre seus 12 anos de atuação como docente na UFSC nos campos da Sociologia do Trabalho e da

[2] Coordenado e desenvolvido por Miriam Grossi desde a década de 1990, o projeto "Outros Olhares" buscou, entre 2020 e 2025, reconstruir a memória dos 50 anos do curso de Ciências Sociais da UFSC por meio da biografia de suas protagonistas. Entre 2020 e 2023, foram realizadas 23 entrevistas com professoras e pesquisadoras, atuantes e aposentadas e, na sequência, foram editados filmes com o material recolhido..
As entrevistas abordaram tanto a história institucional do curso, quanto temas relacionados com o protagonismo das mulheres na história do curso de Ciências Sociais da UFSC em suas dimensões pedagógicas, administrativas e de produção intelectual, assim como questões relacionadas ao campo da vida privada como maternidade e conjugalidade.
Dois vídeos foram produzidos a partir desta pesquisa e um deles, *Bruxas Contemporâneas: as sociólogas da Ilha da Magia,* dirigido por Bárbara Michele Amorim, Miriam Pillar Grossi, Suzana Morelo Vergara Martins Costa, Beatriz Heisecke de Almeida e Adriana Eidt, foi premiado no edital de vídeos sobre a Memória da Sociologia no Brasil, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).
Os vídeos encontram-se em:
https://youtu.be/ZakKFsizu-0?si=3Zlm0F8BAs4GwVJH
https://youtu.be/0OWAr1jEyeU?si=ZY1mnbZCb3DmIEym

Educação



Com o lançamento do livro **A nova submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial** em 1985, a autora inaugurou, não apenas um debate sobre as novas relações de trabalho, mas também um olhar inovador para as mulheres operárias do Vale do Itajaí. Baseado em 60 entrevistas em profundidade, o estudo analisou a dinâmica da produção capitalista da indústria têxtil e seus impactos na vida das trabalhadoras rurais de Rodeio (SC). Inspirada em Harry Braverman (1977) e Heleieth Saffioti (2004), Moser examinou como a divisão entre espaço doméstico e espaço de trabalho se transformou quando a propriedade agrícola familiar deixou de ser centro de subsistência e passou a ser apenas local de moradia para estas camponesas que se tornaram operárias industriais e precisaram articular trabalho na fábrica, cuidado da casa e produção agrícola de subsistência.

Quarenta anos após a sua publicação, a obra permanece referência nos campos da Sociologia e dos Estudos de Gênero e é com alegria que compartilhamos a trajetória de **Anita Moser** com as e os leitores dos **Cadernos de Gênero e Diversidade,** visando reconhecer a importância das pioneiras nos estudos sobre mulheres camponesas e operárias no sul do Brasil

A infância no interior e a inspiração paterna

Bárbara Amorim: Como era a sua vida em Rodeio até os 11 anos, antes de vir para Florianópolis estudar?

Anita Moser: Era uma vida simples, em uma pequena propriedade agrícola. As famílias, em geral, eram numerosas, porque os filhos ajudavam no trabalho da lavoura. Nós éramos nove irmãos — cinco mulheres e quatro homens — e eu sou a segunda mais velha. Hoje tenho 88 anos. O tempo passa rápido.

Bárbara Amorim: Seus pais eram agricultores, tanto seu pai quanto sua mãe?

Anita Moser: Meu pai era agricultor, mas ainda jovem, com uns 18 ou 20 anos, foi aprender o ofício de sapateiro em José Boiteux, com um dos melhores mestres da época, chamado Zonta. Ele se tornou também um excelente sapateiro, conhecido na região. Fazia sapatos sob medida, até para pessoas com necessidades específicas, sempre com costura impecável. Fez muitos para nós, da família. O nome dele, em italiano, era Giovanni Moser. Depois da Segunda Guerra Mundial, passou a assinar João Moser, já que durante o Estado Novo foi desencadeada a violência contra os descendentes dos imigrantes que não sabiam se comunicar na língua nacional. Aliás, escrevi um trabalho sobre isso: "A violência do Estado Novo contra italianos durante a guerra" (MOSER, 1998).
Minha mãe trabalhava em casa e na roça — costurava, cozinhava, colhia café. Naquele tempo quase tudo era produzido em casa: arroz, feijão, vinho, cachaça, até café. Só se comprava sal e trigo. Os dois lados da família eram de imigrantes italianos que chegaram em 1875, na grande imigração italiana para o Brasil.
A paisagem da nossa infância era a Serra do Mar, um paredão verde em frente à nossa casa. Rodeio fica num vale. Só mais tarde, viajando, percebi a força simbólica desse lugar. Às vezes precisamos sair de onde estamos para compreender a nossa própria cultura.

A dedicação aos estudos em Florianópolis e no Rio de Janeiro

Bárbara Amorim: Onde a senhora estudou?

Anita Moser: Primeiro no Grupo Escolar Oswaldo Cruz, criado em 1942, dentro do processo de nacionalização do ensino. Até então, quem dava aulas eram religiosos da Igreja Católica, e as aulas eram em italiano.

Bárbara Amorim: E a senhora falava italiano?

Anita Moser: Falávamos o dialeto italiano em casa, mas crescemos com a ideia de que era uma língua "menor", porque durante a guerra foi duramente reprimida. O reconhecimento do italiano como língua legítima só veio em 1975, no centenário da imigração. Nessa época, a educadora Andrietta Lenard (1976) pesquisou o bilinguismo em Rodeio e ajudou a reabilitar a língua, que hoje é ensinada nas escolas.

Bárbara Amorim: Quando você veio para Florianópolis, sua família veio junto?

Anita Moser: Não. Vim sozinha estudar no Colégio Coração de Jesus. Até a quarta série do primário era o limite da escolaridade em Rodeio. Se quisesse continuar, precisava sair de lá.

Duas irmãs também vieram estudar em Florianópolis, mas depois retornaram. Eu permaneci.

Bárbara Amorim: E depois foi para o Rio de Janeiro?

Anita Moser: Sim. Em 1954, eu fui para o Rio de Janeiro para fazer um curso de Educadora da Infância, que era o primeiro curso que existia em nível da formação de educadoras para o pré-primário. Só existiam dois: o Colégio Jacobina, que era católico, e o Colégio Bennett, que era protestante - dois ótimos colégios que preparavam as educadoras de infância.
Naquele tempo, a dona Laura Jacobina Lacombe, que era fundadora do colégio - um colégio da alta burguesia - ia todo ano para Europa porque

as ideias novas estavam em ebulição e ela trazia o que havia de melhor da Europa para o Rio de Janeiro.
Eu, então, quando voltei do Rio de Janeiro, tive a opção de entrar na Congregação da Divina Providência[3], como educadora em Florianópolis. Durante o exercício do magistério, eu trabalhei em Curitiba, Joinville e Florianópolis, coordenando a Educação Pré-Primária desses colégios. Ao mesmo tempo, promovia cursos de aperfeiçoamento para os professores no Estado de Santa Catarina.

Os estudos na UFSC e a ditadura militar

Bárbara Amorim: A professora também estudou Ciências Sociais na UFSC. Como eram as primeiras turmas?

Anita Moser: Entrei em 1973, provavelmente na segunda turma. Lembro de professores como Marcílio Medeiros, Zuleika Mussi Lenzi e Anamaria Beck.

Bárbara Amorim: Imagino que ser estudante de primeiras turmas não tenha sido fácil...

Anita Moser: Foi um curso fraco, reflexo da ditadura. Tínhamos várias aulas de OSPB (Organização Social e Política do Brasil). Sabíamos que havia "olheiros" infiltrados em cada turma. O clima era de medo. Hoje a universidade tem outro nível. Recupero minha formação depois, na pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) em Porto Alegre.

[3] A Congregação Divina Providência foi fundada na Alemanha pelo padre Eduardo Michelis em 1842. No Brasil, a instituição dedica-se à Saúde e à Educação desde 1895.

Bárbara Amorim: A senhora não pensou em desistir?

Anita Moser: Não. Quando a gente começa, tem de ir até o fim. Mas ao mesmo tempo, entre 1973 e 1975, eu fazia psicanálise, o que foi fundamental. Aprendi a reconhecer meu próprio sujeito: a dizer "sim" e "não" sem agredir, a ter visão própria. Isso me fortaleceu para atravessar aquele período tão difícil.

Os meios de produção e suas in(submissões)

Bárbara Amorim: A senhora lecionou por 43 anos. Todos eles foram na UFSC?

Anita Moser: Não. Apenas os últimos 12 anos. Os primeiros 17 foram dedicados à educação pré-primária, organizando cursos para professores de Santa Catarina. Depois comecei a dar aulas no Instituto Estadual de Educação, já enquanto fazia o curso de Ciências Sociais.

Naquela época, nos anos 1970, por causa da ditadura, lecionávamos disciplinas como História, Educação Moral e Cívica e OSPB. Houve um período em que eu tinha 43 turmas de 50 alunos, com cinco disciplinas e nove programas diferentes. Para sobreviver, era preciso se desdobrar, pois o salário era muito baixo. Foi aí que pensei: "Não posso continuar assim, preciso fazer o mestrado".

Tive clareza sobre meu objeto de pesquisa: as mudanças em Rodeio. Em 1975, uma grande indústria se instalou na região, empregando cerca de mil mulheres. A pequena propriedade agrícola já estava desarticulada após a Segunda Guerra Mundial: o açúcar passou a vir das usinas, o café era comprado pronto, a mecanização substituía a força de trabalho manual. Sobrou uma grande mão de obra feminina ociosa e disponível. Quando o padre anunciou na missa que haveria vagas na fábrica, em pouco tempo mil mulheres estavam inscritas. Foi assim que a indústria

encontrou força de trabalho barata para acumular capital, aplicando a tecnologia do taylorismo e o fordismo.

Bárbara Amorim: E esse foi o tema do seu livro, certo?

Anita Moser: Sim, foi minha dissertação de mestrado.

Bárbara Amorim: A senhora realizou 60 entrevistas em profundidade?

Anita Moser: Exatamente. Entrevistas feitas à noite, depois de longas jornadas na fábrica. Elas trabalhavam oito horas por dia num ritmo alucinante, depois ainda cuidavam da casa e dos filhos. Muitas vezes, quando eu chegava, suspiravam e diziam: "Alguém vai nos escutar agora". Então, começavam a relatar suas histórias.

No início, meu objetivo era entender o que havia mudado em Rodeio: se havia mais dinheiro circulando, mais consumo, se as mulheres tinham acesso ao salário. Mas logo percebi algo mais profundo: as próprias trabalhadoras falavam em exploração. Decidi, então, mostrar não apenas a mudança econômica, mas também como se processava a exploração dentro da indústria.

Foram seis meses lendo Braverman (1977) para compreender o processo de trabalho. Ele mostrava como os trabalhadores, separados dos meios de produção, tinham apenas sua força de trabalho para vender. Era exatamente o que acontecia em Rodeio. A exploração era grande, mas difícil de ser percebida, porque havia o dinheiro, e esse dinheiro era muito bem-vindo às famílias.

Bárbara Amorim: A professora teve Heleieth Saffioti como referência. Considera sua pesquisa feminista?

Anita Moser: Eu queria dar voz àquelas mulheres, que estavam invisibilizadas, embora fossem fundamentais para a sobrevivência de suas famílias. Enquanto muitos homens ganhavam apenas um salário mínimo em descascadores de arroz, foram os salários femininos que transformaram a economia local. Prefiro dizer que foi uma pesquisa muito custosa, também no plano emocional, mas necessária.

Bárbara Amorim: Além do trabalho na fábrica, havia ainda as atividades domésticas, que não eram reconhecidas como “trabalho”...

Anita Moser: Exato. Havia a casa, os filhos, a roça. E houve ainda um impacto significativo: a diminuição da taxa de natalidade. A própria fábrica distribuía anticoncepcionais, o que reduziu o número de filhos. Antes, nas famílias agrícolas, muitos filhos eram vistos como necessários para o trabalho. Na nova realidade, isso mudou rapidamente.

Com Heleieth Saffioti, também participei de uma pesquisa sobre violência contra a mulher. Lembro que estudei muito para compreender o conceito. Um deles me marcou: “Violência é a capacidade de imobilizar o outro, física ou psicologicamente”.

Bárbara Amorim: Um conceito forte. A violência nos incapacita de várias formas.

Anita Moser: De muitas formas, sim.

Bárbara Amorim: Depois, a senhora foi para Porto Alegre cursar o mestrado?

Anita Moser: Sim. Em 1980 apresentei meu projeto na PUC-RS, que foi muito bem recebido. Com bolsa da Capes, pude me dedicar integralmente ao estudo durante dois anos. Para se ter uma ideia, dos 20 alunos que começaram, apenas três conseguiram defender.Defendi a dissertação em 1983 e, dois anos depois, publiquei o livro pela Editora Edipaz. Foram 1.500 exemplares. Mais tarde pediram uma nova edição, mas não tive fôlego para retomar o tema, pois foi uma pesquisa emocionalmente muito pesada.

O ensino da Sociologia para além das Ciências Sociais

Bárbara Amorim: Durante o mestrado, a senhora já lecionava na UFSC?

Anita Moser: Em 1983 comecei como professora horista na UFSC. Substituí um professor que recebia dez vezes mais do que eu: se ele ganhava 30, eu ganhava 3. Foram três anos como horista. Em 1986, fiz concurso e ingressei como professora efetiva.

Bárbara Amorim: Depois de efetivada, continuou em contato com os colegas da época de sua formação?

Anita Moser: Sim. Reencontrei Marcílio Medeiros, Zuleika Mussi e outros. Sempre acreditei que as amizades não dependem da burocracia universitária. Também recebi colegas que estavam começando. Por exemplo, introduzi a professora Tamara Benakouche no departamento e somos amigas até hoje. Com Neide Fiori, que já faleceu, trabalhamos juntas na proposta de introduzir Sociologia no Segundo Grau.

Bárbara Amorim: A senhora guarda registros dessa época, como ementas ou fotos de aulas?

Anita Moser: Tenho fotos das viagens que fiz com a turma de Ciências Sociais da oitava fase, na disciplina de Sociologia do Trabalho. Foi a primeira vez que os alunos das Ciências Sociais saíram da UFSC para atividades externas: visitamos fábricas como a Wallig (em Porto Alegre), a Portobello (em Tijucas), além de indústrias em Concórdia, Joinville e Chapecó. Foi uma experiência inovadora: levar os estudantes diretamente ao ambiente industrial. **(Confira fotos abaixo)**

Sociologia do Trabalho: Professora Anita Moser (primeira foto à esquerda) em visitas de estudo a indústrias catarinenses com turmas do curso de Ciências Sociais da UFSC (à direita e abaixo)

Bárbara Amorim: Havia mais professoras mulheres ou homens no departamento?

Anita Moser: Não sei precisar, mas lembro que certa vez seis ou sete alunos da Economia vieram fazer Sociologia do Trabalho. Foram pessoas maravilhosas, com quem mantive amizade por muito tempo. Ainda outro dia encontrei um ex-aluno dessa época. Meu método era propor uma lista de temas ligados à Sociologia do Trabalho, e cada estudante escolhia

o que pesquisar. Eu fornecia bibliografia e, depois, eles apresentavam seus trabalhos. Assim, cada um se envolvia em um tema que também despertava seu interesse.

Bárbara Amorim: Além de Sociologia do Trabalho, lecionou outras disciplinas?

Anita Moser: Sim. Dei aulas de Sociologia para cursos como Odontologia, Nutrição, História, Filosofia, Geografia e Direito. A disciplina de Sociologia do Trabalho era exclusiva da oitava fase de Ciências Sociais.

Bárbara Amorim: Como era dar aula para cursos fora das Ciências Sociais?

Anita Moser: Não foi difícil. Lembro de uma turma de Direito em que 70% dos alunos vinham da sétima fase da Engenharia. Perguntei por que haviam mudado de curso, e as respostas se repetiam: professores muito exigentes, falta de tempo para estudar e necessidade de trabalhar. A continuidade na Engenharia se tornava inviável. Achei interessante perceber essas trajetórias.

Bárbara Amorim: Foram boas experiências até a aposentadoria?

Anita Moser: Sim. Aposentei-me em 1995. No início, tive receio, mas depois foi maravilhoso. Passei a me dedicar à arte — aquarela, mosaico, tecelagem, cerâmica. Em 2000, fiz outra universidade: a Universidade da Paz, criada por Pierre Bayle e Gian de Lupyn. Durante dois anos, participei de seminários mensais.

Desde 1999 também comecei a viajar muito. Nunca disse “não” a um convite. Tenho um site onde registrei essas experiências: www.viagensdeanita.com.br. Antes, eu produzia relatórios e diários de viagem impressos e encadernados. Foi meu oftalmologista, Luiz Barbosa, quem me incentivou a compartilhar virtualmente: “Anita, não deixe isso na gaveta. Você precisa socializar”. Depois de um ano refletindo, nasceu o projeto “Viagens de Anita”.

www.viagensdeanita.com.br

Referências:

ALESSIO, Polliana.História da antropologia na UFSC a partir da vivência e visão feminina. Relatório Final de Iniciação Científica, Núcleo de Gênero e Subjetividades, PIBIC/CNPq/UFSC, 2021.

AMORIM, Barbara Michele. O curso de Ciências Sociais na UFSC sob o olhar de suas professoras. **Relatório Final de Estágio Pós-Doutoral,** Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no Século XX.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1977.

BRUXAS Contemporâneas as sociólogas da Ilha da Magia - UFSC. Coordenação de Barbara Michele Amorim, Miriam Pillar Grossi, Suzana Morelo Vergara Martins Costa, Carmen Beatriz Heisecke de Almeida, Adriana Eidt. Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, 2025. (Vídeo de 15 min.). Link de acesso: https://youtu.be/0OWAr1jEyeU?si=ZY1mnbZCb3DmIEym

GROSSI, Miriam e REA, Caterina. **Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado**, Florianópolis/Salvador, Tribo da Ilha/Devires, 2020.

LENARD, Andrietta. **Lealdade Linguística em Rodeio,** S.C. Dissertação de Mestrado. Departamento L.L.V. UFSC, 1976.

MOSER, Anita . **A nova submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial.** Porto Alegre: EDIPAZ, 1985

MOSER, Anita. **A violência do Estado Novo Brasileiro contra os colonos descendentes de imigrantes italianos em Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial.** In: CELI, S. (Org.). Quaderni dell'ADREV. vol.4. Ravenna: Angelo Longi Editori, 1998.

REPOSICIONANDO o Olhar: Pioneiras nas Ciências Sociais da UFSC. Autoras: Suzana M. Vergara. M. Costa; Barbara M. Amorim; Miriam P. Grossi; Vitória da Silveira; Carmen B Heisecke Almeida; Evelin Neves. Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, 2023. (Vídeo de 52 min.). Link de acesso: https://youtu.be/ZakKFsizu-0?si=3Zlm0F8BAs4GwVJH

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Anita MOSER,
Professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), formada em Ciências Sociais pela UFSC com mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Bárbara M. AMORIM,
Doutora em Sociologia Política e pós-doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina e em Sociologia na Universidade de Paris 8 Vincennes-Saint-Denis.

Professora de Sociologia do Ensino Médio do Estado de Santa Catarina
E-mail: bmichele.amorim@gmail.com

Pollianna Aparecida ALESSIO,
Discente em Fisioterapia pela Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: polialessio7@gmail.com

***Izabela Liz* SCHLINDWEIN,**
Doutora em Ciências Humanas e pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: izabela.liz80@gmail.com

Realização:

Recebido em: 05/10/2025
Aprovado em: 30/11/2025

ISSN 2525-6904

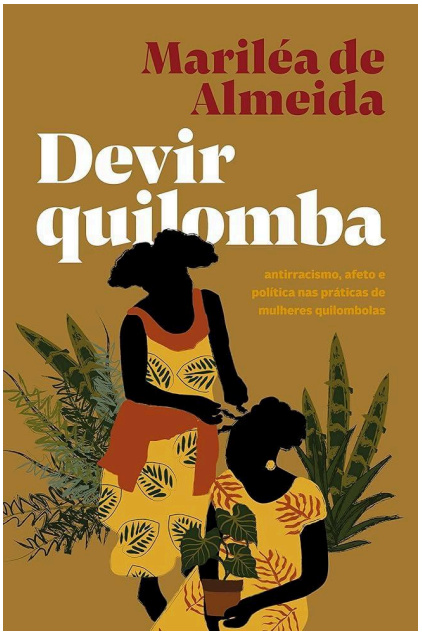
RESENHA

Corpo, memória e território: práticas de resistência no Devir Quilomba

Gabriela Cavalcanti Maciel, *Universidade Federal da Paraíba*

Resumo: O livro resenhado exibe as trajetórias de luta, memória e afeto construídas por mulheres quilombolas na defesa de seus territórios e modos de vida. Em *Devir quilomba,* Mariléa de Almeida entrelaça reflexões teóricas, relatos de vida e vivências comunitárias para pensar o quilombo como espaço de resistência coletiva e criação política. A autora mostra como o cuidado, a ancestralidade e a escuta se tornam fundamentos éticos de uma prática cotidiana que desafia a lógica colonial, ressignificando o direito, o território e a própria existência a partir das experiências das mulheres negras.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres quilombolas; Afeto; Antirracismo; Ancestralidade; Feminismo negro; Resistência.



Há livros que nos atravessam justamente nos momentos em que estamos em busca de um sentido. *Devir quilomba* surgiu para mim em um momento de inquietação acadêmica, em que eu buscava referências que dialogassem não somente com minha trajetória intelectual, mas também com minhas urgências políticas e existenciais enquanto pesquisadora. Foi assim que Mariléa de Almeida me fez sentir convocada à leitura de sua obra que une testemunhos, denúncias e elaborações teóricas.

Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas é fruto de sua tese de doutorado *Territórios de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro,* defendida em 2018, por Mariléa no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), posteriormente modificada e publicada em 2022 pela Editora Elefante. O estudo da autora nos apresenta as condições históricas que fizeram crescer a visibilidade do protagonismo das mulheres quilombolas na luta pela terra e as práticas que essas mulheres trazem para o fazer político, especialmente para os campos do antirracismos e dos feminismos.

Assim, segundo a própria historiadora, o título *Devir quilomba* foi escolhido porque o conceito "devir", que pressupõe mudança, juntamente à palavra "quilomba", expressam as condições históricas que tornaram possível a feminização da ideia de quilombo e posteriormente a visibilidade às mulheres. Mariléa diz que a relação entre esses termos enfatiza a necessidade de um vir a ser que se opõe ao modelo masculinista de fazer política, guiado sempre por violência e competição.

A obra é composta por um prefácio de Margareth Rago, professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e orientadora da tese que levou ao livro em questão. Margareth explicita a importância do trabalho de pesquisa de Mariléa para que possamos nos aproximar das comunidades quilombolas no presente e elogia a sensibilidade da autora, que vai além da escrita, sendo capaz de feminizar o próprio trabalho acadêmico e contribui para a subversão da normatividade imposta.

Em seguida, a obra conta com o prólogo, agora escrito por Mariléa, onde mostra o lugar de afetos de onde vem a construção de sua trajetória acadêmica. A autora escreve sobre sua infância e o caminho que a fez

chegar ao tema exato da sua tese, o que me fez sentir próxima ao processo de construção do que estava lendo, sentindo os afetos presentes na escrita de Mariléa.

No primeiro capítulo, **"Encruzilhadas teóricas"**, a autora percorre as abordagens teóricas apresentadas pelo campo dos feminismos e da filosofia da diferença, que inspiram as análises feitas e os conceitos criados ao longo do livro. Mariléa expõe a concordância dessas abordagens, especialmente no modo como criticam a concepção masculinista, branca e heteronormativa do sujeito universal e racional.

É neste capítulo que nos deparamos com as criações teóricas inovadoras de Mariléa, usando o termo "governamentalidade racista" para denominar o conjunto de procedimentos, técnicas e saberes que por meio de mecanismos de exclusão incidem sobre as comunidades quilombolas. A partir disso, a autora chama de "dispositivo da ancestralidade" a rede discursiva e não discursiva que exprime um dos efeitos da governamentalidade racista, o esvaziamento da potencialidade dos usos das tradições para transformações no presente. É dessa forma que Mariléa contribui para a luta quilombola, indo além do que tem sido moldado.

No segundo capítulo, **"Labirintos dos direitos: burocracia e feminização de quilombo"**, Mariléa de Almeida analisa as condições históricas que, a partir da década de 1990, permitiram que práticas associadas ao campo do feminino fossem mobilizadas na redefinição territorial das comunidades negras reconhecidas como quilombolas. A autora evidencia transformações nas subjetividades políticas, dando visibilidade ao deslocamento que vai da desconfiança no aparato jurídico à apropriação estratégica da linguagem dos direitos na luta pela terra. Além disso, denuncia os mecanismos da governamentalidade racista presentes nos dispositivos legais e na produção de saberes jurídicos, revelando como o acesso à terra se converte em um verdadeiro labirinto burocrático. O capítulo é potente ao demonstrar como as mulheres quilombolas operam deslocamentos táticos dentro de estruturas jurídicas excludentes, sem romantizar o Estado ou invisibilizar os seus entraves.

No terceiro capítulo, **"Terreiros da reparação: usos das tradições"**, a autora se debruça sobre os sentidos históricos e afetivos dos terreiros, abordando práticas que ampliam os espaços de subjetivação por meio das tradições religiosas e orais. Mariléa centra-se

nas experiências de Terezinha Fernandes de Azedias, mãe de santo do terreiro de umbanda no Quilombo de São José da Serra, e Marilda de Souza Francisco, contadora de histórias do Quilombo do Bracuí. Ambas, por meio de saberes e práticas ancestrais, rompem com os efeitos de discursos marcados por hierarquias de classe, raça e gênero. Ao abordar os usos singulares dessas tradições, Mariléa propõe uma reflexão sobre a ancestralidade não como essência fixa, mas como campo de criação e reparação, capaz de deslocar ressentimentos e reconstituir laços. O capítulo se destaca pela sensibilidade com que a autora acompanha essas trajetórias, recusando exotizações e revelando a densidade política das práticas de Terezinha e Marilda.

No quarto capítulo, **"Campos da parrésia: antirracismo e educação quilombola"**, Mariléa de Almeida investiga as múltiplas formas de violência vividas por crianças, jovens e mulheres negras nos espaços educacionais, evidenciando o impacto de um sistema educacional estruturado pela exclusão racial e epistêmica. A autora parte da ideia foucaultiana de parrésia, a coragem de dizer a verdade, para pensar as práticas discursivas e pedagógicas insurgentes de mulheres quilombolas, que tensionam os currículos hegemônicos ao reivindicarem suas memórias, saberes e modos de vida como centrais no processo educativo. Através de relatos, depoimentos e dados, o capítulo denuncia a precariedade das políticas públicas, a rotatividade de professores, a negação do direito à educação e os efeitos psíquicos da desqualificação intelectual de corpos negros. Ao mesmo tempo, destaca a potência de experiências como a da Escola do Quilombo de Bracuí, onde lideranças como Fabiana Ramos transformam o espaço escolar em território de resistência. Mariléa demonstra, através da narrativa de Fabiana, sensibilidade ao articular denúncia e escuta, colocando as práticas educativas quilombolas como atos parresiásticos que fundam novas possibilidades de existência.

No último capítulo **"Tranças políticas: o direito aos espaços seguros"**, Mariléa entrelaça memória, afeto e resistência para pensar os espaços de proteção e fortalecimento das mulheres negras. A partir da imagem da trança como gesto de cuidado e criação de intimidade, a autora mobiliza os conceitos de topofilia, de Bachelard, e de espaços seguros, de Patricia Hill Collins, para refletir sobre a importância de territórios afetivos na formação de uma consciência antirracista. O capítulo ilumina duas experiências marcantes: a de Denise André Barbosa Casciano, liderança do Quilombo da Tapera, que desenvolve

uma sensibilidade política a partir da luta territorial; e a de Rejane Maria de Oliveira, do Quilombo Maria Joaquina, cuja trajetória é potencializada por vínculos afetivos e pedagógicos forjados na Oficina Nacional Tecendo Protagonismo e Empoderamento das Mulheres Quilombolas. Nessas vivências, o cuidado entre mulheres negras torna-se ação política, e a construção de espaços seguros, um fundamento ético da resistência quilombola. Com delicadeza e firmeza, Mariléa reafirma a centralidade dos afetos na luta antirracista, desestabilizando dicotomias entre razão e emoção e enriquecendo, com sofisticação teórica e sensibilidade política, o campo dos estudos sobre resistência negra.

Nas palavras finais de *Devir quilomba,* Mariléa de Almeida revisita criticamente a trajetória do direito quilombola no Brasil, denunciando como o reconhecimento constitucional de 1988 foi rapidamente capturado por lógicas burocráticas e racializadas que exigem performances identitárias excludentes. Nesse cenário, as mulheres quilombolas emergem como protagonistas de uma resistência que feminiza o conceito de quilombo, articulando cuidado, ancestralidade e memória como fundamentos políticos.

A autora destaca como essas mulheres constroem territórios subjetivos de proteção e afeto que desafiam a governamentalidade neoliberal e o racismo institucional. A conclusão se amarra poeticamente na evocação de Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, e na noção de topofilia de Bachelard, sugerindo que o retorno ao território, físico e simbólico, pode ser um gesto de cura e reapropriação histórica.

O livro é uma obra potente que entrelaça teoria crítica, escuta sensível e compromisso político com as lutas das mulheres quilombolas. Ao longo dos capítulos, Mariléa articula memórias, experiências e práticas de resistência que desestabilizam as narrativas coloniais e racistas que ainda estruturam o Brasil. A partir da escuta das vozes quilombolas, especialmente das mulheres, a autora propõe uma virada epistêmica que inscreve o afeto, o cuidado e a ancestralidade no centro da luta por justiça. A leitura da obra não apenas amplia horizontes para além das Relações Internacionais, como também exige de nós um reposicionamento ético diante da violência estrutural e da desumanização historicamente impostas aos povos negros. Trata-se de uma escrita que convoca à ação e à escuta, e que nos convida a reconhecer os quilombos como territórios vivos de produção de saber, memória e vida digna.

Referência

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

Body, memory and territory: practices of resistance in *Devir quilomba*

ABSTRACT: The reviewed book presents the trajectories of struggle, memory, and affection built by quilombola women in the defense of their territories and ways of life. In *Devir quilomba,* Mariléa de Almeida weaves together theoretical reflections, life stories, and community experiences to conceive of the quilombo as a space of collective resistance and political creation. The author demonstrates how care, ancestry, and listening become ethical foundations of an everyday practice that challenges colonial logic, re-signifying law, territory, and existence itself through the lived experiences of black women.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombola women; Affection; Antiracism; Ancestrality; Black feminism; Resistance.

Gabriela Cavalcanti Maciel,
Universidade Federal da Paraíba
https://orcid.org/0009-0003-8789-9396

Recebido em: 27/08/2025
Aprovado em: 30/11/2025

ISSN 2525-6904

RESENHA

Políticas e culturas alternativas da menstruação: resistências contra-hegemônicas a partir dos corpos que sangram

Marina Dutra Soncini, *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*
Miriam Pillar Grossi, *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

O livro Sangre y Resistencia se centra no estudo das relações entre as políticas da menstruação e as configurações corporais e de gênero. A autora Miren Guilló Arakistain é antropóloga e professora do departamento de Filosofia dos Valores e Antropologia Social da Universidad del País Vasco UPV/EHU. Fruto da pesquisa doutoral da autora, cuja tese está originalmente escrita em euskera[1], o trabalho foca, através dos itinerários corporais des participantes[2], em como alguns coletivos e pessoas desafiam as culturas hegemônicas e propõem novas concepções para o ciclo menstrual.

O livro está dividido em sete capítulos, mais introdução e epílogo, tem prólogo escrito pela autora Mari Luz Esteban e foi publicado pela editora Bellaterra no ano de 2023. Os dois primeiros capítulos são dedicados às aproximações teóricas feitas pela autora e à metodologia empregada na pesquisa. Estes são seguidos de cinco capítulos de análise da pesquisa de campo, realizada através de uma etnografia, divididos pelas dimensões de análise: iniciativas e tecnologias feministas; práticas feministas de saúde; menstruação, identidade de gênero e dimorfismo sexual; performatividade do asco como estratégia feminista; prazer e conhecimentos coletivos para a transformação social.

Explorando as experiências dos corpos que vão aparecendo ao longo dos capítulos, Miren Guilló Arakistain constrói o que são, para ela, as políticas e culturas alternativas da menstruação. Com bases teóricas na antropologia da saúde e na antropologia feminista, e também utilizando as aproximações biomédicas e sociais sobre o ciclo menstrual, o trabalho se desenrola evidenciando práticas, percepções e conceitos contra hegemônicos nas trajetórias menstruais compartilhadas.

Entretanto, antes de adentrar propriamente nas narrativas corporais trazidas pela autora, cabe ressaltar alguns conceitos e metodologias utilizados e propostos por ela para a construção e compreensão do livro, principalmente desde uma perspectiva feminista crítica.

Miren Guilló segue a proposta analítica conceituada por Nancy Scheper-Hughes e Margaret M. Lock (1987) das três dimensões do corpo: o corpo individual, o corpo social e o corpo político. A partir da

[1] Idioma falado no País Basco (comunidade autônoma do Estado Espanhol).
[2] A linguagem não binária é utilizada nesse texto para incluir todas as identidades de gênero do coletivo estudado, subvertendo o masculino genérico.

ideia de que o “corpo menstrual” (tanto aquele que menstrua como aquele que não menstrua) como um corpo político, a autora cria o conceito de “corpo político menstrual”. Para isto segue a proposta conceitual de Mari Luz Esteban (2004), da relação entre o corpo individual e o corpo social da menstruação: uma representação coletiva que permite uma visão analítica das relações de poder, e também das resistências e transgressões desses corpos. Para Miren Guilló Arakistain, o “corpo político menstrual” é produto das políticas que tratam de contestar a hegemonia da menstruação.

Essas políticas contra-hegemônicas, por sua vez, são denominadas nesse estudo como “políticas menstruais”, constituídas pelas práticas e pelas ideologias que se relacionam com o controle dos corpos e da saúde, ou que se conformam como processos de resistência individuais ou coletivos. Em resumo, a autora conceitualiza as “políticas menstruais” como os processos de significação e administração tanto do ciclo como da saúde sexual e reprodutiva, que são desenvolvidos tanto por instituições, como por pessoas e coletivos.

Partindo das “políticas menstruais” e do “corpo político menstrual”, a autora chega na proposta das “políticas e culturas alternativas da menstruação”, que é o último conceito a ser explicado e também o que dá título ao livro. Ela o define como algo mais amplo e dinâmico, que abarca iniciativas que não podem ser assumidas de forma rígida. Essas iniciativas seriam compostas por valores e práticas - principalmente coletivas, ainda que também individuais - que aparecem em contraposição à visão hegemônica da menstruação, tratada aqui principalmente como a visão biomédica.

Através desses conceitos, a linha que Miren Guilló Arakistain traça é a do corpo que percebe, sente e representa as relações de poder e as transgressões, gera significado através dessas representações e, como consequência, produz ações para se contrapor ao controle dos corpos imposto pelo estigma biomédico e social da menstruação. Adentrar o “corpo político menstrual” acaba sendo uma estratégia metodológica para a investigação de um corpo ativista que é também um corpo político feminista na sua agência e na sua materialidade.

Para avaliar as políticas e culturas alternativas da menstruação, a autora utiliza a metodologia etnográfica feminista, com bases na antropologia corporal, teoria social do corpo e das emoções, a teoria dos afetos, os estudos da ciência, tecnologia e gênero e os estudos pós coloniais e decoloniais como um mapa de estratégias e recursos teóricos. Realiza o que chama de uma etnografia corporal, através de entrevistas

em profundidade, que se constituíram em itinerários corporais. Complementa o estudo momentos de observação participante em projetos e encontros ligados ao ciclo menstrual no território espanhol.

A partir das experiências e transformações corporais das pessoas entrevistadas, reforça a análise das políticas e culturas alternativas como centrais na construção corporal das resistências e ressignificações às representações sociais estigmatizantes da menstruação. Quase todos os itinerários começam no relato da menarca, em geral percebida como negativa, que marca, ainda que silenciosamente, o ponto inicial da vida do corpo menstruante.

Falta de informação, medo, vergonha, entre outros significados são atribuídos à primeira menstruação pelus participantes do estudo. Nesse sentido, o caminho das políticas e culturas alternativas segue em ressignificar algo que era negativo em algo positivo. E é inegável que esse caráter e esse princípio aparecem em muitos itinerários, mas a autora tenta contemplar, em suas contribuições a partir do que foi relatado, nuances e críticas que surgem a partir do que parece ser uma grande mistura das dimensões que compõem essas políticas.

Começando pelas tecnologias e dispositivos para a coleta do sangue menstrual, que figura o primeiro capítulo da análise, estes parecem ser uma porta de entrada para o processo de repensar o ciclo e a menstruação, muito relacionados com o movimento feminista. O coletor menstrual, referido por muites, foi talvez o dispositivo que mais ganhou notoriedade e mais foi popularizado como uma alternativa aos absorventes tradicionais. A investigação de Miren Guilló Arakistain aponta que tanto esse como outros dispositivos tiveram papel central não só na vivência do ciclo, mas na perspectiva geral do que seria a menstruação e o menstruar. O coletor menstrual, que é referido como comercializado inicialmente quase que de forma exclusiva por coletivos feministas, trazia consigo uma crítica ao modelo higienista reprodutor de tabus sobre a menstruação, mostrando que romper com o estigma poderia ser possível.

Muites des participantes, após conhecerem outras tecnologias para além do absorvente comercial, começaram a construir e a implementar oficinas, rodas de conversas, fanzines, entre outros espaços, desde diferentes âmbitos políticos e ideológicos. Fabricação de absorventes reutilizáveis, de esponjas, oficinas de sangramento livre, autoconhecimento do ciclo e etc., que ajudam a construir o que seria o

corpo social da menstruação. A autora afirma que nas últimas décadas houve um grande aumento desse movimento questionador e propositor de novas culturas menstruais no território espanhol - e que estes podem também ser chamados de contraculturas menstruais.

Entretanto, a diversidade de propostas e iniciativas parece também representar uma diversidade de posições políticas defendidas nesses espaços, como lembra a autora quando aponta que o coletor menstrual -antes fator de mobilização social- agora se via apropriado pelo mercado e perdendo seu objetivo político inicial. O uso pela praticidade e não pela ideologia, a facilidade de acesso para alguns e a dificuldade para outras por questões financeiras são algumas das questões que envolvem os discursos e práticas menstruais feministas com o próprio mercado neoliberal, e que é trazido no livro como um lembrete questionador. Miren Guilló Arakistain comenta que se faz difícil medir acertos e erros ou perdas e ganhos desse processo, principalmente porque cada contexto cultural e social é específico. Esses matizes são o que a autora localiza como as expressões da reconfiguração do corpo menstrual, que parece estar muito presente nos dias de hoje, principalmente considerando uma apropriação das pautas e práticas feministas pelo capitalismo neoliberal.

Na sequência, a autora apresenta uma análise sobre saúde, já que uma das grandes dimensões que parecem ter guiado os itinerários corporais relacionados à menstruação foi a relação menstruação-saúde, numa visão holística comum nos relatos e trechos presentes no livro. Após experiências de menarca consideradas ruins justamente pela falta de informação disponível, muites começaram a questionar e a culpar, de alguma maneira, também o modelo biomédico.

Ainda que essa posição pareça muito marcada em grande parte dos itinerários, de recusa ao modelo médico tradicional e a busca por um caminho mais “holístico”, a autora salienta uma contraposição entre um discurso feminista que volta a atenção ao corpo e a desmistificação de processos fisiológicos como a menstruação, e a narrativa neoliberal da felicidade compulsória e da veneração ao corpo.

Miren Guilló Arakistain comenta que tanto as narrativas biomédicas, como as feministas e as do mercado capitalista influenciam em como as pessoas veem e se relacionam com a saúde, assim como nos projetos que elas criam para uma saúde dita disruptiva. Essa perspectiva torna difícil a compreensão e análise de se essas propostas podem ser consideradas ferramentas e tecnologias feministas ou não nos seus fins, considerando que, ao que parece, nenhuma prática está isenta da influência de outros discursos. A preocupação aqui está ao pensar uma

narrativa que se espalha com princípios aparentemente feministas e contra hegemônicos, mas que está também a serviço de uma cultura neoliberal do corpo, e que pode reforçar ou mesmo criar novos estereótipos, como por exemplo o de uma menstruação bonita, correta e libertária.

A menstruação não acontece em todos os corpos com útero, e isso pode se dar por diversos fatores como abordado no capítulo do livro destinado ao dimorfismo de gênero influenciado pela menstruação. Ao mostrar os itinerários corporais de uma mulher cis que nunca menstruou e de um homem trans que menstruava, o texto demonstra a ideologia da normatividade menstrual, que na visão da autora é muito vinculada ao modelo biomédico, e que dificulta a vivência da corporalidade.

É colocado em evidência, através dos itinerários presentes, o quanto é esperado que um corpo lido como feminino menstrue, e neste sentido, a menarca pode ser um fator imponente de incômodo, quando o menstruar revela o dismorfismo em relação a um corpo que não se identifica como feminino pois o esperado do corpo com útero entra em conflito com o que é considerado ser homem e ser mulher na sociedade. Somando a isso, outros discursos que reforçam a dicotomia homem-mulher, como a religião católica cristã, também são fortes pontos de marcação da diferença biológica que transpassam para o social. A diferença biológica se transforma em justificativa da diferença social, como bem define a autora, que defende que os hormônios são utilizados como dispositivos biopolíticos de poder, e que tudo fora da norma é considerado patológico. Es própries participantes da pesquisa questionam o quanto a própria visão feminista não é essencialista nesse quesito. No relato de Unai, homem trans, se evidencia o quanto a distorção corporal em relação a menstruação vem pelo social, quando comenta que não seria um problema para ele menstruar sendo homem, mas que a sociedade dificulta. Obviamente essa experiência, também, não pode ser universalizada, porque as intersecções de raça e classe, por exemplo, vão acrescentar outros pontos a serem considerados e significados dentro das experiências menstruais de homens, mulheres e pessoas não binárias. O livro não apresenta um perfil de participantes para além da identidade de gênero, mas deve-se levar em conta que todes as entrevistas e a etnografia foram feitas na Europa, em território espanhol, realidade muito diferente da latinoamericana e brasileira. A análise é extremamente útil para pensar construções através das

vivências corporais relacionadas à menstruação, mas não podem ser traduzidas na sua literalidade.

A autora dedica os últimos dois capítulos de análise para a relação da menstruação com o nojo ou asco e o prazer, trazendo um aspecto de subversão para a forma que as participantes que menstruam escolheram viver seus ciclos, através de fanzines, performances e ações de rua.

Segundo Miren Guilló Arakistain, o nojo menstrual se relaciona diretamente com o fato de ser um sangue que sai somente dos corpos denominados como femininos, sendo o corpo menstrual um corpo abjeto. Ela faz isso através da análise das experiências que brincam com o nojo e o asco em relação ao sangue menstrual, subvertendo as lógicas da política do asco.

A autora salienta que, ao longo da sua pesquisa, houve um aumento do uso do sangue menstrual como estratégia performativa dentro das políticas alternativas da menstruação, estimuladas tanto pela raiva, tristeza, dor, ira, cansaço, como pelo prazer, curiosidade e paixão. Em continuidade, assim como o asco aparece como uma sensação a ser ressignificada para diferentes objetivos, o prazer surge também como uma dimensão das políticas alternativas, que a autora coloca como a dimensão afetiva. A perspectiva de prazer relacionada ao ciclo se repete em diferentes itinerários, de diversas formas. Em muitos relatos a presença das amigas, da mãe ou das avós, durante o processo de transformação, se mostrou importante, tanto como rede de redescobrimento como de companhia na formação de projetos e ações ativistas relacionadas à menstruação.

Durante todo o livro, foram evidenciados espaços de saber colaborativo onde, de maneira mais ou menos coletiva, se articulam, se desenvolvem e circulam os saberes. Esse movimento de construção, por si só, gerava uma vontade de se juntar em grupos, exemplificando uma afetividade na construção das práticas alternativas. As trocas coletivas e o empoderamento sobre um processo fisiológico próprio, relatado por muites participantes foi retratado como prazeroso.

As políticas do asco, da subversão dos corpos e as performances que põe o sangue menstrual como objeto público também foram apontadas como um possível local de deleite dentro dessa forma de ativismo. Segundo a autora, todas essas vivencias, dentro das dimensões do empoderamento, da coletividade e da subversão, ajudam a complexizar a releituras do prazer que estão sendo feitas desde a perspectiva feminista, trazendo novos focos para o debate.

Por fim, o epílogo do livro traz uma espécie de síntese das temáticas abordadas ao longo dos cinco capítulos de análise. Para Miren Guilló Arakistain, as políticas e culturas alternativas da menstruação estão em crescimento, mas não necessariamente essa ascensão significa uma mudança das ideologias sociais na mesma velocidade.

A práxis feminista é mais complexa do que a teoria segundo a autora, que também opina que os processos de empoderamento e resistência não teriam porque passar pelo ciclo menstrual (ou só por ele) desde um lugar tão identitário. Ainda que com depoimentos que reconhecem as possíveis diversidades das experiências, coube a autora reforçar em sua discussão o aparente caráter romantizador do ciclo menstrual, que corrobora com a dicotomia homem e mulher da sociedade patriarcal. Questões de raça e classe social também foram pouco abordadas.

Ainda que a autora aponte as práticas e culturas menstruais como perspectivas feministas, foram encontradas na etnografia posicionamentos diversos e misturados, como bem salienta a mesma, o que dificultou uma classificação estrita de posicionamento des participantes. Dentro desse contexto encontrado, Miren Guilló Arakistain pensa algumas perguntas que entendo pertinentes de serem trazidas e às quais acrescento outras para seguir aprofundando na questão: como se pode construir em coletividade de forma crítica a partir das contribuições do bem estar? Como se constrói em coletivo aquilo que não se pode medir a partir dos parâmetros ocidentais e capitalistas? Como conjugar o desejo de transformação social com as necessidades que o neoliberalismo faz nossas? Será possível classificar esse aparente ativismo menstrual como feminista? Quais as possibilidades de retomada da perspectiva crítica dentro das tecnologias e dos discursos tomados pelo capitalismo?

Referências:

ESTEBAN GALARZA, Mari Luz. **Antropología del cuerpo: género, itinerarios corporales, identidad y cambio**. Barcelona: Bellaterra Edicions, 2004.

GUILLÓ ARAKISTAIN, Miren Sangre y Resistencia. **Políticas y culturas alternativas de la menstruación.** Manresa: Bellaterra Edicions, 2023.

SCHEPER-HUGHES, Nancy; LOCK, Margaret M. The Mindful Body: A Prolegomenon to Future Work in Medical Anthropology. **Medical Anthropology Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 6–41, 1987.

Marina Dutra Soncini,
Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC; Mestre em Estudos de Mulheres, Gênero e Cidadania - Universitat de Barcelona; Farmacêutica especialista em Saúde da Família - modalidade Residência Multiprofissional UFSC/PMF.

https://orcid.org/0000-0001-9113-9021

Miriam Pillar Grossi,

Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Pós-Graduação do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC).

https://orcid.org/0000-0002-4399-6544

Recebido em: 21/10/2025

Aprovado em: 30/11/2025

Apoios

CNPq

30 anos 1991 - 2021 nigs.ufsc.br

IUAES Commission of Global Feminisms and Queer Politics

Pareceristas do volume 11 - 2025

Neste número 4, que completa o volume 11, relativo a 2025, contamos com a colaboração engajada e competente de um imenso número de pareceristas que dedicaram seu tempo e conhecimento para avaliar artigos e ajudar autoras e autores a melhorarem seus textos. Somos muito gratas a todes que nomeamos, em ordem alfabética, abaixo:

Adriane Canan

Alana Verani

Ale Mujica Rodriguez

Alessandra Oriente

Alesandra Oriente

Alexandra Eliza Vieira Alencar

Alexandre do Nascimento Almeida

Amanda Brandane Munari

Ana Maria Alves de Souza

Ana Paula Garcia Boscatti

Anelise Froes

Angela Maria de Souza

Anna Carolina Amorim

Arthur da Costa Novo

Assis Menin

Barbara Nobrega

Bruna Fani Duarte

Carlos Henrique Bem Gonçalves

Carmelita Afonseca Silva

Carolina Bergmann

Caroline Bresolin Maia Cadore

Cauane Maia

Cely Carolyne Pontes Morcerf

Cintia Fernanda dos Santos

Claudia Leticia Lazcano Vázquez

Claudia Moro

Cláudio Patrício

Cledir Amaral

Cleiton Francisco Vieira

Consuelena Leitão

Cristian Darouiche

Christian Muleka

Christiane dos Santos Luciano

Daniel da Silva Stack

Djina Torres

Edilma Monteiro

Edivan de Azevedo Silva da Costa

Edmarcius Carvalho Novaes

Fernanda Cardozo

Flavio Tarnovski

Francine Costa

Gabriela Pedroni

Geni Nuñez

Giovana Barros

Gloria Alvarez Bernardo

Izabela Liz Schlindwein

Isis de Jesus Garcia

Jan Freitas

Jimena de Garay Hernández

João Paulo Roberti Junior

Jonatas Alaman

José Augusto Miranda

José Gatti

Jovane Gonçalves dos Santos

Joyce Musi

Juliara Borges Segata

Juliana Cavilha

Kainan Rodrigues dos Santos

Katharine Trajano

Kylian Juliana Duarte

Larissa Boing

Leonardo de Miranda Ramos

Leticia Cardoso

Ligia Siqueira

Lina Magalhães

Luciana Zucco

Luiz Paulo Ribeiro

Marcelo Oliveira

Marcos Sardá-Vieira

Mareli Eliane Graupe

Margarete Fagundes Nunes

Maria Alonso

Maria Dolores dos Santos Vieira

Maria Fernanda Cavassani

Marie Anne Leal Lozano

Marina Soncini

Marines da Rosa

Matilde Quiroga Castelano

Melissa Barbieri

Michele Leão

Miriam Adelman

Monica Franch

Monique Malcher

Natalia Negretti

Natalia Perez Torres

Nathalia Dothling Reis

Nathércia Bambirra

Neiva Furlin

Olga Regina Zigelli Garcia

Pâmela Laurentino

Paula Pinhal de Carlos

Pedro Magrini

Rayani Mariano

Renata Dalcanale

Ricardo Nascimento

Rodrigo Weber da Fontoura

Sabrina Lopes

Sabrina Testa

Silmara Takasaki

Simone Avila

Thatiane Mandelli

Vanrochris Vieira

Viegas

Vicente Neves Ribeiro

Virginia Squanzini Rodrigues

Vitor Lopes

William Binsfeld

Winny Santana